



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1536

Segunda-feira - 28 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2
Arroio Trinta	4
Balneário Rincão	8
Biguaçu	16
Bom Retiro	17
Braço do Trombudo	20
Brusque	20
Caçador	22
Campo Alegre	24
Campos Novos	63
Canoinhas	64
Capinzal	65
Chapadão do Lageado	66
Concórdia	67
Cordilheira Alta	68
Correia Pinto	70
Corupá	83
Curitibanos	83
Doutor Pedrinho	84
Faxinal dos Guedes	86
Forquilha	88
Fraiburgo	92
Garopaba	93
Garuva	96
Gaspar	98
Governador Celso Ramos	103
Grão Pará	104
Guaramirim	106
Ilhota	107
Imbituba	110
Iomerê	113
Ipumirim	113
Itaiópolis	114
Itapoá	114
Jacinto Machado	115
Joaçaba	116
Lages	121
Lauro Muller	121
Lebon Régis	122
Luzerna	123
Massaranduba	125
Modelo	125
Navegantes	126
Nova Trento	130
Novo Horizonte	168
Orleans	168
Palhoça	192
Papanduva	199
Passo de Torres	201

Passos Maia	206
Penha	206
Peritiba	208
Pinheiro Preto	209
Pomerode	211
Porto Belo	220
Pouso Redondo	221
Rio do Sul	221
Salto Veloso	223
São Bento do Sul	225
São João do Sul	259
São José	293
São José do Cedro	294
São Lourenço do Oeste	295
Schroeder	298
Serra Alta	302
Timbó	303
Treze Tílias	306
Trombudo Central	320
Tunápolis	323
Vitor Meireles	358
Xaxim	358

Associações

AMAVI	359
AMREC	359
EGEM	360

Consórcios

CIGA	364
CIMCATARINA	365
CIS/AMARP	401
CISAM	402

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 329/2014**

PORTARIA Nº 329/2014.

Prorroga Contratação temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de ROGERIA KREMER BRUHL, no cargo de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015, em substituição a MARCELI HILLESHEIN DECKER, de Licença sem Vencimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 330/2014

PORTARIA Nº 330/2014.

Concede Adicional a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidores efetivos, a partir de 01 de agosto de 2014, conforme abaixo relacionado:

NOME	MATRICULA	ADICIONAL P/TEMPO SERVIÇO
ELISANGELA DECKER	430	30%
GISELA PAULI CARDOSO	421	30%
JOSE WALTER MACHADO	133	60%
KATIA GOEDERT	425	30%
LUCELIA BESEN BECHTOLD	414	30%
MARILENE Z. MARTEN-DAL	419	30%
ZULEIDE BESEN	427	30%

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 331/2014

PORTARIA Nº 331/2014.

Concede Licença Premio servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora efetiva, VERA LUCIA SCHMITT JUNKES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 20H, a partir de 04 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de agosto/2009 a agosto/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 332/2014

PORTARIA Nº 332/2014.

Concede Licença Premio servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, ao servidor efetivo, FIORAVANTE LUIZ DE FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de maio/2008 a maio/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 333/2014

PORTARIA Nº 333/2014.

Concede Licença Premio servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, ao servidor efetivo, HILTON LUIZ SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 40H, a partir de 04 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2004 a fevereiro/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 334/2014

PORTARIA Nº 334/2014.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo, CRISTIANY KREMER PRIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 01 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 335/2014

PORTARIA Nº 335/2014.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor ACT, VANESSA KOCH MANNES, ocupante do cargo temporario de TECNICO DE CONTABILIDADE, a partir de 01 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Portaria N 336/2014

PORTARIA Nº 336/2014.

Concede Férias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor ACT, ZENILDE DE CASSIA BERNES, ocupante do cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 30/06/2013 a 29/06/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Decreto Nº 076/2014

DECRETO Nº 076/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 7.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 7.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 25 de Julho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 337/2014

PORTARIA Nº 337/2014.

Prorroga Contratação temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de JORGE EDMUNDO CALDERON CHAVES, ocupante do cargo de MEDICO - 20H, a partir de 31 de julho de 2014 a 31 de outubro de 2014, e/ou até a realização de concurso público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 28 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de julho de 2014.

Portaria N 338/2014

PORTARIA nº 338, 28 de julho de 2014.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 794/2014, nos assentos funcionais da servidora Vera Lucia Schmitt Junkes, detentora da matrícula nº 415, e do cargo de provimento efetivo de Professor com Pós Graduação Especialista - 20H, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1(Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Vera Lucia Schmitt Junkes, detentora da matrícula nº 415 e do cargo de provimento efetivo de Professor com Pós Graduação Especialista - 40H, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPREV sob o nº 794/2014, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, devendo o período de 1986, 1987, 1988, 1989, 1990 e 1991, correspondente a 05 anos, 03 meses e 05 dias a ser integralmente computado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****Contrato Nº 0052/2014 - Alto Uruguai Soluções Ambientais Ltda Me**

CONTRATO SOCIAL- 0052/2014 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE MAPAS E ESTUDO DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, representada por ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE; e, ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - ME. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 19.338.878/0001-60, com sede na Rua Doutor Maruri nº. 1427, Centro, Concórdia/SC, doravante denominado CONTRATADO, firmam de comum acordo o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que se regerá de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente CONTRATO visa à prestação de serviço de consultoria ambiental pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme as especificações contidas no Anexo I (Proposta Orçamentária) do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais:

Efetuar o pagamento dos valores acordados no presente instrumento.

Fornecer informações e entregar os documentos necessários para o bom andamento da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais:

Prestar serviços de alta qualidade e padrão, nos prazos e segundo condições convencionados.

Fornecer ao CONTRATANTE o relatório de desenvolvimentos dos serviços contratados e demais informações quando solicitado.

Apresentar as documentações requeridas segundo os padrões e metodologias estabelecidas pela CONTRATANTE, quando for o caso, responsabilizando-se por todos os documentos entregues, enquanto permanecerem sob sua guarda para a realização dos serviços pactuados, respondendo pelo mau uso, perda, extravio ou inutilização, cuidando-os como se seus fossem.

Planejar, conduzir, acompanhar e/ou executar os serviços objeto deste CONTRATO com total observância às exigências dos órgãos

competentes e às exigências da legislação ambiental vigente.

O CONTRATADO não poderá se valer do presente Contrato para assumir obrigações perante terceiros, utilizando o presente instrumento como garantia ou caução, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos da execução dos serviços em quaisquer operações de desconto bancário, a não ser que expressa e previamente autorizada pela CONTRATANTE.

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto do CONTRATO, obrigando-se a refazer os serviços executados, quando houver discordância com as exigências dos itens da Cláusula Segunda.

Submeter à aprovação da CONTRATANTE os relatórios ambientais necessários contendo descrição dos serviços realizados.

Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, social, trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacione diretamente com os serviços a serem executados.

Fornecer à CONTRATANTE acesso irrestrito aos arquivos e documentos de posse do CONTRATADO referente o escopo do presente contrato.

Em caso de rescisão do contrato ou conclusão do mesmo, o CONTRATADO deverá enviar em formato digital todos os arquivos e documentos do escopo do presente contrato para a CONTRATANTE.

Zelar pela boa manutenção do veículo de serviço e dos demais equipamentos fornecidos pela CONTRATANTE. Os equipamentos deverão ser devolvidos à CONTRATANTE no final dos trabalhos.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O preço certo e ajustado entre as partes para o presente CONTRATO é de R\$ 5.460,00 (cinco mil reais quatrocentos e sessenta reais), pagos da seguinte forma: 50% assinatura contrato e 50% na aprovação e entrega final dos produtos.

CLÁUSULA QUINTA- DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer das partes, através de notificação por escrito e com prazo de 15 (quinze) dias, sem imposição de multa contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Caso qualquer uma das PARTES não cumpra com os dispositivos contratuais, ficará sujeita ao pagamento de multa diária, não compensatória, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do faturamento contratual mensal, não capitalizável, até o cumprimento das referidas exigências, contados da data do recebimento da comunicação, em caso de primeira falta.

Caso haja reincidência, a multa diária elevar-se-á para 20% (vinte por cento) do valor do faturamento contratual mensal, igualmente não capitalizável.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO CONTRATUAL

O prazo para execução dos serviços constantes deste contrato será de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, de comum acordo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS e TRABALHISTA

Os tributos e encargos fiscais ou previdenciários que sejam devidos, direta ou indiretamente, em virtude deste contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte CONTRATADO.

Nos casos em que este instrumento for omissos, ou em eventos isolados, os valores devidos em decorrência de quaisquer tipos de tributação serão tratados pelas PARTES em negociação própria.

E de responsabilidade da contratada cumprir integralmente a legislação, especialmente trabalhista, fiscal e previdenciária, respondendo exclusivamente perante seus empregados e órgãos de fiscalização municipal, estadual e federal pelos seus respectivos cumprimentos, mantendo a Contratante isenta de reivindicações ou demandas de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O presente CONTRATO não estabelece entre as partes, nenhuma forma de sociedade, associação, agência, consórcio, bem como não estabelece nenhum vínculo empregatício entre o CONTRATADO e o CONTRATANTE ou seus empregados, contratados, prepostos e/ou pessoas por ela indicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SIGILO

As PARTES se obrigam e comprometem-se a tratar todas as informações recebidas, sejam patenteadas ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, administrativa, financeira, know how e jurídica, como estritamente confidenciais, não podendo ser reveladas pelas partes, seus administradores, colaboradores, contratados e prepostos sem seu consentimento prévio e expresso.

No caso de quebra do sigilo como rege esta cláusula, será aplicado multa correspondente a 10 vezes o valor total deste contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA CESSÃO

O CONTRATADO não poderá ceder, total ou parcial, os direitos e obrigações assumidas no presente Contrato, salvo expressamente aprovado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou eventos isolados serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este contrato e assinado pelas PARTES CONTRATANTES.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente instrumento, eventuais anexos e aditivos, constitui-se no único documento regulador das relações contratuais, revogando-se expressamente todo e qualquer contrato anteriormente existente entre as PARTES, que trate do mesmo objeto aqui especificado.

A não exigência, por qualquer uma das PARTES, do cumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida, será considerada mera liberalidade, não afetando a validade deste instrumento e quaisquer de suas condições.

O presente Contrato não presume nem confere exclusividade a qualquer uma das PARTES, podendo o CONTRATANTE contratar outras pessoas físicas ou jurídicas para os fins objeto do presente Contrato, sendo o exercício de tal faculdade extensivo ao CONTRATADO, desde que não colida com os interesses da CONTRATANTE.

Caso qualquer cláusula deste contrato for declarada inválida, ilegal

ou inexecutável por um Tribunal competente e somente por este, tal cláusula deve ser retirada, permanecendo vigentes as demais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

As PARTES elegem o foro Concórdia - SC para toda e qualquer ação ou execução decorrentes deste CONTRATO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam a CONTRATANTE e o CONTRATADO, o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Arroio Trinta - (SC), 24 de Julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ. 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - ME
CNPJ: 19.338.878/0001-60
Representante Legal - Maycon Pedott
CPF: 07583212952
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI RONIVAN BRANDALISE
CPF - 000.077.349-21 CPF: 027.783.989-02

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 - PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO Nº0056/2013, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA - SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2013. PREGÃO Nº 0010/2013.

Pelo presente Termo Aditivo o Município de Arroio Trinta, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito o ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA empresa privada, CNPJ 95.836.771/0001-20, com sede na Rua IÇARA nº 151, no Município de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Senhor JOSIAS CHAVES CABRAL, devidamente inscrito no CPF sob nº 233.124.599-15 e CI nº 2047147224, doravante determinada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º e o Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA . DO VALOR - Pelo presente Termo Aditivo, ficam fixados os novos valores a serem pagos pelo Município pelos SISTEMAS CONTRATADOS NA MODALIDADE DE LICENÇA DE USO EM CARÁTER NÃO PERMANENTE, SEM LIMITAÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE USUÁRIOS SIMULTÂNEOS.

Sistemas para Prefeitura Municipal:		
LICENÇA DE USO SISTEMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO	5.865,08	70.380,96

2. Sistemas para Fundo de Saúde:		
LICENÇA DE USO SISTEMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO	216,67	2.600,04

3. Sistemas para Fundo de Assistência Social e Médica:		
LICENÇA DE USO SISTEMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO	216,67	2.600,04

4. Sistemas para Instituto de Previdência:		
LICENÇA DE USO SISTEMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO	216,67	2.600,04

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- O presente Termo Aditivo prorroga o prazo de duração do Contrato original nº 0056/2013 até 13 de maio de 2015, que poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 13 de junho de 2013.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
CNPJ 95.836.771/0001-20
JOSIAS CHAVES CABRAL
CPF nº 233.124.599-15
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
JULIAR LUIZ MANENTI
CPF - 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

DE ACORDO
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045

CONTRATO Nº 0040/2014 - PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

CONTRATO Nº 0040/2014 DE FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA MISTA PARA ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2014.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2014.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 75.815.787/0001-49, com inscrição estadual nº 250.854.872, com sede na Linha São Paulo km 3,5, Interior, no Município de Treze Tílias - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor FÉLIX NEUHAUSER, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 434.454.899-04, e RG 11/R-857.588/SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Gaspar Coutinho, 235, Centro, no Município de Treze Tílias - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0023/2014, PREGÃO PRESENCIAL 0015/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - A contratada se obriga a fornecer a pedra BRITA MISTA NAS ESTRADAS RODOVIÁRIAS ESTADUAIS DO INTERIOR NÃO PAVIMENTADAS, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0015/2014, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula Segunda - O objeto deste contrato será fornecido nas estradas estaduais do interior do Município e espalhada com o caminhão da empresa, conforme determinação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem de solicitação, emitida pela Secretaria Municipal de Transporte e Obras da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC.

Cláusula Terceira - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$39.200,00 (TRINTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste.

Cláusula Quarta - O prazo de fornecimento ora contratado é de 06 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014 ou até enquanto durar a quantidade de pedra brita licitada.

Cláusula Quinta - A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2014:

73/2014
00002.00010.00026.00782.00023.2.000043.3.3.3.9.0.00.00.00.0.00

Aplicações Diretas

Parágrafo único - O pagamento à Contratada será efetuado á vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e a entrega deverá ser feita conforme a necessidade da contratante.

Cláusula Sexta - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento da pedra brita de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira - A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento da pedra brita, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega da mesma. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 06 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Contratante
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP
CNPJ 75.815.787/0001-49

FÉLIX NEUHAUSER
Sócio Gerente
Contratada

TESTEMUNHAS:
EVA ARTEMIS KLOTZ
CPF: 636.945.149-4

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

Balneário Rincão

PREFEITURA

Lei 141/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 141/2014

AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 11.977/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a presente Lei:

Art. 1º Fica o Executivo autorizado a adotar as providências necessárias e imprescindíveis à participação do Município no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, instituído pela Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, objetivando diminuir o déficit habitacional no Município.

Parágrafo Único - As condições estabelecidas nos artigos subsequentes desta lei são para contratação exclusivas de empreendimentos destinados às famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos conforme critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009.

Art. 2º A título de incentivo no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA destinados às famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos conceder-se-á:

I - Isenção da taxa de licença para a execução de arruamento e loteamento necessários a construção dos empreendimentos vinculados ao Programa;

II - Isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incidente na aquisição de imóvel pelo fundo de arrendamento residencial, que será destinado a construção dos empreendimentos vinculados ao programa;

III - Isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, incidente na transmissão de propriedade definitiva do imóvel ao mutuário, dos empreendimentos vinculados ao programa;

IV - Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre os serviços necessários a construção dos empreendimentos vinculados ao programa.

§ 1º A isenção prevista nos incisos II e III aplicar-se-á uma única vez no imóvel vinculado ao programa.

§ 2º A isenção prevista no inciso IV aplicar-se-á somente durante a execução de obras vinculadas ao programa.

§ 3º As isenções dos incisos I a IV deste artigo aplicam-se única e exclusivamente ao Programa Minha Casa Minha Vida, nos termos desta lei.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em caráter excepcional e aplicação específica, autorizada a reconhecer e aprovar projetos de construção residencial unifamiliar e multifamiliar exclusivamente para as famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos através do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, a serem implantados no Município de Balneário Rincão, na forma e condições a seguir detalhadas:

I - construções com sala, cozinha, 2 (dois) dormitórios e banheiro, com pé direito a partir de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para apartamentos, e 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) para unidades habitacionais térreas;

II - em condomínios fechados, disponibilizar área de lazer para onde existam mais de 4 (quatro) unidades habitacionais, na proporção de 5% (cinco por cento) da área útil das unidades residenciais,

III - aprovação de habitação vertical coletiva com até quatro pavimentos com recuo lateral e de fundos mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) da divisa entre o empreendimento vinculado ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA e os empreendimentos vizinhos;

IV- em caso de empreendimentos com construção de blocos de edificações, a distância mínima entre os blocos deverá ser de 5 (cinco) metros, os prédios deverão ser com 4 (quatro) pavimentos e 16 (dezesesseis) apartamentos por bloco, devendo na opção de 05 andares, conter elevador, nos empreendimentos vinculados ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA;

V - nos apartamentos e unidades térreas casas do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA deverão a cozinha e o banheiro ter seus pisos revestidos com cerâmica, e as partes hidráulicas e o box revestidos com azulejo pelo menos a 1,50 metros de altura, cobertura telha de cerâmica, instalações hidráulicas e elétricas conforme estabelecido no Código de Obras do município;

VI - fornecimento do visto de conclusão da obra para unidade residencial unifamiliar, sem que estejam executados: o muro de divisa e a mureta frontal; com relação a calçada pública dos empreendimentos vinculadas ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA destinados às famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos ficam definidos os seguintes parâmetros:

- a) as calçadas públicas na unidade residencial unifamiliar terá a largura mínima a partir de 0,80cm;
- b) nas habitações verticais a calçada para o acesso de pedestre e de veículos será completa e no restante a calçada será ecológica na proporção de 1,00m pavimentado para 2,00m de permeabilização;
- c) nas vias de pista dupla as calçadas das edificações do Programa deverão obedecer as normas municipais vigentes para construção de calçadas.

VII - nos compartimentos destinados a habitação será admitida uma tolerância de até 10% (dez por cento) das dimensões e áreas mínimas

VIII - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos emitirá ao final dos trabalhos, laudo o qual atestará o término da obra e a observância do manual do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, bem como se foram cumpridas todas as normas para construção, de forma a fazer jus aos incentivos desta Lei, sob pena de, verificado descumprimento, a imposição do dever de reparação por parte dos responsáveis.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças fará cadastro de todos os benefícios concedidos no âmbito do programa e, ao final, emitirá parecer conclusivo, o qual deverá ser publicado, com cópia para a Câmara de Vereadores.

Art. 4º Fica a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em caráter excepcional e aplicação específica, autorizada a reconhecer e aprovar projetos de subdivisão de lotes urbanos com característica popular inseridos nas zonas residenciais localizados na área urbana da sede e das regiões do Município, destinados à

construção de casas geminadas, através do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, com lotes individuais tendo áreas mínimas de 175,00m² (cento e setenta e cinco metros quadrados) e com frentes mínimas de 5,00m (cinco metros), destinados a construção de habitações para atendimento exclusivo de famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos.

Art. 5º Todas as unidades habitacionais construídas pelo PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA deverão prioritariamente ser escrituradas em nome da esposa do mutuário.

Art. 6º Fica a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em caráter excepcional e aplicação específica, autorizada a adotar as medidas necessárias para proceder à aprovação de construções e subdivisões, para lotes ou loteamentos destinados a atender ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA para atendimento exclusivo de famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos.

Art. 7º A Secretária de Assistência Social dará prioridade a famílias em condições de risco, de baixa renda, para o atendimento no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, observados os requisitos do Decreto de nº 117/2014.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

Lei 142/2014

LEI Nº 142/ 2014

CRIA FUNÇÕES PÚBLICAS VINCULADAS AO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECIO GOMES GOES, Prefeito Municipal do Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam criadas as funções públicas, conforme Anexo I, com jornada semanal de 20 (vinte) a 30 (trinta horas), vinculadas ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) da Política Nacional de Atenção Básica, em atenção as normas estabelecidas pela Portaria GM nº 2.488 de 2011 e Portaria GM nº 3.124 de 2012, do Ministério da Saúde.

Art. 2º O recrutamento de profissionais será, obrigatoriamente, precedido de processo seletivo público, e dar-se-á por sistema de classificação fixado em edital, que deverá especificar o número de vagas.

Parágrafo Único - A existência de vagas e sua disponibilidade ficam adstritas à manutenção, implantação ou expansão do NASF, no âmbito municipal.

Art. 3º Os profissionais serão contratados em caráter temporário, com prazo de vigência de até 02 (dois) anos, renovável por igual período, enquanto estiver em execução o NASF.

Parágrafo Único - Aplica-se, no que couber, aos profissionais contratados para a operacionalização da Estratégia Saúde da Família

as regras da Consolidação das Leis do Trabalho com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta dos recursos repassados pelo Governo Federal através do Ministério da Saúde, pelo Governo estadual através da Secretaria de Estado da Saúde e das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 17 de julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS R\$
01	Nutricionista	20	1.319,25
01	Assistente Social	30	2.370,45
01	Professor Educação Física	20	1.140,29
01	Psicólogo	20	1.319,25
01	Farmacêutico	20	1.319,25
01	Fonoaudiólogo	20	1.319,25

Para conhecimento que o município não terá contrapartida nenhuma com o NASF.

Profissionais para equipe do NASF 2 e recursos necessários por categoria profissional

Profissionais	Carga Horária Semanais	A Contratar	
		Qtde.	R\$
Nutricionista	20	01	1.319,25
Assistente Social	30	01	2.370,45
Professor Educação Física	20	01	1.140,29
Psicólogo	20	01	1.319,25
Farmacêutico	20	01	1.319,25
Fonoaudiólogo	20	01	1.319,25
TOTAL		06	8.787,74
ENCARGOS SOCIAIS (27%)			2.372,68
TOTAL COM ENCARGOS			11.160,42

9.3 Materiais de consumo

Recursos necessários a infra-estrutura e materiais de consumo/mes

Especificação	Custo/mês
Materiais de consumo diversos	1.659,58
Combustível	1.700,00
TOTAL	3.359,58

RESUMO RECEITAS X DESPESAS NASF 2..

Descrição	Recursos recebidos no Ministério da Saúde	Recursos recebidos da SES	Despesas (RH e de manutenção)	Contrapartida do município
Receita	12.000,00	2.500,00	14.500,00	0,0
Manutenção da equipe / mês			14.500,00	

Lei 143/2014

LEI Nº 143/2014.

ALTERAM ANEXOS DA LEI Nº 013/2013, LEI Nº 02/2013, LEI Nº 88/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o cargo de Motorista de ônibus, alterando anexos da lei 013/2013 e lei 02/2013.

§1º O número de cargos será de 07 vagas, com amplitude de referência e descrições expostas no anexo único da presente lei.

Art. 2º. Altera a remuneração e a nomenclatura do cargo de motorista, nomeando-o de "motorista de veículos em geral", alterando ainda o número de vagas dos mesmos, reduzindo de 10 para 03 vagas, conforme constante no anexo.

Art. 3º. Modifica a amplitude de referência do cargo de Professor IV e reduz a carga horária do cargo de Auxiliar de sala de aula, de 40 horas semanais para 30 horas semanais.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

ALTERANDO ANEXO II - GRUPO IV - LEI 013/2013 e LEI 02/2013

Grupo	Número de Vagas	Amplitude de referência	Horas	Vencimento em R\$
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/ÔNIBUS	07	16 A 23	40	1.455,25
MOTORISTA DE VEÍCULOS EM GERAL	03	13 A 21	40	1.257,12
Professor IV	10	13 a 20	40	1.257,10
Auxiliar de Sala de Aula	10	06 a 13	30	893,40

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/ÔNIBUS

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA: 16 a 23

ATRIBUIÇÕES:

- a) **DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Conduzir e zelar pela conservação do veículo.
- b) **DESCRIÇÃO ANALÍTICA:** Conduzir veículo automotor destinado ao transporte de passageiros, com capacidade superior a 10 (dez) passageiros, recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada diária, comunicando qualquer defeito que porventura existir; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibração de pneus; outras atividades correlatas e/ou que lhe forem atribuídas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 horas semanais.
- b) Especial: Sujeito ao uso de uniforme, fornecido pelo município, plantões, viagens e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Idade Mínima: 18 anos.
- b) Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental e treinamento na área de atuação, para transporte escolar e portador da C.N.H profissional de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN
- c) Outros: Conforme instruções reguladoras da Legislação Municipal.

Lei 144/2014

LEI Nº144/ 2014.

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A "LIGA ESPORTIVA SUL CATARINENSE - LESC" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica considerada de utilidade pública, a LIGA ESPORTIVA SUL CATARINENSE - LESC, registrada no CNPJ nº10.291.801/0001-07, com sede no município de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, localizada à Rua Pedro Américo s/n, Centro, CEP, 88828-000.

Parágrafo único: A referida entidade foi fundada com Estatuto Social em 08 de Agosto de 2008, e devidamente registrada em 18 de Agosto de 2008, e se enquadra nas exigências das Leis específicas, em relação a sua finalidade social de caráter de Clube social e esportivo em defesa do futebol amador.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de Julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de Julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei 145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

LEI Nº 145/2014

HOMOLOGA CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO E A UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA PARA CONCESSÃO DE DESCONTO NOS CURSOS SUPERIORES REGULARES OFERTADOS PELA UNISUL

DECIO GOMES GOES, Prefeito Municipal do Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º - Fica homologado convenio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e a UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº86.445.293/0001-36, para concessão de descontos aos servidores da prefeitura municipal, câmara municipal e autarquias, sem quaisquer custos para o município, tudo em conformidade com os termos do Convênio anexo.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de Julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de Julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei 146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

LEI Nº 146/2014

AUTORIZA O CHEFE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DO IPARQUE (PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO) E DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIÚMA PARA CONSTRUIR A INFRAESTRUTURA DE APOIO AO CENTRO POLIESPORTIVO JOSÉ SERAFIM DA SILVA

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma, visando à transferência de recursos financeiros para construção de infraestrutura de apoio ao Centro Poliesportivo José Serafim da Silva.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convenio serão destinados para a execução do objeto deste Convenio no montante de R\$117.154,82 (cento e dezessete mil cento e cinquenta reais e oitenta dois centavos), sendo concedido pelo Estado de Santa Catarina o valor de R\$47.154,82 (quarenta e sete mil cento cinquenta quatro reais e oitenta dois centavos) a título de contrapartida financeira pelo município de Balneário Rincão, com classificação orçamentária de nº 4.4.90.00.00.00.0.1.00.000, da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de Julho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de Julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei 147/2014

LEI Nº 147/2014.

ALTERA A LEI 02/2013 E SEUS ANEXOS, ALTERANDO A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ARTÍFICE EM GERAL, OPERADOR DE MÁQUINAS, ALTERA O NÚMERO DE VAGAS DE OPERADOR DE MÁQUINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GOMES GOES, Prefeito Municipal do Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os vencimentos dos cargos de Agente de Serviços Públicos, Artífice em Geral, Operador de Máquinas do quadro Permanente de Pessoal do Município de Balneário Rincão.
§1º- A amplitude de referência dos referidos cargos está elencada nos Anexos da presente Lei.

§2º- Os reajustes e correções sofridas na tabela anexa a lei 02/2013 serão repassados aos vencimentos ora fixados.

Art. 2º - Altera o número de vagas do cargo de Operador de Máquinas de 05 para 07 vagas.

Art. 3º - Cria o cargo de motorista de caminhão.

Parágrafo único- As atribuições do cargo, a amplitude de referência e as vagas estão elencadas nos anexos da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 18 de julho de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 18 de julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I,II e III

CATEGORIA FUNCIONAL, CARGA HORÁRIA SEMANAL, AMPLITUDE DE REFERÊNCIA E VENCIMENTOS

Grupo III - TRANSPORTES E SERVIÇOS AUXILIARES

ÁRTIFICE EM GERAL

Carga Horária Semanal: 40 horas
Amplitude de Referência: 13 A 20
Vencimentos: R\$ 1.257,10

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Carga Horária Semanal: 40 horas
Amplitude de Referência: 07 a 14
Vencimentos: R\$ 938,07

OPERADOR DE MÁQUINAS

Carga Horária semanal: 40 horas
Amplitude de referência 16 a 23
Vencimento: R\$1.455,25

MOTORISTA DE CAMINHÃO
Carga Horária semanal: 40 horas
Amplitude de referência 14 a 21
Vencimento: R\$ 1.319,95

ANEXO IV DOS CARGOS PERMANENTES

GRUPO	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DO CARGO	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
III	15	ARTÍFICE EM GERAL	13 a 20
III	13	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	07 a 14
III	07	OPERADOR DE MÁQUINAS	16 a 23
III	02	Motorista de Caminhão	14 a 21

ANEXO VI

DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

MOTORISTA DE CAMINHÃO

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA: 14 a 21

ATRIBUIÇÕES:

a) DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Conduzir e zelar pela conservação do veículo.

b) DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Dirigir automóveis, principalmente caminhões de propriedade ou a disposição da Prefeitura; recolher o veículo à garagem quando concluído o serviço do dia; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento e higiene; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo; transportar, fazer entrega de correspondência que lhe for confiada; transportar carga e registrar, quando for o caso, o tipo e a quantidade do material transportado, bem como o número de viagens; promover o abastecimento do veículo; comunicar, no recolher o veículo, qualquer defeito por ventura existente; verificar sempre o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação do veículo; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibragem dos pneus; manter controle do histórico do veículo, inclusive em relação aos eventos de consumo, mecânica, IPA, etc.; executar outras tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito ao uso de uniforme, fornecido pelo município, plantões, viagens e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Idade Mínima: 18 anos.

b) Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental e estar habilitado para conduzir veículos necessários, ou seja possuir habilitação nacional nas categorias A, B e C.

c) Outros: Conforme instruções reguladoras da Legislação Municipal

Lei 148/2014

LEI Nº 148/2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NAS FONTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado suplementar por conta de transposição orçamentária, o Projeto/Atividade abaixo identificado, destinados ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade 2.031: Manutenção do departamento de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.1.00(187) - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Atividade 2.050: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.1.02(16) - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 450.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura dos créditos suplementares de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial dos seguintes créditos orçamentários:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto 1.008: Aquisição de Área, Construção, Ampliação e Reforma e rede Física de Creches e Pré-Escolas.

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.1.01(57) - Aplicação Diretas R\$ 450.000,00

TOTAL R\$ 450.000,00

Parágrafo Único: O Recurso orçamentário no valor de R\$ 300.000,00 de que trata o artigo 1º, serão transferidos da Entidade Prefeitura para o Fundo Municipal de saúde na forma da Lei Federal nº 4.320/64 e normas contábeis pertinentes.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 18 de julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 18 de julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei 149/2014

LEI Nº149/ 2014.

DENOMINA RUA DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a denominar-se RUA WATSON ALMEIDA NASCIMENTO, a Avenida nº 1, localizado na Lagos dos Esteves, confrontante com a Rodovia Jorge Fortulino.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de Julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 17 de Julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei 150/2014

LEI Nº150/ 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 82 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art.8º da Lei Municipal nº 82 de 16 de Dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.8º - O chefe do Poder Executivo está autorizado, nos termos do art.7º da Lei Federal nº4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - O superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se desde limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo vigência durante o exercício de 2014.

Balneário Rincão, 24 de Julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 24, de

Julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Aviso de Dispensa 017/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 017/SAMAE/2014

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procede, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para a contratação da empresa PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, para locação de 02 (dois) Caminhões Compactadores de Resíduos de 15m³, para execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos do Município de Balneário Rincão/SC., pelo o período de 03 (três) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 25/07/2014, por Antonio Carlos Ghisi - Diretor Presidente Interino

RATIFICAÇÃO: em 25/07/2014, por Antonio Carlos Ghisi - Diretor Presidente Interino

Balneário Rincão, 25 Julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Edital de Seleção 01/SAMAE/2014

EDITAL SELEÇÃO SAMAE 01/14

ANTONIO CARLOS GHISI, Diretor ADMINISTRATIVO FINANCEIRO RESPONSÁVEL COM AS FUNÇÕES DE PRESIDENTE Interino, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER, que encontram-se abertas as inscrições para a seleção de Profissionais para Admissão em Caráter Temporário, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público da Administração Municipal de Balneário Rincão, no SAMAE de Balneário Rincão, para o ano de 2014, em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 06/2014.

1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições serão realizadas no dia 26 entre as 09 e 12 horas e entre às 13 e 16 horas e no dia 28 de julho de 2014, no horário entre as 08h às 17h, devidamente protocolada, no SAMAE de Balneário Rincão, localizado na Rua Paraná, 389, Centro, Balneário Rincão/SC.

1.2 No ato da inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;
- c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) possuir a qualificação indicada no item 1.5 do presente edital.

1.3 O candidato interessado em participar da seleção receberá uma ficha de inscrição modelo Anexo I do presente edital.

1.4 As vagas que se apresentam são as seguintes:

Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DO CARGO	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
06	GARI OU COLETOR DE LIXO	07 a 14
03	Motorista de Caminhão	14 a 21

1.5 A descrição dos cargos, assim como os requisitos mínimos para a contratação são os seguintes:

MOTORISTA DE CAMINHÃO

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA: 16 a 23

VENCIMENTOS R\$ 1.429,00 (Um mil quatrocentos e vinte e nove reais) + Auxílio Refeição e Insalubridade

ATRIBUIÇÕES:

a) **DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Conduzir e zelar pela conservação do veículo.

b) **DESCRIÇÃO ANALÍTICA:** Dirigir automóveis, principalmente caminhões, inclusive compactadores de lixo, todos de propriedade ou a disposição do SAMAE - Balneário Rincão; recolher o veículo à garagem quando concluído o serviço do dia; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo; transportar carga de natureza diversa e registrar, quando for o caso, o tipo e a quantidade do material transportado, bem como o número de viagens; promover o abastecimento do veículo; comunicar, no recolher o veículo, qualquer defeito por ventura existente; verificar sempre o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação do veículo; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibragem dos pneus; manter controle do histórico do veículo, inclusive em relação aos eventos de consumo, mecânica, IPA, etc.; executar outras tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito ao uso de uniforme e EPI's, fornecido pelo SAMAE, plantões, viagens e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Idade Mínima: 18 anos.

b) Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental e estar habilitado para conduzir veículos necessários, ou seja possuir habilitação nacional nas categorias A, B e C.

c) Outros: Conforme instruções reguladoras da Legislação Municipal

GARI OU COLETOR DE LIXO

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA 07 A 14

VENCIMENTOS R\$ 1.016,00 (um mil e dezesseis reais) + Auxílio Refeição e Insalubridade

a) **DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Conservar a limpeza de logradouros públicos por meio de coleta de lixo, em caminhões coletores com compactador, varrições, lavagem, pintura de guias, aparo de gramas e outros serviços afins.

b) **DESCRIÇÃO ANALÍTICA:** - percorrer logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos para recolher o lixo, despejar o lixo, amontoando ou acondicionando em latões ou sacos plásticos, em caminhões especiais, valendo-se de esforço físico e ferramentas manuais, para possibilitar seu transporte; separar o lixo, por tipo de classificação de material, para reciclagem; realizar a varrição de logradouros públicos; capinar vegetação das guias, calçadas e margens de rios; pintar guias, sarjetas e alambrados; retirar detritos das margens dos rios; utilizar equipamento de proteção individual e coletiva; zelar pela conservação e guarda dos bens que lhe forem confiados; executar outras atribuições afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito ao uso de uniforme e EPI's, fornecido pelo SAMAE, plantões, viagens e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Idade Mínima: 18 anos.
- b) Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental.
- c) Outros: Conforme instruções reguladoras da Legislação Municipal

1.6A ficha de inscrição, depois de preenchida, deverá ser entregue no SAMAE até às 17h do dia 28 de JULHO de 2014.

1.7 Juntamente com cada ficha de inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c) Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- d) Certidão de Nascimento dos Filhos/Dependentes;
- e) Diplomas, Certificados e/ou comprovantes de cursos;
- f) Comprovante de residência (contas de água ou energia, contrato de aluguel, declaração do proprietário).
- g) No caso do motorista, habilitação com a categoria exigida por lei.

1.8 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições ou inclusão de documentos, sob qualquer condição ou pretexto.

1.9 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, por e-mail, via fax ou por procuração pública.

1.10 É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta do endereço e do número do telefone.

1.11 O Candidato concorrerá à vaga que o Município de Balneário Rincão tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, indicada pelo candidato na sua ficha de inscrição.

2 - DA CLASSIFICAÇÃO - PONTUAÇÃO

2.1 A classificação do processo seletivo será através da soma total de tempo de serviço na função, sendo considerado 2 pontos a cada ano de serviço mais a soma de títulos, os quais receberão a seguinte pontuação:

- a) 05 pontos para quem comprovar a Conclusão do ensino médio
- b) 01 ponto para cada 20 horas de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação

(serão considerados cursos para área de atuação: direção defensiva no caso do cargo de motorista, curso de uso de EP'IS (gari e motorista), entre outros necessários para o bom desenvolvimento da atividade).

2.2 A classificação ocorrerá na ordem decrescente da soma total dos pontos.

2.3 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

1º. obter maior número de pontos a título de cursos e aperfeiçoamento na área específica de atuação.

2º. experiência na área.

3º. maior número de filhos.

4º. for casado ou viúvo.

2.4 Será eliminado do processo seletivo o candidato:

- a) que não preencher de forma legível a ficha de inscrição, bem como os que contiverem dados inverídicos;
- b) que não atender os requisitos de habilitação necessária para o cargo escolhido;

2.5 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada, em ordem classificatória, no mural do SAMAE e no site da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, no endereço www.balneariorincão.sc.gov.br, no dia 29 de julho de 2014, além de serem avisados através dos telefones constantes na ficha de inscrição.

2.6 Os candidatos classificados deverão comparecer na sede do SAMAE no dia 29 de julho a partir das 18:30 horas, para avaliação psicológica.

2.6.1 O candidato que não comparecer na avaliação psicológica

será desclassificado.

2.7 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, poderá apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao SAMAE, no prazo de até 24 horas após a divulgação das listas.

2.8 Julgado os recursos, será divulgado o resultado final, em ordem classificatória, no mural do SAMAE no site da Prefeitura Municipal no dia 30 de julho a partir das 17 horas .

2.9 O exame admissional dos candidatos será realizado no dia 30 de julho.

3- DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação obedecerá a ordem rigorosa da classificação.

3.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem ocorrerá mediante Termo de Convocação, sendo que o candidato deverá comparecer no horário marcado no SAMAE munido com os documentos originais relacionados no item 1.7

3.3 O não atendimento do item 3.2 deste edital implicará na eliminação do processo seletivo.

3.4 As normas de contratação seguirão a legislação Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com o SAMAE .

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição do candidato no SAMAE.

4.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.3 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas desta seleção.

4.4 Caso o candidato não deseje ou tenha impedimento de exercer o cargo ao qual foi convocado, será eliminado do processo seletivo.

4.5 O presente Processo de Seleção é válido até 01/08/2015, ou enquanto subsistirem candidatos habilitados para o chamamento, na respectiva vaga.

4.6 A seleção que trata este Edital será realizada sob a coordenação do SAMAE do Balneário Rincão.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica do SAMAE.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Balneário Rincão, 25 de julho de 2014.

ANTONIO CARLOS GHISI
DIRETOR PRESIDENTE INTERINO

ANEXO I

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - SAMAE - Nº. 01/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014.

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

Candidato: _____

Data de Nascimento: ____/____/____.

Identidade: _____ C.P.F.: _____

Rua: _____ No _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Fone: _____

Cargo Pretendido: _____

Núcleo: _____

Declaro que as informações acima são verídicas e que estou ciente das normas que regem o presente edital e que preencho todos os requisitos nele previstos.

Data: ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº. 04/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

PROTOCOLO DE ENTREGA DE INSCRIÇÕES

Nº Data Nome Cargo

- 1-
- 2-
- 3-
- 4-
- 5-

ANEXO III

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - SAMAE - Nº. 01/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014.

COMPROVANTE DE ENTREGA DE INSCRIÇÃO

Declaro que recebi a Ficha de Inscrição para do Edital Seleção de Profissionais para Admissão em Caráter Temporário nº 01/2014 - SAMAE, de 25 de JULHO de 2014.

Nº do Protocolo: _____

Nome do Candidato: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do Responsável pelo Recebimento
SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 51/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 101/2009, art. 1º, IV e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 29/07/2014, às 13h59min do dia 08/08/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 08/08/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 29/07/2014.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudbigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 24 de julho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Bom Retiro

PREFEITURA

677.07.14 - P. Aposentadoria Sandra M. V. Prá

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 677/14 de 24.07.14

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC;

RESOLVE:

Conceder aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme Benefício 148.814.395-9, Espécie: 42 a servidora municipal Sandra Mara Vieira Prá - ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

678.07.14 - P. Aposentadoria Ivonete C. Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 678/14 de 24.07.14
Concede Aposentadoria por Idade

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC;

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Idade, conforme Benefício 148.814.013-5, Espécie: 41 a servidora municipal Ivonete Conceição Cabral - ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

679.07.14 - P. Nom. Sandra M. V. Prá

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 679/14 de 24.07.14
Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

RESOLVE:

Nomear Sandra Mara Vieira Prá brasileira, casada, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Departamento - Nível 32, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 25 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Extrato Contrato 134 E 135

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO
Extrato Contrato 134/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Paula Karini Santos Novack ME.
Objeto: Fornecimento de materiais elétricos para manutenção e reparos na iluminação do Ginásio de Esportes Nenzinho.
Valor Total: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais).

Extrato Contrato 135/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Capricho Construtora Ltda. ME.
Objeto: Contratação de empresa para construção de edificação de uma escola de um pavimento com seis salas de aula, projeto piloto do FNDE - PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II.
Valor Total: R\$ 899.800,43 (oitocentos e noventa e nove mil oitocentos reais e quarenta e três centavos).

Bom Retiro, 24 de julho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

680.07.14 - P. Lic. Premio Ivonete C. Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 680/14 de 24.07.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 099/14 de 02.09.13, e despacho em 24.07.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Ivonete Conceição Cabral, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Biblioteca Pública Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

681.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Cleodete C. Tome

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 681/14 de 24.07.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de julho de 2014, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

682.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Marilu Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 682/14 de 24.07.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de julho de 2014, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

683.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Maria N. B. Schlemper

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 683/14 de 24.07.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 24 de julho de 2014, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

684.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Maria N. B. Schlemper

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 684/14 de 24.07.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 23 de julho de 2014, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

685.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Marines Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 685/14 de 24.07.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 21 de julho de 2014, a funcionária Marines Cabral, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

686.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Marines Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 686/14 de 24.07.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 23 de julho de 2014, a funcionária Marines Cabral, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Reabre A Abertura do Edital Pregão Presencial 26/2014.

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 26/2014.

O Município de Braço do Trombudo, SC torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 26/2014 - Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo. Ficando o credenciamento para o dia 28.08.2014 as 08h00min e a abertura dos envelopes para o mesmo dia 08h30min. A reabertura se dá devido a não comparecimento de nenhuma empresa. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de licitação da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 22 Julho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

Decreto Nº. 7.469, de 24 de Julho de 2014

DECRETO Nº. 7.469, DE 24 DE JULHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Fiscal, em vigência do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 52.597,12 (cinquenta e dois mil quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Saúde
010.305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimento
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 3.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimento
0.1.66.16 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
VALOR R\$ 31.000,00
010.302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.1.71.00 Transferências a Consórcios Públicos - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 18.597,12

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Saúde
010.305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 3.000,00
3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
0.1.66.16 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
VALOR R\$ 8.000,00
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.66.16 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
VALOR R\$ 23.000,00,
010.302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos - Outras Despesas Correntes
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 785,28
4.4.71.00 Transferências a Consórcios Públicos - Investimentos
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 2.007,84
3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 15.804,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de julho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe Gabinete do Prefeito

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Ata Nº 008/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 008/2014 entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Miliani Limas Me, em 27/06/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade dos itens 1.07 e 1.08. Valor: R\$ 17.013,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 148/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Quarto Termo Aditivo, Ata Nº 003/2013

Espécie: 4º Termo Aditivo, Ata nº 003/2013 entre o Município de Brusque e a pessoa jurídica Maria Toll Epp, em 27/06/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade dos itens 003, 016, 089. Valor: R\$ 38.525,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 075/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Contrato Nº 001/2014 FUNREBOM

Espécie: Contrato nº 001/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Mecânica de Veículos Piçarras, em 20/05/2014. Objeto: Aquisição de veículos e equipamentos. Valor: R\$ 284.000,00. Fundamento legal: art. 57 da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 18 meses. Signatários: Hugo Manfrin Dallossi e Giovanni Andrei Camargo.

Extrato Contrato Nº 002/2014 FUNREBOM

Espécie: Contrato nº 002/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Triel HT Industrial e Participações S.A, em 20/05/2014. Objeto: Aquisição de veículos e equipamentos. Valor: R\$ 410.000,00. Fundamento legal: art. 57 da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 18 meses. Signatários: Hugo Manfrin Dallossi e Lenoir Fischer.

Extrato Contrato Nº 003/2014 FUNREBOM

Espécie: Contrato nº 003/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Rivel Veículos Ltda, em 20/05/2014. Objeto: Aquisição de veículos e equipamentos. Valor: R\$ 45.000,00. Fundamento legal: art. 57 da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 18 meses. Signatários: Hugo Manfrin Dallossi e João Paulo Pioli.

Extrato Contrato Nº 003/2014

Espécie: Contrato nº 003/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Belo Horizonte Eventos Eireli ME, em 25/06/2014. Objeto: contratação do show musical Demônios da Garoa. Valor: R\$ 42.860,00. Fundamento legal: art 25 da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 002/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Eudez Pavesi e Ricardo Duarte Pimenta.

Extrato Contrato Nº 004/2014

Espécie: Contrato nº 004/2014, entre o Município de Brusque e a empresa RF Locação e Filmagens Ltda, em 25/06/2014. Objeto: contratação do show musical Beto Guedes. Valor: R\$ 45.000,00. Fundamento legal: art 25 da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 002/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Eudez Pavesi e Roberto França.

Extrato do PL 030/2014 SAMAE

EXTRATO DO PL 030/2014

Comunicamos aos licitantes que a empresa Dv tecnologia Ltda, nos termos do inciso XVIII do artigo 4 da Lei 10.520/02, protocolou as razões do seu recurso. Sendo concedido aos demais licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das contra razões. Contados a partir da publicação do presente extrato

Brusque, 25 de julho de 2014.

PUBLIQUE-SE

Leandro Bolognini - Pregoeiro

Portarias Nº 1602 E 1587/2014, de 25 de Julho de 2014

PORTARIA Nº 1602/2014, de 25 de julho de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 31/2014 - referente ao

Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a falta de sala (espaço físico) para a Comissão Processante poder trabalhar, devido a mudanças;

Considerando, os feriados ocorridos em: 19/06/2014 (Corpus Christi) e 20/06/2014 (ponto facultativo).

Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante e dificuldade em localizar o indiciado e seu advogado.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ANDERSON WAGNER FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, portador do CPF nº 066.013.359-83, RG nº 5510830-0, admitido em 04 de março de 2010, através da portaria nº 6.944/2010, objetivando apurar os fatos constante da denúncia/despacho datado de 18/11/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts.25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de julho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1587/2014, de 24 de julho de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1095/2013 - referente ao Processo Administrativo nº 09/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a falta de sala (espaço físico) para a Comissão Processante poder trabalhar, devido a mudanças;

Considerando, os feriados ocorridos em: 19/06/2014 (Corpus Christi) e 20/06/2014 (ponto facultativo).

Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante e dificuldade em localizar o indiciado e seu advogado.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada para apurar os fatos constantes do despacho/denúncia datada em 26 de novembro de 2012, encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos, em tese por: 1º) Não observar as normas legais e regulamentares (art. 174, inciso VI da LC 147/2009); 2º) Falta de aptidão física quando do ingresso no serviço Público (art. 5º, inciso VI e art.17 parágrafo I da LC147/2009); 3º) Acumulação ilegal de remuneração (art. 176, parágrafo 3º , art. 192 da LC 147/2009 e art. 37, inciso XIII da CF); 4º) Exercício irregular de suas atribuições (art.178 da LC147/2009); 5º) Ato de omissão ou Comissão que resultou prejuízo ao erário (art. 179 da LC 147/2009); 6º) Crime contra a administração Pública (art. 188 da LC 147/2009); 7º) Obter, para si vantagem ilícita, em prejuízo alheio (Art. 171, parágrafo 3º do Código Penal); 8º) Falsidade Ideológica (art. 299 , parágrafo único do Código Penal), referente ao Processo Administrativo nº 09/2013, contra o servidor DURVALINO PEREIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de julho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 20-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 12/08/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 12/08/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 22 de julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Aviso de Licitação PR 22-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 18.000(DE-ZOITO MIL) HEMOGRAMAS, COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE INSUMOS A SEREM REALIZADOS NO LABORATÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 08/08/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 08/08/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

IPASC**Portaria N.º 734, de 23 de Julho de 2014.**

PORTARIA n.º 734, de 23 de julho de 2014.

Aposenta Servidora IDALCI SAMPAIO COLLA.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 29/12/2003, mais os incisos I, II, III e Parágrafo único, do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 06/07/2005, mais o previsto nos incisos I, II, III e Parágrafo Único, do art. 49 da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora IDALCI SAMPAIO COLLA, a contar de 10 de julho de 2014, Matrícula nº 966 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Supervisor Escolar, Referência 4.3F, carga horária de 40hs semanais, lotada na Secretaria da Educação, passando à Matrícula nº 3332, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de junho de 2014, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.368,50 (três mil, trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), mais adicional de triênio de R\$ 909,50 (novecentos e nove reais e cinquenta centavos), e adicional 25 anos sexta-parte de R\$ 713,14 (setecentos e treze reais e quatorze centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 4.991,14 (quatro mil, novecentos e noventa e um reais e quatorze centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 10 de julho de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de julho de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Publicação Resumida

IPASC - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº08/2014 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 06/2013, referente ao Processo Licitatório nº04/2013, Dispensa nº 03/2013 - Objeto: prorrogação de prazo de locação de licença de uso do sistema de aposentadorias e pensões - SICAP WEB para atender as necessidades do IPASC. Contratada: COPPINI & CIA LTDA/CNPJ nº 08.729.009/0001-40 com sede no Município de Santa Helena/PR, pelo valor total de R\$ 5.400,00. Prazo de Vigência:12 meses encerrando dia 14.06.2015.

Portaria N.º 733, de 23 de Julho de 2014.

PORTARIA n.º 733, de 23 de julho de 2014.

Concede Pensão a JOSÉ SERRÃO CEZAR.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso II, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c o inciso II, do Art. 2º, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte a JOSÉ SERRÃO CEZAR, Matrícula 5959, na condição de cônjuge da Servidora Pública Municipal ativa SAVIA MARIA GOMES FERREIRA CEZAR, Matrícula 7664, no Município, falecida em 05/07/2014, na espécie sem paridade, com benefício integral no valor de R\$ 4.128,00 (quatro mil cento e vinte e oito reais), considerando-se vencimento horas normais de R\$ 3.894,33 (três mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e três centavos), mais o adicional de triênio de R\$ 223,66 (duzentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 06 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 23 de julho de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 5.939 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.939 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Agente Operacional III - ALTEVIR FRANCISCO COTHOMISKY, matrícula nº 000375, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 21, Referência C para Nível 2 Sub-Nível 21 Referência D no valor de R\$ 622,04 (seiscentos e vinte e dois reais, quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.141 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.141 DE 25 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, Matrícula Funcional nº 000069, Registro no Sistema sob nº 294080, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.142 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.142 DE 25 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SOLANGE REGINA DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2013 a 14 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.143 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.142 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SOLANGE REGINA DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2013 a 14 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.144 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.144 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VI, exercendo a função de Professor de Matemática, SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.145 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.145 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955081, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.146 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.146 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, VERÔNICA WOJCIECHOSKI, Matrícula Funcional nº 000171, Registro no Sistema sob nº 299800, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 a 15 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.147 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.601 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, PETERSON ALUISIO KOHLER, Registro no Sistema sob nº 955162, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Secretário gozará férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.148 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.148 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, exercendo a função de Pedreiro/Carpinteiro, SILVANEI MAIA, Matrícula Funcional nº 000672, Registro no Sistema sob nº 955103, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de

dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.149 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.149 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE AUDITORIA CONTROLE E AVALIAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, exercendo a função Gratificada FG-1 Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 06 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.150 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.150 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.151 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.151 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A DIRETORA DE ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Diretora de Escola, ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Diretora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.152 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.152 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Coordenadora Pedagógica, MARILDA SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000140, Registro no Sistema sob nº 197000, referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2012 a 15 de julho de 2013.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.153 de 25 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.153 DE 25 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, exercendo a função de Pedreiro/ Carpinteiro, SILVANEI MAIA, Matrícula funcional nº 000672, Registro no Sistema sob nº 955103, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto

ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2014.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.878 de 27 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.918 de 07 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.918 DE 07 DE MAIO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Odontólogo - MARCELO DE OLIVEIRA CESA, matrícula nº 000418, referente aos períodos aquisitivos: 06 de maio de 2005 a 05 de maio de 2006; 06 de maio de 2006 a 05 de maio de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de abril de 2008 a 27 de maio de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de abril de 2008.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração - Pregão 18/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC
1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2014 - PRE-
GÃO PRESENCIAL

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, visando a correção da descrição do item a ser adquirido, objeto do edital, com a inclusão e exclusão de elementos na descrição. Sendo assim, ALTERAM-SE do edital epigrafado, o Anexo I, o Anexo V, a data para abertura, a data limite para entrega dos envelopes e data limite para autenticação de documentos por servidor público. As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor. A 1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2014 - PRE-
GÃO PRESENCIAL completa pode ser acessada no site do município: <http://www.campoalegre.sc.gov.br>, link "LICITAÇÕES", "Pregão 18/2014 FMS".

Campo Alegre, 28 de julho de 2014.
Carolina da Costa Telma
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Portaria Nº 5.917 de 07 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.917 DE 07 DE MAIO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Especialista em Assuntos Educacionais - JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, matrícula nº 000084, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2007 a 15 de janeiro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 07 de maio de 2008 a 16 de maio de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.916 de 05 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.916 DE 05 DE MAIO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista - JOSÉ BAGNHUCK, matrícula nº 000026, referente ao período aquisitivo: 04 de abril de 2007 á 03 de abril de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 05 de maio de 2008 á 24 de maio de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.915 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.915 DE 24 DE ABRIL DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - ANDRÉIA DO ROCIO MONEY, matrícula nº 0202, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: de 01 de abril de 2003 á 01 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.914 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.914 DE 24 DE ABRIL DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Instrutor de Música - JAKES RICARDO SCHWENDNER, matrícula nº 000236, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo: de 01 de setembro de 2002 á 01 de setembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.913 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.913 DE 24 DE ABRIL DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional III - MANOEL VIEIRA PISKE, matrícula nº 359, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: de 13 de abril de 2003 á 13 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.912 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.912 DE 24 DE ABRIL DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional III - ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, matrícula nº 000005, referente ao período aquisitivo 26 de abril de 2007 á 25 de abril de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.911 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.911 DE 24 DE ABRIL DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Médico Veterinário - DENÍLSON DE SOUZA BANDEIRA, matrícula nº 286, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2006 á 01 de maio de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.910 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.910 DE 24 DE ABRIL DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - MARLÍ AUGUSTIN, matrícula nº 000379, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2007 á 12 de março de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.909 de 24 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.909 DE 24 DE ABRIL DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Operacional I - MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, matrícula nº 000392, referente ao período aquisitivo 05 de março de 2006 á 04 de março de 2007, em moeda

corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.908 de 22 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.908 DE 22 DE ABRIL DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora - SIRLEY MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, matrícula nº 000159, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2007 à 28 de fevereiro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 23 de abril de 2008 à 22 de maio de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.907 de 18 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.907 DE 18 DE ABRIL DE 2008.
CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDORA LACTANTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 88 e Parágrafo Único da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder licença para aleitamento materno a servidora: ROSANGELA ODIA FUECKNER, Agente Operacional I, matrícula nº 000497, sob forma de uma hora de descanso por jornada de trabalho, dividido em dois períodos; sendo uma hora no período matutino e outra uma hora no período vespertino, a partir de 20 de abril de 2008 até a data de 26 de maio de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.906 de 17 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.906 DE 17 DE ABRIL DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Professora: MAURENE TEREZA CUBAS, matrícula nº 000056, por motivo de doença, pelo período de 14 de abril de 2008 a 24 de maio de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de abril de 2008.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
17/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.905 de 17 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.905 DE 17 DE ABRIL DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 330, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Agente Operacional III - LUIZ CARLOS STEFANES, matrícula nº 0209, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 03 Sub-Nível 32, Referência A para Nível 3 Sub-Nível 32 Referência B com vencimento no valor de R\$ 805,08 (oitocentos e cinco reais, oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, retroativo à 1º de janeiro de 2007 conforme Processo Administrativo nº 213/08.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de abril de 2008, será pago o valor de R\$ 519,29 (quinhentos e dezenove reais e vinte e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2007. A título de Contribuição Previdenciária o Servidor deverá pagar o valor de R\$ 32,05 (trinta e dois reais, cinco centavos), e o ente á título de Contribuição Patronal deverá repassar ao IPRECAL o valor de R\$ 53,17 (cinquenta e três reais e dezessete centavos).

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de abril de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
17/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.904 de 16 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.904 DE 16 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO

1º DA PORTARIA Nº 5.770 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.770 de 20 de dezembro de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional - ELENICE KROLL, matrícula nº. 000301, referente ao período

aquisitivo de 07 de novembro de 2006 à 06 de fevereiro de 2007".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 20 de dezembro de 2007.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de abril de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.903 de 16 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.903 DE 16 DE ABRIL DE 2008

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE
REPRESENTANTE LEGAL DO PROGRAMA
BPC NAS ESCOLAS MUNICIPAIS
DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Resolve:

Art.1º) Designar a Secretária Municipal de Educação, Srª. ANACIR CARVALHO DE LIMA FICKNER, matrícula nº 954449, como representante legal do Programa BPC - Benefício de Prestação Continuada, na Rede Escolar de Ensino, no âmbito do território do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de abril de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.902 de 09 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.902 DE 09 DE ABRIL DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III - RENATO RONSKA, matrícula nº 000405, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2006 á 14 de abril de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 10 de abril de 2008 á 30 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.901 de 31 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.901 DE 31 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional I - IZABEL MARQUES, matrícula nº 354, referente ao período aquisitivo 10 de setembro de 2006 á 09 de setembro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 31 de março de 2008 á 09 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.900 de 31 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.900 DE 31 DE MARÇO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão ao Servidor Público Municipal - Especialista em Administração Escolar - JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO, matrícula nº 000084, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível EAE2 Sub-Nível 21, Referência B para Nível EAE2 Sub-Nível 21 Referência C no valor de R\$ 1.400,16 (um mil, quatrocentos reais, dezesseis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, à partir de 1º de março de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à 1º de março de 2008.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
31/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.899 de 31 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.899 DE 31 DE MARÇO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão a Servidora Pública Municipal - Especialista em Assuntos Educacionais - MARIA MAURENE OTTAVAGEN MAY, matrícula nº 000082, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível EAE2 Sub-Nível 21, Referência E para Nível EAE2 Sub-Nível 21 Referência F no valor de R\$ 1.485,80 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais, oitenta centavos) mensais,

do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, à partir de 1º de março de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à 1º de março de 2006.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
31/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.898 de 31 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.898 DE 31 DE MARÇO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional II - Vigia - JOSÉ FERNANDES DA MAIA, matrícula nº 000033, referente ao período aquisitivo: 01 de fevereiro de 2007 à 31 de janeiro de 2008,, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.897 de 31 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.897 DE 31 DE MARÇO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional II - Vigia - JOSÉ FERNANDES DA MAIA, matrícula nº 000033, referente ao período aquisitivo: 01 de fevereiro de 2007 à 31 de janeiro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 01 de abril de 2008 à 20 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.896 de 26 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.896 DE 26 DE MARÇO DE 2008
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA GESTANTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Gestação à Servidora, Instrutora de Música, Srª. GREICY SCHWENDNER, matrícula nº 000506, por um período de 120 dias, a partir de 27 de março de 2008 até 24 de julho de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.895 de 25 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.895 DE 25 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias a Agente Operacional I ROSANGELA ODIÁ FOCKNER, matrícula nº 000497, referente ao período aquisitivo: 12 de fevereiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de março de 2008 à 19 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.894 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.894 DE 24 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente - SÉRGIO COSTA, matrícula nº 000449, referente ao período aquisitivo: 31 de outubro de 2006 à 31 de outubro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 24 de março de 2008 à 07 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.893 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.893 DE 24 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Técnico em enfermagem - SÍRLONE DE SOUZA, matrícula nº 000428, referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2006 à 01 de agosto de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 24 de março de 2008 à 02 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.892 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.892 DE 24 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Fiscal - SANDRO BUENO FRANCO, matrícula nº 274, referente aos períodos aquisitivos: 01 de agosto de 2005 à 31 de agosto de 2006; 01 de agosto de 2006 à 31 de julho de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo ; 01 de agosto de 2006 à 31 de julho de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 24 de março de 2008 à 12 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.891 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.891 DE 24 DE MARÇO DE 2008.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Professora - SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, matrícula nº 000159 Agente lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2002 a 06 de 01 março de 2007.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 24 de março de 2008 á 22 de abril de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.890 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.890 DE 24 DE MARÇO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional I - CÉSAR ELOIR MOURA, matrícula nº 000320, referente ao período aquisitivo 13 de março

de 2007 á 12 de março de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.889 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.889 DE 24 DE MARÇO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional III - RENATO RONSKA, matrícula nº 000405, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2006 á 14 de abril de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.888 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.888 DE 24 DE MARÇO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Fiscal - SANDRO BUENO FRANCO, matrícula nº 274, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2006 á 31 de julho de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.887 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.887 DE 24 DE MARÇO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Operacional III - CLODOALDO DA ROSA, matrícula nº 000104, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2007 á 11 de março de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.886 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.886 DE 24 DE MARÇO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - ROSE MARI CUBAS, matrícula nº 000067, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2007 á 31 de janeiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.885 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.885 DE 24 DE MARÇO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - JANETE DRANCKA, matrícula nº. 000234, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
24/03/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.884 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.884 DE 24 DE MARÇO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, matrícula nº. 000396, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
24/03/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.883 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.883 DE 24 DE MARÇO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, matrícula nº. 000015, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 666,24 (seiscentos e sessenta e seis reais, vinte e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
24/03/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.882 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.882 DE 24 DE MARÇO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - BERTINA BAHR, matrícula nº. 0230, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
24/03/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.881 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.881 DE 24 DE MARÇO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, matrícula nº. 0270, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência C para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
24/03/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.880 de 24 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.880 DE 24 DE MARÇO DE 2008.
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, à Professora - LUCEMAR SCHMASKI PASDA, matrícula nº 000200, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: de 01 de março de 2003 à 01 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.879 de 14 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.879 DE 14 DE MARÇO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA O PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao agente Operacional III - LUIZ CARLOS STEFANES, matrícula nº 000209, referente aos períodos aquisitivos: 01 de dezembro de 2005 à 30 de novembro de 2006 = 10 (dez) dias, 01 de dezembro de 2006 à 30 de novembro de 2007 = 20 (vinte) dias, e pagamento de um terço referente ao período, 01 de dezembro de 2006 à 30 de novembro de 2007.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 17 de março de 2008 à 15 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.878 de 10 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.878 DE 10 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Professora - NAIR ALEXANDRE, matrícula nº 000058, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2006 à 31 de outubro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 13 de março de 2008 à 24 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.877 de 07 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.877 DE 07 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Auxiliar de Odontologia - DAISI ISABEL BUCHAMNN SCHROEDER, matrícula nº 000448, referente ao período aquisitivo 14 de setembro de 2006 à 13 de setembro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 10 de março de 2008 à 19 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.876 de 07 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.876 DE 07 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) de Férias ao Odontólogo - MARCELO DE OLIVEIRA CESA, matrícula nº 000418, referente ao período aquisitivo: 06 de maio de 2005 à 05 de maio de 2006, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 10 de março de 2008 à 29 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
07 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.875 de 03 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.875 DE 03 DE MARÇO DE 2008

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO E ESTABELECE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seu Artigo 71 Inciso VII; Resolve:

Art.1º) Delegar ao Sr. Dr. MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, CRM - 858, à responsabilidade pela Autorização de Internação Hospitalar do HOSPITAL SÃO LUIZ deste Município, também autorizador de APAC'S e exames de média/alta complexidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde "CIS/AMUNESC".

Art.2º) Fica indicado o Sr. Dr. HAROLDO RAETSCH, CRM- 37272063, para ser o suplente no caso de impedimento do Titular citado no Artigo 1º (primeiro) desta Portaria, sem que lhe seja conferido qualquer vínculo Empregatício, Trabalhista ou Estatutário.

Art.3º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 3.857 de 03 de novembro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 03/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.874 de 03 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.870 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Enfermeira: TALITA LEDOUX, matrícula nº 000454, por motivo de doença, pelo período de 01 de março de 2008 a 30 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.873 de 03 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.873 DE 03 DE MARÇO DE 2008
DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seus Artigos 14, inciso VII e Artigo 71; Resolve:

Art.1º) Delegar ao Sr. Dr. MARIANO CEFFERINO LLANO SANCHEZ, Portador do CMR - 858, e do CIC nº 019.475.759-53, a responsabilidade pela emissão de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alto Custo (APAC) aos usuários deste Município do Sistema Único de Saúde .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.872 de 29 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.872 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) de Férias ao Motorista - PAULO PACHECO DA SILVA, matrícula nº 000434, referente ao período aquisitivo: 26 de janeiro de 2006 á 25 de janeiro de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 03 de março de 2008 á 01 de abril de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.871 de 29 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.871 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe Serviço Patrimônio Segurança Protocolo e Arquivo - LILIAN TEREZINHA BARTSCH, matrícula nº 000093, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2006 á 28 de fevereiro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 03 de março de 2008 á 22 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
29 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.870 de 29 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.870 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Enfermeira: TALITA LEDOUX, matrícula nº 000454, por motivo de doença, pelo período de 01 de março de 2008 a 30 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.869 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.869 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Professora - ELISABET SCHINDLER, matrícula nº 000129, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2007 á 02 de maio de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 03 de março de 2008 á 14 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.868 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.868 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Operacional - MARLI LÚCIA MILCHALSKY CARVALHO, matrícula nº 000251, referente ao período aquisitivo 09 de maio de 2006 á 08 de maio de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.867 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.867 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Fiscal - LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula nº 000078, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2007 á 27 de janeiro de 2008, em moeda corrente

oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.866 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.867 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Fiscal - LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula nº 000078, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2007 á 27 de janeiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.865 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.865 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Técnica de Enfermagem - ELAIR PINHEIRO HACK, matrícula nº 000442, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2006 á 16 de novembro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.864 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.864 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO

PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional IV - CLAUDIO DE SOUZA, matrícula nº 000254, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2006 á 30 de setembro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.860 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.860 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez dias) de Férias ao Agente Administrativo II - JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, referente ao período aquisitivo: 23 de dezembro de 2006 à 22 de dezembro de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 04 de março de 2008 à 13 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.859 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.859 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Nutricionista - CINTHIA CHRISTOFFEL, matrícula nº 000415, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.858 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.858 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, à Professora - SOLANGE REGINA DOS PASSOS, matrícula nº 000195, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: de 15 de fevereiro de 2003 à 15 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.857 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.857 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Motorista - OSMAR ALBONI MARIANO, matrícula nº 000264, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: de 01 de dezembro de 2002 á 01 de dezembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.856 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.856 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, á Professora - GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, matrícula nº 000194, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: de 15 de fevereiro de 2003 á 15 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.855 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.855 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036

de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, á Professora - BERTINA BAHR, matrícula nº 0230, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: de 02 de fevereiro de 2003 á 02 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.854 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.854 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Técnico em Nível Médio - JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula nº 337, referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2007 à 07 de junho de 2008.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 25 de fevereiro de 2008 á 05 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.853 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.853 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Técnica em Nível Médio - LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula nº 000078, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 05 Sub-Nível 52, Referência B para Nível 05 Sub-Nível 52 Referência C no valor de R\$ 1.147,89 (um mil cento e quarenta e sete reais, oitenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir desta data.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.852 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.852 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE

NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - SILVIA PASDA UHLIG, matrícula nº. 000173, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para o Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2007.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 354,94 (trezentos e cinquenta e quatro reais, noventa e quatro centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de dezembro de 2007; janeiro de 2008, valor este que corresponde aos meses de dezembro de 2007 e Janeiro de 2008; R\$ 59,15 (cinquenta e nove reais, e quinze centavos), valor correspondente sobre 1/3 de férias e R\$ 177,47 (cento e setenta e sete reais, quarenta e sete centavos) correspondente a Gratificação Natalina do exercício de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2007.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.851 de 25 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.851 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA

CAESP REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal n.º 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em 11 de junho de 2007, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no estágio probatório a Servidora Pública do Município de Campo Alegre/SC, Srª. VANESSA MIRIAM NEUBAUER, matrícula nº 000441, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.850 de 21 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.850 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - LUZIA KOBUS LEAL, matrícula nº. 000397, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.233,78 (um mil, duzentos e trinta e três reais, setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.849 de 21 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.849 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, matrícula nº. 0232, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.233,78 (um mil, duzentos e trinta e três reais, setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de

2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.848 de 21 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.848 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - SIRLEI MARIA KUJASKY MACHOVSKI, matrícula nº. 000159, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.233,78 (um mil, duzentos e trinta e três reais, setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.847 de 21 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.847 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - ERNA LUIZA PACHECO IENSEN, matrícula nº. 0201, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.233,78 (um mil, duzentos e trinta e três reais, setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provisamento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.846 de 21 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.846 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, matrícula nº. 000107, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 616,89 (seiscentos e dezesseis reais, oitenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provisamento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.845 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.845 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, matrícula nº 000015, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2 Sub-Nível 21A para Nível P2 Sub-Nível 21B no valor de R\$ 528,16 (novecentos e sessenta e cinco reais, sessenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 10,36 (dez reais, trinta e seis centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.844 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.844 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - NAIR ALEXANDRE, matrícula nº 000058, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P1 Sub-Nível 13D para Nível P1 Sub-Nível 13E no valor de R\$ 965,68 (novecentos e sessenta e cinco reais, sessenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 15,97 (quinze reais, noventa e sete centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.843 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.843 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, matrícula nº 000069, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3, Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.258,47 (um mil, duzentos e cinquenta e oito reais, quarenta e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 24,69 (vinte e quatro reais, sessenta e nove centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.842 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.842 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, matrícula nº 000059, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3, Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.258,47 (um mil, duzentos e cinquenta e oito reais, quarenta e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 24,69 (vinte e quatro reais, sessenta e nove centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.841 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.841 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - CÉLIA REGINA DRANKA COELHO QUEIROZ, matrícula nº 000013, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2, Sub-Nível 21B para Nível P2 Sub-Nível 21C no valor de R\$ 1.077,43 (um mil, setenta e sete reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 21,12 (vinte e um reais, doze centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.840 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.840 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO

E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - MAURENE TEREZA CUBAS, matrícula nº 000056, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3, Sub-Nível 31F para Nível P3 Sub-Nível 32A no valor de R\$ 1.389,44 (um mil, trezentos e oitenta e nove reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2008, será pago o valor de R\$ 27,23 (vinte e sete reais, vinte e três centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.839 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.839 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Administrativo III, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula nº 000495, referente ao período aquisitivo: 15 de janeiro de 2007 á 15 de janeiro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 06 de fevereiro de 2008 á 25 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requeri-da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 06 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.838 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.838 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Professora: MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH, matrícula nº 0154, por motivo de doença, pelo período de 08 de fevereiro de 2008 a 09 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.837 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.837 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Médica III - Pediatra, NIRAIMATHY CHIDAMBARAM, matrícula nº 000456, por motivo de doença, pelo período de 28 de janeiro de 2008 a 17 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de janeiro de 2008.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.836 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.836 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Enfermeira: TALITA LEDOUX, matrícula nº 000454, por motivo de doença, pelo período de 14 de janeiro de 2008 a 29 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de janeiro de 2008.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.835 de 08 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.835 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze dias) de Férias a Agente Administrativo II - ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula nº 000146, referente aos períodos aquisitivos: 10 (dez) dias do período 19 de fevereiro de 2006 á 18 de fevereiro de 2007; 05 (cinco) dias do período 19 de fevereiro de 2007 á 18 de fevereiro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo, 19 de fevereiro de 2007 á 18 de fevereiro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 18 de fevereiro de 2008 á 03 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.834 de 28 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.834 DE 28 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional II - Vigia, LUIZ SILDONIR CARDOSO, matrícula nº 000041, referente ao período aquisitivo: 26 de outubro de 2006 á 25 de outubro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 06 de fevereiro de 2008 á 25 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.833 de 22 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.833 DE 22 DE JANEIRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AO ASSESSOR JURÍDICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Assessor Jurídico - PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, matrícula nº 954205, referente ao período aquisitivo 02 de junho de 2005 á 01 de junho de 2006.

Art.2º) O Assessor Jurídico gozará férias no período de 23 de janeiro de 2008 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.832 de 21 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.832 DE 21 DE JANEIRO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Auxiliar de Odontólogo - CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, matrícula nº 000422, referente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2006 á 21 de maio de 2007.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 21 de janeiro de 2008 á 30 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.831 de 21 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.831 DE 21 DE JANEIRO DE 2008
INTERROMPE FÉRIAS DO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper 10 (dez) dias as Férias do Servidor Público Municipal Motorista - LUIS CARLOS COTHOVISCKY, matrícula nº 000040, referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2006 á 04 de janeiro de 2007, a partir de 15 de janeiro de 2008.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção do Servidor Público Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2008.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.830 de 21 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.830 DE 21 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente do Controle Interno - ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula nº 000146, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2007 a 18 de fevereiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.829 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.829 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional I - LOURIVAL IOHANSON, matrícula nº 000479, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2006 a 02 de outubro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.828 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.828 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Chefe de Gabinete - JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, referente ao período aquisitivo de 23 de dezembro de 2005 a 23 de dezembro de 2006, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.827 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.827 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Administrativo I - VALDENIR LADER, matrícula nº 0172, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2006 a 15 de março de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.826 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.826 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional IV - PAULO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 0267, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2006 a 30 de junho de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.825 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.825 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Motorista - AMÍLCAR JOSÉ REINHARDT, matrícula nº 000257, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2006, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.824 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.824 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional I - GEOVANE TADEU CANDIDO, matrícula nº 000482, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2006 a 02 de outubro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.823 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.823 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional II "Vigia" - LUIS SILDONIR CARDOSO, matrícula nº 000041, referente ao período aquisitivo de 25 de outubro de 2006 a 25 de outubro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já

requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.822 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.822 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Operacional I - MARIA ORINDA FERNANDES, matrícula nº 000049, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2006 a 31 de outubro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 5.821 de 18 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.821 DE 18 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de

19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional III, JOSÉ CHAVES VIEIRA, matrícula nº 000029, referente ao período aquisitivo 03 de agosto de 2006 á 02 de agosto de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 21 de janeiro de 2008 á 09 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.820 de 15 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.820 DE 15 DE JANEIRO DE 2008.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Agente Operacional I - ELENICE KROLL, matrícula nº 000301 lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2001 a 06 de fevereiro de 2006.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 17 de janeiro de 2008 á 15 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.819 de 15 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.819 DE 15 DE JANEIRO DE 2008.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Agente Operacional I - MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, matrícula nº 000251 lotado na Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 09 de maio de 2000 a 08 de maio de 2005.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 21 de janeiro de 2008 á 20 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.818 de 15 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.818 DE 15 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Motorista, AMILCAR JOSÉ REINHARDT, matrícula nº 000257, referente aos períodos aquisitivos: 01 de novembro de 2005 á 31 de outubro de 2006; 01 de novembro de 2006 á 31 de outubro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2006 á 31 de outubro de 2007.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 21 de janeiro de 2008 á 29 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.817 de 15 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.817 DE 15 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Agente Operacional I, CARLOS GUILHERME STOLBERG, matrícula nº 368, referente aos períodos aquisitivos: 01 de março de 2004 á 28 de fevereiro de 2005; 01 de março de 2005 á 28 de fevereiro de 2006, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 28 de janeiro de 2008 á 07 de março de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.816 de 15 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.816 DE 15 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Operacional I - MARIA ORINDA FERNANDES, matrícula nº 000049, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2005 á 31 de outubro

de 2006, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 21 de janeiro de 2008 á 09 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.815 de 14 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.815 DE 14 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Operacional I - ÂNGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, matrícula nº 000493, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 15 de janeiro de 2008 á 03 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.813 de 14 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.813 DE 14 DE JANEIRO DE 2008.

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA
CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Colocar o servidor Agente Administrativo III - GUSTAVO MACHADO do AMARAL, matrícula nº 000495, para substituir a Chefe do Serviço de Suprimentos, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir do dia 14 de janeiro de 2008 à 02 de fevereiro de 2008, por motivo da titular encontrar-se em gozo de Férias.

Art.2º) O servidor Agente Administrativo III, será remunerado com 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.814 de 14 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.814 DE 14 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional I - LOURIVAL IOHANSON, matrícula nº 000479, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2006 à 02 de outubro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 15 de janeiro de 2008 à 03 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.812 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.812 DE 08 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional I - GEOVANE TADEU CANDIDO, matrícula nº 000482, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2006 à 02 de outubro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 09 de janeiro de 2008 à 28 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.811 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.811 DE 08 DE JANEIRO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE, matrícula nº 000211, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.810 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.810 DE 08 DE JANEIRO DE 2008.
DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO
SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Colocar a servidora Assistente Social - IMELDA JULIA WATZKO, matrícula nº 000453, para substituir a Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir do dia 10 de janeiro de 2008 à 08 de fevereiro de 2008, por motivo da titular encontrar-se em gozo de Licença Prêmio.

Art.2º) A servidora Assistente Social será remunerada com 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança atribuída ao cargo de Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.809 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.809 DE 08 DE JANEIRO DE 2008.
DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DO
DIRETOR TÉCNICO, E ESTABELECE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Colocar o servidor, Médico, Sr. MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, matrícula nº 000489, para substituir o Diretor Técnico - Sr. HAROLDO RAETSCH, matrícula nº 370 a partir do dia 26 de dezembro de 2007 à 08 de fevereiro de 2008, por motivo da titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O servidor Médico será remunerado com 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança atribuída ao cargo de Diretor Técnico.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 26 de dezembro de 2007.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.808 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.808 DE 08 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Terapeuta Ocupacional - MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, matrícula nº 000457, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 23 de janeiro de 2008 à 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.807 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.807 DE 08 DE JANEIRO DE 2008.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Agente Operacional IV - CLAUDIO SOUZA, matrícula nº 000254 lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 1999 a 01 de outubro de 2004.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 15 de janeiro de 2008 á 13 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.806 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.806 DE 08 DE JANEIRO DE 2008
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Administrativo II - LUCILAINE MÓKFA SCHAWARZ, matrícula nº 345, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2006 á 31 de maio de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 14 de janeiro de 2008 á 02 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.805 de 08 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.805 DE 08 DE JANEIRO DE 2008.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Agente Administrativo I - VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, matrícula nº 0203 lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 1998 a 01 de abril de 2003.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 10 de janeiro de 2008 á 08 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.804 de 04 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.804 DE 04 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Administrativo II - VALDENIR LADER, matrícula nº 0172, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2006 à 15 de março de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 10 de janeiro de 2008 à 29 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.803 de 04 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.803 DE 04 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Médico Clínico Geral - HAROLD RAETSCH, matrícula nº 370, referente ao período aquisitivo 19 de abril de 2005 à 18 de abril de 2006, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 10 de janeiro de 2008 à 08 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.802 de 04 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.802 DE 04 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Técnico em Processamento de Dados - ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, matrícula nº 438, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2007 à 10 de maio de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2006 à 10 de maio de 2007.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 07 de janeiro de 2008 à 26 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de janeiro de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.801 de 04 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.801 DE 04 DE JANEIRO DE 2008

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional II (vigia) - ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, matrícula nº 000375, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2006 à 02 de março de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao

período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 07 de janeiro de 2008 á 26 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.800 de 02 de Janeiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.800 DE 02 DE JANEIRO DE 2008
INTERROMPE FÉRIAS DO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias do Servidor Público Municipal - Engenheiro Civil - LAÉRCIO TELLES, matrícula nº 000413, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2006 á 04 de maio de 2007, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção do Servidor Público Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de janeiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
02/01/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.154 de 28 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.154 DE 28 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 04 (zero quatro) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Coordenadora Pedagógica, FLÁVIA ALIANE TURECK HANTSCHER, Matrícula Funcional nº 0000674, Registro no Sistema sob nº 955105, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 29 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
28 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto 7084

DECRETO Nº 7.084/14 DE 24/07/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO DES AGROPECUARIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, no valor de R\$ 31.466,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) no projeto/atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 32 - FUNDO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023- Reequipamento do Fundo Agropecuário

Elementos de despesa: 3-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.00000 - Aplicações DiretasR\$31.466,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação - Recursos de Convênios Federais, saldo do convênio 100.3185-04/2012 - MAPA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 24 de julho de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

Portaria 050/2014

PORTARIA SAMAE CNO 050/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, JOSUÉ FABIANO MELO, para o cargo de ENGENHEIRO, Padrão 10, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Portaria Nº 12/Fmel/2014

PORTARIA Nº 12/Fmel/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art.1º- Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 18/07/2014, á servidora BRUNA SZCZYGIEL KOHLER, comissionada no cargo de Diretora de Esportes - DASU junto à Fundação Municipal de Esportes, conforme comunicação interna.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de Julho de 2014.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 18/07/2014.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 74/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 108/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 74/2014
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 08/08/2014, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital do Pregão Presencial Nº 85/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 122/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 85/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/08/2014, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE QUILÔMETROS RODADOS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS E AUTOMÓVEL, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 13/08/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação da Primeira Alteração do Edital de Chamada Pública Nº PMC 01/2013-A

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
AVISO DE ALTERAÇÃO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º PMC 01/2013-A

Objeto: Chamamento Público para fins de credenciamento de médicos para realização de perícias médicas admissionais e demissionais em servidores públicos municipais para a posse de cargo público.

Edital: Edital alterado e seus anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, link - licitações, no local de informações adicionais.

DA ALTERAÇÃO: Inclusão da possibilidade do credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação dos serviços (item 2.2 do Edital).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Portaria 597/2014

PORTARIA Nº 597, DE 22 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Avaliação Imobiliária para fins de caução, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto no art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 01 de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal, resolve:

Art. 1º Fica designada Comissão Especial de Avaliação Imobiliária composta por:

Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e registro profissional no CREA sob o nº 031.865-9 e no CRECI nº 6.614;

Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.459-53 e registro profissional no CREA sob o nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351;

Hermano Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 054.745.839-82 e no CREA sob o nº 112822-2.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação dos lotes pertencentes à Pegoraro Empreendimentos Imobiliários, Agropecuários e Florestal Ltda., localizados no Loteamento Poente do Sol, em Capinzal, SC para fins de estabelecer a permanência da caução em garantia à municipalidade, em atendimento à solicitação da SIMAE, na conclusão da ETE.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de julho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Portarias 598/2014

PORTARIA Nº 598, DE 22 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Avaliação Imobiliária para fins de caução, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto no art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 01 de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal, resolve:

Art. 1º Fica designada Comissão Especial de Avaliação Imobiliária composta por:

Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e registro profissional no CREA sob o nº 031.865-9 e no CRECI nº 6.614;

Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.459-53 e registro profissional no CREA sob o nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351;

Hermano Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 054.745.839-82 e no CREA sob o nº 112822-2.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação dos lotes pertencentes à Pegoraro Empreendimentos Imobiliários, Agropecuários e Florestal Ltda., localizados no Loteamento Poente do Sol, em Capinzal, SC para fins de estabelecer a permanência da caução em garantia à municipalidade, em atendimento à solicitação da SIMAE, na conclusão da ETE.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de julho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Portaria 581/2014

PORTARIA Nº 581, DE 15 DE JULHO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 685/2013, que dispôs sobre os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de julho de 2014.

Capinzal - SC, em 15 de julho de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário Administração e Finanças

Portaria 586/2014

PORTARIA Nº 586, DE 16 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU)

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as disposições da Lei nº 1.668, de 07 de dezembro de 1992, alterada pela Lei Complementar municipal nº 076, de 17 de março de 2004, e Lei nº 2.462, de 25 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU):

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) Francisco Dirceu de Araújo;
- b) Naiara Faccin;
- c) Rafael Edgar Tonial;
- d) Gerson Valduga; e
- e) Alexandre Roca Nascimento

II - representantes da sociedade civil:

- a) Roberto Baretta;
- b) Cesar Colaço;
- c) Gilberto Garcia;
- d) Angela Maria Filipini;
- e) Maria Helena Maestri; e
- f) Sergio Luiz Riquetti.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2014.

Capinzal, em 16 de julho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Termo de Homologação Chamada Pública Edital 017/2014

CHAMADA PÚBLICA
EDITAL Nº 017/2014
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 017, de 17 de julho de 2014, para preenchimento de vagas para o cargo de Professor de História, cuja lista dos aprovados encontra-se publicada no DOM/SC edição nº 1533, de 23 de julho de 2014.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal, SC, em 24 de julho de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças, interino

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Retificação de Edital Nº 68/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014 - PM
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital de Pregão Presencial n. 45/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos da frota do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II, a saber:

- 60.000l (sessenta mil litros) de Óleo Diesel S 10;

2.2 O proponente vencedor do item Óleo Diesel S 10 deverá disponibilizar 01 (uma) bomba de abastecimento veicular, modelo industrial com vazão de 60 lts por minuto, 01 (um) tanque de armazenamento com capacidade máxima de 5.000 lts com bacia de contenção metálica e 01(um) filtro de linha.

Ante, a alteração acima realizada, o Município de Chapadão do Lageado informa que o presente certame dar-se-á através do Credenciamento a partir das 08h00min, sendo que às 08h30min do dia 7 de agosto de 2014, será aberta a sessão pública, que se realizará na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado/SC.

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital completo.

Chapadão do Lageado-SC, 25 de julho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Edital Audiência Pública Ldo E Loa 2015

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015
Lei Orçamentária Anual - LOA 2015

O Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, por meio de seu representante legal, Senhor José Bráulio Inácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 0121 de 15.05.2001, alterada pela Lei Municipal nº 0305 de 12.06.2006, torna público a realização de Audiência Pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício 2015.

DATA: 30.07.2014 (quarta-feira)

LOCAL: Centro Multiuso e Atenção a Terceira Idade Sebastião Rode, situado na rua Bernardo Henrique Hillesheim S/N - Centro.
HORÁRIO: 09:00 horas

DA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Poderão participar da audiência pública e apresentar propostas, todos os cidadãos residentes no território do município, maiores de 16 (dezesseis) anos.

As propostas serão votadas e definidas por ordem de prioridade por representantes da sociedade civil organizada, denominados delegados, assim representados:

- I - 01 (um) representante do comércio;
- II - 01 (um) representante da indústria;
- III - 01 (um) representante do CPC, de cada comunidade;
- IV - 01 (um) representante de cada APP;
- V - 01(um) representante de cada Conselho Municipal;
- VI - 01(um) representante de cada Associação de Moradores;
- VII - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Cada entidade civil indicará um delegado representante para a Audiência Pública e informará ao Prefeito Municipal antes da data fixada para a realização.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
18 de julho de 2014.
José Braulio Inácio
Prefeito Municipal

Portariano 287/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 287/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Oficial de Nível Médio a Servidora ROSICLEIDE SYPRIANI, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 28 e 29 de julho de 2014, 02 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2012/2013, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
25 de julho de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 6/2014

Termo nº 1/2014

Processo nº 7670/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 6/2014

Aos, vinte e um dias do mês de julho de dois mil e quatorze a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.670/0001-96, neste ato representada pela Diretora Geral/ Superintendente, a senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI, doravante denominada FMC e a ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO PARCERIA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.602.319/0001-39, com sede na Rua 29 de Julho, nº 150, Sala 201, Centro, neste Município, neste ato, representada por seu Presidente, senhor JEAN PAULO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 047.566.669-06 residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 6/2014, firmado em 21 dias do mês de maio de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 18 de agosto de 2014, o prazo de vigência constante na Cláusula Segunda - Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 19 de agosto de 2014.
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

JEAN PAULO DE OLIVEIRA
Presidente da Associação Grupo Folclórico Parceria

Testemunhas:

1.Nome: José Alberto Mazocco
CPF: 492.336.619-20

2.Nome: Kellen Cristina Roggia Silveira Casado
CPF: 021.556.579-78

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 91/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de recompositor de pista usinada a quente para o uso na recomposição asfáltica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 13/08/2014.

Abertura: dia 13/08/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 25 de julho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras -

Errata do Extrato de Publicação do Pregão Presencial Nº 3/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2014

Objeto: Contratação de assessoria técnica na elaboração e implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, com recursos oriundos dos Governos Federal e Estadual, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Na publicação do Extrato de Aviso do Pregão Presencial nº 4/2014 - FMAS, veiculados no dia 24 de junho de 2014, onde lê-se: "... PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014 - FMAS". Leia-se: "... PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - FMAS."

O prazo para protocolo dos envelopes de habilitação e abertura da licitação, fica alterado: Protocolo para dia 08 de agosto de 2014, até às 10h00min, e a abertura da licitação, no dia 08 de agosto de 2014 às 14h00min.

Concórdia, SC, 25 de julho de 2014.

LAURI GARBOSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 2/2014 (Concessão)

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 2/2014 (CONCESSÃO)

O Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do CESAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 24 de julho de 2014, para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão de uso de instalação predial para exploração do serviço de restaurante durante a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.999, de 17 de outubro de 2008, a favor da empresa CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, pelo valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

RUI MAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 341/2014

DECRETO Nº 341, DE 24 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal Sra. LUCIANI TERESINHA KNAKEIVICZ LICHAK, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 340/2014

DECRETO Nº 340, DE 24 DE JULHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/07/2012 a 15/07/2013, que serão gozadas a partir de 30/07/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de julho de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

KELY CRISTINA RANZAN

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N 342/2014

DECRETO Nº342 /2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, II da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir de 28/07/2014 o Sr. ROBERTO CARRARO, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária integral.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Correia Pinto

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços - Processo 41/2014 Pmc

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2014

No dia 6 do mês de Junho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vário Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 41/2014, Processo Licitatório nº. 41/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10840	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	
11109	COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA EPP	
10735	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME	1, 4, 6, 7, 8, 10
9245	MINI MERCADO JULIA LTDA ME	
6705	SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	3, 5, 9

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTI	05.919.156/0001-94		
COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA EPP	07.773.491/0001-52	DIOGO JOSÉ DE OLIVEIRA	076.429.279-08
JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME	13.965.228/0001-68	TIAGO SIMÃO WEIS	077.403.769-57
MINI MERCADO JULIA LTDA ME	04.633.915/0001-95	ALEXANDRE SENEN	039.311.869-03
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	81.839.425/0001-90	ADRYEL AGLIARDI SENEM	034.473.139-19

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6705 - SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Doce de Leite cremoso embalagem de 900gr. Com carimbo do serviço de inspeção (SIM, SIF ou SISB)	UN	MIRIAM	570,000	8,9900	5,124,30
5	Escondor de louça tipo cama em alumínio ou inox, com capacidade para pelo menos 20 pratos. Tamanho grande	UN	DOCESAR	39,000	35,5000	1,384,50
9	PINICO INFANTIL	UN	JUDIAI	50,000	3,9000	195,00

Fornecedor: 10735 - JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Adoçante culinária, em pó, a base de stévia, contendo aprox. 400g cada pote, não devendo conter ciclamato, sacarina e aspartame. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, com prazo de validade e origem, informações nutricionais e ingredientes.	UN	ADOCYL	170,000	24,9500	4,241,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 2/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

Fornecedor: 10735 - JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Vassoura de nylon c/ cabo de boa qualidade, resistente similar ou superior a Condor	UN	HARACEM	1.511,000	4,0000	6.044,00
6	CAÇAROLA DE FERRO MÉDIA Nº 4	UN	KERYSKLYC	37,000	132,0000	4.884,00
7	TABUA DE CARNE, GRANDE, 32x24 Placa de corte atóxica impermeável que impede a contaminação dos alimentos	UN	ALLPLAST	65,000	45,9000	2.983,50
8	PANELA DE ALUMÍNIO 8l	UN	KERYSKLYC	36,000	58,7500	2.115,00
10	DETERGENTE DE LOUÇA - 250 ml	UN	LIMPINHA	6.268,000	0,6900	4.324,92

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis a data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/7
Processo Nº: 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 6 de Junho de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA EPP	CNPJ: 07.773.491/0001-52	_____
JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME	CNPJ: 13.965.228/0001-68	_____
MINI MERCADO JULIA LTDA ME	CNPJ: 04.633.915/0001-95	_____
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	CNPJ: 81.839.425/0001-90	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 53/2014 PMCP**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/6

Processo Nº.: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2014**

No dia 25 do mês de Julho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 53/2014, Processo Licitatório nº. 53/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11066	ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME	
11192	E.J.S.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO C	
10125	RAMALUZ LTDA	1, 2
11193	VIATEC ELETRICIDADE E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA E	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRAME	15.428.171/0001-93		. . .
E.J.S.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO C	02.090.059/0001-43		. . .
RAMALUZ LTDA	08.962.222/0001-05	PIERRE SCHEMES DE JESUS	025.480.599-01
VIATEC ELETRICIDADE E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA E	10.430.521/0001-32	ARTHUR LUCIANO JUTEL	066.044.099-70

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10125 - RAMALUZ LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CHAMADO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.	CH		900,000	29,9769	26.979,20
2	HORA ADICIONAL DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.	HS		2.000,000	25,0104	50.020,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 25 de Julho de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME	CNPJ: 15.428.171/0001-93	_____
E.J.S.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO C	CNPJ: 02.090.059/0001-43	_____
RAMALUZ LTDA	CNPJ: 08.962.222/0001-05	_____
VIATEC ELETRICIDADE E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA E	CNPJ: 10.430.521/0001-32	_____

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2992/14

PORTARIA Nº 2992/14

LICENCIA A SRA. RELENDIA HOFFMANN DOS PASSOS DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, e

Considerando o pedido de Licença por Motivo de Doença em Pessoas da Família formulado pela Servidora Sra. Relenda Hoffmann dos Passos;

Considerando que a Servidora fora aprovada na avaliação de servidor em estágio probatório;

Considerando que, conforme laudo médico, os Genitores da Servidora não possuem capacidade de se gerirem sozinhos, carecendo de cuidados de terceiros;

Considerando que, conforme laudo da Assistente Social constatou que os pais requerentes, de fato, não possuem condições de viverem sozinhos, sendo a Servidora Pública a única capaz de assistir e zelar pelo cuidado dos mesmos.

Considerando que o artigo 95 da Lei Complementar Municipal reza que "O servidor poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, do filho ou enteado e de irmão, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal a esta e que não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado por meio de acompanhamento pela Administração Municipal".

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada na forma do Art. 95 da Lei Complementar Municipal 14/09, por Motivo de Doença em Pessoa da Família, enquanto perdurar a necessidade e por até 24 (vinte e quatro) meses, a Sra. RELENDIA HOFFMANN DOS PASSOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela Portaria nº 26/93.

Art. 2º- A licença será remunerada, nos primeiros 12 meses, contudo o período em que perdurar a licença não será considerado para qualquer efeito de vantagem pessoal, para contagem de triênio ou tempo para aposentadoria, na forma do Art. 95, § 3º e 5º da Lei Complementar 14/09.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 206/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 206/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa COMACO COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 1.151,00 (Um mil, cento e cinquenta e um reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REPOSIÇÃO NO TELhado DAS INSTALAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR, DEVIDO À CHUVA OCORRIDA NO DIA 24/07/2014, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO IV, MEMORANDO E ORÇAMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso IV - Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 24 de Julho de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da ComissãoCristina Melo Menegotto
MembroMárcia Dominski Penteado
Membro**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 24 de Julho de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 24 de Julho de 2014.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 207/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BOMBONAS DE AGUA MINERAL DE (20 LITROS) E AGUA MINERAL SEM GÁS GARRAFAS DE 510ML, PARA USO NO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS E SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 08/08/2014.

A partir das 18:00 horas do dia 08/08/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de julho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****Extrato do Edital de Carta Convite Nº. 036/2014**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Carta Convite nº. 036/2014

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade CARTA CONVITE, tipo "Menor Preço Global", objetivando a AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA MOTONIVELADORA E TRATOR ESTEIRA DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, atendendo a Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 05/08/2014. Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 05/08/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 25 de Julho de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Portaria 089/2014

PORTARIA no 089, DE 17 DE JULHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, de acordo com a Lei Municipal nº 299, de 14 de agosto de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 406 de 15 de agosto de 1997;

RESOLVE:

Alterar representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social na COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL-COMDEC, de que trata a Portaria nº 060/2013, para o mandato de 10/06/2013 à 10/06/2017, na forma que segue:

"(...)

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Jackson Rodrigo de Castilho

Suplente: Valkíria Terezinha Frainer Fronza

(...)"

A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, instituído pela Lei nº 299, de 14/08/1997, está composto, para o mandato de 10/06/2013 à 10/06/2017, pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Titular:

Alicio Giacomozzi

Suplente:

Carlos Alberto Ramlow

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular:
Jackson Rodrigo de Castilho

Suplente:
Valkíria Terezinha Frainer Fronza

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

Titular:
Marli Schurt

Suplente:
Janaina Goes

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

Titular:
Adilson José Nicocelli

Suplente:
Vanderlei José Venturi

REPRESENTANTES DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS

Titular:
Germano Oss-Emer

Suplente:
Eliseu Oss-emer

REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA

Titular:
Carmelo Uber

Suplente:
Rita Uber

REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES

Titular:
Tony Tadeu Nones

Suplente:
Valmir Farias

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Titular:
Valdir André Bagio

Suplente:
José Marcos Claudino do Santos

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR PEDRINHO

Titular:
Osnir José Danna

Suplente:
Luiz Alercio Bertoldi

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**DE DOUTOR PEDRINHO**

Titular:
Antonio Ivo Fiamoncini

Suplente:
Jaqueline Cesario

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de julho de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Portaria 090/2014

PORTARIA no 090, de 22 de julho de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para atuar como coordenador da Defesa Civil no Município de Doutor Pedrinho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 52 e 72, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e fundamentado na Lei nº 299, de 14/08/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Municipal JACKSON RODRIGO DE CASTILHO, para atuar como coordenador da Defesa Civil no Município de Doutor Pedrinho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de julho de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Edital de Convocação 023-2014.Doc

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 023/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público e processo seletivo que trata o Edital Processo Seletivo nº 003/2014.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:
Das 8h as 12h e das 13h30min as 17h30min.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência -atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo publico, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a , b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Julho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO 20 HORAS HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SOLANGE CRISTINA ZAPPE	01º
MARCIA REGINA BRINGHENTI FERREIRA	02º
JEANINHA NEVES DE MENEZES	03º
PATRICIA CAMAROTO DALEASTE	04º
NEIDE PEDROSO	05º
NEUSA DE LOURDES PEREIRA	06º
SILVANA PEDROSO	07º
JESSICA REBELATTO	08º
MARI TANIA GREGOL COUSSEAU	09º
MARIZELHA PEDROSO VAZ	10º
DEONIDE MARIA TOMAZI	11º
JUSSARA LURDES DA SILVA	12º
DAIANE LUCIA GAZZOLA VERDI	13º

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS 6º AO 9º ANO 20 HORAS NÃO HABILITADOS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
JÉSSICA TAIZE SPRICIGO	01º

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA 6º AO 9º ANO 40 HORAS NÃO HABILITADOS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ELIZANDRA VIEIRA DE JESUS	01º

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MEIRI ANGELA PICOLOTO	01º

CARGO: PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
DAIANE BERNARDON	01º

CARGO: PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS NÃO HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
RAQUEL MOURA DE SOUZA BORGES	01º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:

BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Extrato de Inexigibilidade 00022014 - Betha RH.Doc

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 0002/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Betha RH com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

Valor: R\$ 5.052,00 (cinco mil e cinquenta e dois reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0075/2014, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de julho de 2014

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato 01382014 - Betha Siostemas - Sistema RH.Doc

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0138/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Betha Sistemas Ltda

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Betha RH com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

Valor: R\$ 5.052,00 (cinco mil e cinquenta e dois reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0075/2014, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de julho de 2014

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Adt 2º Luiz Quilante - Madeiras Valor.Doc

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Luiz Quilante Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de construção para 80 unidades habitacionais no município de Faxinal Dos Guedes e Distrito Da Barra Grande.

Número do Contrato: 0087/2013

Segundo Termo Aditivo: Aditiva valor.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0040/2013 na Modalidade Tomada de Preços nº 0003/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de julho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.993, de 01 de Julho de 2014. (Republicado)

LEI Nº 1.993, DE 01 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA Poder Executivo realizar acordo judicial nos autos da Ação de Desapropriação Direta nº 166.14.001019-4, que tramita na Vara Única da Comarca de Forquilha E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar acordo judicial nos autos da Ação de Desapropriação Direta nº 166.14.001019-4, que tramita na Vara Única da Comarca de Forquilha, podendo dar em pagamento ao terreno objeto da ação de desapropriação, com 1.740,00m², dentro de uma área maior, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 26.425, de propriedade de Diocese de Criciúma - Paróquia Sagrado Coração de Jesus, especificado no Anexo I desta Lei, os seguintes imóveis:

a) Um terreno urbano, situado no bairro Clarissa, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado ímpar da Rua Irmã Hilda Skrzypczyk, de esquina com a Rua Irmã Apolinária Kammer, correspondente ao lote 01A, da quadra E, do desmembramento PMF/Clarissa, com a área de 612,56m² (seiscentos e doze metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte: 30,40metros com a Rua Irmã Apolinária Kammer; Sul: 30,40metros com o lote 01B, quadra E; Leste: 20,15metros com a Prefeitura Municipal de Forquilha e Oeste: 20,15metros com a Rua Irmã Hilda Skrzypczyk, especificado no Anexo II desta Lei, de propriedade do Município de Forquilha;

b) Um terreno urbano, situado no bairro Nova York, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado a Rua 140, encravado, correspondente a área 01, do desmembramento PMF/Nova York, com a área de 338,25m² (trezentos e trinta e oito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte: 45,00metros com área remanescente do Município de Forquilha; Sul: 15,00metros com loteamento Nova York e 30,00metros com a Diocese de Criciúma - Paróquia Sagrado Coração de Jesus; Leste: 18,55metros com área remanescente do Município de Forquilha e Oeste: 16,55metros com a Diocese de Criciúma - Paróquia Sagrado Coração de Jesus e 2,00metros com área remanescente do Município de Forquilha, especificado no Anexo III desta Lei, de propriedade do Município de Forquilha.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e desmembrar as áreas de terra especificadas nos Anexo II e III desta Lei.

Art. 3º Ficam sob responsabilidade do Município de Forquilha o pagamento das custas judiciais e dos encargos e emolumentos para registro da transferência dos imóveis.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de julho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

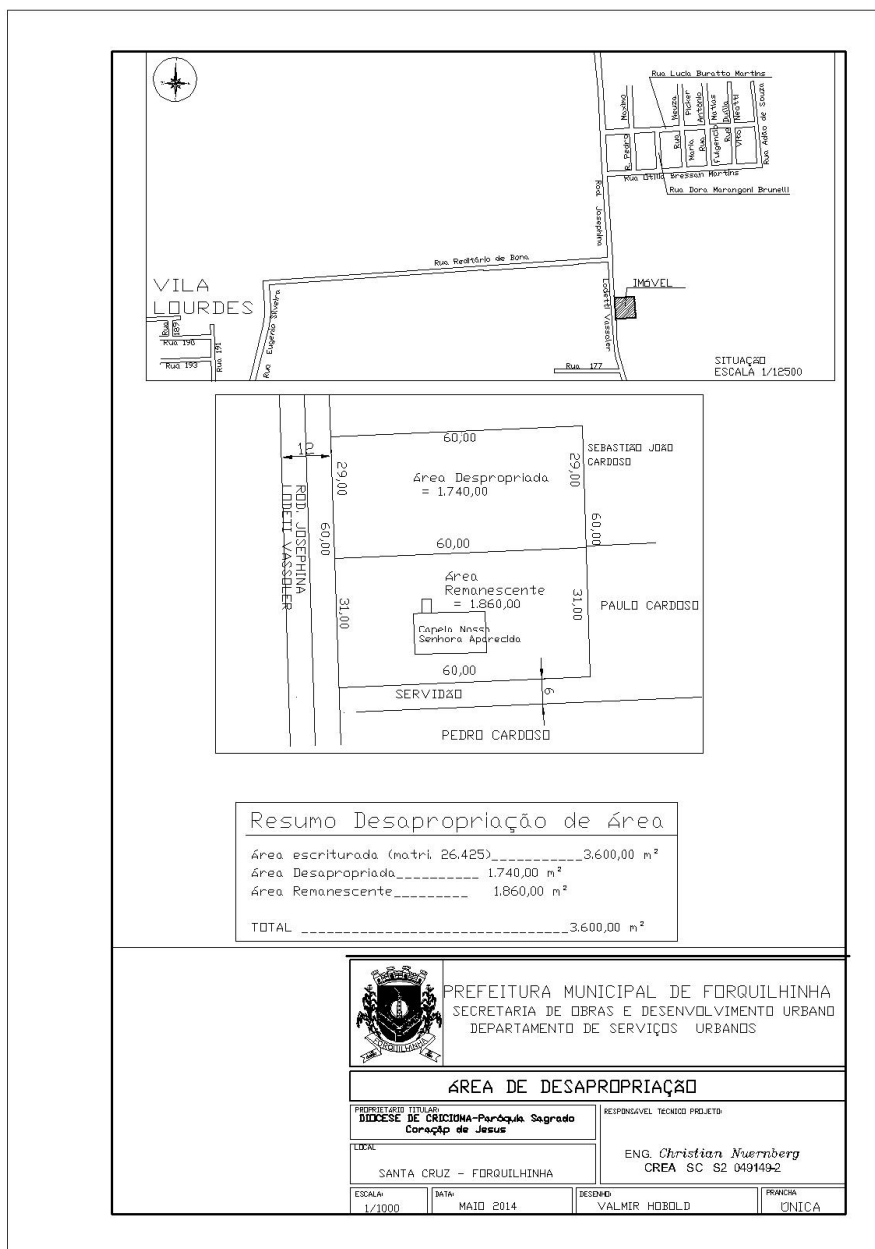
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.

ANEXO II DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.

ANEXO III DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.

ANEXO I DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.



ANEXO II DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.

BAIRRO CLARISSA

Rua Ir. Margarida Montenegro, Rua Ir. Madalena Kokoth, Rua Ir. Apolinária Kammer, Rua Ir. Norberta Ogniewski, Rua Ir. Hilda Skrzypczyk, Rua Ir. Ester Steiner, Avenida Professor Eurico Wink.

LOTE

RUA IR. APOLINÁRIA KAMMER

RUA IR. HILDA SKRZYPCZYK

RUA IR. NORBERTA OGNIIEWSKI

ÁREA A PERMUTAR

ÁREA ESCRITURADA: 1.520,00m² (matrícula 3.206)

Prefeitura Municipal de Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROPOSTA DE PERMUTA

REF.: PLANTA PLANIMÉTRICA
SITUAÇÃO

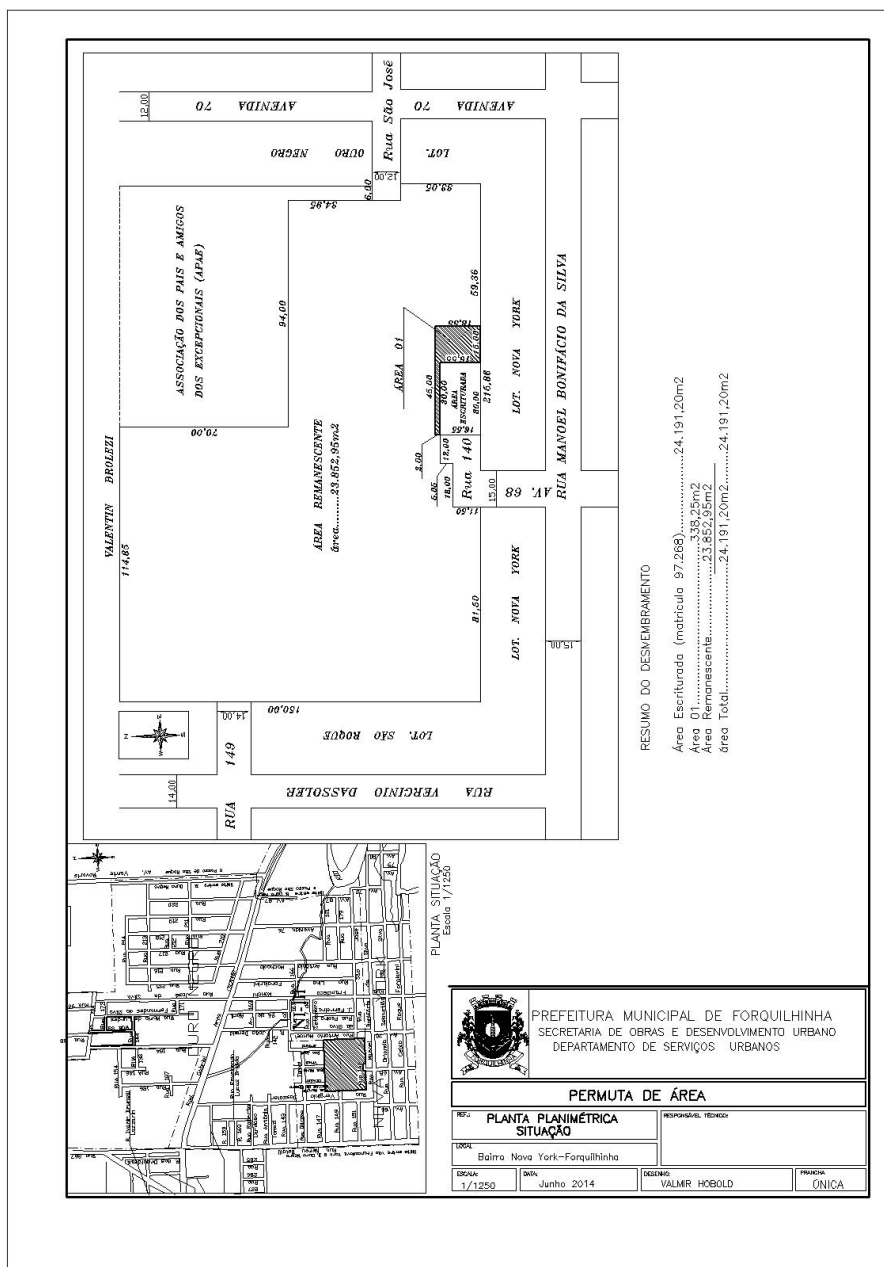
RESPONSÁVEL TÉCNICO PROJETO:

LOCAL: Bairro Clarissa-Forquilha

Lev. topográfico Christian Nuernberg

ESCALA: 1/750 DATA: Abril 2014 DESENHO: VALMIR HOBOLD PRANCHA: ÚNICA

ANEXO III DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.



Extrato de Contrato FMS Nº. 72/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 72/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COM. DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS I).

VALOR - R\$ 629,85 (seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (26) (27).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 19/ FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 61/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 61/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 92/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 92/PMF/2014 o valor de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
35	125	Lata	Óleo de soja - 900 ml	Coamo	R\$ 3,48	R\$ 435,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 17 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 63/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 63/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 133/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME.

DO OBJETO - Construção do Centro Cultural de Forquilha, com área de 514,53 m², localizado na Avenida Professor Eurico Back, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, por meio do Processo nº. 01400.030780/2014-14, Proposta Siconv 001026/2013 e Convênio nº. 7824620/2013 celebrado entre esta municipalidade e o Ministério da Cultura.

DO PRAZO - Fica diminuído o prazo de execução do contrato 133/PMF/2014 de 28/03/2015 para 13/03/2015 bem como a vigência do contrato para 11/06/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Aviso de Republicação do Pregão Presencial Nº 0087A_2014-PMF**

Aviso de Republicação do Pregão Presencial Nº 0087A/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e colocação de janelas e portas e aquisição de vidros para as divisórias internas da nova sede da Secretaria de Educação do município (antiga sede da Câmara de Vereadores):
Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 12.08.2014.
Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 25 de julho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1615/2014

PORTARIA Nº 1.615, DE 25 DE JULHO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora DANIELI RAMALHO MALUCELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.326.249-35, nomeada no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tp009/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2014

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada de concreto na Rua Ilha Santa Maria, Loteamento Village, bairro Ambrósio, conforme projeto aprovado pelo BRDE/FUNDAM - Fundo De Apoio Aos Municípios, com o fornecimento de materiais e mão de obra, e conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 13/08/2014. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 13/08/2014, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 25 de julho de 2014.

Rogério Linhares

Prefeito Municipal em exercício

Aviso de Licitação Deserta Pe 058/2014

AVISO LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 58/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTA o Pregão Eletrônico nº58/2014 que teve por objeto a contratação de empresa para locação de mão de obra de carpintaria naval, a ser prestada para a Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba.

Garopaba, 25 de julho de 2014.

Rafael de Souza

Pregoeiro

RESOLUÇÃO Nº 06_2014 CMDCA

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Garopaba - SC

Lei Municipal Nº 446/93

Telefone - 48-325481-61

Email sds@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº 06 de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre aprovação do Projeto "Estímulo Essencial" elaborado e apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Garopaba/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 12 de maio de 2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Estímulo Essencial" elaborado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 13 de maio de 2014.

Resolução Nº 07_2014 CMDCA

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Garopaba - SC

Lei Municipal Nº 446/93

Resolução nº 07 de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre aprovação do Projeto "Horta Agro-Ecológica" elaborado e apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Garopaba/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 12 de maio de 2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Horta Agro-Ecológica" elaborado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 13 de maio de 2014.

Resolução Nº 08_2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GAROPABA - SC

LEI MUNICIPAL Nº 446/93

Resolução nº 08 de 13 de Maio de 2014.

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas referente ao Convênio 006/03 e aditivo nº 0002/2009 dos recursos repassados através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garopaba/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 446/93, em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 12 de Maio de 2014.

Resolve:

Aprovar a Prestação de Contas no valor de R\$ 9.283,00 (nove mil duzentos e oitenta e três reais) referentes ao Convênio 0006/03 e primeiro termo aditivo ao convênio aditivo nº 0002/2009 prorrogado até 27/12/2014, dos recursos repassados através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 13 de Maio de 2014.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

Resolução Nº 09_2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
GAROPABA - SC
LEI MUNICIPAL Nº 446/93

Resolução nº 09 de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre a criação de uma Comissão Intersetorial destinada à Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA, no uso de suas atribuições estabelecidas, respectivamente, nos artigos 227 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.594/12 que instituiu o SINASE, RESOLVE:

Art. 1º Criar Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º A Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes representantes:

- a) Um representante do Conselho Tutelar;
 - b) Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
 - c) Um representante do Centro de Referência Assistência Social - CRAS
 - d) Um representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
 - d) Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 - e) Um representante da Secretaria de Esporte
 - f) Um representante do NASF;
 - g) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - h) Um representante da Polícia Militar;
 - i) Um representante da Polícia Civil;
 - j) Um representante da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Rodrigues Lopes;
 - k) Um representante da Escola Estadual MARIA CORREA SAAD, Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo, outros representantes de órgãos públicos e/ou cidadãos que tenham relação com o objeto da presente Resolução e/ou possam auxiliar e contribuir com informações imprescindíveis à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo.
- Art. 3º A Coordenação Executiva da Comissão Intersetorial eleita por maioria simples pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será composta pelos seguintes membros:
- Cenir Grunthal Ramos, como coordenadora;
- Itamar Jose Duarte Junior, como Vice-Coordenador;
- Marcelo da Silva, como primeiro secretário;
- Iara Rosane Vargas, como segunda secretária;
- Art. 4º O Coordenador, Vice-coordenador e Secretários exercerão tais funções pelo período de dois anos.
- § 1º As reuniões da Comissão Intersetorial serão convocadas pelo Coordenador, Vice ou Secretário, conferindo-se ciência aos demais membros da Comissão e a eventuais convidados, com no mínimo 03 (três) dias de antecedência.
- Art. 5º Compete à Comissão Intersetorial elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, devendo para tanto:
- a) Promover, de acordo com o artigo 7º, § 2º da Lei Federal nº 12.594/12, a elaboração de diagnóstico da situação municipal referente à situação dos adolescentes em conflito com a lei;
 - b) Estimular a participação de todos os agentes do Sistema de Defesa e Garantia de Direitos, que compõe a rede no município, na discussão, elaboração e implementação do Plano Municipal;
 - c) Submeter ao CMDCA o diagnóstico, propostas, relatórios e conclusões da Comissão Intersetorial visando à aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;
 - d) Propor ao CMDCA, caso necessário, a elaboração de normas destinadas a proporcionar a implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

e) Realizar o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aprovado e as ações necessárias para sua devida implementação;

f) Elaborar e encaminhar relatórios Semestral a respeito do acompanhamento e da implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aprovado, indicando as medidas/ ações concretizadas e aquelas ainda não executadas e as razões respectivas, ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º As atas elaboradas pela Comissão deverão ser encaminhadas para ciência, por meio digital ou em caso de impossibilidade, por escrito, a todos os membros, aos convidados e ao CMDCA.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014

Luciana Correa de Abreu

Presidente do CMDCA

Resolução Nº 010_2014 CMDCA

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Garopaba - SC

Lei Municipal Nº 446/93

RESOLUÇÃO nº 10/2014

Dispõe sobre aprovação da inscrição da Associação ECO Garopaba, no CMDCA de Garopaba

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais - lei 446/1993 e em conformidade com o deliberado em reunião extraordinária no dia 23 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a inscrição da Associação ECO GAROPABA, CNPJ Nº 17.605.201/0001-15 neste Conselho, sob o número 19.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 25 de julho de 2014.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução Nº 011_2014 CMDCA

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Garopaba - SC

Lei Municipal Nº 446/93

Resolução nº 11 de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre aprovação do Projeto "Projeto Prancha Ecológica" elaborado e apresentado pela Associação Eco Garopaba de Garopaba/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em reunião extraordinária no dia 23 de julho de 2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Prancha Ecológica" elaborado pela Associação Eco Garopaba de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 25 de julho de 2014.
Luciana de Abreu Corrêa
Presidente do CMDCA

Resolução Nº 012_2014 CMDCA

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Garopaba - SC
Lei Municipal Nº 446/93
Resolução nº 12 de 25 de julho de 2014.
Dispõe sobre aprovação do Projeto "Projeto Escolinhas Esportivas Garopaba" elaborado e apresentado pela Prefeitura Municipal de Garopaba/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em reunião extraordinária no dia 23 de julho de 2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Escolinhas Esportivas Garopaba" elaborado pela Prefeitura Municipal de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 25 de julho de 2014.
Luciana de Abreu Corrêa
Presidente do CMDCA

Decreto N.º 102

DECRETO N.º 102 DE 25 DE JULHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando o teor da lei Federal nº 12.594/12 e a resolução nº 09/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que criou a Comissão Intersetorial destinada a elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo,

DECRETA,

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem a Comissão Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de atendimento Socio-Educativos as seguintes representações:

BEATRIS DE SOUZA SALVADOR - Representando o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social;

CARIONE ZANELATO - Representando a Secretaria de Assistência Social (gestão);

CENIR GRUNTHAL RAMOS - Representando o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

DALILA PACHECO BERNARDO - Representando a Escola de Ensino Médio Professor Jose Rodrigues Lopes;

GABRIELA RODRIGUES PEREIRA - Representando a Secretaria Municipal de Saúde;

IARA MACHADO ESSEI - Representando a Polícia Civil de Garopaba;

INTI DE MESQUITA ALT - Representando o NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família;

ITAMAR DUARTE JUNIOR - Representando o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

JOSE FRAGOSO DE OLIVEIRA - Representando a Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento;

JOSE RICARDO LOBO - Representando o Conselho Tutelar de Garopaba;

LUIZ CARLOS SOARES - Representando a Escola Estadual Maria Correa Saad;

MARIANA BORGES DOS SANTOS - Representando Oficialato da Infância e Juventude da Comarca de Garopaba;

VALDIR PEREIRA COSTA - Representando a Polícia Militar de Garopaba;

Art. 2º. Os serviços prestados pela Comissão nomeada no artigo 1º deste decreto não serão remunerados, porém são considerados de relevância pública.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2014.
ROGÉRIO LINHARES
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Dispensa de Licitação Nº 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

A Câmara Municipal de Garopaba, com sede à Rua Professor José Botelho, 113 - Centro, Garopaba - SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Contrato nº 03/2014

Processo Administrativo nº 04/2014

Dispensa de Licitação DL nº 03/2014

Contratado: Sérgio Pacheco de Lima, brasileiro, casado, natural da cidade de Garopaba/SC, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 4.217.747 SSP/SC, CPF nº 066.734.809-39, residente e domiciliado à Rua Manoel Álvaro de Araújo, nº 52, Centro, Município de Garopaba/SC.

Objeto: Locação de imóvel, situado a Rua 30 de dezembro, nº. 240, Centro, Garopaba/SC, em alvenaria, sendo 66,07 m² (térreo) e 574,25 m² (pavimento superior), totalizando 640,32 m², a área

conta com total acessibilidade, 01 Plataforma elevatória para acessibilidade 250kg, um auditório para 108 pessoas sentadas, já com cadeiras e climatizado, 6 salas climatizadas, 03 sala com janelas, 01 copa, banheiros com acessibilidade, espaço para o Plenário.
Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Vigência: 31/12/2014

Data da Assinatura: 24/07/2014

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 12/2014

RESOLUÇÃO Nº 12/2014

DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA BANCÁRIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, usando de suas atribuições legais e regimentais em especial o artigo 50 parágrafo 3º inciso VIII, do Regimento Interno da Casa.

Resolve:

Art. 1º - Disciplina o ato de movimentação bancária do Poder Legislativo Municipal, a saber:

I - a emissão de cheques, de qualquer valor somente se fará com as assinaturas da Sra. Helena Aparecida Chaves - Vereadora Presidente da Mesa Diretora e o Sr. Adamastor Saad Benedet Junior - Diretor Geral, nomeado pela Resolução 05/2014 de 16 de Janeiro de 2014.

II - a movimentação geral da Conta Corrente 50.005-4 AG. 4648-5 DO BANCO DO BRASIL S/A, tais como aplicação, transferências, resgates, autorização de débitos, operações de crédito, pagamentos etc., será efetuada com as assinaturas da Sra. Helena Aparecida Chaves - Vereadora Presidente da Mesa Diretora e o Sr. Adamastor Saad Benedet Junior - Diretor Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os saldos bancários, bem como a solicitação de extratos poderão ser efetuados individualmente pela Sra. Helena Aparecida Chaves - Vereadora Presidente da Mesa Diretora ou pelo Sr. Adamastor Saad Benedet Junior - Diretor Geral.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução 06/2014

Gabinete do Presidente, em 25 de julho de 2014.

Helena Aparecida Chaves
Presidente da Mesa

Relatorio Gestao Fiscal 1º Semestre-2014

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.172.878,16	0,00
Pessoal Ativo	1.172.878,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.172.878,16	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		1.172.878,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	43.437.798,85
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	2,70
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (06,00%)	2.606.267,93
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - (05,70%)	2.475.954,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <90% do LIMITE MÁXIMO>	2.345.641,14

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 25/07/2014, Hora de emissão 14h e 42m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING
 PRESIDENTE - MESA DIRETORA
 CPF: 750.935.459-53

HELENA APARECIDA COSTA CHAVES
 Vice-Presidente Mesa Diretora
 CPF: 974.376.979-04

CÉLIO LUIZ BUDAL
 Secretário Mesa Diretora
 CPF: 183.864.159-91

JOSE CARLOS SCHUTZ
 Contador
 CPF: 420.240.999-04
 CRC: 14.555/0-5/SC

Gaspar

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 127/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 127/2014

OBJETO: Registro de Preços de componentes mecânicos para diversas máquinas pertencentes ao Município. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 15/08/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 24 de Julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Decreto Nº 6.023, de 23 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 6.023, DE 23 DE JULHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR CLEONES HOSTINS, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL DE AUDITORIA E CONTROLADORIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor CLEONES HOSTINS, ocupante do cargo em comissão de Diretor Geral de Auditoria e Controladoria, a partir de 23/07/2014, o qual foi nomeado pelo Decreto 5.085/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.452, de 23 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 3.452, DE 23 DE JULHO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS O SERVIDOR JOSÉ LUIZ DE SOUZA E SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria de Transportes e Obras, o servidor JOSÉ LUIZ DE SOUZA E SILVA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gaspar, 23 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.021, de 22 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 6.021, DE 22 DE JULHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR CLEONES HOSTINS, DO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor CLEONES HOSTINS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados III, lotado com 40 h semanais na Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 23/07/2014, o qual foi nomeado pelo Decreto 4.351/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.025, de 25 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 6.025, DE 25 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO da Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado, para integrar a Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conforme segue:

MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Anderson Schramm	Maurício Antônio Junkes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 25 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Aviso de Pregão Presencial Nº 147/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 147/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE DE ESCOLARES - REPETIÇÃO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 08/08/2014. ABERTURA: 13h45min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 25 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR**Aviso do Pregão Presencial Nº 43/2014 - SAMAE**

CONTRATO Nº SAF-58/2014

CONTRATO DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E ASSESSORIA OPERACIONAL PARA O MUNICÍPIO DE GASPAR, ALÉM DA LOCAÇÃO DOS DIREITOS DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR E A EMPRESA PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA.

O MUNICÍPIO DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor PEDRO CELSO ZUCHI, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Içara, 151 - Itoupava Seca, inscrita no CNPJ sob o nº 95.836.771/0001-20, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o senhor ALEXANDRE HWIZDALECK, portador do CPF nº 636.465.959-49, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, com fundamento no art. 24, inciso IV, da lei 8.666/93, devidamente autorizado nos autos dos Processos de Dispensa nº 117/2014, têm entre si justo e contratado o que segue:

1 OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de manutenção, atualização, suporte e assessoria operacional para o Município de Gaspar, além da locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública, com as características e quantidades assim especificadas:

Prefeitura Municipal de Gaspar

Descrição	Qtd.	Valor Mensal	Valor Total
MENSAL Pública - COP - Contabilidade e Orçamento Público	4	R\$ 1.096,90	R\$ 4.387,60
MENSAL Pública - PCP - Compras e Licitações	4	R\$ 1.096,90	R\$ 4.387,60
MENSAL Pública - PPA - Plano Plurianual	4	R\$ 248,80	R\$ 995,20
MENSAL Pública - SAP - Sistema Administração Patrimônio	4	R\$ 685,84	R\$ 2.743,36
MENSAL Pública - Net Requisição Eletrônica	4	R\$ 685,84	R\$ 2.743,36
MENSAL Pública - Portal da Transparência	4	R\$ 708,55	R\$ 2.834,20
HORA Serviços de Atendimento Técnico em Software - Assistência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 4.980,33	R\$ 19.921,32

Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Descrição	Qtd.	Valor Mensal	Valor Total
MENSAL Pública - SAV - Sistema Administração Veículos	4	R\$ 411,07	R\$ 1.644,28

HORA Serviços de Atendimento Técnico em Software - Assistência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 868,57	R\$ 3.474,28

Fundo Municipal de Saúde de Gaspar

Descrição	Qtd.	Valor Mensal	Valor Total
MENSAL Pública - COP - Contabilidade e Orçamento Público	4	R\$ 297,48	R\$ 1.189,92
MENSAL Pública - PCP - Compras e Licitações	4	R\$ 297,48	R\$ 1.189,92
HORA Serviços de Atendimento Técnico em Software - Assistência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 1.052,46	R\$ 4.209,84

Fundo de Desenvolvimento Social de Gaspar

Descrição	Qtd.	Valor	Valor Total
MENSAL Pública - COP - Contabilidade e Orçamento Público	4	R\$ 295,32	R\$ 1.181,28
MENSAL Pública - PCP - Compras e Licitações	4	R\$ 295,32	R\$ 1.181,28
HORA Serviços de Atendimento Técnico em Software - Assistência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 1.048,14	R\$ 4.192,56

Fundação Municipal de Esportes de Gaspar

Descrição	Qtd.	Valor Mensal	Valor Total
MENSAL Pública - COP - Contabilidade e Orçamento Público	4	R\$ 297,48	R\$ 1.189,92
MENSAL Pública - PCP - Compras e Licitações	4	R\$ 297,48	R\$ 1.189,92
HORA Serviços de Atendimento Técnico em Software - Assistência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 1.052,46	R\$ 4.209,84

Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar

Descrição	Qtd.	Valor Mensal	Valor Total
MENSAL Pública - COP - Contabilidade e Orçamento Público	4	R\$ 295,32	R\$ 1.181,28

MENSAL Pública - PCP - Compras e Licitações	4	R\$ 295,32	R\$ 1.181,28
HORA Serviços de Atendimento Téc- nico em Software - Assistência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 1.048,14	R\$ 4.192,56

SAMAE

Descrição	Qtd.	Valor Mensal	Valor Total
MENSAL Serviços de Locação de Sof- tware - COP - Contabilidade e Orçamento Público.	4	R\$ 523,57	R\$ 2.094,28
MENSAL Serviços de Locação de Softwares - PCP - Processo de Compras Públicas.	4	R\$ 523,57	R\$ 2.094,28
MENSAL Serviços de Locação de Softwares - SAP - Sistema de Administração de Patrimônio.	4	R\$ 352,64	R\$ 1.410,56
MENSAL Serviços de Locação de Softwares - SAV - Sistema Administração de Veículos.	4	R\$ 352,64	R\$ 1.410,56
MENSAL Serviços de Locação de Softwares - SAE - Sistema de Administração de Estoque.	4	R\$ 523,57	R\$ 2.094,28
HORA Serviços de Atendimento Técnico em Software - Assis- tência Técnica.	15 (Qtd. Estimada de horas = R\$ 122,00)	R\$ 457,50 (valor de 3,75 hora)	R\$ 1.830,00 (Valor total estimado)
Valor Total:		R\$ 2.733,49	R\$ 10.933,96

Valor total mensal da Contratação: R\$ 12.783,59 (doze mil, sete-centos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Valor total 4 (quatro) meses de Contratação R\$ 51.134,36 (cinquenta e um mil, cento e trinta e quatro mil e trinta e seis centavos).

1.1.1 Para fins deste contrato, consideram-se:

a) Manutenção: processo de melhoria e otimização do software, como também reparo de defeitos. Esta fase envolve mudanças no software para corrigir defeitos e deficiências que foram encontrados durante a utilização pelo usuário e novas funcionalidades para melhorar a aplicabilidade e usabilidade do software. Inicia-se a partir do primeiro dia após o término dos prazos de implantação, desde que o módulo/sistema esteja totalmente implantado e operando nesta data. Dentro deste item, estão incorporados os serviços de atualização e suporte;

b) Atualização: upgrade, processo que tem como finalidade o implemento de uma funcionalidade nova, atualizações de performance e para adequação às novas realidades (para grandes atualizações que podem mudar a versão e até mesmo o produto);

c) Suporte: serviço técnico com o objetivo de prestar assistência intelectual (conhecimentos) e tecnológica (manutenção: revisões, reparos/consertos, atualizações de software etc.) aos usuários da CONTRATANTE, com o fim de solucionar problemas técnicos. De maneira geral, o foco do serviço é ajudar o cliente a resolver problemas específicos do software;

d) Assessoria operacional: compreendem serviços extras não previstos como a execução de tarefas de rotina dos usuários nas dependências da CONTRATANTE. Esses serviços serão pagos através de horas de assessoria, conforme item 4.1.5 deste contrato.

1.2 A CONTRATADA deverá manter atualizações corretivas, que visam corrigir erros e defeitos de funcionamento dos softwares, podendo a seu critério, limitar-se à substituição da cópia com falhas por uma cópia corrigida, não incluindo nestas ações que se tornem necessárias por uso incorreto ou não autorizado, vandalismo, sinistros ou apropriações indébitas.

1.3 A CONTRATADA deverá manter atualizações adaptativas legais para adequar os softwares à alterações da legislação.

1.4 A CONTRATADA deverá manter atualizações evolutivas dos softwares, através da adição de novas funcionalidades aos sistemas não constantes no momento atual, isto é, não previstas nas especificações técnicas desse instrumento ou inexistente no momento do recebimento dos softwares, sempre obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento.

1.5 A CONTRATADA deverá prontificar-se ao treinamento básico dos usuários garantindo a transferência de conhecimentos técnicos necessários para a utilização e operação dos softwares instalados nos equipamentos.

1.6 A CONTRATADA fica responsável pelo diagnóstico dos softwares, através de assessoramento e consultoria na avaliação da situação atual e definição do cronograma e ações para a implantação dos mesmos.

1.7 O objeto compreende também a prestação de serviços de análise e programação na adequação dos softwares para atender necessidades específicas da CONTRATANTE, ora definida como customização.

1.8 Os serviços de atendimento técnico em software (itens 7, 9, 12, 15, 18, 21 e 27) são quantidades estimativas para a vigência deste contrato, sendo utilizadas conforme a necessidade da CONTRATANTE.

1.9 O regime de execução do presente Contrato é o de empreitada por preço unitário.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

- Documentos de Habilitação da CONTRATADA;
- Proposta Comercial da CONTRATADA;
- Processos de Dispensa de Licitação nº 117/2014.

2.2 Os documentos referidos no subitem anterior são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser executados no prédio sede do Paço Municipal, na Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435 - Praça Getúlio Vargas, Centro, Gaspar/SC, na Secretaria de Transporte e Obras, Av. Frei Godofredo, nº 1.635 - Santa Terezi-nha, Gaspar/SC, na Secretaria Municipal de Saúde, na Rua Vereador Augusto Beduschi, 254 - Centro, Gaspar/SC, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, na Avenida das Comunidades, nº 133 - Centro, Gaspar/SC, e no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, na Rua Barão do Rio Branco, nº. 500 - Centro, Gaspar/SC.

4 PREÇOS

4.1 Os valores unitários para a execução do objeto deste Contrato, são os descritos no item 1.1, conforme apresentados na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovados pelo CONTRATANTE.

4.2 Os preços retro-referido são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos nos mesmos todas as despesas e

custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 Os valores dos serviços, objeto deste Contrato, são irrecusáveis.

4.4 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária de rubricas:

17/2014 00003.00004.00004.00123.00006.2.200022.3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

104/2014 00008.00013.00015.00451.00014.2.200074.3.3.3.9.0.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

15/2014 00012.00025.00027.00812.00028.2.200162.3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

63/2014 00006.00011.00010.00301.00026.2.200152.3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

103/2014 00006.00011.00010.00301.00026.2.200122.3.3.3.9.0.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

14/2014 00010.00020.00008.00244.00029.2.200164.3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

22/2014 00013.00026.00017.00512.00025.2.200110.3.3.3.9.0.00.00.00.00 - Outros Serviços

3/2014 00006.00011.00010.00301.00026.2.200122.3.3.3.9.0.00.00.00.00 - Outros Serviços

5 PRAZOS DO CONTRATO

5.1 O presente Contrato passa a vigorar no dia 1º de julho de 2014, encerrando-se em 1º de novembro de 2014; não podendo ser prorrogado.

5.2 Os serviços deverão ser iniciados de imediato.

6 CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente datada e assinada pelo Órgão Municipal competente, atestando o recebimento do objeto.

6.1.1 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

6.2 Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.3 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

7 RESPONSABILIDADES

7.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, provocar ou causar para o CONTRATANTE, ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE.

7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços prestados.

8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos serviços executados;

b) efetuar o pagamento dos serviços executados na época de sua exigibilidade;

c) não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;

d) estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas as quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, o CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

e) proteger todos os programas com os respectivos dados, contidos na máquina ou ambiente destinados.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) manter, durante o prazo de vigência do Contrato, todas as exigências contidas em suas cláusulas e referidos anexos;

b) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);

c) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, conforme previsto no art. 69 da lei 8.666/93.

d) pagar todas as despesas oriundas da execução do presente Contrato, inclusive encargos trabalhistas, sociais, fiscais e custos de hospedagem e deslocamentos.

e) providenciar o saneamento de qualquer irregularidade na prestação dos serviços;

f) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução dos serviços;

g) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho;

h) responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços;

i) atender aos chamados de suporte técnico dentro dos prazos definidos no item 10 deste contrato;

j) manter os seus técnicos identificados por crachás, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

k) responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos, softwares e informações e a outros bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços aqui contratados;

l) garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações previstas nos termos deste contrato;

m) manter a regularidade operacional e a integridade do sistema;

n) informar o CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, prevista no serviço de manutenção, desde que seja de interesse do mesmo;

o) executar a substituição dos programas, sempre que necessário, efetuando versões atualizadas a serem introduzidas no sistema;

p) na eventual impossibilidade da CONTRATADA de continuar suas atividades, esta se compromete a entregar os códigos-fontes dos programas de que trata este contrato, ou definirá os critérios que assegurem ao Município o direito de continuidade de uso e garantia do suporte ao sistema;

q) dispensar todas as informações, senhas, apoios administrativos, bem como demais suportes necessários à transição para outros sistemas, na hipótese de rescisão do contrato, com ou sem culpa ou sua não prorrogação, seja por impedimento legal ou juízo de mérito por parte da Contratante.

10 DAS ABERTURAS DE CHAMADOS E ATENDIMENTO TÉCNICO

10.1 Os chamados poderão ser feitos:

10.1.1 Via Telefone, onde serão recebidos por uma central de atendimento ao cliente que realiza a avaliação prévia dos mesmos, identificando o cliente, problema, nível de prioridade e especialidade, data e hora da solicitação. O cliente/usuário que está solicitando o chamado recebe por telefone/fax, ou correio eletrônico a confirmação da solicitação com a identificação do mesmo (número do chamado, o cliente, problema, nível de prioridade e especialidade, data e hora da solicitação). Após este procedimento, estes chamados são encaminhados aos técnicos especialistas de acordo com a especialidade identificada na solicitação.

10.1.2 Via Correio Eletrônico, sendo que após o envio por parte do cliente/usuário de sua solicitação para uma conta específica, o Help Desk lê as contas de correio, analisa seu conteúdo, adiciona o chamado ao banco de dados, escala para um especialista para atendimento. O cliente recebe o retorno do chamado com o seu número do chamado, problema, nível de prioridade e especialidade.

10.1.3 Após emitido o chamado por parte do cliente/usuário, seja por telefone ou correio eletrônico, a CONTRATADA tem o limite de 20 (vinte) minutos para dar o retorno do chamado com os dados acima descritos, exceto quando a prioridade for definida como urgente, que deverá ser dado o retorno do chamado em até 5 (cinco) minutos.

10.2 As solicitações de atendimento serão recebidas pela CONTRATADA, identificada a natureza do problema e encaminhada aos seus respectivos especialistas, que irão proceder o atendimento e retornar ao usuário através do telefone, e-mail, acesso remoto ou visita técnica, baseados no nível de prioridade de cada chamado. Nos casos que houver a necessidade de intervenção dos técnicos para a realização de procedimentos a base de dados e aplicativos instalados e implantados na CONTRATANTE, tais serviços, sempre que possível, poderão ser realizados remotamente acessando os sistemas da CONTRATANTE. Dependendo das circunstâncias e nível de prioridade, o atendimento ao chamado deverá ser realizado in loco na sede da CONTRATANTE.

10.3 O atendimento será procedido para pedidos de suporte no horário de expediente da CONTRATANTE, de segunda à sexta-feira.

10.4 Para os fins de atendimento dos chamados serão elencados quatro níveis de atendimento com o propósito de dividir as prioridades e o tempo de resposta.

10.4.1 O tempo de atendimento dar-se-á de acordo com a sua prioridade, conforme disposto:

Prioridade	Situação	Tempo Resposta	Tempo de Solução
1	Sistema totalmente parado	Até 30 minutos	Até 02 horas
2	Problemas, dúvida ou solicitação de serviços para resolver funcionalidades que prejudicam a funcionalidade do sistema causando prejuízo imediato ao erário público	Até 02 horas	Até 04 horas
3	Problemas, dúvida ou solicitação de serviços para resolver funcionalidades que prejudicam a funcionalidade do sistema, no entanto não causando prejuízo ao erário público	Até 04 horas	Até 24 horas
4	Problema, dúvida ou solicitação de serviços que não afeta o funcionamento do sistema	Até 06 horas	Até 48 horas

10.4.2 Os prazos dispostos no item 10.4.1 deste contrato só se iniciarão e finalizarão em horas úteis, considerando o horário de

expediente da CONTRATANTE.

10.5 O não cumprimento dos prazos ensejará na aplicação das penalidades dispostas no item 11 deste contrato.

11 DAS PENALIDADES

11.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, estará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade, na forma do art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93.

11.2 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo a CONTRATANTE.

11.3 Caberá aplicação de multa nas seguintes proporções e casos:

- Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da CONTRATADA, será aplicada a penalidade de Multa de 1% sobre o valor do Contrato, mais multa de 0,5% calculada sobre o valor devido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso;
- Em caso de não cumprimento do Contrato, assim entendido:

I - atraso injustificado para o início da execução em mais de 24 (vinte e quatro) horas;

II - paralisação da execução do Contrato sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

III - desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - cometimento reiterado de faltas;

Caberá aplicação da penalidade de multa de 20% calculada sobre o valor do Contrato, podendo resultar na rescisão do Contrato.

- Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato, se a contratada não dispensar todas as informações, senhas, apoios administrativos, bem como demais suportes necessários à transição para outros sistemas, na hipótese de rescisão do contrato, com ou sem culpa ou sua não prorrogação, seja por impedimento legal ou juízo de mérito por parte da Contratante.

11.4 Caberá aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos seguintes casos e pelos seguintes prazos:

I - atraso injustificado para o início da execução, em mais de 24 (vinte e quatro) horas - 1 ano;

II - paralisação da execução do Contrato sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE - 2 anos;

III - fraude na execução do Contrato - 2 anos;

IV - comportar-se de modo inidôneo - 2 anos;

V - cometer fraude fiscal - 2 anos;

VI - Apresentação de documentação falsa - 2 anos.

11.5 Caberá aplicação da declaração de inidoneidade nos casos previstos nos subitens III, IV, V e VI do item 11.4.

11.5.1 Para os fins do subitem IV do item 11.4, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.6 Em todo caso a CONTRATADA terá direito ao contraditório e a ampla defesa;

11.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a CONTRATADA apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

11.7 É facultado a CONTRATADA apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

11.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente dos valores devidos a Contratada, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

11.9 Caso não seja recolhida o valor da multa no prazo estabelecido, a CONTRATADA será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

11.10 As penalidades de Advertência e Multa, poderão ser aplicadas pelo Diretor Geral de Administração e Finanças ou pelo Secretário de Administração e Finanças.

11.11 As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas pelo Secretário de Administração e Finanças.

11.12 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

12 RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 A CONTRATADA, quando do encerramento deste Contrato, obriga-se a deixar desbloqueados os bancos de dados dos sistemas, sem senhas, possibilitando futuras migrações ou integrações à outros sistemas, sem qualquer custo adicional.

13.3 Aplicam-se à este Contrato as disposições da Lei nº 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as contratações promovidas pela Administração Pública.

14 VALOR DO CONTRATO

14.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de R\$ 51.134,36 (cinquenta e um mil, cento e trinta e quatro mil e trinta e seis centavos), para todos os legais e jurídicos efeitos.

15 FORO

15.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Gaspar (SC), 30 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI CONTRATANTE	PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA. CONTRATADA
----------------------------------	---

Testemunhas:

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Novo Aviso de Licitação Pregão 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 039/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/08/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 07/08/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 25 de Julho de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141 - Governador Celso Ramos/SC

Grão Pará

PREFEITURA

Edital de Leilão Nº 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 64/2014
EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2014-LE

A Comissão de Leiloeiros torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 14 de Agosto de 2014, a partir das 14 h, nas dependências da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, situada na Rua Orleans, s/n, Centro, Grão-Pará, LEILÃO visando à ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, integrantes do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará. A íntegra do presente Edital e demais informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, no horário de expediente, compreendido das 12h30min às 18h30min, pelo telefone (48) 3652-1177 ou pelo e-mail gabinete@graopara.sc.gov.br.

Grão-Pará/SC, 24 de Julho de 2014.
JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT
Presidente da Comissão de Leiloeiros

OSMAR LUIZ DA COREGIO
Secretário da Comissão de Leiloeiros

ROSILDA PERIN BÖGER
Membro da Comissão de Leiloeiros

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**Decreto Df 43/2014 - Contabilidade****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000043/14 de 25 de Julho de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(065)4.4.90.00.00.00.00.2.034-0151 - Aplicacoes Diretas

3.100,00

Total Suplementação:**3.100,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(014)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0151 - Aplicacoes Diretas

3.100,00

Total Anulação:**3.100,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Julho de 2014.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº20/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 20/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE DIETAS ESPECIAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FRALDAS, SONDAS E INSUMOS PARA DIABÉTICOS PARA PACIENTES ADVINDOS DE PROCESSOS JUDICIAIS

Entrega dos Envelopes: 12/08/2014 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 12/08/2014 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM(SC), 23/07/2014

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº21/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 21/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODMÉSTICOS, ELETROPORTÁTEIS E MÓVEIS PARA UNIDADES DE SAÚDE

Entrega dos Envelopes: 11/08/2014 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 11/08/2014 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM(SC), 23/07/2014

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº. 355/2014

DECRETO Nº. 355/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 27.700,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

08.00 - Secretaria de Infraestrutura
08.001

015.451.0011.1017

44900000000000

10000 R\$ 24.700,00

12.00 - Fundo Municipal de Saúde

12.001

010.304.0006.2046

33900000000000

10200 R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

08.00 - Secretaria de Infraestrutura

08.001

015.451.0011.1017

33900000000000

10000 R\$ 24.700,00

12.00 - Fundo Municipal de Saúde

12.001

010.304.0006.2046

44900000000000

10200 R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretaria de Administração e Finanças

Portaria Nº. 317/2014

PORTARIA Nº 317/2014

DESIGNA pessoal para desempenhar funções no atendimento presencial do cadastro de retirada do FGTS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o pessoal abaixo relacionado, para desempenhar funções no atendimento presencial do cadastro de retirada do FGTS, que ocorrerá na Biblioteca Pública Municipal, localizada na Rua Irineu Vilela Veiga, 222, no Centro, das 8h30 às 16h, a partir de 04 de agosto de 2014, pelo período que perdurar:

Alceu Murara - Coordenador Responsável;

Carlos Alberto da Silva;

Claudio Maba;

Débora Cristina Buzzi Finardi;

Fernanda Salvador D Bem Kuntz;

Francisco Belmiro Laffin Jr.;

Inês Ferreira;

Ivo Rangheti;

Jorge Luiz Chaves;

Juliano Jardel Girolla;

Márcio José Jung;

Soeli de Fátima Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Aviso Licitação 662014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM
EDITAL PREGÃO Nº 66/2014
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL N. 66.2014 - PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Lauro Frohlich, torna público para o conhecimento dos interessados no pregão nº 66/2014, Aquisição de microcomputadores, datashow, câmera digital e licenças, que está promovendo alterações no edital, em virtude das alterações ocorridas em diversos itens da proposta. O edital com as alterações já se encontra disponível no site www.guaramirim.sc.gov.br, ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, fone (47) 3373-0247.

Sendo assim, tendo em vista as alterações modificarem as formulações das propostas, esta administração pública comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: DATA, HORA e LOCAL: até às 09h 00 min do dia 13 de Agosto de 2014, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

GUARAMIRIM (SC), 24/07/2014
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota

PREFEITURA

Decreto 27 2014

Decreto nº 027/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDERÁ DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com os arts. 1 e 2 da Lei Municipal nº 1777 de 18 de Julho de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$133.965,05 (Cento e trinta três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos), por conta da redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente:

ENTIDADE: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ILHOTA
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 1.016 - Aquisição de Brinquedos de Playgrounds

(32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas ..R\$25.000,00

Proj./Ativ.: 1.017 - Aquisição de Equipamentos de Informatica

(3) 4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas ...R\$25.000,00

Proj./Ativ.: 1.018 - Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Infantil

(34) 4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas ..R\$20.100,00

Proj./Ativ.: 1.019 - Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Fundamental

(36) 4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas ..R\$25.000,00

Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção do Ensino Fundamental

(31) 4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas ..R\$13.600,00

Proj./Ativ.: 2.047 - Manutenção do Ensino Infantil

(58) 4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas ...R\$9.971,50

Proj./Ativ.: 2.048 - Aquisição de Brinquedos Didáticos

(60) 3.3.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas .R\$15.293,55

Art.2º - O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção do Ensino Fundamental

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas .R\$88.893,55

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção do Ensino Infantil

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas .R\$45.071,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ilhota, 24 de Julho de 2014.

DANIEL C. BOSI

Prefeito Municipal

Decreto 25 2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Ilhota

Poder Executivo Municipal- Gabinete do Prefeito

Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC

C.NP.J 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000

Fone: (047) 3343-8800 Fax: (047) 3343-8009

DECRETO Nº 25, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 1491/2008, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelece a Lei Municipal nº 1491/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica através desse Decreto regulamentado o Artigo 23 da Lei nº 1491/2008 de 06 de agosto de 2008, nomeando os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP, no âmbito do Município de Ilhota, para atuar no biênio 2012/2014, assim composto:

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Délcio Dário Custódio

Suplente: Maria Aparecida M.M Quintino

Titular: Élisson Pierri Hort

Suplente: Eliane Batista Simon

Representantes do Poder Legislativo

Titular: Lavino Miguel Nunes

Suplente: Almir Anibal de Souza

Representantes dos Segurados Ativos

Titular: Lorena Catellain

Suplente: Delson Castellain

Titular: Eli Regina Nagel

Suplente: Marisa Miglioli Papst

Representante dos Inativos e Pensionistas

Titular: Marise G. da Silva

Suplente: Valéria Costa

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 23 de Julho de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

Decreto 26 2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Ilhota

Poder Executivo Municipal- Gabinete do Prefeito

Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC

C.NP.J 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000

Fone: (047) 3343-8800 Fax: (047) 3343-8009

DECRETO Nº 26, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a criação do Comitê de Investimentos de Recursos Previdenciários no âmbito do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota - ILHOTAPREV, e dá outras providências.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista as disposições contidas na Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012, do Ministério da Previdência Social, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013, publicada no DOU em 11/10/2013, e resolução do CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Comitê de Investimentos de Recursos Previdenciários, no âmbito do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota-SC - ILHOTAPREV, competindo-lhe assessorar o seu Superintendente, na correta execução da Política de Investimentos e na definição da aplicação dos recursos financeiros do Regime Próprio de Previdência Municipal, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Parágrafo único. A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos:

I - Política de Investimentos aprovada pelo Órgão Superior Competente do ILHOTAPREV;

II - Disposições contidas no parágrafo único do art. 1º e incisos IV, V e VI do art. 6º, ambos da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

III - Normas do Conselho Monetário Nacional, constantes da Resolução nº 3.922, de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, ou qualquer outra que vier a alterá-la ou substituí-la;

IV - Conjuntura econômica de curto, médio e longo prazo;

V - Indicadores Econômicos.

Art. 2º. O Comitê de Investimentos reger-se-á pelas regras elencadas no Regimento Interno do Comitê de Investimentos, que faz parte integrante deste Decreto como Anexo Único.

Art. 3. O Comitê de Investimentos se reunirá no Instituto de Previdência Municipal de Ilhota - ILHOTAPREV, em horários definidos a critério de seu Presidente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota (SC), 23 de Julho de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Art. 1º. Fica regulamentado, nos termos deste Decreto o funcionamento do Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota-ILHOTAPREV

Art. 2º. O presente regimento tem por finalidade estabelecer os princípios básicos inerentes ao Comitê de Investimentos de Recursos Previdenciários do Município de Ilhota.

Parágrafo único. O Comitê é uma instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, voltada para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos do RPPS.

Art. 3º. O Comitê será composto pelos seguintes membros com direito a voto, a saber:

- I - Alex Miranda (efetivo);
- II - Ana Tereza Z. Americano (efetiva);
- III - Avarilda A. de Souza (efetiva);

§ 1º. O responsável pela gestão dos recursos, deverá ser obrigatoriamente, pelo Superintendente do RPPS .

§ 2º. Dentre os membros integrantes do comitê, pelo menos um deles, deverá ser obrigatoriamente certificado em conformidade com o art. 2º da Portaria MPS nº 519, DE 24/08/2012.

Art. 4º. O presente Comitê terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - Elaborar anualmente a política de investimentos, bem como eventuais revisões, submetendo-as à fiscalização ao Conselho Municipal de Previdência do ILHOTAPREV ;

II - Elaborar a estrutura de limites e competências, bem como suas eventuais revisões, submetendo-as à fiscalização do Conselho Municipal de Previdência do ILHOTAPREV;

III - Acompanhar o desempenho obtido pelos investimentos, em consonância com a política de investimentos, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução nº 3.922, de 25/11/2010;

IV - Alocar taticamente os investimentos, em consonância com a política de investimentos, o cenário macroeconômico, e as características e peculiaridades do passivo;

V - Selecionar opções de investimentos, verificando as oportunidades de ingressos e retiradas em investimentos;

VI - Zelar por uma gestão de ativos, em consonância com a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na política de investimentos, e que atendam aos mais elevados padrões técnicos, éticos e de prudência;

VII - Determinar política de taxas e corretagens, considerando os custos e serviços envolvidos e praticados no mercado;

VIII - Selecionar gestores, corretoras de valores e outros prestadores de serviços, diretamente ligados à atividade de administração de recursos, quando for o caso;

IX - Analisar economicamente projetos de investimentos e sua respectiva viabilidade.

Art. 5º. As reuniões do Comitê somente se instalarão com presença de, no mínimo, dois membros, desde que estejam presentes o

Presidente do Comitê :

§ 1º. O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, conforme calendário previamente estabelecido.

§ 2º. Havendo motivo que justifique, qualquer membro poderá solicitar reunião extraordinária.

§ 3º. Nas reuniões ordinárias cada membro será responsável por preparar informações e reunir elementos suficientes para que os seguintes assuntos possam, obrigatoriamente, compor a pauta:

I - Análise do cenário macroeconômico de curto prazo, bem como as expectativas de mercado;

II - Avaliação de investimentos que compõem o patrimônio dos diversos segmentos de aplicação;

III - Análise de fluxo de caixa, considerando as obrigações previdenciais e administrativas para o mês em curso;

IV - Proposições de investimentos e/ou desinvestimentos, considerando avaliações técnicas com relação aos ativos objetos da proposta, que justifique o movimento proposto.

§ 4º. O Comitê terá um Secretário , com as seguintes atribuições:

I - Distribuir, previamente, a pauta de cada reunião, contendo os assuntos a serem deliberados, bem como material de apoio à reunião;

II - Lavar as respectivas atas das reuniões tomadas, em face à legislação aplicável;

III - Zelar pela legalidade das reuniões tomadas, em face à legislação aplicável.

§ 5º. Os assuntos a serem tratados nas reuniões do Comitê deverão, sempre que possível, estarem embasados em exposições contendo todas as informações sempre que se julgar necessário, poderão ser convidados especialistas de mercado ou quaisquer outras pessoas que venham a contribuir para a análise e discussão de assunto em pauta.

Art. 6º. As decisões do Comitê serão aprovadas conforme o tema e respeitando-se a estrutura de limites e competências vigente, observadas as seguintes definições:

I - Maioria simples significa aquela em que dois dos três membros votaram igualmente sobre a matéria;

II - Maioria qualificada significa aquela em que tanto o Presidente do Comitê, quanto o membro tenham votado igualmente sobre a matéria, ainda que em quórum mínimo;

III - Maioria absoluta significa aquela em que todos os membros, reunidos em quórum integral, tenham votado igualmente sobre a matéria.

§ 1º. Caberá ao responsável técnico pela gestão dos recursos, além do voto pessoal, o de qualidade, quando aplicável.

§ 2º. Havendo manifestação de vontade, eventuais votos vencidos deverão ser registrados, acompanhados das respectivas justificativas que embasaram o voto.

Art. 7º. As atas de reuniões, bem como seus respectivos anexos, depois de numeradas e assinadas serão armazenadas por prazo indeterminado.

§ 1º. Os membros do Comitê têm o dever de cumprir este Regimento Interno e:

I - Dar ciência das decisões ao Conselho Municipal de Previdência CMP;

II - Estruturar juridicamente as propostas de modificações e, ou atualizações no regimento interno do Comitê;

III - A guarda das atas de reuniões do Comitê.

Art. 8º. O Comitê se reunirá em horário vespertino no ILHOTA-PREV, para execução de suas atividades, sem prejuízo financeiro ou funcional dos cargos ocupados bem como do expediente normal daqueles que a compõem.

Art. 9º. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ilhota (SC), 23 de Julho de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Errata Edital Nº 001-2014 - Sedurb - Audiência Pública - Apresentação Diagnóstico Resíduos Sólidos

ERRATA DO EDITAL nº 001/2014

Imbituba, 24 de Julho de 2014.

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba está em reformas, impossibilitando a utilização de suas instalações para realização da "Primeira Audiência Pública de apresentação do diagnóstico dos resíduos sólidos para elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos de Imbituba",

INFORMA que referida audiência pública será realizada em local diverso, porém conservadas a mesma data e horário, conforme indicado abaixo:

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Centro de Educação, Gestão e Saúde - CEGES
Rua Nereu Ramos 326, Centro - Imbituba - SC

Data: 31 de Julho de 2014 (Quinta-feira).

Horário: 19:00 horas

Elísio Sgrott

Prefeito de Imbituba em Exercício

Portaria PMI/DGP Nº 344/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 344, de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARGARETE SIQUEIRA DA SILVA ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 027.019.669-22, para exercer o cargo de Assessora III junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de julho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 343/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 343, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Logística de Suprimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA DE LOURDES DAVID, brasileira, Visitadora Sanitária, inscrita no CPF sob o n.º 888.440.999-34, para exercer o cargo Gerente de Logística de Suprimentos junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de julho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 345/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 345, de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA LÚCIA DA SILVA MARQUES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 932.794.699-53, do cargo de Chefe de Departamento, junto a Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 104, de 25 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 07 de julho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 346/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 346, de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em caráter excepcional em 02 de maio de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 440, de 18 de julho de 2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosimere Duarte	Auxiliar de Enfermagem - 40h	691.526.839-15	01/07/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de julho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de julho de 2014.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 347/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 347, de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 06 de fevereiro de 2014 com a matrícula nº 7557 e em 07 de fevereiro de 2011 com a matrícula nº 5738, através dos Concursos Públicos Editais - 01/2013 e 02/2009 respectivamente, para exercer os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Angélica Teresinha Messaggi (Matr. nº 7557)	Professora II - 20h	954.730.680-49	21/07/2014
Angélica Teresinha Messaggi (Matr. nº 5738)	Professora II - 20h	954.730.680-49	21/07/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de julho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de julho de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 348/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 348, de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora NIRZE HELENA CORREA PEREIRA, Professora I - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 578.610.139-87, admitida em 23 de fevereiro de 1994, contrato nº 426, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	04.08.2014 a 01.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 349/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 349, de 25 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora VALDÉA FLORISBELA VIEIRA ABRAHAM, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 375.931.029-04, admitida em 01 de julho de 1994, contrato nº 548, referente aos quinquênios devidos, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009	01.10.2014 a 29.12.2014
2009 a 2014	01.01.2015 a 31.03.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Iomerê**PREFEITURA****Decreto 1553/2014**

DECRETO Nº. 1553 DE 24 DE JULHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2035	Manutenção da Malha Rodoviária
33900000	Aplicações Diretas
124.00	Transferência de Convênios Outros
R\$50.000,00	

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso ou provável Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de julho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 55/2014, Pregão Presencial Nº 31/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 14:00:00 horas do dia 11/08/2014, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 11/08/2014. Objeto da licitação: aquisição de veículos novos, destinados aos órgãos da administração pública, conforme características anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 25/07/2014
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Itaiópolis**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Licitação Nº 27/2014**

Processo Licitatório nº 27/2014. Dispensa de Licitação Nº 04/2014. Objeto: Aquisição de Soro Fisiológico 0,9% de 100 ml, 250 ml e 500 ml para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Promefarma Representações Comerciais Ltda. Valor: 3.000,00.

Itaiópolis, 25/07/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapoá**PREFEITURA****Decreto Municipal Nº 2245/2014 - Nomeia Comissão Eleitoral do Ipesi - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá/SC, Para O Pleito 2014.**

DECRETO MUNICIPAL NO2245/2014

Data: 23 de julho de 2014.

NOMEIA COMISSÃO ELEITORAL DO IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, PARA O PLEITO 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 041/2014, de 16 de julho de 2014 e considerando Ofício IPESI nº 57/2014, de 22 de julho de 2014,

DECRETA

Ficam nomeados os membros da Comissão Eleitoral do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá/SC para o pleito 2014, com a seguinte composição: Carlito Joaquim Custódio Júnior

Janayna Gomes
Leonice Marli Riskowski
Thays Nascimento Vieira
Valci Terezinha de Souza

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de julho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2246/2014 - Altera O Decreto Municipal Nº 1426/2001, Que Compõe E Nomeia Os Membros do Conselho Municipal do Idoso do Município de Itapoá/SC, E Dá Outras Providências.

DECRETO MUNICIPAL NO2246/2014

Data: 24 de julho de 2014.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1426/2011, QUE COMPÕE E NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 343/2011, de 15 de junho de 2011 e considerando Ofício / SMAS/nº 00078/2014, de 22 de julho de 2014,

DECRETA

Fica alterada a composição do Conselho Municipal do Idoso de Itapoá - CMII, conforme segue:

Representantes Governamentais

Secretaria da Assistência Social	
Margarida Aparecida Gonçalves Haas	Titular
Bruna Daniele Piacentini	Suplente

Secretaria da Educação	
Elenice cordeiro	Titular
Simone S. Machado	Titular

Secretaria de Saúde
Joseane Maria Soares de Lima Titular
Janayna Gomes Silvino Suplente

Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura
Conrado Scheneider Jr Titular
Waldemar Vieira dos Santos Filho Suplente

Representantes não-governamentais
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Itapoá
Elaine Cristina Alves Titular
Davi Gongora Junior Suplente

Associação de Idosos Maria Izabel
Elvira Banhardt Hessel Titular
Sílvia Maria de Melo Gonçalves Titular

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e altera o Decreto Municipal nº 1426/2011.

Itapoá (SC), 24 de julho de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Edital Pregão Nº58/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014
PROCESSO Nº 105/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:00min do dia 07 de agosto de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de Material Esportivo para utilização nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e Ampliação da Jornada Escolar, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 25 de julho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

Aviso de Anulação de Publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, através do Prefeito Municipal, o Senhor AntOnio João de Faveri, torna público a ANULAÇÃO da publicação do Aviso de Licitação, referente ao Processo Licitatório n.097/2014/PMJM, Modalidade Pregão Presencial n.018/2014/PMJM.

Jacinto Machado-SC, 25 de julho de 2014.
AntOnio João de Faveri
Prefeito Municipal

Aviso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 3º Bimestre de 2014 e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º Semestre de 2014, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.615 de 25 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.615 DE 25 DE JULHO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREAS DE TERRA DESTINADAS À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE, SEGURANÇA E IMPLANTAÇÃO DE TERCEIRA FAIXA DO ACESSO ADOLFO ZIGUELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 10, XXXVIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, o art. 5º, i, do Decreto-Lei n. 3365/41, e

CONSIDERANDO o grande fluxo de veículos, que caracteriza o Acesso Adolfo como uma das principais vias de acesso do Município de Joaçaba;

CONSIDERANDO o franco desenvolvimento dos bairros localizados na parte alta da cidade, bem como a perspectiva de aumento populacional e de adensamento naqueles locais;

CONSIDERANDO a necessidade de recuperação do Acesso Adolfo Ziguelli, bem como sua duplicação, a fim de possibilitar um melhor escoamento do trânsito, com maior segurança e trafegabilidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, a seguinte área:

I - saldo de área do imóvel matriculado conforme Certidão nº 21.052, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 372,96m² (trezentos e setenta e dois vírgula noventa e seis metros quadrados), e respectiva casa de madeira edificada sobre o imóvel de propriedade de Atilio Bernardini;

Art. 2º A verificação do quantum indenizatório em face da presente desapropriação, será realizada por comissão de avaliação composta por 3 (três) servidores públicos municipais, que procederá a avaliação do imóvel e benfeitorias porventura existentes.

Art. 3º. Fica o Município de Joaçaba autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação das desapropriações de que trata o presente Decreto, por via administrativa ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba (SC), 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria Nº 2898

PORTARIA Nº 2.898 DE 25 DE JULHO DE 2014
"ANULA PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109, da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações, resolve:

Art. 1º ANULAR A PORTARIA N.º 2.897/2014 na qual EXONERA a (o) Sr. (a) VANIA MARIA MOREIRA, Diretor Administrativo, nível

CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 09 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria Nº 2899

PORTARIA Nº 2.899 DE 25 DE JULHO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) RAFAEL XANGO FERREI, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 16 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria Nº 2900

PORTARIA Nº 2.900 DE 25 DE JULHO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o (a) Sr. (a) ANGELO ERNESTO COMIN, para exercer o cargo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a

aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2013 - Secretaria Municipal de Assistência Social, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 22 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria Nº 2901

PORTARIA Nº 2.901 DE 25 DE JULHO DE 2014
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. - Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial de avaliação dos imóveis que serão objeto de desapropriação tendo em vista à obra de duplicação e revitalização do Acesso Adolfo Ziguelli.

Membros: Silvio Fiedler
Jaison Strapassola
Ricardo Felipe Massignani

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 24 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria Nº 2902

PORTARIA Nº 2.902 DE 25 DE JULHO DE 2014
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. - Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial de avaliação dos terrenos situados no Distrito Industrial de Joaçaba.

Membros: Silvio Fiedler
Jaison Strapassola
Kênya Xavier Ferreira

Os terrenos são os seguintes:

-Terreno nº 1-A com área de 6.000,00 m² (matrícula nº 27.341)
-Terreno nº 1-B com área de 4.500,00 m² (matrícula nº 27.342)
-Terreno nº 1-C com área de 1.877,47 m² (matrícula nº 27.343)
-Terreno nº 1-D com área de 2.048,87 m² (matrícula nº 27.344)
-Terreno nº 2-A com área de 3.092,40 m² (matrícula nº 30.427)
-Terreno nº 2-B com área de 2.233,29 m² (matrícula nº 30.428)
-Terreno nº 2-C com área de 2.200,00 m² (matrícula nº 30.429)
-Terreno nº 2-D com área de 2.163,37 m² (matrícula nº 30.430)
-Terreno nº 2-E com área de 2.377,60 m² (matrícula nº 30.431)

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 24 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria Nº 2903

PORTARIA Nº 2.903 DE 10 DE JULHO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. ISIDORO JOSE BRANCHER NETO para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 187/2014/PMJ a 192/2014/PMJ de 23 de julho de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 55/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 39/2014/PMJ de 23 de julho de 2014, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 24 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria Nº 2904

PORTARIA Nº 2.904 DE 25 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DAIANE ALVEZ, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria de Saúde referente ao período de 11 de junho de 2013 a 10 de junho de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de julho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria Nº 2905

PORTARIA Nº 2.905 DE 10 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DESIREE APARECIDA PINO GOMES, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria de Saúde, referente ao período de 03 de fevereiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de julho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria Nº 2906

PORTARIA Nº 2.906 DE 10 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria de Saúde, referente ao período de 10 de junho de 2013 a 09 de junho de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de julho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria Nº 2907

PORTARIA Nº 2.907 DE 10 DE JULHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. RICARDO ALTENBURGER para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 193/2014/PMJ de 24 de julho de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 48/2014/PMJ - Dispensa Licitação n.º 03/2014/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria Nº 2908

PORTARIA Nº 2.908 DE 25 DE JULHO DE 2014

"AFASTA PREVENTIVAMENTE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º AFASTAR PREVENTIVAMENTE o servidor REVELINO ANTONIO SARTORI, conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, até a conclusão e emissão do parecer final pertinente ao processo administrativo instaurado pela portaria n.º 2.876/2014.

2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 18 de julho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**Homologação Final dos Aprovados Concurso 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EDITAL Nº 001/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014

**DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS
REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2014 DA CÂMARA
DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC.**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Concurso Público nomeada pela Resolução n.º 016/2014, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS COM MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A CINCO (5,0):**

AUXILIAR LEGISLATIVO		
M.F	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
6,56	0122 - DANIELE GALVAO RODRIGUES	1º LUGAR
5,49	0091 - ALINE PRAXMARER	2º LUGAR
5,39	0116 - LUIZ CARLOS ZANELATO	3º LUGAR
5,29	0050 - FRANCIS NATALY DE ALMEIDA ANACLETO	4º LUGAR
5,07	0157 - ANA PAULA PAZINI	5º LUGAR
5,02	0112 - MAIARA C. DE BARROS	6º LUGAR

ANALISTA LEGISLATIVO		
M.F	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
7,91	0030 - LEANDRO SARTORI	1º LUGAR
7,29	0033 - ROBERTO MINATI	2º LUGAR
7,20	0004 - JOAO GUILHERME BISCARO	3º LUGAR
6,91	0071 - JANAINA FERRANDIN	4º LUGAR
5,96	0117 - FERNANDA AP. ALEXANDRETTI	5º LUGAR
5,92	0022 - EDUARDO AUGUSTO COELI	6º LUGAR
5,80	0108 - SUSANA R. BARBOSA	7º LUGAR
5,73	0067 - LARA BETANIA BRAGATTO	8º LUGAR
5,64	0024 - PATRICIA CORREA DE ALMEIDA	9º LUGAR
5,55	0049 - ROBINSON ANDREI GOTARDO	10º LUGAR
5,43	0105 - TIAGO DUPONT GIUMBELLI	11º LUGAR
5,42	0075 - CASSIANO SEGER	12º LUGAR
5,38	0002 - FRANCIELI FAVRETTO	13º LUGAR
5,22	0065 - RONALD ARNILDO DA MOTTA	14º LUGAR
5,11	0121 - ALEXANDRE CASSEL	15º LUGAR

Publica-se e registra-se em,

Joaçaba (SC), 25 de Julho de 2014

APRENDER.COM

Lages**PREFEITURA****Rerratificação PP 37-2014 SMS**

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014 SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento aos pedidos de Impugnação e a Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a alteração que se fazem necessárias no Edital em comento:

6 - LEIA-SE ITEM:

DETERGENTE ENZIMÁTICO LÍQUIDO: COMPOSTO POR 4 ENZIMAS EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA A REMOÇÃO DA MATÉRIA ORGÂNICA DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS EM GERAL, EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS. CONCENTRAÇÃO DE CADA ENZIMA ACIMA DE 10%, PH NEUTRO, SER BIODEGRADÁVEL, ATÓXICO, NÃO IRRITANTE PARA A PELE E MUCOSA, NÃO CORROSIVO, PARA USO MANUAL OU EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS.

EMBALAGEM: O PRODUTO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM GALÕES DE ATÉ 5 LITROS DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRALIDADE DO PRODUTO ATÉ O LOCAL DE USO, DEVENDO CONSTAR: MARCA COMERCIAL, PRAZO DE VALIDADE, CNPJ DA EMPRESA, Nº DO REGISTRO NO MS E DEMAIS DADOS QUE CONSTEM DA LEI 8.078/90 9CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR). APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM NO MÁXIMO 5 LITROS.

APRESENTAR REGISTRO DE ACORDO COM A RDC 55/12 ANVISA.

OBS.: ESTES DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS DENTRO DO ENVELOPE Nº1 PROPOSTA DE PREÇOS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 25 de julho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 093/2014**

DECRETO Nº 093/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01	- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01	- Fundo Municipal de Saúde
2.015	-Gerenciamento e Manut. Dos Serv. De Saúde
DOTAÇÃO NOVA	
3.3.71.00.00.1170	- Aplicação Direta R\$ 20.000,00
Total: R\$ 20.000,00	

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07.01	- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01	- Fundo Municipal de Saúde
2.015	-Gerenciamento e Manut. Dos Serv. De Saúde
DOTAÇÃO 16	
3.3.90.00.00.1170	- Aplicação Direta R\$ 20.000,00
Total: R\$ 20.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE JULHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº24/2014 - Processo Licitatório Nº 41/2014

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2014

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que negou provimentos ao pedido de impugnação ao edital, impetrado pela empresa Auto Elite Ltda. Os documentos na íntegra a respeito estão no site www.lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis, 25 de julho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Aviso de Retificação do Edital do Pregão Presencial Nº 24/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014.

A Prefeitura Municipal de Lebon Régis comunica a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 24/2014, cujo objeto é aquisição de um veículo, material permanente (móveis e eletrônicos), odontológico e hospitalar conforme convênio firmado com o Ministério da Saúde nº 11218.128000/1130-03, vindo beneficiar as unidades de Saúde do município, Devido às alterações, o recebimento da documentação e das propostas será até as 09h do dia 08 de agosto de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 08/08/2014. Obtenção do Edital Retificado: site www.lebonregis.sc.gov.br, e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel. (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 25 de Julho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Projeto de Lei Nº 030/2014

PROJETO DE LEI Nº 030/2014, de 22 de julho 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAÇÃO E LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INCENTIVO DE IMPLANTAÇÃO DE EMPRESAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E REALIZAR CESSÃO DE USO, E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar a locação de imóvel, mediante regular processo licitatório, com a estrita observância da Lei n. 8666/93, bem como, cedê-lo a título gratuito, na modalidade de incentivo econômico à empresa que solicitar junto ao poder executivo desde que atenda todas os requisitos da Lei Municipal 1325/2009.

Parágrafo único. O valor da locação deve ser limitado ao máximo em um salário mínimo vigente.

Art. 2º - As condições e prazos deverão ser estabelecidos no Termo de Cessão de Uso a ser elaborado entre o Município e a empresa contemplada, que deverá conter obrigatoriamente:

I) proibição de:

- a) transferência ou cessão a terceiros;
- b) utilizar de forma diversa da prevista em seu objeto social;

II) extinção do termo:

- a) em havendo a paralisação das atividades da empresa por período superior a 06 (seis) meses;
- b) plano de recuperação judicial; e
- c) data término da cessão.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e suplementadas oportunamente se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis - SC, de 22 de julho de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 030/2014, de 22 de julho de 2014.

Justificativa

Senhor Presidente, Senhores Vereadores

Estamos submetendo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei em epígrafe que já tramitou no ano de 2013 e novamente em março deste ano, porém agora remodelado para uma maior amplitude. Para evitar tautologia, destaco a importância da aprovação do pleito, uma vez que nosso município é carente de oportunidades de geração de renda.

Sendo o que se apresenta, solicitamos a apreciação e aprovação do projeto em regime de Urgência/Urgentíssima.

Atenciosamente.

LudovinoLabas

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 25/2014 - Processo Licitatório Nº 42/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço global. Objeto: aquisição de kits de uniforme escolar para alunos da rede municipal de ensino. Recebimento da documentação e das propostas até 14h00min do dia 11 de agosto de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do dia 11/08/2014. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br. Maiores informações: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 25 de Novembro de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Luzerna

PREFEITURA

Republicação por Incorreção da Publicação Inserida Na Edição Nº 1.534, do Dia 24/07/2014 - Fls. 209-210 - 2º Temo Aditivo- Contrato - PML Nº 0130.13 - Processo Licitatório - PML Nº 0068.2013 - Tomada de Preço - PML Nº 0001.2013

REPUBICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PÚBLICAÇÃO INSERIDA NA EDIÇÃO Nº 1.534, DO DIA 24/07/2014 - FLS. 209-210

2º TEMO ADITIVO

CONTRATO - PML Nº 0130.13

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0068.2013

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0001.2013

Segundo Termo Aditivo ao Contrato PML nº 0130.13, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0068.2013, Tomada de Preço PML nº 0001.2013, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, com o fito de aditar o objeto contratado.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com endereço na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza na cidade de Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 3.652.085 e inscrito no CPF sob nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, nº 75, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ADITIVO E DO PREÇO:

O presente instrumento tem por objeto aditar o valor global contratado em aproximadamente 7,9524 (sete pontos e nove mil quinhentos e vinte e quatro décimos percentuais), cujo valor inicial passará de R\$ 253.820,32 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte reais e trinta e dois centavos) para R\$ 274.005,31 (duzentos e setenta e quatro mil, cinco reais e trinta e um centavos), representando uma majoração de R\$ 20.184,99 (vinte mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

O aditivo se dá em função da necessidade da execução de diversos itens não previsto no projeto inicial, previstos em quantitativos inferiores ao efetivamente necessário ou com previsão errônea das medidas efetivamente demandadas, conforme demonstra planilha em anexo; objetivando especialmente a completa execução da obra.

O aditivo é celebrado porque:

"As estruturas de concreto (itens 4.1, 4.2 e 4.3) foram alteradas devido ao novo projeto estrutural da obra, visando mais segurança e durabilidade a edificação";

"O contra piso (item 14.3) e cerca metálica (item 17.2) foram orçados de forma errônea no projeto básico inicial, uma vez que a quantidade está em uma unidade e o valor unitário esta em uma unidade diferente;";

"As pinturas (itens 15.1 e 15.2) tiverem as quantidades acrescidas

em 60,20m² relacionados a antiga sala dos professores da creche, que hoje, faz parte do hall de acesso as novas salas";
"Além disso, a remoção dos climatizadores não foi prevista no orçamento e dessa forma, acresce o valor do aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de junho de 2014.

VISTO

Luan Fernando Dias

Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico Sênior

OAB/SC 32.118

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

JUNIOR DE MATTOS

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Decreto 1841 - Republicado por Incorreção

DECRETO Nº 1841 de 22 de julho de 2014.

"CRIA COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTAS A DESASTRES NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com o art. 8º da Lei Federal nº 12.608/2012, e

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar estratégias de gestão de riscos a desastres, com ênfase na prevenção e atuação em situações de emergência, calamidades e desastres naturais;

CONSIDERANDO os eventos como, as chuvas intensas de junho de 2014, freqüentes alagamentos às margens do Rio do Peixe e Limeira e diversos outros pontos que demonstraram fragilidade em todo o sistema de gerenciamento de riscos a nível municipal;

CONSIDERANDO que a comissão será uma ferramenta de coordenação para ações voltadas primordialmente à redução de fatores de risco, à preparação para o enfrentamento de situações de desastres e ao fortalecimento da cultura de prevenção de riscos, em toda a cidade de Luzerna(SC)

DECRETA:

Art.1º- Fica criada a Comissão Permanente de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres no Município de Luzerna - CPGRRD, vinculada a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil de Luzerna, de caráter consultivo e de natureza técnica e permanente, responsável pela elaboração e acompanhamento da Política Municipal de Proteção e de Defesa Civil e pelo desenvolvimento de planos e ações a serem executados de maneira coordenada entre os diversos órgãos e entidades municipais para prevenção, mitigação, preparação e resposta a desastres naturais, de acordo com o que prevê a Lei Federal nº 12.608/2012.

Art.2º - A Comissão Permanente de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres no Município de Luzerna - CPGRRD será composta por 09 (nove) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, representantes dos seguintes órgãos e entidades da administração direta do Município:

- I - Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil;
- II - Assessoria de Planejamento;
- III - Setor de Habitação e Programas Sociais;
- IV - Setor de Assistência Social;
- V - Setor de Fiscalização de Tributos, Obras e Posturas;
- VI - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- VII - Gabinete do Prefeito;
- VIII - Secretaria Municipal de Fazenda e Administração;
- IX - Secretaria de Obras e Serviços

Art.3º- A Comissão Permanente de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres no Município de Luzerna - CPGRRD elegerá seu Presidente através de eleição entre seus membros.

Art.4º- A Comissão reunir-se-á, quando convocada por seu Presidente.

Art.5º- Os membros da Comissão não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

Art.6º- Cada órgão com assento na Comissão deverá indicar ao Prefeito, por escrito, o nome do seu representante titular e respectivo suplente.

Art.7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Resultado da Chamada Pública Nº 01/2014 Prefeitura Municipal de Luzerna Incubadora Tecnológica Luzerna

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

INCUBADORA TECNOLÓGICA LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com

sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, torna público nesta data, para conhecimento dos interessados, o RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014 das propostas apresentadas a INCUBADORA TECNOLÓGICA DE LUZERNA, órgão de extensão e desenvolvimento tecnológico vinculada a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, que buscam apoio da incubadora para o desenvolvimento de seu Projeto e, que possam promover relevantes impactos sociais e econômicos.

A Comissão de avaliação ad hoc, após analisar as propostas de empreendimento apresentadas, deu parecer favorável e aprovou os seguintes empreendimentos.

Empreendimento/Projeto	Eixo de desenvolvimento	Empreendedores	Pontuação
NMT - New Medical Technology	Saúde		85,5

Os proponentes selecionados serão convocados para entrega dos documentos complementares e assinatura dos contratos de Incubação.

O prazo para recursos se encerra em 48h após a data de publicação deste resultado.

O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609- 000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Luzerna(SC), 25 de Julho de 2014.

Moisés Diersmann

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação - PL 086.2014 - PP 052.2014 - Fraldas - FMS

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0086/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 0052/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0086/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto registro de preço, para aquisição, de forma parcelada, de fraldas infantis e geriátricas destinadas à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna e para a Secretaria de Educação Ensino Infantil no atendimento de pacientes e alunos do Município que fazem uso delas.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ROBERTO TESSARI & CIA LTDA ME

- Valor Contratado: 34.440,80

Luzerna (SC), 25 de julho de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

Massaranduba**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº. 31/2014 - Multientidade**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 56/2014 - Multientidade

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2014

REGISTRO DE PREÇO

I - PREAMBULO

A Prefeitura de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 246, de 10 de Março de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação pelo menor preço - por item, para aquisição de diversos tubos de concreto para uso da Administração Municipal de Massaranduba - SC, conforme especificações do Anexo II, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

DATA DE ABERTURA: 08 de agosto de 2014

LOCAL: Prefeitura de Massaranduba - SC.

Setor de Licitações

Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00h

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO: 14:30h

II - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de diversos tubos de concreto para uso da Administração Municipal de Massaranduba - SC, conforme especificações do Anexo II, ao longo de 12 (doze) meses.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizado no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 25 de Julho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Modelo**PREFEITURA****Aviso de Licitação N 918/2014**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 918/2014 - Modalidade Pregão Presencial

Registro de Preços n. 033/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial Registro de Preços n. 033/2014, para realização de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA DE ELETRICISTA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONserto NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MODELO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 07/09/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 25 de Julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Decreto 216 Aprova Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 216 DE 07 DE MARÇO DE 2012

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E SEGURANÇA DA COMUNIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade, previsto na lei complementar n° 021 de 03 de março de 2005 e na lei complementar n° 062 de 1º de abril de 2009.

Art. 2º O Regimento Interno ora aprovado passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2012.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2012.

Jonas de Souza

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E SEGURANÇA DA COMUNIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade reger-se-á pelo presente Regimento Interno, seguindo as diretrizes traçadas pela Lei Complementar n° 62 de 1º de abril de 2009.

Art. 2º O Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade tem sua sede e foro na cidade Navegantes, com duração por tempo indeterminado e atuação limitada a este município, sendo que o endereço oficial para recebimento e envio de cartas, mensagens eletrônicas e afins será indicado pelo presidente nato.

Art. 3º O Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade tem por finalidade:

I - assessorar e propor ao Chefe do Poder Executivo diretrizes e políticas municipais de segurança, acompanhando sua execução;

II - avaliar e manifestar-se sobre planos, programas e projetos de desenvolvimento no Município relativos à segurança pública municipal;

III - propor, formular diretrizes e normas de aplicação dos recursos que constituirão o Fundo Municipal de Segurança;

IV - colaborar e estimular campanhas de conscientização da população, cursos, seminários, palestras, simpósios e conferências sobre temas de segurança;

V - acompanhar e orientar os serviços de segurança pública prestados à população sobre a jurisdição da municipalidade, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência na proteção do cidadão;

VI - garantir o permanente relacionamento e apoio entre comunidade e órgãos de segurança pública que atuam no município, desenvolvendo campanhas educativas que possibilitem o estreitamento de laços e estimulem a mútua cooperação;

VII - manter banco de dados, indicadores, escalas e informações sobre violência e criminalidade da cidade em suas mais diversas subdivisões (zonas, áreas, bairros, localidades, etc.) e colaborar também para a apuração dos fatos;

VIII - formular estratégias, acompanhar a execução da Política Municipal de Segurança, bem como deliberar sobre os investimentos financeiros na área de segurança pública no município, a serem aplicados por meio do Fundo Municipal de Segurança ou outras fontes de recursos.

Art. 4º O Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade é composto por representantes de entidades do Poder Executivo de quaisquer esferas e entidades da sociedade civil organizada.

§ 1º O suplente substituirá, nos eventuais impedimentos, o seu titular, e sucedê-lo-á em caso de vaga voluntária ou compulsória, ocasião em que a entidade-membro providenciará a indicação de nova representação no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

§ 2º O não comparecimento de representante titular ou suplente em reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade sem justificativa aceita pelo Conselho, de 03 (três) sessões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas em período de 12 (doze) meses, implicará a destituição de seus representantes, ocorrência que será comunicada por escrito à entidade-membro pelo Conselho, devendo, a vaga, ser preenchida por novo representante mediante indicação das entidades que compõem o setor.

§ 3º Poderá, o conselheiro que perder o seu cargo, solicitar reconsideração fundamentada da decisão do conselho, no prazo de cinco dias úteis da ciência do ato, para o próprio conselho, o qual se reunirá, exclusivamente, para deliberar sobre o assunto.

§ 4º O Conselheiro que, convocado, não puder comparecer à reunião, deverá comunicar a impossibilidade ao respectivo suplente para que este se faça presente.

§ 5º Haverá um livro de presença, devidamente autenticado pelo Presidente do Conselho, para registrar, com a assinatura do conselheiro, a presença às reuniões, em que constará obrigatoriamente a assinatura dos presentes.

§ 6º O caput deste artigo não se aplicará ao Conselheiro que estiver em licença.

§ 7º Os serviços prestados ao Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade pelos Conselheiros, inclusive nos cargos de direção, são inteiramente voluntários, vedados à distribuição de bens, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do patrimônio, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento ou retirada de qualquer Conselheiro.

Art. 5º A estrutura do Conselho é composta pela Diretoria, Assembléia Geral, Câmaras Temáticas e Secretarias Executivas, que serão criadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As Câmaras Temáticas e Secretarias Executivas serão criadas pelo Conselho e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O Conselho contará com apoio de no mínimo 01 (um) servidor da Administração Pública.

Art. 6º O Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade terá a Diretoria composta por Presidente nato, por um Vice-Presidente e 1º e 2º Secretários, eleitos por escrutínio secreto em assembléia ordinária, previamente convocada para este fim.

§1º Presidente nato é o Secretário Municipal de Segurança e Defesa Social

§ 2º A duração dos mandatos será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição desde que observados as disposições legais.

Art. 7º Compete ao Presidente:

I - fixar e divulgar na primeira reunião do ano, em comum acordo com os demais membros do Conselho, calendário anual das reuniões ordinárias, com definição de datas, locais e horários;

II - apresentar, para apreciação e deliberação do Conselho, plano anual de trabalho para o período posterior e relatório de atividades desenvolvidas no período vigente, sempre na última reunião anual do Conselho;

III - convocar e presidir reuniões e assembléias gerais ordinárias e extraordinárias;

IV - convocar e presidir reuniões da diretoria;

V - submeter à apreciação e deliberação do Conselho, a pauta de cada reunião;

VI - tomar as providências necessárias para o regular funcionamento do Conselho e dos órgãos subordinados;

VII - representar o Conselho, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, ou designar membro da diretoria para que o faça, quando impossibilitado;

VIII - conceder licença aos membros do Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade, mediante justificativa, comunicando ao Conselho;

IX - cumprir e fazer cumprir as normas regimentais, deliberação do Conselho, programas de trabalho, bem como resoluções e planos de trabalho aprovados pela assembléia;

X - assinar acordos de interesse do Conselho após aprovação pela maioria de seus membros;

XI - assinar, com o Secretário Executivo, as resoluções e o expediente do Conselho;

XII - tratar, junto às autoridades federais, estaduais e municipais, de assuntos de interesse do Conselho, visando o desenvolvimento

de suas atividades;

XIII - tratar, junto às entidades-membro, de assuntos relacionados ao Conselho e inerentes a cada área;

XIV - providenciar junto ao Conselho, resoluções e normas para disciplinar o Fundo Municipal de Segurança;

XV - solicitar, ao Fundo Municipal de Segurança, relatórios, balanços, demonstrativos e prestação de contas, para apresentação e apreciação do Conselho;

XVI - encaminhar matérias às câmaras setoriais;

XVII - convidar, após consulta aos demais membros, autoridades, palestrantes, visitantes ou outros cidadãos a participarem de reuniões do Conselho com direito ao uso da palavra;

XVIII - prezar pela ordem e civilidade das reuniões, concedendo e cassando a palavra ou fazendo retirar-se da reunião do Conselho pessoas que perturbarem ou colocarem em risco o desenvolvimento dos trabalhos;

XIX - exercer outras atribuições pertinentes ao cargo e compatíveis com as finalidades do Conselho.

Art. 8º Compete ao Vice-Presidente;

I - auxiliar o Presidente em seus trabalhos;

II - substituir o Presidente em sua falta ou impedimentos.

Art. 9º Compete ao 1º Secretário Executivo:

I - convocar os membros do Conselho, por ordem do Presidente e, na forma que for deliberada, para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - enviar ou providenciar para a imprensa oficial e/ou outros órgãos de comunicação, mediante autorização do Presidente, notícias, informações, documentos e o que for de interesse público sobre segurança na cidade de Navegantes;

III - elaborar e ler o expediente, as atas de cada sessão e assembléia, mantendo em dia sua escrituração;

IV - conduzir os trabalhos de secretaria em cada reunião;

V - registrar, em livro especial, todas as assistências prestadas, na forma especificada em resoluções da Diretoria do Fundo Municipal de Segurança, assinar, com o presidente, as resoluções e o expediente do Conselho;

VI - apresentar, no fim de cada ano social, o relatório anual das atividades do Conselho;

VII - manter, sob sua guarda e responsabilidade, os livros e documentos da Secretaria;

VIII - elaborar controle de planos e programas das entidades beneficiadas, para acompanhamento e fiscalização pelo Conselho.

Art. 10 Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em seus trabalhos;

II - substituir o 1º Secretário em sua falta ou impedimento.

Art. 11 Quando ocorrer vacância de algum dos cargos da diretoria,

assumirá seu substituto imediato, elegendo-se na primeira sessão ordinária seu titular, a fim de que sejam preenchidos todos os cargos, observado o art. 6º do presente Regimento.

Art. 12 As sessões extraordinárias se realizarão, sempre que necessário convocadas pelo Presidente, ou por um quinto dos Conselheiros efetivos, em dia e horário citados na respectiva convocação, com antecedência mínima de três dias úteis.

Art. 13 As sessões do Conselho realizar-se-ão com, no mínimo, metade dos conselheiros e deliberará com presença mínima de metade dos conselheiros com direito a voto.

Art. 14 As propostas de qualquer natureza, em sessão plenária, serão decididas por maioria simples dos conselheiros presentes.

Art. 15 Terão direito a voto todos os conselheiros titulares ou os suplentes quando representando seus titulares.

Art. 16 A ordem do dia abrangerá a apresentação da pauta, com a matéria da sessão que será discutida e votada em plenário, havendo relato, discussão, deliberação e encaminhamento da matéria.

Art. 17 Relatada a matéria, será colocada em discussão, facultando-se a palavra, por tempo determinado pelo Presidente, ouvidos os presentes, e cada conselheiro, por ordem de inscrição, sendo que poderá ser solicitada nova inscrição pelos conselheiros que assim desejarem, findo o qual será deliberada a matéria por meio de votação, cuja forma será decidida pelo plenário.

Art. 18 Poderá qualquer conselheiro, apresentar matéria a ser submetida à apreciação e deliberação do Conselho, para ser incluída na pauta.

§ 1º Todas as decisões tomadas pelo Conselho, as quais serão denominadas de Resoluções, serão numeradas em ordem crescente, seguida do ano de edição, sendo publicadas por excelência.

§ 2º As sessões do Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade poderão ser abertas ao público por decisão do Presidente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 Este Regimento interno poderá sofrer alterações a qualquer tempo, desde que sejam aprovadas por pelo menos 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros Titulares em votação a ser realizada nas assembléias ordinárias e/ou extraordinárias.

Parágrafo Único - Para mudanças no presente Regimento Interno o pedido deve ser encaminhado por qualquer membro do Conselho, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência até que seja analisado em assembléia ordinária e/ou extraordinária.

Art. 20 As instituições as quais são representadas diretamente pelos conselheiros garantirão a infra-estrutura necessária para seu adequado funcionamento.

Parágrafo Único - Anualmente, deverá ser elaborado um relatório das atividades do Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade, que deverá ser apresentado e aprovado em assembléia ordinária, divulgado a qualquer parte interessada e publicada no jornal de maior circulação da cidade.

Art. 21 Em caso de extinção do presente Conselho, o patrimônio que eventualmente venha formar durante sua existência, será destinado a entidades ligadas à segurança pública de Navegantes, escolhida por deliberação da maioria absoluta dos Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade.

Art. 22 O Conselho Municipal de Defesa e Segurança da Comunidade, por intermédio da maioria dos seus conselheiros titulares ou por sua diretoria, poderá constituir comissões de trabalho, de caráter transitório, que considerar necessário ao seu funcionamento, com o fim de assessorar políticas específicas a serem determinadas por este Conselho.

Art. 23 Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação.

Navegantes, 07 de março de 2012.

Dispensa de Licitação Fmv010/2014.

Extrato Dispensa de Licitação nº FMV 010/2014.

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 010/2014

HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (CÂMERAS FOTOGRÁFICAS) COM FINALIDADE DE AUXILIAR NAS INVESTIGAÇÕES E PROCESSOS CRIMINAIS DA POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: PRISCILA CUGNIER MACHADO CHIAPETTI ME.

VALOR: R\$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 21 de julho de 2014.

Emílio Vieira

Prefeito em Exercício.

Homologação TP FMS 030/2014.

Homologação TP FMS nº 030/2014.

Processo: Tomada de Preço FMS nº 030/2014.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

Fundo Municipal de Saúde de Navegantes.

Objeto: Tomada de Preço visando a Contratação de Empresa especializada em Prestação de Serviços (com fornecimento de materiais) para a Construção da Academia da Saúde, localizada no Bairro São Domingos, Município de Navegantes, SC, conforme programa do MS, com Proposta nº 11474080000111001.

Empresa/Fornecedor: SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP

Valor Total: R\$ 217.525,00 (duzentos e dezessete mil quinhentos e vinte e cinco reais).

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Emílio Vieira.

Prefeito do Município em exercício.

Extrato Contratual Nº169/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 169/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada.: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA.

Vigência : Início:20/06/2014 Término:19/08/2014

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 028/2013.

Recursos : Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato nº 041/2013, referente à execução de Serviços de Dragagem e Dessassoreamento do Rio Gravatá, Rio Guaruma, município de Navegantes - remanescente da CC 217/2009, recursos da OGU, conforme Concorrência 28/2013.

NAVEGANTESPREV**Portaria N.º 019 de 28 de Julho de 2014 "Concede Aposentadoria por Idade com Proventos Proporcionais"**

PORTARIA N.º 019 DE 28 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFEB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor JOSÉ PINHEIRO DE MELLO, portador da cédula de identidade n.º 5.899.839 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 017.754.219-53 e PIS/PASEP n.º 103.80951.91.3, efetivo no cargo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.02.00108, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 28 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITOJan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 28 de julho de 2014.

Portaria N.º 018 de 28 de Julho de 2014 "Concede Aposentadoria por Invalidez Em Carater Integral"

PORTARIA N.º 018 DE 28 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6-A da EC nº 41/2003 redação da EC nº 70/2012, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora FABIANA DOS SANTOS, portadora da cédula de identidade n.º 3.795.216 IGP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 020.644.439-75 e PiseP n.º 190.08277.20.7, efetiva no cargo de Agente de Serviços

Gerais, lotado na Secretaria de Obras, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.03.00109, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 28 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITOJan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 28 de julho de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 542/2014 "B"

PORTARIA Nº 542/ 2014 "B"
Prorroga Licença sem Vencimento

O Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do item XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o § 4º do Art. 100 da Lei 1.207 de 30 de agosto de 1992 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais).

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 576/2013, que Prorrogou a Concessão de Licença Sem Vencimento para Tratamento de Interesses Particulares ao Servidor Público Municipal LUIZ BELARMINO DEMONTI, matrícula nº 52, concursado, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 25 de maio de 2014 a 23 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 27 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 599/2014 "A"

PORTARIA Nº 599/ 2014 "A"
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 448/2014 "A", que ADMITIR em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, MARCOS GONÇALVES JUNIOR, matrícula nº 6393, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de junho de

2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor MARCOS GONÇALVES JUNIOR, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 889.367.679-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento

Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e terminos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini Marcos Gonçalves Junior
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Ata Registro de Preços Nº 022/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2014
PROCESSO Nº 067/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/07/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: **OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa especializada em instalação e manutenção de condicionadores de ar, tipo Split e janela, para atender as necessidades da Prefeitura de Nova Trento e demais Unidades Gestoras, com a prestação dos serviços de suporte e assistência técnica, incluindo mão de obra, peças, serviços, ferramentas, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. As Licitantes registradas para os serviços cotados são:

MARLON MERIZIO (CNPJ Nº 20.235.285/0001-57)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Hrs.	Serviço de manutenção de ar condicionado	600,00	33,3333	20.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 20.000,00

REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA (CNPJ Nº03.373.103/0001-95)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	Hrs.	Serviço de conserto de ar condicionado	600,00	32,0000	19.200,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 19.200,00

REGATAS CLIMATIZAÇÃO LTDA ME (CNPJ Nº19.561.908/0001-00)

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	Und.	Serviço de instalação de ar condicionado-7000 a 12000 BTUS	20,00	154,6875	3.093,75
4	Und.	Serviço de instalação de ar condicionado-18000 a 30000 BTUS	40,00	200,5208	8.020,83
5	Und	Serviço de instalação de ar condicionado-acima 30000 BTUS	20,00	544,2708	10.885,42

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 22.000,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; **VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. **ENTREGA:** Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade da municipalidade.

Nova Trento/SC, 24 de julho de 2014
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Termo de Autorização de Uso Nº 004/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 004/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 076/2014 - Pregão Presencial Nº 046/2014. Homologação: 24/07/2014. Cedente: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Cessionária: RESTAURANTE SC 408 EIRELI, inscrita no CNPJ nº 19.781.029/0001-86, estabelecida na Rodovia SC 408, nº 1658, bairro Indaiá, município de Nova Trento/SC. Objeto do Termo de Autorização de Uso: Constitui objeto deste termo a autorização de uso de espaço público, a título precário e oneroso, de área pública, para instalação de Restaurante durante a XXII Incanto Trentino. O percentual de pagamento sobre o faturamento das bebidas será de 5% (cinco por cento) a partir de 601 a 850 refeições; de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) a partir de 851 a 950 refeições e de 10% (dez por cento) a partir de 951 refeições - sobre a receita bruta. Vigência: de 08 à 10 de agosto de 2014.

Nova Trento, 24 de julho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Termo de Autorização de Uso Nº 001/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 001/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 071/2014 - Pregão Presencial Nº 043/2014. Homologação: 18/07/2014. Cedente: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Cessionária: BELLOS EVENTOS LTDA. EPP., inscrita no CNPJ Nº 11.061.917/00001-12, estabelecida na Rua João Zipperer, nº 165, Sala 01, Bairro Industrial Norte, cidade de Rio Negrinho/SC. Objeto do Termo de Autorização de Uso: Constitui objeto deste termo a autorização de uso de espaço público, a título precário e oneroso, de área pública, para instalação de Parque de Diversões Inflável durante a XXII Incanto Trentino. O percentual de pagamento sobre o faturamento será de 30% (trinta por cento) sobre a receita bruta. Vigência: de 07 à 10 de agosto de 2014.

Nova Trento, 24 de julho de 2014
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Termo de Autorização de Uso Nº 002/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 002/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 070/2014 - Pregão Presencial Nº 042/2014. Homologação: 18/07/2014. Cedente: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Cessionária: SILVA & AZEVEDO COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA. ME., inscrita no CNPJ Nº 11.316.117/0001-03, estabelecida na Rua Vicente Marcos da Silva, nº 1400, Tajuba II, cidade de São João Batista/SC. Objeto do Termo de Autorização de Uso: Constitui objeto deste termo a autorização de uso de espaço público, a título precário e oneroso, de área pública de até 4 (quatro) espaços de até 5x5m cada, para comercialização de bebidas durante a XXII Incanto Trentino. O percentual de pagamento sobre o faturamento será de 50% (cinquenta por cento) sobre a receita bruta. Vigência: de 07 à 10 de agosto de 2014.

Nova Trento, 24 de julho de 2014
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 093/2014

CONTRATO Nº 093/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 069/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 041/2014. Homologação: 18/07/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP., inscrita no CNPJ sob o Nº 08.160.936/0001-91, estabelecida na Rua Henrique Vigarini, nº 90, Barra do Rio, cidade de Itajaí/SC. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Limpeza, uniformizados, durante a realização da "XXII Incanto Trentino" que será nos dias 07, 08, 09 e 10 de agosto de 2014, no município de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes deste pregão. O valor total é de R\$ 5.090,00 (Cinco mil e noventa reais).

Nova Trento, 21 de julho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 094/2014

CONTRATO Nº 094/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 069/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 041/2014. Homologação: 18/07/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.913.862/0001-29, estabelecida na Travessa Márcilio Dias, nº 98, Jardim América, cidade de Rio do Sul/SC. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Segurança (diurno e noturno), desarmada, uniformizados, durante a realização da "XXII Incanto Trentino" que será nos dias 07, 08, 09 e 10 de agosto de 2014, no município de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes deste pregão. O valor total é de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Nova Trento, 21 de julho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 599/2014 "B"

PORTARIA Nº 599/ 2014 "B"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 466/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, DANIEL ISHIKAWA, matrícula nº 6357, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC,

autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor DANIEL ISHIWAKA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Vereador Mario Coelho Pires, nº 221, Bairro Campinas, Município de São José, portador do CPF nº 047.117.389-40, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Daniel Ishikawa
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 599/2014 "C"

PORTARIA Nº 599/ 2014 "C"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 467/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, NEANDRO SCHIEFLER, matrícula nº 6358, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor NEANDRO SCHIEFLER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Vereador João Angelino Lopes

Junior, nº 94, Bairro Centro, Município de Itajaí, portador do CPF nº 003.877.559-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Neandro Schiefler
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 599/2014 "D"

PORTARIA Nº 599/ 2014 "D"
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 468/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, matrícula nº 6359, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Professor Cloves Menel Calliari, nº 52, Bairro João Paulo, Município de Florianópolis, portador do CPF nº 010.419.419-78, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO

POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Khalid Hasan Ismail Al Rob
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 599/2014 "E"

PORTARIA Nº 559/ 2014 "E"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 469/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, MARCELO BORGES DE ABREU, matrícula nº 6360, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor MARCELO BORGES DE ABREU, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, Bairro Praia Comprida, Município de São José, portador do CPF nº 988.703.780-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marcelo Borges de Abreu
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 599/2014 "F"

PORTARIA Nº 599/ 2014 "F"

Prorroga Admissão

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 470/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, GUSTAVO WINKELMANN, matrícula nº 6361, para exercer o cargo de Médico Platonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor GUSTAVO WINKELMANN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Zenir Kretzker Borges, Bairro Kobrasol, Município de São José, portador do CPF nº 965.561.960-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento .

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Gustavo Winkelmann

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 600/2014 "B"

PORTARIA Nº 600/ 2014 "B"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 471/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA DE MOURA, matrícula nº 6362, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA MOURA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio José da Silva, nº 19, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 755.374.199-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40

(quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.915,24 (um mil novecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini Valeria Ramos de Oliveira de Moura
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 600/2014 "C"

PORTARIA Nº 600/ 2014 "C"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 472/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, DAVID BORTOT RASPINI, matrícula nº 6363, para exercer o cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor DAVID BORTOT RASPINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Carlos Gracher, nº 22, Bairro Centro, Município de Brusque, portador do CPF nº 034.929.169-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 3.939,70 (três mil novecentos e trinta e nove reais e setenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

David Bortot Raspini

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 600/2014 "D"

PORTARIA Nº 600/ 2014 "D"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 473/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, MERARI REINERT DOS SANTOS, matrícula nº 6364, para exercer o cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor MERARI REINERT DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 207, nº 26, Bairro Andorinha, Município de Itapema, portador do CPF nº 039.577.992-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.969,86 (um mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Merari Reinert dos Santos
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 600/2014 "E"

PORTARIA Nº 600/ 2014 "E"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 474/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, GELSON GONÇALVES CANDIDO, matrícula nº 6365, para exercer o cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor GELSON GONÇALVES CÂNDIDO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua San Martino, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 288.371.859-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 5.909,58 (cinco mil novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 33 (trinta e três) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Gelson Gonçalves Cândido
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 600/2014 "F"

PORTARIA Nº 600/ 2014 "F"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 474/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 02/2014, publicado no DOM/SC de 28/04/2014, TOMAZ SELAU DE SOUZA, matrícula nº 6366, para exercer o cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor TOMAZ SELAU DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 096.100.229-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 33 (trinta e três) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 5.909,58 (cinco mil novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 33 (trinta e três) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Tomaz Selau de Souza
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 613/2014 "A"

PORTARIA Nº 613/ 2014 "A"

Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o Art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal, ROLAND ALFREDO KOEHLER, matrícula nº 6426, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Turismo - CC 11, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Servidores Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 10 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 10 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 615/2014 (Retificação)

PORTARIA Nº 615/2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 64, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, ALLAN CARLOS MARCHI, matrícula nº 6126, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Turismo - CC 11, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Servidores Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 10 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 621/2014

PORTARIA Nº 621/2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº

512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, BERNARDETE TOMASI CARNIEL, matrícula nº 6412, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora BERNARDETE TOMASI CARNIEL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Molha, Bairro Molha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.468.019-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses,

iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Bernardete Tomasi Carniel
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 622/2014

PORTARIA Nº 622/2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº

512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, JOÃO TABONI, matrícula nº 6413, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de julho de 2014 a 13 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor JOÃO TABONI, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 591.536.959-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de julho de 2014 a 13 de janeiro de 2015, data da

assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

João Taboni
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 623/2014

PORTARIA Nº 623/2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, FABRICIO ANTONIO CORSI, matrícula nº 6414, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor FABRICIO ANTONIO CORSI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Alto Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 103.423.399-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério

da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Fabricio Antonio Corsi
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 624/2014

PORTARIA Nº 624/2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, ENES TOMASI, matrícula nº 6415, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 23 de julho de 2014 a 18 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor ENES TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 380.033.689-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 23 de julho de 2014 a 18 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério

da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Enes Tomasi
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 625/2014

PORTARIA Nº 625/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, JOSÉ VALDIR PEROTONI, matrícula nº 6416, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor JOSÉ VALDIR PEROTONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 508.351.149-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério

da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

José Valdir Perotoni
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 626/2014

PORTARIA Nº 626/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, HILÁRIO WOLF, matrícula nº 6417, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor HILÁRIO WOLF, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Alto Alferes, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 570.238.249-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério

da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Hilário Wolf
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 627/2014

PORTARIA Nº 627/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, REGINA APARECIDA BARRETO, matrícula nº 6418, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Delegacia), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora REGINA APARECIDA BARRETO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Jose Botamedi, nº 76, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 625.867.429-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Delegacia), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Regina Aparecida Barreto
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 628/2014

PORTARIA Nº 628/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, LEONARDO JOÃO BONECHER, matrícula nº 6419, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor LEONARDO JOÃO BONECHER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Pedro Piffer, Bairro Frederico, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 072.242.159-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 971,98 (novecentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL
Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Leonardo João Bonecher
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 629/2014

PORTARIA Nº 629/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, JAIME DA SILVA, matrícula nº 6420, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor JAIME DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jose Soares Neto, Bairro Tajuba, Município de São João Batista, portador do CPF nº 586.756.049-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 971,98 (novecentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL
Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e términos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Jaime da Silva
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 630/2014

PORTARIA Nº 630/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocada conforme Decreto nº 126/2014, VALDIRENI ALBANAES WILCKE, matrícula nº 6421, para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de julho de 2014 a 13 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora VALDIRENI ALBANAES WILCKE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua RD SC 410, s/n, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 028.427.099-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de julho de 2014 a 13 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Valdireni Albanaes Wilcke
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 631/2014

PORTARIA Nº 631/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 065/2014, BIANCA DALSENTER PUEL, matrícula nº 6422, para exercer o cargo de Dentista - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora BIANCA DALSENTER PUEL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Rafael Booz, nº 157, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 073.146.109-67, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Dentista - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.082,81 (dois mil e oitenta e dois reais e um centavo), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Bianca Dalsenter Puel
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 632/2014

PORTARIA Nº 632/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, matrícula nº 6423, para exercer o cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de julho de 2014 a 13 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Rodovia SC-411 km 52, nº85, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.097.009-07, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 18 de julho de 2014 a 13 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério

da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Hamilton Junior dos Santos
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 633/2014

PORTARIA Nº 633/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, VICTOR RAPHAEL CORRÊA VOSS, matrícula nº 6424, para exercer o cargo de Médico Psiquiatra - NASF, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 23 de julho de 2014 a 18 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor VICTOR RAPHAEL CORRÊA VOSS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 275, Ap. 208, nº 135, Bairro Meia Praia, Município de Itapema, portadora do CPF nº 311.067.138-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Psiquiatra - NASF, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 3.939,71 (três mil novecentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 23 de julho de 2014 a 18 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Victor Raphael Corrêa Voss
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 634/2014

PORTARIA Nº 634/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 128/2014, ROGERIO JULIO DE AGUIAR, matrícula nº 6425, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 23 de julho de 2014 a 18 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor ROGERIO JULIO DE AGUIAR, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Verônica Wechrmeiste, s/n, Bairro Cobre, Município de Canelinha, portador do CPF nº 113.738.728-96, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 871,44 (oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL
Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 23 de julho de 2014 a 18 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público,

desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Rogério Julio de Aguiar
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 635/2014

PORTARIA Nº 635/ 2014

Revoga Outorga de Poderes à Servidor Público

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

REVOGAR a Outorga de Poderes concedidos ao Servidor Público Municipal, MAXILIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº 5553, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal da

Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Nível CC-1 (nomeado pela Portaria nº 007/2013), com 40 (quarenta) horas semanais, pela Portaria nº 173/2014, para Coordenar diretamente o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), inclusive para organizar a escala mensal e de férias dos profissionais vinculados, em 01 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 636/2014

PORTARIA Nº 636/ 2014
Outorga Poderes à Servidor Público

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

OUTORGAR Poderes ao Servidor Público Municipal, EDER MARQUATO, matrícula nº 2098, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, com 40 (quarenta) horas semanais, para Coordenar diretamente o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), inclusive para organizar a escala mensal e de férias dos profissionais vinculados, junto a este programa social, no Município de Nova Trento, a partir de 01 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 637/2014

PORTARIA Nº 637/ 2014
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 585/2014 "A", que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 23 de julho de 2014 a 01 de setembro de 2014, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme Portaria de nº

601/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767115369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme Portaria de nº 601/2014 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 23 de julho de 2014 a 01 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini Paulo Sergio Rodrigues
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 638/2014

PORTARIA Nº 638/2014
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGA a Portaria nº 038/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, TAMARES DALSSASSO, matrícula nº 6038, no cargo de Professor Nível III, Referência A, Educação Infantil - Professor Itinerante), com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin e Espreado, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF Nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190 bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147/2006 de 27/10/2006, e a Senhora TAMARES DALSSASSO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Madre Paulina, nº 1762, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 070.268.309-45, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, Educação Infantil - Professor Itinerante), com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin e Espreado, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.038,92 (dois mil e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de 06 (seis) meses, iniciando em 21 de julho de 2014 a 16 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes, ou pelo retorno da professora substituída as atividades;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Tamires Dalsasso

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 639/2014

PORTARIA Nº 639/2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, SERGIO PEREIRA LOBO, matrícula nº 6404, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de julho de 2014, devido convocação através do Decreto nº 126/2014, para assumir vaga pelo Processo Seletivo, Edital nº 06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 640/2014

PORTARIA Nº 640/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, SERGIO PEREIRA LOBO, matrícula nº 6427, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor SERGIO PEREIRA LOBO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Guilherme Ristow, nº 210, Bairro Primeiro de Maio, Município de Brusque, portador do CPF nº 781.453.920-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 871,44 (oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Sergio Pereira Lobo
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 641/2014

PORTARIA Nº 641/2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA DE MOURA, matrícula nº 6362, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de julho de 2014, devido convocação através do Decreto nº 126/2014, para assumir vaga pelo Processo Seletivo, Edital nº 06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 642/2014

PORTARIA Nº 642/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA DE MOURA, matrícula nº 6428, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA MOURA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio José da Silva, nº 19, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 755.374.199-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.915,24 (um mil novecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini Valeria Ramos de Oliveira de Moura
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 643/2014

PORTARIA Nº 643/2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, MERARI REINERT DOS SANTOS, matrícula nº 6364, para exercer o cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de julho de 2014, devido convocação através do Decreto nº 126/2014, para assumir vaga pelo Processo Seletivo, Edital nº 06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 644/2014

PORTARIA Nº 644/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, MERARI REINERT DOS SANTOS, matrícula nº 6429, para exercer o cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor MERARI REINERT DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 207, nº 26, Bairro Andorinha, Município de Itapema, portador do CPF nº 039.577.992-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.969,86 (um mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Merari Reinert dos Santos

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 645/2014

PORTARIA Nº 645/2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, DAVID BORTOT RASPINI, matrícula nº 6363, para exercer o cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de julho de 2014, devido convocação através do Decreto nº 126/2014, para assumir vaga pelo Processo Seletivo, Edital nº 06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 646/2014

PORTARIA Nº 646/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, DAVID BORTOT RASPINI, matrícula nº 6430, para exercer o cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor DAVID BORTOT RASPINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Carlos Gracher, nº 22, Bairro Centro, Município de Brusque, portador do CPF nº 034.929.169-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 3.939,70 (três mil novecentos e trinta e nove reais e setenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de julho de 2014 a 17 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

David Bortot Raspini

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 647/2014

PORTARIA Nº 647/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 129/2014, LETÍCIA TESTONI, matrícula nº 6431, para exercer o cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 25 de julho de 2014 a 20 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora LETÍCIA TESTONI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tirol, nº 2044, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 029.528.639-38, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.110,84 (um mil cento e dez reais e oitenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 25 de julho de 2014 a 20 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 25 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini Leticia Testoni
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 25 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 647/2014 "A"

PORTARIA Nº 647/ 2014 "A"
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 64, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, ADRIANA CRISTINA QUARESMA MANARIN, matrícula nº 5675, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Terminal Rodoviário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 25 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 648/2014

PORTARIA Nº 648/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, inciso IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 128/2014, TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, matrícula nº 6432, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 28 de julho de 2014 a 23 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de julho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 28 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua São José, nº 902, Bairro Praça, Município de Tijucas, portadora do CPF nº 337.667.201-63, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 871,44 (oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 28 de julho de 2014 a 23 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini Tania Lucia Teodoro Santa Cruz
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 649/2014

PORTARIA Nº 649/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocada pelo Decreto nº 126/2014, ANGELICA TATIANE FURLAN DA SILVA, matrícula nº 6433, para exercer o cargo de Assistente Social - CRAS, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 28 de julho de 2014 a 23 de janeiro de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 28 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e a Senhora ANGELICA TATIANE FURLAN DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Senador Atilio Fontana, nº 2109, Bairro Perequê, Município de Porto Belo, portadora do CPF nº 984.372.169-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Assistente Social - CRAS, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.082,81 (dois mil e oitenta e

dois reais e oitenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 28 de julho de 2014 a 23 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V- Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Bem Estar Social e Habitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Angelica Tatiane Furlan da Silva
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 650/2014

PORTARIA Nº 650/ 2014

Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o Art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal, DANIEL BOTTAMEDI, matrícula nº 6434, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Terminal Rodoviário - CC 11, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 28 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 28 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 651/2014

PORTARIA Nº 651/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Julho/2014, MARCIA PEIXE, brasileira, solteira, Servidora Pública Municipal, matrícula nº 5986, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 22/07/2013 a 21/07/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato PL Nº051/2014-Pregão Presencial Nº 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 051/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07/08/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site gpm.fecam.org.br/novohorizonte.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 28 de Julho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial 29/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ORLEANS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME ANEXO.

ALTERA-SE A DATA DO DIA 31/07/2014 PARA O DIA 04/08/2014 ÀS 9 HRS.

GISELE BENEDET PIZONI ZOMER
SECRETARIA DE SAÚDE

Errata Pregão Presencial 102-14

Município de Orleans. Errata do Edital de Pregão Presencial 102/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O MUNICÍPIO, conforme anexo. Altera-se a data para: 06/08/2014 às 16:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Errata Registro de Preço 103-14

Município de Orleans. Errata do Edital de Registro de Preço 103/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA A CRECHE MUNDO ENCANTADO, conforme anexo. Altera-se a Data para: 05/08/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço 116-14

Município de Orleans. Edital de Registro de Preço 116/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, conforme anexo. Data: 05/08/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Edital de Tomada de Preço 119-14

Município de Orleans. Edital de Tomada de Preço 119/2014. Objeto: CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES DE CONCRETO ARMADO, SENDO UMA NA BARRA DO RIO NOVO E OUTRA NA BARRA DO RIO HIPÓLITO CONFORME PROJETO, conforme anexo. Data: 12/08/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Edital Notificação de Infrações 048 - 1035 A 1057-14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1035/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
BPN0794	55034198E	5010/0	22/05/2014	162*I
CKP8728	55035410E	6912/0	02/05/2014	232
CKP8728	55035411E	6637/2	02/05/2014	230*IX
MAI4510	55033765E	6599/2	29/04/2014	230*V
MAV5421	55034231E	5010/0	04/05/2014	162*I
MAV5421	55034232E	6599/2	04/05/2014	230*V
MAV5421	55035904E	5169/1	04/05/2014	165
MBO5701	55033806E	6599/2	03/05/2014	230*V
MBO5701	55033807E	5010/0	03/05/2014	162*I
MFE3504	55034196E	6912/0	22/05/2014	232
MFY0249	55034229E	6700/0	01/05/2014	230*XVI
MGD1496	55035222E	6661/0	23/05/2014	230*XII
MGJ5459	55034322E	5010/0	29/04/2014	162*I
MIF5158	55033834E	6599/2	16/05/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1036/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS

SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
BNR3347	55034747E	5550/0	30/04/2014	181*XVIII
IOS3074	55035819E	5835/0	16/05/2014	195
JLQ3769	55035648E	5452/2	22/04/2014	181*VIII
MCD2000	55035334E	5185/1	03/05/2014	167
MDK3060	55034745E	5380/0	30/04/2014	181*I
MFZ2783	55035405E	7266/2	02/05/2014	252*VI
MGK4456	55035331E	5207/0	03/05/2014	169
MGK8763	55034744E	5380/0	30/04/2014	181*I
MHU7946	55035333E	5207/0	03/05/2014	169
MHX6821	55035329E	5207/0	03/05/2014	169
MKG9732	55034725E	5207/0	21/04/2014	169
MLU3071	55033805E	7056/1	03/05/2014	244*III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1037/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJC3043	55035658E	6599/2	07/03/2014	R\$191,53	230*V
AJC3043	55035659E	5010/0	07/03/2014	R\$574,61	162*I
CLR7617	05532860E	5010/0	14/01/2014	R\$574,61	162*I
CLR7617	05532861E	5169/1	14/01/2014	R\$1.915,38	165
KTP2551	05532774E	5010/0	16/01/2014	R\$574,61	162*I
LYK9409	05532833E	6599/2	17/01/2014	R\$191,53	230*V
LZG3691	54440473E	6599/2	22/12/2013	R\$191,53	230*V
LZG3691	54440474E	6556/1	22/12/2013	R\$191,53	230*I
LZG9767	05532752E	5010/0	20/12/2013	R\$574,61	162*I
LZG9767	05532753E	6599/2	20/12/2013	R\$191,53	230*V
LZG9767	05532754E	6556/1	20/12/2013	R\$191,53	230*I
LZO0440	54442220E	6912/0	31/12/2013	R\$53,20	232
LZO0440	54442221E	6610/2	31/12/2013	R\$127,69	230*VII

LZP6450	54441733E	5045/0	27/12/2013	R\$191,53	162*V
LZP6450	54441734E	6637/2	27/12/2013	R\$127,69	230*IX
LZP6450	54441735E	6912/0	27/12/2013	R\$53,20	232
LZP6450	54442072E	5169/1	20/12/2013	R\$1.915,38	165
LZP6450	54442073E	5010/0	20/12/2013	R\$574,61	162*I
LZP6450	54442074E	5118/0	20/12/2013	R\$574,61	164 c/c 162*I
MAX8733	54441721E	5010/0	21/12/2013	R\$574,61	162*I
MAX8733	54441722E	6653/1	21/12/2013	R\$127,69	230*XI
MCI8511	55035300E	5010/0	30/03/2014	R\$574,61	162*I
MCQ6636	05532969E	6599/2	18/01/2014	R\$191,53	230*V
MCW6176	05532808E	5010/0	11/01/2014	R\$574,61	162*I
MCY6429	05532885E	5010/0	24/01/2014	R\$574,61	162*I
MCY6429	05532886E	6599/2	24/01/2014	R\$191,53	230*V
MDJ7797	54442195E	5045/0	15/12/2013	R\$191,53	162*V
MDJ7797	54442196E	6912/0	15/12/2013	R\$53,20	232
MDL7917	05532894E	6599/2	26/01/2014	R\$191,53	230*V
MDL7917	05532895E	6912/0	26/01/2014	R\$53,20	232
MEP2968	05532873E	5010/0	20/01/2014	R\$574,61	162*I
MGA0330	05532840E	6599/2	18/01/2014	R\$191,53	230*V

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGN2249	54441896E	6599/2	02/01/2014	R\$191,53	230*V
MGU5760	54442473E	5010/0	27/12/2013	R\$574,61	162*I
MGU5760	54442438E	6556/1	27/12/2013	R\$191,53	230*I
MGY3815	54441088E	5010/0	10/04/2014	R\$574,61	162*I
MGY9179	05532828E	6599/2	14/01/2014	R\$191,53	230*V
MIO7097	05532951E	7340/0	06/01/2014	R\$85,12	252*IV
MJM7078	05532803E	5010/0	11/01/2014	R\$574,61	162*I
MJM7078	05532804E	5118/0	11/01/2014	R\$574,61	164 c/c 162*I
MJM7078	05532805E	6556/1	11/01/2014	R\$191,53	230*I
MJM7078	05532806E	6653/1	11/01/2014	R\$127,69	230*XI
MKS2090	05532856E	5010/0	11/01/2014	R\$574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1038/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS
DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO,

CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APF0623	05533238E	5509/0	14/03/2014	R\$85,12	181*XIII
CBO9968	55036162E	5185/1	27/02/2014	R\$127,69	167
CKM7010	05532986E	6122/0	05/02/2014	R\$191,53	214*I
CVK7145	05532755E	7366/2	20/12/2013	R\$85,12	252*VI
DDS9566	05533004E	5452/1	15/01/2014	R\$127,69	181*VIII
GVS7006	54440479E	5487/0	06/01/2014	R\$127,69	181*XI
HFN5603	54440480E	5185/1	06/01/2014	R\$127,69	167
LWS1822	05532867E	5185/1	17/01/2014	R\$127,69	167
LWS1822	05532977E	5193/0	21/01/2014	R\$191,53	168
LXQ7020	05532832E	5185/1	17/01/2014	R\$127,69	167
LYK9409	05532834E	7366/2	17/01/2014	R\$85,12	252*VI
LYK9409	05532868E	5185/1	17/01/2014	R\$127,69	167
LYW3372	05532846E	5185/1	20/01/2014	R\$127,69	167
LZK5094	05532847E	5185/1	20/01/2014	R\$127,69	167
LZL4574	05532890E	7366/2	26/01/2014	R\$85,12	252*VI
MAR4398	05532766E	5193/0	04/01/2014	R\$191,53	168
MAX8733	54441723E	5835/0	21/12/2013	R\$127,69	195
MAY9210	05532772E	5452/1	16/01/2014	R\$127,69	181*VIII
MBE2764	55033983E	5509/0	21/03/2014	R\$85,12	181*XIII
MBM6836	05533144E	5185/1	04/02/2014	R\$127,69	167
MBS6942	05532955E	5509/0	06/01/2014	R\$85,12	181*XIII
MCI1795	54442217E	5185/1	28/12/2013	R\$127,69	167
MCI1795	54442218E	5185/2	28/12/2013	R\$127,69	167
MCQ5694	05533121E	5185/1	26/01/2014	R\$127,69	167
MCT1826	05532953E	5509/0	06/01/2014	R\$85,12	181*XIII
MED1422	05532872E	7366/2	18/01/2014	R\$85,12	252*VI
MFC0268	05532876E	5509/0	20/01/2014	R\$85,12	181*XIII
MFO5221	54442228E	5380/0	24/01/2014	R\$85,12	181*I
MFY8502	55033976E	5185/1	18/03/2014	R\$127,69	167
MGA0330	05532841E	5185/1	18/01/2014	R\$127,69	167
MGA0330	05532842E	5185/2	18/01/2014	R\$127,69	167
MGN2249	54441898E	5720/0	02/01/2014	R\$127,69	186*I

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX1827	54442440E	7056/1	02/01/2014	R\$191,53	244*III
MGY9179	05532819E	5835/0	14/01/2014	R\$127,69	195
MGY9179	05532820E	6009/2	14/01/2014	R\$191,53	206*II
MGY9179	05532821E	5207/0	14/01/2014	R\$53,20	169
MHC7842	54442082E	5738/0	10/01/2014	R\$191,53	186*II
MHG0669	05532973E	5541/1	21/01/2014	R\$53,20	181*XVII
MIF3590	05533003E	5380/0	15/01/2014	R\$85,12	181*I
MIZ6475	05532815E	5185/1	14/01/2014	R\$127,69	167
MJL3060	54442081E	5509/0	07/01/2014	R\$85,12	181*XIII
MJP6036	54440920E	5460/0	23/12/2013	R\$85,12	181*IX
MJW6402	05533023E	5380/0	27/01/2014	R\$85,12	181*I

MKC9266	05532976E	5509/0	21/01/2014	R\$85,12	181*XIII
MKV6830	05532975E	5509/0	21/01/2014	R\$85,12	181*XIII
MLD1715	54441724E	7366/2	24/12/2013	R\$85,12	252*VI
MLI8356	05532770E	5380/0	16/01/2014	R\$85,12	181*I
MLO3956	05532844E	5185/1	20/01/2014	R\$127,69	167
MMB2601	05533109E	5185/1	23/01/2014	R\$127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1039/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
KVO7354	55035805E	5045/0	16/05/2014	162*V
LXO6229	55035920E	6599/2	13/05/2014	230*V
LYW4896	55034778E	6599/2	02/06/2014	230*V
LYW4896	55034779E	5010/0	02/06/2014	162*I
LYW4896	55034780E	6610/2	02/06/2014	230*VII
LZD2540	55035910E	5045/0	07/05/2014	162*V
LZD2540	55035911E	6599/2	07/05/2014	230*V
MDU3881	55035832E	6599/2	01/06/2014	230*V
MFJ1027	05532937E	6920/0	09/05/2014	233
MFJ8772	55035917E	6599/2	13/05/2014	230*V
MJJ8535	55034774E	6700/0	30/05/2014	230*XVI
MJJ8535	55034775E	5045/0	30/05/2014	162*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1040/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
LXO6229	55035919E	5509/0	13/05/2014	181*XIII
MCK3171	55034361E	5185/1	04/06/2014	167
MFJ8772	55035918E	5738/0	13/05/2014	186*II
MHJ9229	55035009E	5185/1	30/05/2014	167
MIA4913	55035342E	5207/0	12/05/2014	169
MLK3361	55035457E	5738/0	26/05/2014	186*II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1041/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAH0510	55036160E	6599/2	27/02/2014	R\$191,53	230*V
APF0623	54442436E	6700/0	17/12/2013	R\$127,69	230*XVI
BMV7630	54442099E	6920/0	03/02/2014	R\$127,69	233
MBW1348	05532789E	6920/0	03/02/2014	R\$127,69	233
MCX4106	54440294E	5010/0	16/02/2014	R\$574,61	162*I

MDA4552	05533244E	6920/0	01/04/2014	R\$127,69	233
MJP6698	54442092E	6700/0	22/01/2014	R\$127,69	230*XVI
MJS4585	54442222E	5010/0	09/01/2014	R\$574,61	162*I
MLI8356	55033988E	6700/0	27/03/2014	R\$127,69	230*XVI
MLJ4480	55033500E	6700/0	11/04/2014	R\$127,69	230*XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1042/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZC9498	54442076E	5509/0	23/12/2013	R\$85,12	181*XIII
MAH5818	55034254E	5185/1	20/02/2014	R\$127,69	167
MEC5741	54440476E	7064/0	25/12/2013	R\$191,53	244*IV
MFR2846	55035510E	5541/5	25/03/2014	R\$53,20	181*XVII
MGK6915	05532880E	5185/1	23/01/2014	R\$127,69	167
MHY1922	54440483E	5541/1	18/01/2014	R\$53,20	181*XVII
MHZ6446	05532843E	5185/1	20/01/2014	R\$127,69	167
MJR4856	55035518E	5185/1	18/03/2014	R\$127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1043/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S)

PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
DJQ7967	05532941E	6920/0	09/05/2014	233
EGW1982	55034180E	6599/2	17/05/2014	230*V
IEO8818	55033785E	6920/0	08/05/2014	233
ILL9541	05532942E	6920/0	09/05/2014	233
JGL9582	55033781E	6920/0	08/05/2014	233
LYJ8750	55035453E	6408/0	23/05/2014	221
LYM5981	55033809E	6599/2	06/05/2014	230*V
LYZ9106	05532935E	6920/0	09/05/2014	233
LZG9767	55035908E	5010/0	07/05/2014	162*I
LZQ3202	55035835E	6599/2	03/06/2014	230*V
LZU1029	55035209E	5010/0	17/05/2014	162*I
LZU1029	55035210E	5196/1	17/05/2014	165
MAN1278	55033787E	6920/0	08/05/2014	233
MAW4338	54440936E	5010/0	17/05/2014	162*I
MBD9649	55035206E	5010/0	14/05/2014	162*I
MBH6188	05532940E	6920/0	09/05/2014	233
MBJ8542	55035934E	6599/2	16/05/2014	230*V
MBN6346	55035011E	6599/2	31/05/2014	230*V
MBT3349	55035823E	6700/0	21/05/2014	230*XVI
MBV4552	55035817E	5010/0	17/05/2014	162*I
MBV4552	55035818E	6599/2	17/05/2014	230*V
MCG4791	55033788E	6920/0	08/05/2014	233
MCI2890	55034379E	6599/2	10/06/2014	230*V
MCI2890	55035475E	5169/1	10/06/2014	165
MCY1259	05532945E	6920/0	09/05/2014	233
MDO0371	55033790E	6920/0	08/05/2014	233
MDW1259	54441100E	6408/0	16/05/2014	221
MEV9682	54441097E	6599/2	16/05/2014	230*V
MEV9682	54441098E	6912/0	16/05/2014	232
MFI0194	55035151E	6610/2	17/05/2014	230*VII

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MFI0194	55035152E	5010/0	17/05/2014	162*I
MFI0194	55035153E	6580/0	17/05/2014	230*IV
MFR5341	05532938E	6920/0	09/05/2014	233
MFR5501	55035807E	5010/0	16/05/2014	162*I
MGQ7912	55033798E	5010/0	16/05/2014	162*I
MHN7220	55034248E	5274/1	10/05/2014	175
MHW0565	55035207E	6912/0	14/05/2014	232
MIF1342	55033789E	6920/0	08/05/2014	233
MIO7097	55035208E	6599/2	17/05/2014	230*V
MJK2329	55035212E	6700/0	18/05/2014	230*XVI

MKG5322	55033812E	5010/0	12/05/2014	162*I
MKL6747	55035221E	5010/0	18/05/2014	162*I
MLC9362	55033826E	5010/0	16/05/2014	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1044/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AXD3088	55035015E	5550/0	03/06/2014	181*XVIII
BGT3690	55035922E	5541/1	13/05/2014	181*XVII
BMK7297	55033792E	5185/1	14/05/2014	167
CBA7006	55034927E	5185/1	04/06/2014	167
CEJ5140	55036112E	5185/1	30/05/2014	167
EGW1982	55034179E	7366/2	17/05/2014	252*VI
HEA8227	55035432E	5509/0	08/05/2014	181*XIII
ICN5716	55035336E	5185/1	06/05/2014	167
LNL4024	55035939E	5452/2	22/05/2014	181*XVIII
LZQ3202	55035834E	5541/1	03/06/2014	181*XVII
MBH3853	55034242E	5614/5	10/05/2014	182*V
MBM3153	55034236E	5550/0	07/05/2014	181*XVIII
MBU4908	55035925E	5509/0	16/05/2014	181*XIII
MBX6896	55033810E	5550/0	09/05/2014	181*XVIII
MCG3284	55033796E	5720/0	14/05/2014	186*I
MCV6978	55036102E	5207/0	21/05/2014	169
MEF3360	55034764E	6530/0	21/05/2014	228
MEH5197	55033823E	5509/0	16/05/2014	181*XIII
MEO1091	55035226E	5207/0	23/05/2014	169
MGY4610	55034933E	5207/0	05/06/2014	169
MHD1108	55035448E	5541/1	11/05/2014	181*XVII
MHN7220	55034245E	5835/0	10/05/2014	195
MHN7220	55034246E	5185/1	10/05/2014	167
MHN7220	55034247E	5827/0	10/05/2014	194

MIB4055	55035213E	7048/1	18/05/2014	244*II
MIB4055	55035214E	6858/0	18/05/2014	231*VII
MJM5119	55036104E	5185/1	21/05/2014	167
MJO5549	55035350E	5207/0	21/05/2014	169
MKF7669	55035907E	5550/0	07/05/2014	181*XVIII
MKF7728	55033794E	5738/0	14/05/2014	186*II

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MKJ2531	55035346E	5207/0	15/05/2014	169
MKL6747	55035219E	5835/0	18/05/2014	195
MKL6747	55035220E	5215/2	18/05/2014	170
MKY9527	55036105E	5207/0	21/05/2014	169
MLE9405	55034763E	5541/1	21/05/2014	181*XVII
MLK7876	55036108E	5207/0	21/05/2014	169
MML3682	55035810E	5835/0	16/05/2014	195
MML3682	55035811E	6270/0	16/05/2014	220*II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1045/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BNG2281	55035693E	6920/0	01/04/2014	R\$127,69	233
ESL0408	55035705E	6920/0	01/04/2014	R\$127,69	233
MCC4217	55035711E	5010/0	04/04/2014	R\$574,61	162*I
MDN2318	05532784E	6599/2	31/01/2014	R\$191,53	230*V
MDR1953	05532931E	6912/0	23/04/2014	R\$53,20	232
MEX2671	55035744E	5010/0	25/04/2014	R\$574,61	162*I
MFE5198	55035387E	6700/0	24/04/2014	R\$127,69	230*XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60

(SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1046/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDR1953	55035381E	7048/1	23/04/2014	R\$191,53	244*II
MGJ9313	55035646E	5541/5	22/04/2014	R\$53,20	181*XVII
MGS8518	55035354E	5487/0	11/04/2014	R\$127,69	181*XII
MLO0710	55035638E	7366/2	17/04/2014	R\$85,12	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1047/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
KAC8791	55035163E	6599/2	12/06/2014	230*V
LYI1449	55035458E	6637/2	29/05/2014	230*IX
LYP8519	55035948E	6700/0	28/05/2014	230*XVI
LZO0440	55034182E	6602/0	18/05/2014	230*VI

LZO0440	55034183E	6637/2	18/05/2014	230*IX
MBP3784	55034381E	5045/0	13/06/2014	162*V
MDT6462	55034921E	6599/2	29/05/2014	230*V
MFI2742	55035944E	5510/0	25/05/2014	162*I
MFZ5543	55035452E	6637/2	23/05/2014	230*IX
MGH0379	55035460E	6610/2	29/05/2014	230*VII
MHS5603	55035813E	6556/1	17/05/2014	230*I
MHS5603	55035814E	5010/0	17/05/2014	162*I
MJB4887	55035223E	6599/2	23/05/2014	230*V
MJB4887	55035224E	5010/0	23/05/2014	162*I
MKL9453	55035815E	5010/0	17/05/2014	162*I
MKL9453	55035816E	6599/2	17/05/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1048/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AMU6536	55034783E	5452/2	11/06/2014	181*VIII
ASZ3896	55035002E	7366/2	29/05/2014	252*VI
BKG6615	55035237E	5541/5	26/05/2014	181*XVII
EJE6414	55035950E	5509/0	28/05/2014	181*XIII
ICN5716	55036101E	5185/1	21/05/2014	167
MAZ6592	55035245E	5185/1	26/05/2014	167
MBL7220	55033836E	5185/1	19/05/2014	167
MGH0379	55035250E	5193/0	29/05/2014	168
MGY8658	55033795E	5185/1	14/05/2014	167
MHL5535	55036107E	5185/1	21/05/2014	167
MIE8981	55035038E	5509/0	12/06/2014	181*XIII
MIH1484	55035348E	5185/1	15/05/2014	167
MJB4887	55035225E	5835/0	23/05/2014	195
MJX8330	55033837E	5185/1	19/05/2014	167
MKM2266	55035935E	5550/0	19/05/2014	181*XVIII

MVY0315	55035232E	5835/0	23/05/2014	195
MVY0315	55035233E	5185/1	23/05/2014	167
MVY0315	55035234E	5215/2	23/05/2014	170
MVY0315	55035235E	5878/0	23/05/2014	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1049/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHN1191	55034168E	5185/1	08/04/2014	R\$127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1050/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ADO7259	55035489E	6920/0	18/06/2014	233
LYW4099	55035246E	6599/2	29/05/2014	230*V
LZI2474	55035496E	6920/0	18/06/2014	233
LZU5928	55034359E	6599/2	04/06/2014	230*V
MFL3393	55035484E	6920/0	18/06/2014	233
MGB4132	55034910E	7340/0	28/05/2014	252*IV
MGV9809	55035155E	6599/2	03/06/2014	230*V
MHC2779	55035462E	6599/2	29/05/2014	230*V
MHE5313	55035012E	5010/0	31/05/2014	162*I
MHE5313	55035013E	6599/2	31/05/2014	230*V
MHG0379	55035461E	6700/0	29/05/2014	230*XVI
MIY9849	55035451E	6637/2	23/05/2014	230*IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1051/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ERF4331	55035036E	7366/2	12/06/2014	252*VI
ERN4800	55034913E	5550/0	28/05/2014	181*XVIII
IFF1427	55034770E	5185/1	27/05/2014	167
IFF1427	55034771E	5835/0	27/05/2014	195
IFF1427	55034772E	5878/0	27/05/2014	199
LXC9746	55034397E	5835/0	17/06/2014	195
MCC2295	55034773E	5185/1	27/05/2014	167
MCK3171	55035479E	5185/1	16/06/2014	167
MCQ6201	55034916E	5738/0	28/05/2014	186*II
MDP7156	55033849E	5185/1	22/05/2014	167
MFE9697	54440942E	5185/1	22/06/2014	167
MFO2526	55035945E	5452/2	28/05/2014	181*VIII

MGB4132	55034909E	5207/0	28/05/2014	169
MGV9809E	55035156E	5460/0	03/06/2014	181*IX
MHW1426	55035483E	6122/0	18/06/2014	214*I
MIQ3830	55035949E	5452/2	28/05/2014	181*VIII

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MJX6868	55035947E	5738/0	28/05/2014	186*II
MKH1920	55036203E	7366/2	18/06/2014	252*VI
MKL5853	55034914E	5380/0	28/05/2014	181*I
MKN6373	55034459E	5380/0	18/06/2014	181*I
MKZ7788	54440945E	5185/1	22/06/2014	167
MQY2194	55035486E	5541/1	18/06/2014	181*XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1052/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BZD3237	55035263E	6599/2	27/02/2014	R\$191,53	230*V
BZD3237	55035264E	5010/0	27/02/2014	R\$574,61	162*I
DIT3270	55033473E	6637/2	04/03/2014	R\$127,69	230*IX
DIT3270	55036188E	6700/0	04/03/2014	R\$127,69	230*XVI
DIT3270	55036189E	6912/0	04/03/2014	R\$53,20	232
GQM8869	55035360E	6599/2	14/04/2014	R\$191,53	230*V
LXO1193	55036013E	6599/2	09/03/2014	R\$191,53	230*V
MAV9387	55033987E	5045/0	27/03/2014	R\$191,53	162*V
MGV2490	55035324E	6599/2	21/04/2014	R\$191,53	230*V
MGV2490	55035325E	5045/0	21/04/2014	R\$191,53	162*V
MJN2059	55033995E	5169/1	28/03/2014	R\$1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60

(SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1053/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIT3270	55033474E	5185/1	04/03/2014	R\$127,69	167
DIT3270	55033475E	5185/1	04/03/2014	R\$127,69	167
IEV8896	55035672E	5185/1	20/03/2014	R\$127,69	167
IJZ3575	05533045E	5185/1	18/03/2014	R\$127,69	167
IJZ3575	55035270E	5738/0	02/03/2014	R\$191,53	186*II
JNZ8410	55033467E	5827/0	01/03/2014	R\$127,69	194
LXJ9968	05533046E	5185/1	18/03/2014	R\$127,69	167
MAB5556	55035321E	7366/2	15/04/2014	R\$85,12	252*VI
MBT3181	55034587E	5541/1	12/03/2014	R\$53,20	181*XVII
MCT9822	55035736E	5509/0	22/04/2014	R\$85,12	181*XIII
MDS2012	55035273E	5460/0	08/03/2014	R\$85,12	181*IX
MET1522	55035726E	5452/2	19/04/2014	R\$127,69	181*VIII
MFO2604	55036176E	5487/0	01/03/2014	R\$127,69	181*XI
MHI1942	55035285E	7366/2	14/03/2014	R\$85,12	252*VI
MHT1061	55035534E	5550/0	31/03/2014	R\$85,12	181*XVIII
MJU0104	05532915E	5509/0	13/03/2014	R\$85,12	181*XIII
MKO9656	55035303E	5185/1	28/03/2014	R\$127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1054/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA

AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
IEI6943	55033553E	6599/2	26/06/2014	230*V
IEI6943	55033554E	5010/0	25/06/2014	162*I
MCC4217	55035830E	6610/2	01/06/2014	230*VII
MCY7182	55034799E	6408/0	26/06/2014	221
MET6290	55033859E	6599/2	29/06/2014	230*V
MFT0798	55035160E	5010/0	07/06/2014	162*I
MGV0171	55035017E	6599/2	05/06/2014	230*V
MGV0171	55035018E	5010/0	05/06/2014	162*I
MHI1559	55034352E	6599/2	04/06/2014	230*V
MML9950	55035840E	6700/0	08/06/2014	230*XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1055/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AEZ2371	55034932E	5185/1	05/06/2014	167
IGQ1889	55033551E	5509/0	25/06/2014	181*XIII
LYK8550	55033353E	5185/1	28/06/2014	167
LYM7764	55034776E	5509/0	30/05/2014	181*XIII
LZJ9973	55035014E	5380/0	03/06/2014	181*I
MAO0402	55034391E	5185/1	10/06/2014	167
MAR8117	55034475E	7048/2	27/06/2014	244*II
MAR8117	55034476E	5835/0	27/06/2014	195

MAS5493	55033354E	5185/1	28/06/2014	167
MAT8657	55034928E	5738/0	04/06/2014	186*II
MAT8657	55034929E	5452/1	04/06/2014	181*VIII
MBB3110	55033356E	6858/8	28/06/2014	231*VII
MBK3565	55034935E	5525/0	05/06/2014	181*XV
MCY7182	55034797E	5738/0	26/06/2014	186*II
MFL6117	55034924E	5835/0	04/06/2014	195
MFL6117	55034925E	5878/0	04/06/2014	199
MFL6117	55034926E	5207/0	04/06/2014	169
MFT0798	55035159E	5835/0	07/06/2014	195
MJQ0390	55034923E	5541/1	04/06/2014	181*XVII
MJV9206	55034800E	5185/1	29/06/2014	167
MKW5718	55035001E	7366/2	29/05/2014	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1056/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEQ7895	55034594E	6610/2	16/03/2014	R\$127,69	230*VII
CEQ7895	55034595E	6700/0	16/03/2014	R\$127,69	230*XVI
CFA0953	55036017E	6610/2	12/03/2014	R\$127,69	230*VII
CJB1829	55034174E	6670/0	14/04/2014	R\$127,69	230*XIII
DJE0672	05532926E	6912/0	20/04/2014	R\$53,20	232
DTA2249	55033496E	6700/0	11/04/2014	R\$127,69	230*XVI
DTA2249	55033497E	5010/0	11/04/2014	R\$574,61	162*I
IJY2651	55035386E	5035/1	24/04/2014	R\$191,53	162*VI
IRY1974	55034308E	6599/2	12/03/2014	R\$191,53	230*V
IRY1974	55034309E	6912/0	12/03/2014	R\$53,20	232
LZO6902	55034574E	6610/2	03/03/2014	R\$127,69	230*VII
LZP4456	55035308E	6599/2	31/03/2014	R\$191,53	230*V
MAI4999	55034628E	6556/1	27/03/2014	R\$191,53	230*I
MAJ6190	55035272E	6599/2	05/03/2014	R\$191,53	230*V
MBI2827	55034155E	5169/1	05/04/2014	R\$1.915,38	165
MBI2827	55034156E	6912/0	05/04/2014	R\$53,20	232

MBI2827	55034649E	5037/1	05/04/2014	R\$574,61	162*III
MBI2827	55034650E	5045/0	05/04/2014	R\$191,53	162*V
MBM4875	55035930E	6599/2	16/05/2014	R\$191,53	230*V
MBM4875	55035932E	5045/0	16/05/2014	R\$191,53	162*V
MBQ7548	05532934E	6599/2	24/04/2014	R\$191,53	230*V
MCE9363	55036197E	6920/0	07/03/2014	R\$127,69	233
MCL4822	55034711E	6408/0	10/04/2014	R\$85,12	221
MCN1209	55035389E	6599/2	24/04/2014	R\$191,53	230*V
MCX8222	05532921E	5045/0	14/04/2014	R\$191,53	162*V
MCX8222	05532922E	6912/0	14/04/2014	R\$53,20	232
MCX8222	05532923E	6610/2	14/04/2014	R\$127,69	230*VII
MDH5113	55034751E	6912/0	04/04/2014	R\$53,20	232
MDO4709	54441730E	6599/2	24/12/2013	R\$191,53	230*V
MDO4709	54441731E	5010/0	24/12/2013	R\$574,61	162*I
MDO4709	54441732E	6653/1	24/12/2013	R\$127,69	230*XI
MDQ4898	54440924E	5045/0	21/02/2014	R\$191,53	162*V
MDQ4898	55036198E	6920/0	07/03/2014	R\$127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH5296	05532983E	5010/0	30/01/2014	R\$574,61	162*I
MEU1178	55035371E	6408/0	17/04/2014	R\$85,12	221
MEU1178	55035372E	6912/0	17/04/2014	R\$53,20	232
MEU1178	55035636E	6637/2	17/04/2014	R\$127,69	230*IX
MEX0445	55035662E	6920/0	10/03/2014	R\$127,69	233
MFE3504	55035353E	6602/0	08/04/2014	R\$191,53	230*VI
MFM7485	55035328E	5010/0	03/05/2014	R\$574,61	162*I
MGJ4092	55033754E	6700/0	14/04/2014	R\$127,69	230*XVI
MGL8444	55035664E	6599/2	10/03/2014	R\$191,53	230*V
MGV4585	55035359E	6599/2	14/04/2014	R\$191,53	230*V
MHM1088	55035708E	6556/1	04/04/2014	R\$191,53	230*I
MIC7093	55034555E	6670/0	03/03/2014	R\$127,69	230*XIII
MIC7093	55036002E	5010/0	03/03/2014	R\$574,61	162*I
MIZ0220	55034321E	6920/0	01/04/2014	R\$127,69	233
MJY2323	55035660E	6920/0	10/03/2014	R\$127,69	233
MKT9466	05533199E	6670/0	02/03/2014	R\$127,69	230*XIII
MKY9659	55034580E	6700/0	04/03/2014	R\$127,69	230*XVI
MLJ7932	55034712E	6610/2	10/04/2014	R\$127,69	230*VII
MLJ7932	55034713E	5010/0	10/04/2014	R\$574,61	162*I
MLJ7932	55934714E	6653/1	10/04/2014	127,69	230*XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1057/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARD1497	55034732E	5380/0	24/04/2014	R\$85,12	181*I
CBF7065	55033478E	5185/1	18/03/2014	R\$127,69	167
CJB1829	55036178E	5185/1	01/03/2014	R\$127,69	167
CNO6600	55035612E	5452/1	04/04/2014	R\$127,69	181*VIII
CYR5538	55035310E	5185/1	03/04/2014	R\$127,69	167
DDR6878	55035322E	5185/1	18/04/2014	R\$127,69	167
DKF4004	55034633E	5185/1	27/03/2014	R\$127,69	167
DLR5395	55036191E	5541/1	07/03/2014	R\$53,20	181*XVII
EPO2816	55035282E	5509/0	14/03/2014	R\$85,12	181*XIII
IOW3503	55035288E	5509/0	20/03/2014	R\$85,12	181*XIII
JPL8267	55035546E	5185/1	06/04/2014	R\$127,69	167
LWU9696	55035550E	5185/1	06/04/2014	R\$127,69	167
LWV7134	55035619E	5720/0	07/04/2014	R\$127,69	186*I
LYW0805	55035618E	5185/1	07/04/2014	R\$127,69	167
LZO6902	54442245E	5185/1	19/03/2014	R\$127,69	167
LZR6835	55033462E	5185/1	28/02/2014	R\$127,69	167
MAO2111	55033970E	5878/0	12/03/2014	R\$85,12	199
MAO2111	55034616E	6122/0	21/03/2014	R\$191,53	214*I
MAO2111	55035611E	5207/0	04/04/2014	R\$53,20	169
MBC3312	55035682E	5878/0	29/03/2014	R\$85,12	199
MBL7647	55034241E	5380/0	10/05/2014	R\$85,12	181*I
MBT4539	55034249E	5509/0	13/05/2014	R\$85,12	181*XIII
MCD0900	55035544E	5185/1	06/04/2014	R\$127,69	167
MCL1038	05533229E	5738/0	27/02/2014	R\$191,53	186*II
MCN1209	55035390E	7048/1	24/04/2014	R\$191,53	244*II
MCX8222	05532920E	5835/0	14/04/2014	R\$127,69	195
MCX8222	55034571E	5185/1	03/03/2014	R\$127,69	167
MCX8222	55034586E	5185/1	12/03/2014	R\$127,69	167
MDN1180	55035513E	5185/1	28/03/2014	R\$127,69	167
MDX6879	55035651E	5452/2	07/03/2014	R\$127,69	181*VIII
MDZ9141	55034642E	5185/1	30/03/2014	R\$127,69	167
MEC0852	55035542E	5185/1	06/04/2014	R\$127,69	167
MFN8122	55033981E	5487/0	21/03/2014	R\$127,69	181*XI

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ2952	05533191E	5509/0	28/02/2014	R\$85,12	181*XIII
MFR6562	55035505E	5185/1	25/03/2014	R\$127,69	167
MFT8439	55034717E	5207/0	15/04/2014	R\$53,20	169
MFW0579	55035628E	7048/1	10/04/2014	R\$191,53	244*II
MGE0719	54440925E	5185/1	02/03/2014	R\$127,69	167

MGE0719	54440926E	7366/2	02/03/2014	R\$85,12	252*VI
MGJ4092	55033753E	5193/0	14/04/2014	R\$191,53	168
MGL8444	55035663E	5380/0	10/03/2014	R\$85,12	181*I
MGV4585	55035358E	5380/0	14/04/2014	R\$85,12	181*I
MGY4610	55034715E	5207/0	15/04/2014	R\$53,20	169
MHE0631	55035370E	5487/0	17/04/2014	R\$127,69	181*XII
MHP9372	55035316E	5207/0	15/04/2014	R\$53,20	169
MIA5990	55035940E	5738/0	22/05/2014	R\$191,53	186*II
MIC5972	05533236E	5738/0	11/03/2014	R\$191,53	186*II
MIK3510	55035514E	5185/1	28/03/2014	R\$127,69	167
MIX1272	55034719E	5207/0	15/04/2014	R\$53,20	169
MIX3630	55034613E	5185/1	21/03/2014	R\$127,69	167
MJF8934	55035738E	5509/0	22/04/2014	R\$85,12	181*XIII
MJI2445	05532911E	5541/1	13/03/2014	R\$53,20	181*XVII
MJW6402	05533228E	5738/0	27/02/2014	R\$191,53	186*II
MKM0610	55034291E	5185/1	25/02/2014	R\$127,69	167
MKM0610	55036018E	5460/0	13/03/2014	R\$85,12	181*IX
MKO7296	55035643E	5525/0	20/04/2014	R\$85,12	181*XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 21 DE JULHO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

Edital de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço 35-14

MUNICÍPIO DE ORLEANS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua XV de Novembro, 282 - 88.870-000 - Centro - ORLEANS-SC
CNPJ: 82.926.544/0001-43
www.orleans.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO "PRESENCIAL" PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2014

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:			
DIA:	21/08/2014	HORA:	12h45min
LOCAL:	Exclusivamente no SETOR DE LICITAÇÃO junto a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, endereço supracitado.		

INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:			
DIA:	21/08/2014	HORA:	13h00min
LOCAL:	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, endereço supracitado.		

VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 12 (doze) meses.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, órgão gerenciador de registro de preços, juntamente com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, o FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE ORLEANS, o FUNDO

MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE ORLEANS, órgãos participantes, tornam público que realizarão licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL), PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO julgamento POR ITEM, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal nº 3714, de 08 de julho de 2014, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, demais normas legais e, ainda, pelo estabelecimento no presente Edital e seus Anexos.

I - DO OBJETO

1.1 - A presente Licitação tem por fim o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E SIMILARES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE CONFORME ANEXOS., de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I - Detalhamento do objeto, parte integrante do presente edital, durante a validade da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação.

II - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

2.1.1 - Envelope nº 01 - Da Proposta

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO "PRESENCIAL - RP" Nº _____ / _____
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA"

2.1.2 - Envelope nº 02 - Da Habilitação

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS /SC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO "PRESENCIAL - RP" Nº _____ / _____
ENVELOPE Nº 02 - "HABILITAÇÃO"

2.2 - Os envelopes dos subitens acima (2.1.1 e 2.1.2), poderão ser colocados em 01 (um) envelope, mantendo as devidas separações (Envelope nº 01 - Da Proposta e Envelope nº 02 - Da Habilitação), bem como deverá vir em apenso a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, mantendo na parte externa do referido envelope as seguintes informações:

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS /SC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO "PRESENCIAL - RP" Nº _____ / _____
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio;

3.2 - Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis

técnicos sejam servidores, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio;

3.2.2 - Empresas que estejam em regime de Falência ou Concordata, ou sobre as quais incida proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.2.3 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.4 - Empresas suspensas do Cadastro de Fornecedores do Município de Orleans;

3.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 - Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade com foto e instrumento público de procuração ou instrumento particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, mais o Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor. Em sendo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social);

3.4.1 - A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não desclassificará ou inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de constar em ata, receber intimações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.4.1.1 - Se for sanável o ponto em desacordo com o item anterior, poderá ser corrigido na Sessão Pública;

3.5 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

3.6 - O preposto e/ou representante legal das licitantes, durante as fases de propostas e habilitação, poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos;

3.7 - Quando em abertura de processo licitatório, só será permitido dirimir dúvidas ou discussões relacionadas ao processo que está sendo instaurado.

IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura as licitantes para realização do credenciamento, para que apresentem os seguintes documentos:

a) Tratando-se de Proprietário ou Sócio:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

b) Tratando-se de Representante Legal:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;
- Instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração, com poderes para representar a empresa em

licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões, sem a necessidade de reconhecimento de firma;

- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

4.1.1 - Os documentos exigidos nas letras "a" e "b" do item anterior poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Orleans, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

4.2 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.2.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher dentre as empresas participantes qual será credenciada, exceto quando forem empresas que ofertarem propostas para lotes/itens diferentes;

4.2.2 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda às condições de credenciamento;

4.2.3 - Quando da necessidade de realização de nova sessão pública, poderá a empresa credenciar novo representante legal, mesmo que não tenha se credenciado na Sessão Pública anterior deste Pregão (Princípio da Supremacia do Interesse Público, bem como Princípio da Economicidade e Princípio da Competitividade);

4.3 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.3.1 - Também, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.4 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, devendo ser apresentada preferencialmente grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

4.5 - O Pregoeiro realizará última chamada para proporcionar chance aos possíveis licitantes atrasados em credenciar-se, chamando todas as licitantes participantes (que entregaram envelopes). Caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento.

V - DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos

de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo - Anexo II do Edital, devendo ser apresentada de preferência grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

5.1.1 - A declaração deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, fac-símile e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;

5.1.2 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a referida declaração com ressalva, se for o caso, em conformidade com o item 9.1.3. (Modelo de uso facultativo - Anexo II-A do Edital);

5.2 - Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II ou Anexo II-A), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.3 - Não atendidos os itens anteriores (5.1 e 5.2), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

5.3.1 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

6 - São requisitos da proposta de preços:

6.1 - Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, nome ou razão social e endereço completo, se possível, telefone, fax e e-mail da licitante;

6.2 - Conter o preço unitário por item e total por item, em moeda nacional computada os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

6.3 - Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

6.3.1 - Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

6.3.2 - A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante agilizará o processo de pagamento;

6.4 - Conter prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de abertura;

6.5 - Conter a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado.

6.5.1 - A Licitante poderá ofertar opções de marca, mantendo as

especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

6.5.2 - Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

6.6 - A proposta deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, sob pena de desclassificação do item em desacordo;

6.7 - Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Orleans, ou Pregoeiro e sua equipe de apoio, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

6.8 - A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE COMPETITIVA DE LANCES

7.1 - Após o final da etapa de Credenciamento e verificação da apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, as propostas serão abertas e analisadas pelo Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, quanto à sua aceitabilidade, conforme:

a) Se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no Edital e com as formalidades dele;

b) Se o preço cotado na proposta escrita está excessivo de acordo com os preços praticados no mercado;

c) Se o preço cotado na proposta escrita está inexequível de acordo com os preços praticados no mercado;

7.1.1 - Será enfatizada a análise da letra "a" do item anterior (objeto e formalidades), sendo observadas as letras "b" e "c" quando flagrantes, ou seja, de fácil percepção;

7.2 - Será desclassificada a proposta da licitante que:

7.2.1 - Deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI - Da Proposta de Preços;

7.2.2 - Estiver expressa de forma omissa, incompleta ou incorreta, impedindo a identificação do item licitado;

7.2.3 - Não atender às especificações mínimas dos produtos/serviços, exigidas neste Edital;

7.2.4 - Conflitarem com a legislação em vigor;

7.3 - Não serão consideradas para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital;

7.4 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.5 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

7.6 - Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações

sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido na ata da sessão pública, sob pena de desclassificação;

7.6.1 - No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

7.7 - Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e a marca;

7.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará, PELO PREÇO POR ITEM, as propostas passíveis de ofertas de lances verbais, além de ser identificado o menor preço, fazendo a devida ordenação das propostas de preços para cada item, em ordem crescente;

7.8.1 - Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço;

7.8.1.1 - Caso existam empates e diversas empresas dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas estas para que os autores participem dos lances verbais;

7.8.2 - Caso não houver, no certame, pelo menos três propostas escritas de preços classificadas, conforme o subitem 7.8.1, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará as melhores propostas em até o máximo de 03 (três), exceto quando houver empate nas propostas, caso em que serão todos esses convidados a participar da etapa de lances (até o 3º menor preço);

7.9 - Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Tais lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, de forma razoável, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

7.9.1 - O Pregoeiro convidará os credenciados das licitantes a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo seqüencialmente, em ordem decrescente de valor;

7.9.1.1 - A oferta de lances deverá ser efetuada pelo valor total bruto para todos os licitantes;

7.9.1.2 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.9.1.3 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio;

7.9.2 - Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, podendo registrar os menores preços de cada licitante classificado à etapa de lances, mesmo superiores ao menor preço final, devendo estes constarem em Ata

da Sessão Pública para sanar eventuais problemas futuros e, se necessário for, a negociação;

7.9.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da(s) rodada(s) posterior (es) de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

7.9.3.1 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.10 - O encerramento da 1ª parte da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances:

7.10.1 - Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado NÃO SEJA microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele EMPATADAS, as propostas formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço;

7.10.2 - Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observado o item 7.10.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada, importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor;

7.10.3 - Na hipótese do licitante mais bem classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito;

7.10.4 - Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado;

7.11 - Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades e sanções constantes deste Edital e legislação vigente;

7.12 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante;

7.13 - O Pregoeiro estipulará parâmetros ou percentuais sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, bem como o tempo de oferecimento de lances;

7.13.1 - Durante etapa de lances, o pregoeiro poderá, a seu critério, alterar o decréscimo mínimo estipulado no item anterior.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva (todos os participantes declinarem da formulação de lances) e classificadas as propostas, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preços;

7.14.2 - Se a oferta não for aceitável, mesmo após a tentativa de negociação, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

7.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o credenciado para que seja obtido preço melhor;

7.16 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

VIII - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

8.1 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados sequencialmente, que constituirão a comprovação da:

8.1.1 - Habilitação Jurídica

8.1.1.1 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

8.1.1.2 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

8.1.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.1.4 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

8.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

8.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

8.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

8.1.2.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

8.1.2.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

8.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

8.1.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

8.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.1.4 - Regularidade Social

8.1.4.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) - modelo de uso facultativo - Anexo III do Edital.

8.1.5 - Licenças

8.1.5.1 - Licença para funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município (Alvará Sanitário - Conforme Lei Estadual 6.320/83) em vigor onde estiver instalado.

IX - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 02 - Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.1.1 - Após constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

9.1.2 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.1.3 - Os licitantes "microempresas" ou "empresas de pequeno porte" deverão apresentar, sob pena de desclassificação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

9.1.3.1 - Caso a documentação apresentada por "microempresa" ou "empresa de pequeno porte" vencedora do certame contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa, sendo reaberta, com a convocação de todos os licitantes participantes, na data designada pelo pregoeiro oficial, em 04 (quatro) dias úteis, para que tal licitante apresente a documentação de habilitação regular e se dê continuidade à sessão pública de pregão;

9.2 - Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a empresa inabilitada;

9.3 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais;

9.4 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedido pelo Município de Orleans/SC, pertinente ao objeto da licitação, substitui o item 8.1.1;

9.5 - Os documentos exigidos no Capítulo VIII poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Orleans, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

9.6 - Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, quando requeridos no Capítulo

VIII deste Edital;

9.7 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, após análise da documentação da empresa classificada para tal, fará anúncio de sua Habilitação ou Inabilitação;

9.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

9.9.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais), permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado.

X - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata da Sessão Pública circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata;

10.1.1 - A ata da Sessão Pública circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio presente e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados;

10.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

10.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.2.2 - Será lavrada ata da Sessão Pública a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento;

10.3 - O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

XI - DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC);

11.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Exmo. Sr. Secretário de Finanças do Município de Orleans;

11.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (Anexo VII) será de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos dos inc II do art. 11 do Decreto Municipal 049 de 05 de Junho de 2013, contadas da data de assinatura da ata de registro de preços;

11.3.1 - É admitida a prorrogação da vigência do contrato, nos termos do da Lei Federal nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos desta norma;

11.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

11.4 - O Município de Orleans convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento ou através de fac-símile, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, a critério da administração pública;

11.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

11.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

11.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município registrará os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

11.4.4 - Os fornecedores classificados, subsequentemente, registrarão os seus preços na Ata de Registro de Preços, para futuras substituições;

11.5 - Durante a vigência do Registro de Preços, a administração pública poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

11.6 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da administração pública e será procedida preferencialmente pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) e/ou, por Contrato de Fornecimento (CF) ou por documento equivalente;

11.6.1 - A administração pública encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), via correio com aviso de recebimento ou através de fac-símile, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

11.6.2 - O contrato firmado, se firmado (Anexo VI), terá vigência a partir de sua assinatura, limitando-se ao final do exercício em que ocorreu sua assinatura, exceto os casos previstos nos incs do art. 57 da Lei 8.666/93;

11.6.3 - A administração pública convocará o detentor do preço registrado, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento ou através de fac-símile, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.7 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado

ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

11.7.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado;

11.8 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 049, de 05 de junho de 2013;

11.8.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

XII - DO PAGAMENTO

12.1 - A administração pública efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: o NÚMERO DO ITEM desta licitação e a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado.

12.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

XIII - DO PRAZO E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

13.1 - O prazo da entrega deverá ser de até 03 (três) dias após o recebimento da Primeira Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

13.2 - O fornecimento será efetuado diretamente no Município de ORLEANS em endereço constante na Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, tomando como base a Relação de Compras (Anexo I);

XIV - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

14.2 - Expedida a Ordem de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação."

14.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

XV - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente e a qualquer tempo, tornar-se superior ao praticado no mercado e/ou em outros órgãos da Administração Pública, a administração pública, órgão gerenciador, deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor detentor do preço registrado, mediante requerimento devidamente comprovado e fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a administração pública poderá, mediante criteriosa análise:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, ainda, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, ou revogação do lote e/ou item da Ata de Registro de Preços.

XVI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

- a) Não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2 - O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante abertura de processo administrativo, devidamente fundamentado, comprovando fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe;

16.3.1 - O participante fica obrigado a manter o Registro pelo prazo de 12 (doze) meses, salvo as condições estabelecidas no item anterior, após analisadas e julgadas;

16.4 - A comunicação do cancelamento de preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do item 16.1, será por correspondência com aviso de recebimento (protocolo), juntando-se comprovante

nos autos que deram origem ao registro de preços;

16.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

16.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

XVII - DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

17.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

17.1.1. A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese da impugnação não prejudicar as propostas;

17.2. Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório;

17.2.1 - Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta ao Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio, via correio, fax, e-mail ou através do protocolo da Recepção do referido órgão público;

17.2.2 - As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço: licitacao3@orleans.sc.gov.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante;

17.2.3. A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

17.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração do teor das propostas técnicas e de preços;

17.4. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos;

17.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante;

17.6. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

17.7. Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

17.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

17.9. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente;

17.10. O recurso deverá ser entregue no setor de Licitação, endereçado a mesma, podendo ser encaminhado por fac-símile;

17.10.1. À parte que interpuser recurso por meio de fax símile deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não conhecimento deste;

17.11. O recurso será recebido pelo Pregoeiro e será processado conforme determina a Lei 10.520/02;

17.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora;

17.13. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação;

17.14. A ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

XVIII - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

18.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

18.2. - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

18.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

18.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

18.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada

e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

18.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

18.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

18.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

18.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

18.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Orleans/SC;

18.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

18.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Prefeito Municipal;

18.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

18.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

18.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

18.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

18.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

18.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores de Orleans/SC, para registro.

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

Anexo I - Detalhamento do objeto;

Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo II.A - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com restrição;

Anexo III - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo IV - Declaração Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo V - Modelo de Apresentação das Propostas;

Anexo VI - Minuta de Contrato;

Anexo VII - Minuta de Ata de Registro de Preços.

19.2. A administração pública reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

19.3. No caso de não haver expediente para a data fixada à entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou propostas, a sessão pública realizar-se-á às 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada;

19.3.1. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor;

19.4. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

19.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

19.6. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá releva omissões puramente formais, desde que

não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

19.7. A administração pública, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação;

19.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente licitação;

19.9. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

19.10. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexequíveis.

Orleans/SC, 28 de julho de 2014.
GISELE BENEDET PIZONI ZOMER
Secretaria de Saúde

ANEXO I - DETALHAMENTO DO OBJETO -

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

ANEXO II DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

ANEXO II-A DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte - Com restrições)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende aos Requisitos de Habilitação, ressalvado o disposto na Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS /SC
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

ANEXO III DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

DA: (Nome da Empresa) - Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA

[illegible]

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o MUNICIPIO DE ORLEANS e a empresa, através da Licitação nº XXX/2014, na modalidade de Pregão (Presencial - RP).

CONTRATANTE:	Município de Orleans
CNPJ:	83.000.323/0001-02
Endereço:	XV de Novembro, 282 - 88.870-000 - Centro - ORLEANS-SC
Representada por:	Aginaldo David Maccari - Prefeito Municipal

CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento parcelado pela CONTRATADA, de XXXXXXXXXXXXXXX, especificados e quantificados na forma descrita no Anexo I e observações, que passam a ser partes integrantes deste Contrato, juntamente com o Edital e documentos atinentes

a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$ (.....) considerando sua proposta de preços;

- As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:
- Projeto/Atividade:
- Elemento Despesa:
- Unidade Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A administração pública efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.2 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: NUMERO DO ITEM e a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado. Além de mencionar o número do Contrato e o número da Licitação.

3.3. Da Atualização por Inadimplemento

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de início da entrega deverá ser de até 03 (dez) dias após o recebimento da Primeira Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, passando as entregas a serem diárias conforme cronograma anexo a Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente no Município de Orleans em endereço constante da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, tomando como base a Relação de Compras (Anexo I):

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas. Respeitando, se houver, a distribuição mensal;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos;

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A Contratada de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se com prazo de validade vencido, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

5.2 - Expedida a Ordem de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias); Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

5.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1 - O contrato firmado em decorrência desta licitação terá vigência da sua assinatura até/ /....., limitando-se

ao final do exercício, exceto os casos previstos nos incs do art. 57 da Lei 8.666/93;

6.2 - O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei de Licitações e Contratos);

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido na ocorrência das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

7.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas formas previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

8.2. - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

8.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

8.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

8.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Orleans/SC, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que

claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

8.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Orleans;

8.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

8.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Prefeito Municipal;

8.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

8.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

8.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

8.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

8.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

8.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

8.10. - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município, para registro.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Fazem parte deste instrumento os documentos constantes disposto no Edital de Licitação nº 35/2014 e seus anexos e observações, tendo plena validade entre as partes contratantes;

9.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

9.3 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava;

9.4 - O Presente Contrato é regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual 2.617, de 16 de setembro de 2009, pelo Decreto Estadual nº 4.661, de 25 de agosto

de 2006 e pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

9.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____ 2. _____

MUNICÍPIO DE ORLEANS
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2014

Aos dias do mês de do ano de 2014, no Município de Orleans, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada à Rua XV de Novembro, 282 - 88.870-000 - Centro - ORLEANS-SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, senhor, pelo Gestor desta Ata, senhor _____ são registrados os preços da (s) empresa (s) _____ (fornecedor) _____, estabelecida à Rua _____, nesta, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, neste ato representado pelo _____ (nome do representante da empresa) _____, brasileiro, _____ (estado civil) _____, _____ (profissão) _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º _____, portador do RG n.º _____, para eventual fornecimento de materiais/serviços, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º objeto do processo Licitatório n.º. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 12 (dode) meses, podendo ser prorrogado nos termos dos incs. do art. 11 do Decreto nº 3714, de 08 de julho de 2014, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO
	EMPRESA		
01			

Orleans,

Órgão Gerenciador	Empresa
-------------------	---------

Gestor	Sub-Gestor
--------	------------

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Nome:

Nome:

C.P.F:

C.P.F:

Cargo:

Cargo:

Edital de Pregão Presencial 035

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ORLEANS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E SIMILARES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE CONFORME ANEXOS.

Data: 21/08/2014 às 13:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. www.orleans.sc.gov.br

GISELE BENEDET PIZONI ZOMER

Secretária de Saúde.

Palhoça

PREFEITURA

Contrato Nº138-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º138/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GLOBOSUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. OBJETO: locação de ônibus de turismo com destino a Punta Del Leste - Uruguai para os acadêmicos do Curso de Turismo da Faculdade Municipal participarem do II Intercâmbio Acadêmico Internacional que se realizará de 13 à 20 de junho do corrente ano. VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais). DATA: 28/05/2014.

Contrato Nº139-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº139/2014 AO CONTRATO N.º086/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA. OBJETO: Fica retificado o Contrato de Prestação de Serviços nº086/2014 na Cláusula Terceira - Item 3.2 e 3.3, passando a Contratante a emitir a fatura dos serviços de publicidade em nome do anunciante. A Contratada ficará responsável pelo envio da fatura ao anunciante. DATA: 28/05/2014.

Contrato Nº142-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº142/2014 AO CONTRATO N.º129/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Fica retificado o Contrato de Prestação de Serviços nº129/2014 na Cláusula Sexta - Parágrafo Primeiro: letra d) Filho não emancipado, menor de vinte e quatro anos, desde que demonstre estar regularmente matriculado e frequentando curso de nível superior. Através da Lei Municipal nº2.753/2007, 21/012/2007 este inciso foi revogado pelo Artigo Primeiro da Lei nº3.250/2010, 05/04/2010. DATA: 03/06/2014.

Contrato Nº144-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
TERMO ADITIVO Nº144/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º138/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 138/2013, o veículo FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, ano/mod 2014/2014, Placa MKH8175, chassi n.º9BFZF54P1E8101038, Código RENAVAL n.º1008857359, de uso exclusivo da Fundação do Meio Ambiente. DATA: 16/06/2014.

Contrato Nº147-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º147/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática, prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS) em tempo real e ininterrupto e identificação do motorista para o controle da frota da Prefeitura Municipal de Palhoça, incluindo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, componentes e licença de uso de software e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento. VALOR: R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais). DATA: 26/06/2014.

Contrato Nº150-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM
CONTRATO N.º150/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e preparação de alimentos nas dependências do Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 65.925,90 (sessenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais e noventa centavos). DATA: 01/07/2014.

Contrato Nº151-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
TERMO ADITIVO Nº151/2014 AO CONTRATO N.º140/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 2 (dois) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 140/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/07/2014. DATA: 01/07/2014.

Contrato Nº153-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE
CONTRATO N.º153/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ROTÁRIA DO BRASIL LTDA. OBJETO: contratação de empresa para realização de serviços especializados em engenharia para reforma na Estação de Tratamento de Esgoto - ETE e nas Estações Elevatórias, localizadas no Loteamento Nova Palhoça. VALOR: R\$ 98.800,62 (noventa e oito mil oitocentos reais e sessenta e dois centavos). DATA: 02/07/2014.

Contrato Nº155-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º155/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO:

contratação de empresa para reforma do Centro de Educação Infantil Nova Esperança, Bairro Guarda do Cubatão e reforma do Centro de Educação Infantil Caminho do Saber, Bairro Frei Damião. VALOR: R\$ 83.308,81 (oitenta e três mil trezentos e oito reais e oitenta e um centavos). DATA: 10/07/2014.

Contrato Nº156-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº156/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º140/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 140/2013, o veículo FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, ano/mod 2006/2006, Placa MDD2195, chassi n.º9BD15822764866386, Código RENAVAM n.º889990743, de uso exclusivo da Secretaria de Receita, conforme o Termo de Cessão de Uso de Automóvel, sendo o Cedente a Fundação Cambirela do Meio Ambiente. DATA: 10/07/2014.

Contrato Nº157-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMA E

CONTRATO N.º157/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. OBJETO: aquisição de veículos zero quilômetro para o SAMA E. VALOR: R\$ 135.800,00 (cento e trinta e cinco mil oitocentos reais). DATA: 11/07/2014.

Contrato Nº158-14 Agricultura

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º158/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VOLKSWAGEN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. OBJETO: aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Agricultura e Pesca. VALOR: R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais). DATA: 11/07/2014.

Contrato Nº158-14 Assistência

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º158/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VOLKSWAGEN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. OBJETO: aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos). DATA: 11/07/2014.

Contrato Nº160-14 Obras

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º160/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços

e recuperação de pavimentação a lajotas, drenagem e sinalização vertical da Rua Antonio Prim no bairro Aririú e drenagem, sinalização e pavimentação a blocos de concreto da Servidão Juvêncio Pires no bairro Bela Vista. VALOR: R\$ 78.615,11 (setenta e oito mil seiscentos e quinze reais e onze centavos). DATA: 14/07/2014.

Contrato Nº160-14 SAMA E

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMA E

CONTRATO N.º160/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços e recuperação de pavimentação a lajotas, drenagem e sinalização vertical da Rua Antonio Prim no bairro Aririú e drenagem, sinalização e pavimentação a blocos de concreto da Servidão Juvêncio Pires no bairro Bela Vista. VALOR: R\$ 15.576,28 (quinze mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos). DATA: 14/07/2014.

Contrato Nº161-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º161/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BITMAP CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. OBJETO: cessão de licenciamento de uso de sistema de informática para a gestão educacional pública municipal, incluindo: conversão de dados, implantação, treinamento, atendimento, suporte técnico. VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). DATA: 15/07/2014.

Contrato Nº162-14 Obras

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º162/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de drenagem, pavimentação à lajotas e sinalização vertical da Rua José Henrique da Silva (Trecho 2) - Bairro Aririú, drenagem da Servidão Imperatriz - Bairro Aririú e drenagem, pavimentação à lajotas e sinalização vertical da Rua Manoel João Rodrigues - Bairro Barra do Aririú. VALOR: R\$ 57.268,24 (cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos). DATA: 15/07/2014.

Contrato Nº162-14 SAMA E

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMA E

CONTRATO N.º162/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de drenagem, pavimentação à lajotas e sinalização vertical da Rua José Henrique da Silva (Trecho 2) - Bairro Aririú, drenagem da Servidão Imperatriz - Bairro Aririú e drenagem, pavimentação à lajotas e sinalização vertical da Rua Manoel João Rodrigues - Bairro Barra do Aririú. VALOR: R\$ 41.742,70 (quarenta e um mil setecentos e quarenta e dois reais e setenta centavos). DATA: 15/07/2014.

Contrato Nº163-14 Obras

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º163/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de Drenagem, pavimentação a lajotas e sinalização vertical na rua N. Senhora da Conceição, Rua São José, Rua Santa Tereza (parcial) no bairro Rio Grande (Lote 01); Drenagem, pavimentação a blocos de concreto intertravado e sinalização vertical na Rua João Cesconeto no bairro Alto Aririú (Lote 02); e Drenagem, sinalização vertical e pavimentação com blocos de concreto intertravado (410 mts), pavimentação rígido de concreto (133,00 mts) na Rua Madalena Daucher e pavimentação com blocos intertravado na Servidão Existente no bairro Bela Vista (Lote 03). VALOR: R\$ 338.620,52 (trezentos e trinta e oito mil seiscentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos). DATA: 16/07/2014.

Contrato Nº163-14 SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º163/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de Drenagem, pavimentação a lajotas e sinalização vertical na rua N. Senhora da Conceição, Rua São José, Rua Santa Tereza (parcial) no bairro Rio Grande (Lote 01); Drenagem, pavimentação a blocos de concreto intertravado e sinalização vertical na Rua João Cesconeto no bairro Alto Aririú (Lote 02); e Drenagem, sinalização vertical e pavimentação com blocos de concreto intertravado (410 mts), pavimentação rígido de concreto (133,00 mts) na Rua Madalena Daucher e pavimentação com blocos intertravado na Servidão Existente no bairro Bela Vista (Lote 03). VALOR: R\$ 92.065,28 (noventa e dois mil sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos). DATA: 16/07/2014.

Contrato Nº166-14 Obras

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º166/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para prestação de serviço de pavimentação, sinalização vertical e drenagem da Rua Ervino Scheidt (trecho 2) e Rua Dois, localizada no Centro, no município de Palhoça. VALOR: R\$ 53.376,30 (cinquenta e três mil trezentos e setenta e seis reais e trinta centavos). DATA: 22/07/2014.

Contrato Nº166-14 SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º166/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para prestação de serviço de pavimentação, sinalização vertical e drenagem da Rua Ervino Scheidt (trecho 2) e Rua Dois, localizada no Centro, no município de Palhoça. VALOR: R\$ 11.376,55 (onze mil trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos). DATA: 22/07/2014.

Contrato Nº167-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO N.º167/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: contratação de empresa para pavimentação à lajota sextavada (25x25x08cm) do pátio da nova Unidade de Pronto Atendimento, situada no Bairro Bela Vista. VALOR: R\$ 209.265,49 (duzentos e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos). DATA: 22/07/2014.

Contrato Nº168-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º168/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VIA 11 ENGENHARIA DE SEGURANÇA VIÁRIA LTDA. OBJETO: contratação de empresa para serviço de engenharia de trânsito para o sistema viário e trânsito. VALOR: R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais). DATA: 22/07/2014.

Contrato Nº169-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º169/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEDRO MANOEL BRUCHADO ME. OBJETO: contratação de empresa especializada em decoração de eventos com fornecimento de materiais, visando atender aos eventos do PRO-ERD 2014. VALOR: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais). DATA: 23/07/2014.

Contrato Nº170-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º170/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA. OBJETO: aquisição de itens de informática para reestruturar o Data Center local da Prefeitura através da Secretaria de Administração. VALOR: R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais). DATA: 24/07/2014.

Contrato Nº172-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º172/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de Caminhão tipo Truck, zero quilômetro para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça. VALOR: R\$ 215.500,00 (duzentos e quinze mil e quinhentos reais). DATA: 24/07/2014.

Resumo do Julgamento Pregao 143-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 143/2014

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 143/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de módulos de arquivos deslizantes, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social,, conforme especificações constantes dos Anexos, partes integrantes deste Edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ESCOBRIN LTDA EPP - CNPJ Nº 08.395.310/0001-64, venceu o item 01, em seu menor preço totalizando a importância de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Palhoça, 25 de julho de 2014.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira - Portaria 2365/2014

Nota de Anulação TP 136

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
COMUNICADO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 136/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o COMUNICADO DE ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 136/2014, visto que o referido processo feriu o preceito legal disposto no Art. 21 da Lei nº 8.666/93, tornando-se imprescindível sua anulação, nos termos do Art. 49, "caput" da Lei nº 8.666/93. Com fundamento no Art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93, esta Comissão resolve notificar todas as empresas participantes da Tomada de Preços nº 136/2014, para exercer o direito de ampla defesa e do contraditório.

Palhoça, 25 de julho de 2014.
JÚLIO CÉSAR DA CRUZ
Comissão Permanente de Licitações

Ata Nº079/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA
ATA Nº079/2014 do PREGÃO Nº 103/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARIA & ELENA CONSTRUTORA. OBJETO: Aquisição de móveis em geral para atender a demanda desta secretaria que possui os seguintes serviços: CRAS, CREAS, IGD, PETI, abrigo institucional e centro do idoso. VALOR: R\$ 5.240,00. DATA: 30/06/2014 A 29/06/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
12	Cadeira de secretaria	UN	40	2.400,00
15	Armário estante	UN	10	2.840,00
				R\$ 5.240,00

Ata Nº080/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA
ATA Nº080/2014 do PREGÃO Nº 103/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. OBJETO: Aquisição de móveis em geral para atender a demanda desta secretaria que possui os seguintes serviços: CRAS, CREAS, IGD, PETI, abrigo institucional e centro do idoso. VALOR: R\$12.650,00. DATA: 30/06/2014 A 29/06/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
3	Guarda roupas casal	UM	5	6.475,00
4	Roupeiro 4 portas	UM	5	4.490,00
7	Bebê	UN	5	1.300,00
				R\$12.650,00

Ata Nº081/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA
ATA Nº081/2014 do PREGÃO Nº 103/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. OBJETO: Aquisição de móveis em geral para atender a demanda desta secretaria que possui os seguintes serviços: CRAS, CREAS, IGD, PETI, abrigo institucional e centro do idoso. VALOR: R\$9.130,00. DATA: 30/06/2014 A 29/06/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
2	Beliche	UN	10	5.950,00
16	Estante de aço	UN	30	3.180,00
				R\$9.130,00

Ata Nº082/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA
ATA Nº082/2014 do PREGÃO Nº 103/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESCOBRINQ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis em geral para atender a demanda desta secretaria que possui os seguintes serviços: CRAS, CREAS, IGD, PETI, abrigo institucional e centro do idoso. VALOR: R\$13.085,00. DATA: 30/06/2014 A 29/06/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Berço infantil	UN	10	6.400,00
5	Cômoda	UN	10	4.000,00
6	Andador infantil	UN	5	775,00
10	Cabideiro	UN	10	1.910,00
				R\$13.085,00

Ata Nº083/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº083/2014 do PREGÃO Nº 103/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESCOBRINQ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis em geral para atender a demanda desta secretaria que possui os seguintes serviços: CRAS, CREAS, IGD, PETI, abrigo institucional e centro do idoso. VALOR: R\$27.189,00. DATA: 30/06/2014 A 29/06/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
8	Conjunto de sofá 2 e 3 lugares	UN	5	8.950,00
9	Conjunto de mesa redonda plástica	UN	20	7.180,00
11	Mesa estação de trabalho	UN	20	4.980,00
13	Cadeira executiva	UN	20	3.400,00
14	Arquivo 4 gavetas	UN	10	2.679,00
				R\$27.189,00

Ata Nº084/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº084/2014 do PREGÃO Nº 111/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender as necessidades nutricionais das crianças com intolerâncias alimentares, previamente atestadas por seus respectivos médicos. VALOR: R\$35.202,50. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
16	Leite de soja	Litro	2.000	9.140,00
17	Bebida láctea de soja - coco	Litro	2.000	11.720,00
18	Bebida láctea de soja - morango	Litro	2.000	11.560,00
24	Macarrão parafuso	UI	150	298,50
13	Leite desnatado longa vida	Litro	500	1.150,00
30	Macarrão espaguete integral	Pacote	50	112,50
32	Adoçante	Frasco	100	192,00
35	Doce de leite	Pote	100	809,00
36	Gelatina diet	Caixa	150	220,50
				R\$35.202,50

Ata Nº085/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº085/2014 do PREGÃO Nº 111/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender as necessidades nutricionais das crianças com intolerâncias alimentares, previamente atestadas por seus respectivos médicos. VALOR: R\$67.200,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
3	Fórmula infantil de segmento	Lata	350	10.500,00
4	Leite infantil	Lata	350	10.500,00
5	Fórmula infantil a partir do 1º mês	Lata	300	9.600,00
6	Fórmula infantil a partir do 6º mês	Lata	300	9.600,00
7	Fórmula infantil p/ lactantes a partir 01 mês	Lata	100	3.500,00
8	Fórmula infantil p/ lactantes a partir de 06 meses	Lata	100	3.500,00
10	Fórmula infantil especial	Lata	200	6.800,00
11	Fórmula infantil especial 100% proteína	Lata	250	10.000,00
15	Fórmula infantil espessada	Lata	100	3.200,00
				R\$67.200,00

Ata Nº086/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº086/2014 do PREGÃO Nº 111/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender as necessidades nutricionais das crianças com intolerâncias alimentares, previamente atestadas por seus respectivos médicos. VALOR: R\$19.852,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
9	Leite em pó parcialmente desnatado	Lata	150	4.779,00
12	Leite integral c/ 90% menos de lactose	Litro	150	850,50
13	Leite UHT semi desnatado	Litro	250	987,50
21	Biscoito de polvilho	Pacote	1.000	2.200,00
22	Flocos de arroz caramelizeado	Pacote	1.500	5.445,00
25	Farinha de aveia	Pacote	300	525,00
26	Bolacha de água e sal	Pacote	1.000	3.250,00
34	Flocos de milho sem adição de açúcar	Pacote	250	1.815,00
				R\$19.852,00

Ata Nº087/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº087/2014 do PREGÃO Nº 111/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GISELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender as necessidades nutricionais das crianças com intolerâncias alimentares, previamente atestadas por seus respectivos médicos. VALOR: R\$188.432,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Fórmula infantil de segmento	Lata	250	13.650,00
5	Fórmula para lactantes	Lata	250	11.050,00

14	Fórmula semi-alimenta	Lata	100	14.500,00
19	Biscoito sabor castanha	Pacote	2.000	8.780,00
20	Biscoito sabor chocolate	Pacote	2.000	8.780,00
31	Mistura para bolo	Quilograma	500	6.250,00
33	Achocolatado diet	Pacote	350	3.167,50
				R\$188.432,00

Ata Nº088/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº088/2014 do PREGÃO Nº 118/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio escolar de Palhoça para os meses de julho até dezembro de 2014. VALOR: R\$60.870,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Açúcar refinado	KG	13.000	21.320,00
4	Biscoito rosca de coco	PC	4.000	17.000,00
6	Biscoito sortido	PC	5.000	21.750,00
				R\$60.870,00

Ata Nº089/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº089/2014 do PREGÃO Nº 118/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio escolar de Palhoça para os meses de julho até dezembro de 2014. VALOR: R\$14.580,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
7	Doce de fruta-banana	PT	3.000	4.860,00
8	Doce de fruta-mo-rango	PT	2.000	3.240,00
9	Doce de fruta-uva	PT	2.000	3.240,00
10	Doce fruta-goiba	PT	2.000	3.240,00
				R\$14.580,00

Ata Nº090/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº090/2014 do PREGÃO Nº 118/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio escolar de Palhoça para os meses de julho até dezembro de 2014. VALOR: R\$1.960,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
16	Macarrão	PC	1.000	1.960,00
				R\$1.960,00

Ata Nº091/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº091/2014 do PREGÃO Nº 118/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio escolar de Palhoça para os meses de julho até dezembro de 2014. VALOR: R\$66.010,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
5	Biscoito rosquinha de chocolate	PC	7.000	18.130,00
17	Óleo de soja refinado	LT	18.000	47.880,00
				R\$66.010,00

Ata Nº092/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº092/2014 do PREGÃO Nº 118/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JAB DISTRIBUIÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio escolar de Palhoça para os meses de julho até dezembro de 2014. VALOR: R\$46.046,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
3	Biscoito kuki	PC	6.000	20.520,00
11	Farinha de trigo para kibe	PC	2.000	3.860,00
13	Macarrão parafuso colorido	PC	5.000	10.150,00
14	Macarrão sopa tipo cabelo de anjo	PC	5.000	10.700,00
15	Macarrão tipo argola	PC	400	860,00
				R\$46.046,00

Ata Nº093/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº093/2014 do PREGÃO Nº 118/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para atender ao cardápio escolar de Palhoça para os meses de julho até dezembro de 2014. VALOR: R\$25.800,00. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
2	Biscoito integral	PC	6.000	17.160,00
12	Fermento químico	LT	6.000	8.640,00
				R\$25.800,00

Ata Nº094/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº094/2014 do PREGÃO Nº 124/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Compra de aberturas, com telas de proteção contra a invasão de insetos nas unidades escolares, a fim de atender as exigências da vigilância sanitária e cumprir com as determinações do TAC. VALOR: R\$21.034,10. DATA: 09/07/2014 A 08/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Porta com tela 0.80x2.10mt	UN	50	7.243,00
2	Porta com tela 1.28x2.03mt	UN	10	3.196,60
3	Armação para janela 2.00x1.16	UN	40	4.570,00
4	Armação para janela 2.00x1.16	UN	10	5.321,20
5	Armação para janela 0.93x0.82	UN	20	703,30
				R\$21.034,10

Ata Nº095/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº095/2014 do PREGÃO Nº 119/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RAVIERI COSTA HAEMING. OBJETO: Aquisição de camisetas para a formatura de crianças e adolescentes participantes do programa PROERD no primeiro e no segundo semestre deste exercício. VALOR: R\$24.900,00. DATA: 10/07/2014 A 09/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Camisetas 100%	UN	3.000	24.900,00
				R\$24.900,00

Ata Nº096/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº096/2014 do PREGÃO Nº 132/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA. OBJETO: Aquisição de garrações de água mineral sem gás de 20 litros cada, para suprir as necessidades básicas dos funcionários e contribuintes desta prefeitura. VALOR: R\$23.250,00. DATA: 10/07/2014 A 09/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Água mineral sem gás	UN	5.000	23.250,00
				R\$23.250,00

Ata Nº097/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº097/2014 do PREGÃO Nº 112/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARIA DE FATIMA GUIZI EPP. OBJETO: Aquisição de equipamentos para academia ao ar livre a ser instalado em praças e áreas afins, com intuito de combater o sedentarismo, estimulando a coordenação motora e proporcionando qualidade de vida e entretenimento aos munícipes. VALOR: R\$836.900,00. DATA: 10/07/2014 A 09/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Múltiplo exercitador	UN	20	84.124,00
2	Simulador de cavalgada duplo	UN	20	23.859,00
3	Pressão de pernas duplo conjugado	UN	20	24.352,80
4	Simulador de caminhada duplo	UN	20	20.021,00
5	Esqui duplo	UN	20	42.264,00
6	Rotação vertical duplo	UN	20	11.716,20
7	Rotação diagonal duplo	UN	20	17.103,00
8	Alongador de três alturas	UN	20	23.679,40
9	Surf duplo conjugado	UN	20	14.477,00
10	Remada sentada	UN	20	15.038,20
11	Placa orientativa	UN	20	22.265,40
12	Múltiplo exercitador com 06 funções	UN	40	151.417,20
13	Simulador de cavalgada duplo	UN	40	42.944,80
14	Pressão de pernas duplo conjugado	UN	40	43.6833,60
15	Simulador de cavalgada duplo	UN	40	36.036,40
16	Esqui duplo	UN	40	76.072,40
17	Rotação vertical duplo	UN	40	21.088,40
18	Rotação diagonal duplo	UN	40	21.088,40
19	Alongador de três alturas	UN	40	42.621,60
20	Surf duplo conjugado	UN	40	26.057,60
21	Remada sentada	UN	40	27.067,60
22	Placa orientativa	UN	40	40.076,00
				R\$836.900,00

Ata Nº098/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº098/2014 do PREGÃO Nº 130/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de extintores e recargas para as unidades de ensino da rede municipal. VALOR: R\$48.400,00. DATA: 15/07/2014 A 14/07/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Extintor 5kg	UN	400	32.800,00
2	Extintor 4kg	UN	300	15.600,00
				R\$48.400,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**Extrato de Ata N.º 046/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 055/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) correspondente a 18 % do valor das peças contratadas. DATA: 27/06/2014.

Papanduva**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 096/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2014. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços técnicos, implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP, transferência de conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, e apoio técnico especializado, conforme termo de referência, Modelo Conceitual da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e divulgado pela Associação Brasileira de Secretários e dirigentes de finanças dos municípios das capitais - ABRASF, Manual de Integração NFS-e ABRASF, Modelo Conceitual DES-IF ABRASF, Validação do Schema XML através do Notepad++ e SIAF. Tipo: Menor Preço global e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 07 de agosto de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 07/08/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 25 de junho de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 020/14 de 17 de Julho de 2014**

Portaria Nº 020/14 de 17 de julho de 2014
"FICA CONCEDIDA LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ANA PAULA FRANÇA KOMUCHENA, MATRÍCULA SOB Nº 119"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 7 e 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, Combinado com os artigos 119 a 122, da Lei Complementar nº 008, de 03/12/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e Lei Complementar nº 039, de 17/06/2011, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, pelo período de 10/07/2014 a 05/01/2015, Licença Maternidade à servidora ANA PAULA FRANÇA KOMUCHENA, matrícula sob nº 119, ocupante do cargo Técnico Legislativo, 20 horas semanais, lotada na Câmara Municipal de Papanduva.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes dos primeiros 120 (cento e vinte) dias da referida Licença serão custeadas pelo Instituto de Previdência - IPREPAV, os demais 60 (sessenta) dias serão pagos pela Câmara Municipal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 008/2003, em seu Art. 119, §8º, acrescentado pela Lei Complementar nº 039/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 17 de julho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Portaria Nº 021/14 de 17 de Julho de 2014

Portaria Nº 021/14 de 17 de julho de 2014

"NOMEIA O SERVIDOR PAULO EDUARDO PITT, COM MATRÍCULA SOB Nº 185, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO NO PERÍODO DE 10/07/2014 À 05/01/2015."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 7 e 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Paulo Eduardo Pitt, com matrícula sob nº 185, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, para exercer as funções do cargo de Técnica Legislativa da Câmara de Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no período de 10/07/2014 à 05/01/2015.

Parágrafo único - A nomeação se faz necessária, devido à concessão de licença maternidade à Servidora Pública Ana Paula França Komuchana, com matrícula sob nº 119, a qual ficará afastada pelo período mencionado no caput.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 17 de julho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

RGF Anexo I 01/2014

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	585.303,38	0,00
Pessoal Ativo	585.303,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	585.303,38	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	585.303,38	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.690.953,95	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,51	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.001.457,24	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	951.384,38	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	901.311,51	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PASSO DE TORRES, 25/07/2014

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Câmara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

RGF Anexo V

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS -CAMARA MUNICIPAL	57.848,01	0,00	57.848,01
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	57.848,01	0,00	57.848,01
TOTAL (III) = (I + II)	57.848,01	0,00	57.848,01
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PASSO DE TORRES, 25/07/2014

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Camara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

RGF Anexo VII

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	585.303,38	3,51
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.001.457,24	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	951.384,38	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-57.848,01	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.672.009,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.670.552,63	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.168.366,78	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	16.096,07	0,00

FONTE:

PASSO DE TORRES, 25/07/2014

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Câmara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

RREO Anexo 14

Município de PASSO DE TORRES - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	0,00	
Receitas Realizadas		0,00	0,00	
Déficit Orçamentário		—	339.042,39	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	900.000,00	
Créditos Adicionais		—	0,00	
Dotação Atualizada		—	900.000,00	
Despesas Empenhadas		366.420,93	366.420,93	
Despesas Liquidadas		339.042,39	339.042,39	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		366.420,93	366.420,93	
Despesas Liquidadas		339.042,39	339.042,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	
Resultado Nominal		0,00	-57.848,01	
Resultado Primário		0,00	-339.042,39	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00		25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00		60%	0,00
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		3.772,23	136.227,77	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de PASSO DE TORRES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PASSO DE TORRES, 25/07/2014

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Camara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

Passos Maia**PREFEITURA****Notificação de Recebimento de Recursos**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Destinação: CRAS.

Data liberação: 14/07/2014.

Passos Maia - SC, 25 de Julho de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****Contrato Nº 82/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2014 - FMS

CONTRATADO: DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 6.916,00 (seis mil novecentos e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 83/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2014 - FMS

CONTRATADO: SUPRIMÓVEIS LTDA EPP.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 3.472,00 (três mil quatrocentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 84/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2014 - FMS

CONTRATADO: ESCOBRINQ LTDA EPP.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 5.371,16 (cinco mil trezentos e setenta e um reais e dezesseis centavos).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 85/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2014 - FMS

CONTRATADO: CÉLIA REGINA W SANI ME.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 9.576,00 (nove mil quinhentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 86/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2014 - FMS

CONTRATADO: M. MOBILE EIRELI.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 2.153,00 (dois mil cento e cinquenta e três reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 87/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2014 - FMS

CONTRATADO: GISIANE MATILDE VIEIRA ME.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 5.958,00 (cinco mil novecentos e cinquenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 88/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2014 - FMS

CONTRATADO: LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade

Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Contrato Nº 89/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2014 - FMS

CONTRATADO: DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EPP.

Licitação: Processo Licitatório nº. 25/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de móveis para serem instalados na Unidade Básica de Saúde do Bairro de São Cristóvão no Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 3.648,00 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 25 de abril de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Portaria Nº 203/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 203/2014

NOMEIA: PRISCILA DE PAULA CAPRARO, aprovada em Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 28 de julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 90/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2014 - FMS

CONTRATADO: BARIGUÍ VEÍCULOS LTDA

Licitação: Processo Licitatório nº 28/14 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 18/14 - FMS

OBJETO: obrigando-se a mesma fornecer veículos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde

VALOR TOTAL: R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais).

VIGÊNCIA: 25.11.2014

Penha, 25 de julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Peritiba

PREFEITURA

Extrato de Contrato 86/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 49/2014 - Dispensa de Licitação 01/2014.

Objeto: Constitui-se objeto deste instrumento a execução do Projeto SC - Fomento aos Micro e Pequenos Negócios do Meio Oeste Catarinense.

Dados do Contrato: Contrato nº 86/2014

Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC

Data do Contrato: 15/07/2014

Valor do Contrato: R\$ 15.000,00

Informações complementares:

Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24, Inciso XIII.

Município de Peritiba - SC em 15 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 87/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 44/2014 - Pregão Presencial nº 23/2014.

Objeto: Aquisição de estação de bombeamento compacta tipo Booster automático, para o Bairro Elizabth Hermes.

Dados do Contrato: Contrato nº 87/2014

Contratado: TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA - ME

CNPJ: 07.638.795/0001-07

Data de Vigência: 22/07/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$13.800,00 (Treze mil e oitocentos reais).

Município de Peritiba - SC em 22 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 88/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 46/2014 - Pregão Presencial nº 25/2014.

Objeto: Locação de banheiros químicos, para a I Expo Peritiba a realizar-se de 15 a 17 de agosto de 2014.

Dados do Contrato: Contrato nº 88/2014

Contratado: ECOBAN - BANHEIROS QUÍMICOS LTDA. - ME

CNPJ: 09.158.348/0001-86

Data de Vigência: 22/07/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais).

Município de Peritiba - SC em 23 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Aviso de Cancelamento de Licitação PL 48/2014 CV 03/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Por interesse da administração fica cancelado o Processo de Licitação 48/2014 Convite 03/2014.

Informações complementares:

Outras informações podem ser solicitadas pelo telefone (49) 3453-1122 ou no e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 24 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Aviso Licitação 54/2014 - PP 30/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 28/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 54/2014 - Pregão Presencial 30/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: A contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, instalação e desinstalação da rede elétrica, para a I Expo Peritiba a realizar-se de 15 a 17 de agosto de 2014.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 10h00min do dia 08 de agosto de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 10h15min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital na integra, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou no e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 25 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Termo Aditivo 023/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 023/2014

CONTRATO N.º: 121/2014

OBJETO: Contrato de SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES LOCALIZADA NA LINHA UNIÃO, NUM TOTAL DE 1.326,83M³,

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 003/2014

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
VALOR DO CONTRATO: resolvem firmar o presente aditamento de valor no total de R\$ R\$12.536,44 (doze mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 22 de Julho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

Termo Aditivo 025/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 025/2014

CONTRATO N.º: 121/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA, CONSISTENTE NA PAVIMENTAÇÃO DE RUA COM PEDRAS IRREGULARES LOCALIZADA NA LINHA UNIÃO, NUM TOTAL DE 1.326,83M³

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 003/2014

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
VALOR DO CONTRATO: Tendo em vista o disposto na cláusula primeira deste aditamento, as partes, de comum acordo e visando o interesse público, resolvem firmar o presente aditamento, ficando reduzido o valor global de serviços de pavimentação com pedras irregulares de R\$ 62.531,70 (sessenta e dois mil quinhentos e trinta e um reais e setenta centavos) para R\$ 61.977,72 (sessenta e um mil novecentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos).

DATA DO CONTRATO: 22 de Julho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

Termo Aditivo 024/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 024/2014

CONTRATO N.º: 121/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares na Linha União, total de 1.326,83 m², em Pinheiro Preto.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 003/2014

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

DO CONTRATO: PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 121/2014, onde seu término será para 01/08/2014.

DATA DO CONTRATO: 22 de Julho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

Decreto Nº 4.043, de 24 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.043, DE 24 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 26.339,00 (Vinte e seis mil, trezentos e trinta e nove reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02	Poder Executivo
0202	Secretaria de Administração e Finanças
0202.04	Administração
0202.04.122	Administração Geral
0202.04.122.0402	Administração Geral
0202.04.122.0402.1001	Aquisição de veículos- Adm
4490-0000	Aplicações Diretas
Fonte 0189	R\$ 26.339,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 26.339,00 (Vinte e seis mil, trezentos e trinta e nove reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 23 de julho de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE JULHO 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 271, de 24 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 271, DE 24 DE JULHO DE 2014.

HOMOLOGA LOTES DA LICITAÇÃO Nº 002/2014, MODALIDADE LEILÃO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, referente à licitação nº 002/2014, RESOLVE

Art. 1º Homologa licitação nº 002/2014, modalidade LEILÃO, e adjudica aos arrematantes, os seguintes lotes e respectivo preço:

I - Empresa TRANSPORTES ANDREIMELANIA LTDA- ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.789.593/0001-70:

a) LOTE 01 - 01 ÔNIBUS MERCEDES, 25 LUGARES, ANO 2002, MODELO M.BENZ/MPOL VICINO ON, PLACAS MCB 0487, RENAVAL 788756710, DIESEL, COR BRANCA, pelo valor de R\$ 31.100,00

b) LOTE 11 - 01 CAÇAMBA PARA CAMINHÃO TRUCK, pelo valor de R\$ 3.600,00

II - SADI ZENATTI, inscrito no CPF sob nº 803.166.629-68:

LOTE 04: 01 GM CELTA 1.0, ANO 2002, MODELO GM CELTA, PLACAS MBO 7053, RENAVAL 781829283, GASOLINA, COR BRANCA, pelo valor de R\$ 5.600,00;

III - JULIANA PALUSKI DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº 023.175.189-35:

LOTE 05: 01 FIAT PALIO 1.0, ANO 1997, MODELO ED 97/98, PLACAS LZX 2199, RENAVAL 688265537, GASOLINA, COR BRANCA. R\$ 3.700,00

LOTE 13: DIVERSOS: 03 ESTUFAS DE ESTERILIZAÇÃO, TAMA-NHOS DIVERSOS, SEM USO; 01 "MACA" COM RODAS, EM METAL, 01 SELADORA, MARCA SULIPACK; 01 BALANÇA DE BEBÊ, MARCA FILIZOLA; 01 MESA DE METAL COM RÉGUA (MESA PARA BEBÊ), 02 MESINHAS DE METAL COM PRATELEIRAS; 01 "MACA" FIXA, COM ESTOFADO; 02 FORNOS ELÉTRICOS, SEM USO; 01 MAQUÍ-NA LAVA ROUPAS, SEM USO; 02 MESAS DE ESCRITÓRIO EM MA-DEIRA; 01 MESA DE ESCRITÓRIO MDF; 01 CADEIRA DE RODAS NÃO MOTORIZADA, pelo valor de R\$ 180,00.

IV - MOACIR VICENTE PICOLOTTO, inscrito no CPF sob nº 632.511.169-91:

LOTE 06: 01 GM VECTRA 2.0, ANO 2009, MODELO GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE 2009/2010, PLACAS MGL 9895, RENAVAL 153765542, ÁLCOOL/GASOLINA, COR PRATA, pelo valor de R\$ 25.100,00

V - EDINILSON UNGARATTO, inscrito no CPF sob nº 062.193.989-71:

a) LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, IPACOL, pelo valor de R\$ 200,00;

VI - JOÃO PONTES DO PRADO, inscrito no CPF sob nº 522.050.459-20:

LOTE 10: 02 CAÇAMBAS PARA CAMINHÃO TOCO, pelo valor de R\$ 3.500,00

VII - JAIR RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 198.110.299-20:

a) LOTE 12: 18 PNEUS (CARCAÇAS), TAMANHOS DIVERSOS, pelo valor de R\$ 80,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Contrato Administrativo N.º 228/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 228/2014

OBJETO: Projeto de muro de contenção necessários para execu-ção da obra referente pavimentação asfáltica - trecho/rodovia Pi-nheiro Preto a Iomerê.

LICITAÇÃO: Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 010/2014

EMPRESA CONTRATADA: GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste ins-trumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais),

DATA DO CONTRATO: 14 de julho de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Portaria N. 272, de 24 de Julho de 2014.

PORTARIA N. 272, DE 24 DE JULHO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCER FUNÇÃO TEMPO-RÁRIA DE "OPERADOR DE MOTONIVELADORA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o operador do equipamento motoniveladora encontra-se em licença para tratamento de saúde;

Considerando a solicitação do Secretário de Transportes e Obras;

Considerando ser imprescindível a continuidade dos serviços de manutenção de estradas vicinais com o uso de motoniveladora;

Considerando que o servidor Fernando Delazzeri possui conheci-mento e condições técnicas para operar com equipamento "mo-toniveladora",

RESOLVE:

Art. 1º Designar FERNANDO DELAZZERI, servidor público munici-pal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, para a função de "operador de motoniveladora", em caráter temporário, com vencimentos previstos em lei para o cargo de operador de motoniveladora.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de julho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001518/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001518/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGG0070 54883207E 14/06/2014 5010-0

AGG0070 54883208E 14/06/2014 6599-2

AGG0070 54883209E 14/06/2014 6912-0

AGG0070 54883210E 14/06/2014 5118-0

AHC5978 54883498E 20/06/2014 6637-2

ALY0139 54882284E 24/05/2014 5010-0

DEE2535 54883459E 30/05/2014 6769-2

DPM8638 54882516E 13/06/2014 6637-2

LYK3763 54882300E 29/05/2014 7005-1

LYK3763 54985526E 29/05/2014 5274-1

LYS7522 54450100E 22/06/2014 6599-2

LZO5221 54883253E 24/06/2014 5169-1

LZO5221 54883255E 24/06/2014 5177-0

LZP7460 54882971E 14/06/2014 6726-1

MAM9678 54882918E 29/05/2014 6653-2

MAQ8275 54883107E 22/06/2014 6599-2

MCQ0296 54882964E 14/06/2014 6610-2

MEA9287 54882270E 18/05/2014 6726-1

MEZ7293 54450493E 20/05/2014 6726-1

MFI1719 54450190E 22/06/2014 6599-2

MGU1112 54882711E 27/05/2014 6920-0

MHN0708 54985543E 30/05/2014 6769-1

MHU4323 54882359E 23/05/2014 5118-0

MHZ1945 54985537E 30/05/2014 6769-1

MJG8218 54985601E 14/06/2014 6912-0

MLB4967 54882360E 23/05/2014 5045-0

MLQ1192 54883461E 31/05/2014 5169-1

Infr./Desd. Enquadramento

5010-0 162 * I

6599-2 230 * V

6912-0 232

5118-0 164 c/c 162 * I

6637-2 230 * IX

6769-2 230 * XXII

7005-1 241

5274-1 175

5169-1 165

5177-0 166

6726-1 230 * XVIII

6653-2 230 * XI

6610-2 230 * VII

6920-0 233

6769-1
5045-0230 * XXII
162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001519/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001519/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ABB0828 54985501E 23/05/2014 5541-6

AHQ2786 54450446E 30/05/2014 5185-1

BNO3999 54985523E 29/05/2014 5967-0

LYK3763 54882299E 29/05/2014 5207-0

LYK3763 54985525E 29/05/2014 6050-2

LYK3763 54985527E 29/05/2014 5720-0

LYK3763 54985528E 29/05/2014 5967-0

LZU9888 54883494E 20/06/2014 5185-2

MAM9678 54882917E 29/05/2014 5207-0

MAQ8275 54883109E 22/06/2014 5525-0

MAQ8275 54883110E 22/06/2014 5452-1

MCC3356 54883252E 24/06/2014 5835-0

MDU8512 54985504E 26/05/2014 5967-0

MIB7440 54883019E 09/06/2014 5207-0

MKW5960 54985502E 23/05/2014 5665-0

MMI0108 54985533E 30/05/2014 7234-0

Infr./Desd. Enquadramento

5541-6 181 * XVII

5185-1 167

5967-0 203 * V

5207-0 169

6050-2 208

5720-0 186 * I

5185-2 167

5525-0 181 * XV

5452-1 181 * VIII

5835-0 195

5665-0 182 * X

7234-0 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE

DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001520/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001520/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

BNG7375 54449734E 10/04/2014 6637-2 R\$ 127,69
BYF8402 54882853E 08/05/2014 6599-2 R\$ 191,53
CLC9735 54450323E 08/03/2014 6912-0 R\$ 53,20
DDW3924 54449150E 25/04/2014 6920-0 R\$ 127,69
GYI3527 54450376E 25/02/2014 6602-0 R\$ 191,53
JXN1369 55346300D 24/04/2014 5045-0 R\$ 191,53
LCX1111 54882854E 08/05/2014 5169-1 R\$1915,38
LXT3841 54882016E 21/03/2014 5274-1 R\$ 191,53
LYY5309 54882312E 26/04/2014 5169-1 R\$1915,38
LZU2571 54450338E 18/04/2014 5045-0 R\$ 191,53
LZU2571 54450339E 18/04/2014 6599-2 R\$ 191,53
MBN9511 54882313E 26/04/2014 7340-0 R\$ 85,12
MCZ8866 54450322E 07/03/2014 5142-0 R\$ 191,53
MDK0736 54450166E 23/03/2014 6599-2 R\$ 191,53
MDV1206 54450372E 20/02/2014 6599-2 R\$ 191,53
MDV1206 54450374E 20/02/2014 6637-2 R\$ 127,69
MES9499 54882500E 25/04/2014 6769-1 R\$ 85,12
MGL7800 54450336E 12/04/2014 5169-1 R\$1915,38
MGL7800 54450489E 12/04/2014 5045-0 R\$ 191,53
MJR2908 54450487E 11/04/2014 5010-0 R\$ 574,61
MJR2908 54450488E 11/04/2014 5118-0 R\$ 574,61
MJR2908 54985301E 11/04/2014 5274-1 R\$ 191,53
MKG2831 54449945E 05/04/2014 5010-0 R\$ 574,61
MKG2831 54449946E 05/04/2014 5118-0 R\$ 574,61
MKG2831 54450039E 05/04/2014 6637-2 R\$ 127,69
MKG2831 54450040E 05/04/2014 6599-2 R\$ 191,53

Infr./Desd.

Enquadramento

6637-2 230 * IX
6599-2 230 * V
6912-0 232
6920-0 233
6602-0 230 * VI
5045-0 162 * V
5169-1 165
5274-1 175
7340-0 252 * IV

5142-0 164 c/c 162 * V
6769-1 230 * XXII
5010-0 162 * I
5118-0 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001521/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001521/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AIM4812 54882038E 29/03/2014 5185-1 R\$ 127,69
GYI3527 54450377E 25/02/2014 5452-3 R\$ 127,69
JXN1369 55346299D 24/04/2014 5460-0 R\$ 85,12
LXO0155 54882155E 22/04/2014 5720-0 R\$ 127,69
LXO0155 54882156E 22/04/2014 5207-0 R\$ 53,20
LXT3841 54882015E 21/03/2014 5819-7 R\$ 574,61
MBQ4175 54985452E 13/05/2014 5452-2 R\$ 127,69
MFR2628 54882496E 25/04/2014 5207-0 R\$ 53,20
MGP7057 54882042E 29/03/2014 5568-0 R\$ 127,69
MGV5223 54882104E 18/04/2014 5460-0 R\$ 85,12
MGW5715 54450484E 10/04/2014 5185-1 R\$ 127,69
MGW5715 54450485E 10/04/2014 6122-0 R\$ 191,53
MHR7836 54450173E 03/04/2014 5207-0 R\$ 53,20
MIG5799 54451424E 22/06/2013 5185-1 R\$ 127,69
MJA2861 54882304E 26/04/2014 5185-1 R\$ 127,69
MJR2908 54985302E 11/04/2014 5835-0 R\$ 127,69
MJR2908 54985303E 11/04/2014 5215-1 R\$ 191,53
MJR2908 54985304E 11/04/2014 6319-0 R\$ 127,69
MJR2908 54985306E 11/04/2014 5797-0 R\$ 191,53
MJR2908 54985307E 11/04/2014 6394-1 R\$ 191,53
MJR2908 54985308E 11/04/2014 5207-0 R\$ 53,20
MLD4488 54450337E 17/04/2014 5185-1 R\$ 127,69
MMJ9801 54450478E 06/04/2014 5550-0 R\$ 85,12
MMM8707 54985293E 11/04/2014 5568-0 R\$ 127,69

Infr./Desd.

Enquadramento

5185-1 167
5452-3 181 * VIII
5460-0 181 * IX
5720-0 186 * I
5207-0 169
5819-7 193
5452-2 181 * VIII

5568-0 181 * XIX
 6122-0 214 * I
 5835-0 195
 5215-1 170
 6319-0 220 * VI
 5797-0 191
 6394-1 220 * XIV
 5550-0 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001522/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001522/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LX00155 54450196E 28/06/2014 6653-1
 LX00155 54883262E 30/06/2014 6726-1
 LX00155 54883263E 30/06/2014 6637-2
 MAT3554 54883121E 03/07/2014 6599-2
 MAT3554 54883122E 03/07/2014 6912-0
 MDQ0181 54985551E 31/05/2014 6408-0
 MEP7206 54450443E 30/05/2014 6912-0
 MGI9375 54450909E 04/07/2014 5169-1
 MGI9375 54450910E 04/07/2014 5177-0
 MHJ0123 54450901E 27/06/2014 6599-2

Infr./Desd.	Enquadramento
6653-1	230 * XI
6726-1	230 * XVIII
6637-2	230 * IX
6599-2	230 * V
6912-0	232
6408-0	221
5169-1	165
5177-0	166

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS

ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001523/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001523/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MAM3927 54883154E 30/06/2014 5967-0
 MEP7206 54450444E 30/05/2014 5207-0
 MGC6569 54985558E 04/06/2014 5452-2
 MGW2099 54882166E 11/05/2014 6955-0
 MJJ2888 54882542E 07/07/2014 5967-0
 MLI4322 54883151E 29/06/2014 7366-2

Infr./Desd.	Enquadramento
5967-0	203 * V
5207-0	169
5452-2	181 * VIII
6955-0	236
7366-2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001524/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001524/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S)

VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AMF8387 54450165E 22/03/2014 6599-2 R\$ 191,53
DMA0967 54450012E 05/02/2014 6599-2 R\$ 191,53
DMA0967 54450013E 05/02/2014 6912-0 R\$ 53,20
HIX2932 54450250E 05/03/2014 6912-0 R\$ 53,20
LNO7383 54450161E 16/03/2014 5045-0 R\$ 191,53
LNO7383 54450162E 16/03/2014 5169-1 R\$1915,38
LWT1093 54882323E 01/05/2014 6912-0 R\$ 53,20
LWT1093 54882324E 01/05/2014 6637-2 R\$ 127,69
LWT1093 54882325E 01/05/2014 6769-1 R\$ 85,12
LXZ1678 54450136E 01/05/2014 6637-2 R\$ 127,69
LXZ1678 54450137E 01/05/2014 5169-1 R\$1915,38
LYW1641 54882091E 26/04/2014 5010-0 R\$ 574,61
LYW1641 54882092E 26/04/2014 5118-0 R\$ 574,61
MAS4098 54882035E 26/03/2014 6637-2 R\$ 127,69
MAS4098 54882036E 26/03/2014 6629-0 R\$ 127,69
MAU5253 54882098E 01/05/2014 6769-2 R\$ 85,12
MBN6563 54882020E 22/03/2014 5169-1 R\$1915,38
MBN6563 54882021E 22/03/2014 6637-2 R\$ 127,69
MBS5618 54449742E 08/05/2014 6637-2 R\$ 127,69
MCH5342 54450243E 04/03/2014 6637-2 R\$ 127,69
MFN8101 54882154E 22/04/2014 6599-2 R\$ 191,53
MWA6207 54882317E 26/04/2014 6653-1 R\$ 127,69
NGQ6288 54882009E 17/03/2014 5320-0 R\$ 957,69

Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 * V
6912-0 232
5045-0 162 * V
5169-1 165
6637-2 230 * IX
6769-1 230 * XXII
5010-0 162 * I
5118-0 164 c/c 162 * I
6629-0 230 * VIII
6769-2 230 * XXII
6653-1 230 * XI
5320-0 176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001525/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001525/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S)

VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJO8041 54882253E 04/05/2014 5525-0 R\$ 85,12
HMC3038 54985320E 13/04/2014 5550-0 R\$ 85,12
LWU0332 54449949E 27/03/2014 5967-0 R\$ 191,53
LZT6885 54882886E 22/05/2014 5185-1 R\$ 127,69
MBN6563 54882022E 22/03/2014 5720-0 R\$ 127,69
MBR9146 54882310E 26/04/2014 6076-0 R\$ 191,53
MBR9146 54882311E 26/04/2014 5835-0 R\$ 127,69
MCM7798 54985377E 24/04/2014 5967-0 R\$ 191,53
MDE3976 54985387E 29/04/2014 7307-0 R\$ 85,12
MDL7323 54985326E 13/04/2014 5550-0 R\$ 85,12
MFB0006 54450378E 25/02/2014 7366-2 R\$ 85,12
MJC4834 54882258E 08/05/2014 6947-1 R\$ 127,69
MJR2908 54985305E 11/04/2014 5843-3 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

5525-0 181 * XV
5550-0 181 * XVIII
5967-0 203 * V
5185-1 167
5720-0 186 * I
6076-0 210
5835-0 195
7307-0 251 * II
7366-2 252 * VI
6947-1 235
5843-3 196

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000407/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000407/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHX5374 8762042536 18/06/2014 7455-0

AKN6849 8762042328 05/06/2014 7463-0

AMA8468 8762042439 18/06/2014 7455-0
 AME5766 8762042038 10/06/2014 7463-0
 APN4711 8762042262 05/06/2014 7455-0
 ARA4341 8762042228 04/06/2014 7455-0
 ARA4341 8762042410 23/06/2014 7455-0
 BGD8299 8762041877 02/06/2014 7455-0
 CVV4802 8762042044 10/06/2014 7455-0
 DAD0959 8762042329 05/06/2014 7455-0
 HLP1598 8762042025 12/06/2014 7463-0
 IAU9728 8762041324 14/05/2014 7455-0
 IEH1814 8762042158 04/06/2014 7455-0
 JHO6785 8762042210 04/06/2014 7455-0
 LXI6869 8762042020 13/06/2014 7455-0
 LXN3178 8762042037 10/06/2014 7455-0
 LXU8810 8762042024 11/06/2014 7455-0
 MAD1435 8762041937 05/06/2014 6050-3
 MAI9886 8762041981 10/06/2014 5673-2
 MAX4164 8762041402 22/05/2014 7455-0
 MBD7147 8762042094 08/06/2014 7455-0
 MBM8292 8762042239 04/06/2014 7455-0
 MBP3182 8762041370 18/05/2014 7455-0
 MBX7849 8762042107 13/06/2014 6050-3
 MCB2682 8762038763 20/03/2014 7455-0
 MCL7708 8762042461 20/06/2014 7455-0
 MDM0087 8762041534 18/05/2014 7455-0
 MDO2007 8762041615 26/05/2014 7455-0
 MDY1042 8762042569 14/06/2014 7455-0
 MEE8944 8762042147 04/06/2014 7455-0
 MEG9112 8762042232 04/06/2014 7455-0
 MEH6563 8762041470 21/05/2014 7455-0
 MEK4614 8762042201 04/06/2014 7455-0
 MEP0901 8762042616 15/06/2014 7455-0
 MEV6646 8762042127 03/06/2014 7455-0
 MEX9140 8762042182 04/06/2014 7455-0
 MFD8251 8762042322 05/06/2014 7455-0
 MFV5227 8762041416 24/05/2014 7455-0
 MFX5301 8762041515 24/05/2014 7455-0
 MFZ1097 8762042098 10/06/2014 7455-0
 MGB2966 8762042630 20/06/2014 7455-0
 MGG3480 8762042247 04/06/2014 7463-0
 MGY1153 8762040545 04/05/2014 5673-2
 MHB8718 8762041909 07/06/2014 7455-0
 MHM1025 8762041980 09/06/2014 7455-0
 MHM1708 8762041912 07/06/2014 7455-0
 MHU3577 8762042196 04/06/2014 7455-0

MHZ1053 8762042208 04/06/2014 7455-0
 MIL6711 8762042212 04/06/2014 7455-0
 MIR8778 8762042019 12/06/2014 7455-0
 MIS3462 8762041517 19/05/2014 5673-2
 MIT4490 8762042554 20/06/2014 7455-0
 MIV6909 8762042214 04/06/2014 7463-0
 MIW1372 8762042361 16/06/2014 7471-0
 MJC4509 8762041946 07/06/2014 7455-0
 MJD3188 8762042207 04/06/2014 7455-0
 MJD3188 8762042284 05/06/2014 7455-0
 MJD8967 8762042628 20/06/2014 6050-3
 MJO3795 8762041491 19/05/2014 6050-3
 MJV7407 8762042552 20/06/2014 7471-0
 MJX3408 8762041484 18/05/2014 7455-0
 MJX3408 8762041485 18/05/2014 7463-0
 MJX9635 8762041460 19/05/2014 7455-0
 MKL7418 8762041544 20/05/2014 7455-0
 MKP9187 8762042257 05/06/2014 7455-0
 MKS3041 8762041419 24/05/2014 7455-0
 MLL8899 8762042171 04/06/2014 7463-0
 MMK2430 8762041991 12/06/2014 7455-0
 Infr./Desd. Enquadramento
 7455-0 218 * I

7463-0 218 * II
 6050-3 208
 5673-2 183
 7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000408/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000408/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHE8803 8762039090 06/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AJF7362 8762038186 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AKY9279 8762038830 20/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 ALA8792 8762038934 25/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AMA8468 8762039269 07/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AOA2209 8762039081 31/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AOP8946 8762037587 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 CIG0768 8762038028 25/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 DBQ4506 8762037900 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 DDB3383 8762039190 06/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 DQH9946 8762038164 02/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 DQH9946 8762038688 22/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 ETG2813 8762038122 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 IJU6271 8762038670 19/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 JVZ8673 8762039432 12/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LCX1111 8762040393 27/04/2014 5673-2 R\$ 85,12
 LXC0856 8762038914 27/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LXC6199 8762037868 22/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 LXE1811 8762039228 31/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LXE3597 8762038333 06/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 LXS7902 8762038976 25/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LYM4251 8762038219 01/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LYW1641 8762039226 06/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZ7070 8762037862 23/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZN1100 8762039022 30/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAM1858 8762038422 08/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MAN0436 8762038918 29/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MAQ4417 8762038879 25/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAR1743 8762039144 31/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBQ5291 8762038596 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBR9494 8762039083 01/04/2014 7455-0 R\$ 85,12

MBU7208 8762039327 13/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MCC4531 8762039397 09/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCF9413 8762038833 20/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCI9678 8762039074 06/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCJ6971 8762038989 25/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCP4204 8762038928 30/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDD4712 8762039183 05/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDI3918 8762039350 08/04/2014 7471-0 R\$ 574,61
 MDM2518 8762039337 07/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDP2106 8762037534 18/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEG0603 8762039275 07/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEV0574 8762039127 02/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEY2267 8762039200 04/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFF3640 8762039109 04/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFG9003 8762038317 08/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFG9003 8762038829 20/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFL3719 8762039077 06/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFN8763 8762038987 25/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFT0313 8762038883 29/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFT6127 8762038453 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MGU2516 8762038544 15/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGV3642 8762039248 02/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MGY0255 8762038876 30/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHA3342 8762038959 29/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHA7801 8762039040 31/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHK2994 8762039009 30/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MHL2627 8762037456 08/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIB1937 8762039066 05/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIC6677 8762039171 03/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MID6504 8762038858 28/03/2014 7471-0 R\$ 574,61
 MIO3906 8762039216 04/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIQ9888 8762039175 03/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIV5998 8762039128 02/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJB1401 8762039413 12/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MJB9184 8762037661 10/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MJB9184 8762038431 09/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MJE6311 8762039104 31/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJF4895 8762039249 02/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MJF7226 8762039157 02/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJR2345 8762038881 28/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKL9354 8762039038 31/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKW0850 8762036762 14/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLB4172 8762039169 03/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLQ9993 8762038745 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MMA2934 8762037652 12/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MMI9379 8762039002 29/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MML6500 8762039370 11/04/2014 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
7455-0	218 * I
7463-0	218 * II
5673-2	183
6050-3	208
7471-0	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000409/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000409/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AES7245 8762042647 24/06/2014 7455-0
 AFT4763 8762042653 24/06/2014 7463-0
 AKN6849 8762042657 24/06/2014 7455-0
 AKY4857 8762042735 25/06/2014 7455-0
 ALA9277 8762041417 24/05/2014 7455-0
 AMA8468 8762042729 25/06/2014 7455-0
 ASD0249 8762042425 16/06/2014 7455-0
 AXK9287 8762041400 22/05/2014 7463-0
 AXM2817 8762040293 27/04/2014 7463-0
 BNO0746 8762042389 17/06/2014 7455-0
 DFU2892 8762041675 29/05/2014 7455-0
 DGD7971 8762042447 18/06/2014 7463-0
 DPM3195 8762041672 29/05/2014 7455-0
 EFO0132 8762041673 29/05/2014 7455-0
 HNS4668 8762042122 03/06/2014 7455-0
 ITC0229 8762042484 18/06/2014 5673-2
 ITX4819 8762042550 20/06/2014 7455-0
 JPG2246 8762041800 28/05/2014 7455-0
 KVA9242 8762042366 16/06/2014 7455-0
 KVA9242 8762042542 19/06/2014 7455-0
 LXP0908 8762042573 16/06/2014 7455-0
 LYO3792 8762042930 26/06/2014 5673-2
 LYU6388 8762041727 28/05/2014 7463-0
 LYV2712 8762042603 14/06/2014 6050-3
 LZP8086 8762041604 26/05/2014 7455-0
 LZW6820 8762042435 17/06/2014 7455-0
 MAH0141 8762041626 28/05/2014 7455-0
 MAI7066 8762041692 25/05/2014 7455-0
 MAN8951 8762041646 25/05/2014 7455-0
 MAP4535 8762042026 13/06/2014 7455-0
 MAT8525 8762042597 20/06/2014 7455-0
 MAU1040 8762042699 24/06/2014 7463-0
 MBA0733 8762042692 24/06/2014 7463-0
 MBV4555 8762041671 29/05/2014 7455-0
 MCI5068 8762042021 10/06/2014 7455-0
 MCJ8513 8762042676 24/06/2014 7455-0
 MCL8284 8762042870 27/06/2014 7455-0
 MCU6374 8762042926 25/06/2014 7455-0
 MDR2756 8762041683 30/05/2014 7455-0
 MDS6576 8762042654 24/06/2014 7455-0
 MEA9287 8762041664 28/05/2014 7463-0
 MED9260 8762041475 22/05/2014 7455-0
 MEE3799 8762041602 26/05/2014 7455-0
 MEE7826 8762042065 09/06/2014 7455-0
 MEE7826 8762042085 13/06/2014 7455-0
 MEE7826 8762042571 16/06/2014 7455-0
 MEF0665 8762042104 13/06/2014 5673-2

MEG3108 8762041674 29/05/2014 7455-0

MEK2908 8762041747 31/05/2014 7455-0
 MEO4783 8762041701 25/05/2014 5673-2
 MEP0840 8762040621 08/05/2014 7455-0
 MEQ7104 8762042774 23/06/2014 7455-0
 MFF7489 8762042740 25/06/2014 7455-0
 MFM0679 8762042062 09/06/2014 7455-0
 MFO6293 8762042469 17/06/2014 7455-0
 MFX5301 8762041790 25/05/2014 7455-0
 MGN9914 8762041630 28/05/2014 7455-0
 MGO2645 8762042177 04/06/2014 7455-0
 MGP9844 8762041726 27/05/2014 7463-0
 MGX4580 8762042817 21/06/2014 7455-0
 MGY3132 8762042765 22/06/2014 7455-0
 MHG0211 8762041720 27/05/2014 7455-0
 MHH9927 8762042309 05/06/2014 7455-0
 MHI3281 8762041385 21/05/2014 7455-0
 MHI4742 8762040522 09/05/2014 7455-0
 MHU0959 8762042523 16/06/2014 7455-0
 MHU1208 8762042437 18/06/2014 7455-0
 MHV4220 8762041708 26/05/2014 7455-0
 MIB8899 8762042862 25/06/2014 7455-0
 MIF4126 8762042514 14/06/2014 7455-0
 MIR1042 8762042820 23/06/2014 6050-3
 MIT0461 8762041374 19/05/2014 7455-0
 MIW1062 8762042875 27/06/2014 7455-0
 MJA3894 8762042830 24/06/2014 7455-0
 MJH5912 8762041669 29/05/2014 7455-0
 MJH8655 8762042785 24/06/2014 7463-0
 MJI2851 8762041391 21/05/2014 7455-0
 MJR0427 8762042869 26/06/2014 7455-0
 MJR3586 8762042778 24/06/2014 7463-0
 MJT9208 8762041503 22/05/2014 7455-0
 MKC7417 8762042771 22/06/2014 7463-0
 MKE0868 8762042678 24/06/2014 7455-0
 MKL7418 8762041803 29/05/2014 7455-0
 MKP3873 8762041665 28/05/2014 7455-0
 MKP3873 8762041682 30/05/2014 7463-0
 MKP7761 8762041808 31/05/2014 7455-0
 MKX4777 8762042055 13/06/2014 7455-0
 MLN3062 8762041644 28/05/2014 7455-0
 MLR5162 8762041462 20/05/2014 7463-0
 MLS2738 8762042384 17/06/2014 7455-0
 MLV2240 8762042556 20/06/2014 7455-0
 MLW7394 8762041993 12/06/2014 7455-0
 MMD8501 8762042564 19/06/2014 7455-0
 MMF0772 8762042786 25/06/2014 7455-0
 MNL6059 8762041983 10/06/2014 7455-0
 MOP0212 8762042722 24/06/2014 7455-0
 MYS0746 8762042840 21/06/2014 7455-0

Infr./Desd.	Enquadramento
7455-0	218 * I
7463-0	218 * II
5673-2	183
6050-3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000410/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000410/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-NAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MUL-TA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGD1977 8762037545 18/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 AIU9407 8762040284 27/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AKJ2455 8762038587 16/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 ANB7755 8762039015 30/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 AWF3953 8762025467 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AWF3953 8762025707 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CVE3317 8762040074 25/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 DCA6666 8762039130 02/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 ETG0395 8762037919 21/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 IGP7445 8762040056 22/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 ILY7881 8762039658 20/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 INO7878 8762038860 28/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 JAE1123 8762039020 27/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 JVC1495 8762038398 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LOC0419 8762038607 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LOC0419 8762038642 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LOF5498 8762037734 17/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LXU6473 8762041275 13/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LYV5750 8762037760 15/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZG9751 8762038904 27/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZL2734 8762041001 14/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZY0709 8762038451 09/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MAC4342 8762040256 03/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAX1121 8762039514 20/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBK3935 8762040251 03/05/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MBM4889 8762040249 02/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCB4761 8762038982 24/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MCW1690 8762036824 24/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDE0018 8762038111 26/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDL1471 8762037962 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDZ4860 8762039093 05/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MED5915 8762040026 22/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEE3020 8762038459 11/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEG3713 8762039400 10/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEG9684 8762039446 14/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MEK6135 8762039312 12/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEK9234 8762040160 21/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEY9516 8762039401 11/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFC1843 8762038304 07/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MFC8735 8762040345 03/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFD0235 8762039329 10/04/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MFH0219 8762038632 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFP2009 8762037028 02/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFP8497 8762036498 10/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFV1589 8762037470 09/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGC8819 8762040069 24/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGK8423 8762038946 27/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MGT5757 8762036513 10/01/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MGV3642 8762037875 22/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MGV6137 8762039375 12/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHA3073 8762037185 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

MHB1700 8762039489 18/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHQ9622 8762038580 15/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHT3888 8762038214 01/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIB1937 8762040110 25/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MIB6907 8762037932 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIC8968 8762039058 04/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIE9932 8762040257 03/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIG3838 8762039307 12/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MIG3838 8762039358 09/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MII4431 8762040349 27/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIM0805 8762040425 03/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIP1213 8762039382 13/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIP4200 8762040141 25/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIR6100 8762040956 14/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJI1770 8762039463 16/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MJJ2710 8762036905 26/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJN1071 8762037561 18/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MJT4646 8762040032 23/04/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MJU6736 8762039111 06/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKC3606 8762037388 07/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKC9816 8762040187 25/04/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MKC9816 8762040188 25/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MKK1826 8762037574 18/02/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MKN5605 8762038967 30/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKO6271 8762038693 23/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKP1370 8762038822 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKP1370 8762038826 19/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKP1370 8762038835 21/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKP1370 8762039254 04/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKP1370 8762039258 05/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKT0128 8762038404 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKT0209 8762038601 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKT1451 8762040852 14/05/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKX4432 8762038479 14/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MLB8729 8762037988 21/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLB8729 8762038667 19/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MLD9803 8762037466 05/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLL2773 8762038465 12/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLL9223 8762038805 22/03/2014 7471-0 R\$ 574,61
 MLQ3632 8762038516 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLR5162 8762038245 27/02/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MLR5162 8762038748 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MWC3459 8762039404 12/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MZG8162 8762039246 01/04/2014 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 * II

7455-0 218 * I

6050-3 208

5673-2 183

7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 25 DE JULHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Resolução Nº 011/2014/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 011/2014/CMDCA

Cria a Comissão de Ética Disciplinar em caráter temporário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 25 de Julho de 2014 e

CONSIDERANDO

- A constatação de possível irregularidade cometida pelo membro do Conselho Tutelar.

RESOLVE

Art. 1º - Fica criada em caráter provisório a Comissão de Ética Disciplinar para apurar a constatação de possível irregularidade cometida pelo membro do Conselho Tutelar, que ficará assim composta:

Titulares

I - Ramiro Duarte Trapp, representando a APP da E.B.M Dr. Amadeu da Luz (Presidente).

II - Raphael Ricardo Hoffmann, do Grupo de Escoteiro Pomerano - 90/SC (Membro).

III - Carmen Ramlow, da Secretaria de Saúde (Membro).

Suplentes:

I - Rudi Voigt, representando a Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João (Membro).

II - Célio Schlingmann, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer (FUNPEEL) (Membro).

Art. 2º - As diretrizes e procedimentos estão definidos na Resolução nº 010/2014/CMDCA.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios e no Mural da Prefeitura Municipal de Pomerode.

Pomerode, 25 de Julho de 2014.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Resolução Nº 010/2014/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 010/2014/CMDCA

Estabelece os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Ética Disciplinar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 25 de Julho de 2014 e

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer de acordo com a Lei Municipal nº 1.962/07, os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Ética Disciplinar.

**PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
SINDICANCIA**

Recebimento da denúncia formulada por escrito, contendo a identificação e endereço do denunciante.

Averiguação da denúncia para apurar indícios de materialidade ou autoria.

A sindicância administrativa poderá resultar em:

Arquivo do processo, no caso de inexistência de irregularidade ou de impossibilidade de se apurar a autoria.

A Instauração de processo administrativo disciplinar.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Abertura de processo - juntar:

A Resolução de nomeação da Comissão de Ética Disciplinar e sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Termo de Compromisso do(a) Secretário(a).

Documento que motivou a abertura do processo.

Cópia da Notificação do Conselheiro.

Notificar o conselheiro, concedendo-lhe o prazo de cinco (05) dias úteis para apresentar defesa prévia por escrito, e no mesmo prazo o rol de testemunhas.

Receber a defesa prévia;

Caso não apresente defesa prévia, declarar revelia;

Notificar o denunciante a nominar por escrito suas testemunhas dos fatos alegados dentro do prazo de cinco (05) dias úteis.

Solicitar as testemunhas do denunciante a prestar depoimento dentro do prazo de cinco (05) dias úteis.

Solicitar às testemunhas de defesa a prestar depoimento, no prazo de cinco (05) dias úteis.

Intimar o denunciado para que querendo, compareça no ato de oitiva das testemunhas.

Proceder à oitiva das testemunhas de denúncia.

Proceder à oitiva das testemunhas de defesa

Fazer, se necessário, acareação e interrogatórios, mediante notificação prévia a quem for indicado para tal.

Requisitar perícia se for necessário;

Ao final do processo, apreciada a defesa, elaborar relatório minucioso, resumir as peças principais dos autos e mencionar as provas em que se baseou para formar convicção. O relatório deverá ser sempre conclusivo quanto à responsabilidade ou inocência do Conselheiro.

Reconhecida a responsabilidade do Conselheiro, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Concluso o processo, o presidente da Comissão proclamará a decisão do relatório conclusivo, encaminhado ao colegiado do CMDCA para comunicação e aplicação dos seus efeitos.

Poderá o Conselheiro Tutelar protocolar pedido de reconsideração da decisão a plenária do CMDCA, após três (03) dias da sua notificação. O coordenador do CMDCA convocará reunião extraordinária para apreciar o pedido de reconsideração.

Apreciado o pedido de reconsideração, o CMDCA, mantido ou não a decisão, terá cinco (05) dias úteis para publicá-la no Diário Oficial dos Municípios e Mural da Prefeitura Municipal de Pomerode e notificar o Conselheiro.

Encaminhar ao Ministério Público, o relatório da proclamação do julgamento e a decisão final do CMDCA;

No caso da infração cometida pelo conselheiro tutelar constituir ilícito penal, o CMDCA representará ao Ministério Público, comunicando o fato e solicitando as providências legais cabíveis.

Encerramento do Processo Administrativo.

O prazo para conclusão da sindicância é de quinze (15) dias a partir da instauração do respectivo procedimento, podendo ser prorrogado por igual período a critério do presidente da Comissão de Ética Disciplinar.

A Comissão de Ética Disciplinar terá trinta (30) dias de prazo para concluir os trabalhos do processo administrativo, prorrogáveis por

mais quinze (15) dias.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios e no Mural da Prefeitura Municipal de Pomerode, revogando as disposições contrárias.

Pomerode, 25 de Julho de 2014.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Porto Belo

PREFEITURA

Tomada de Preço - 002/2014 Fmeduca

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 002/2014 FMEDUCA
Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção de quadra coberta localizada no bairro Santa Luzia do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital".

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 12/08/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 12/08/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição do departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 23 de julho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito Municipal

CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

1º Termo de Retificação de Edital Pregão 034/2014 PMPB - 024/2014 FMS - 012/2014 Fumtur - 011/2014 Fmc - 021/2014 Fmeduca - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 Famap

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO 034/2014 PMPB - 024/2014 FMS - 012/2014 FUMTUR - 011/2014 FMC - 021/2014 FMEDUCA - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 FAMAP

O município de Porto Belo inscrito no CNPJ/MF sob nº CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de solução de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Porto Belo - SC, para acesso à Internet, correio eletrônico, mensagens de texto, por meio de aparelhos móveis e serviços de telefonia, nas modalidades de Serviço Móvel Pessoal, para comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital. Devendo os serviços oferecer as facilidades de roaming nacional e internacional automático e dispositivos móveis de acessibilidade à internet, fornecidos em regime de comodato para atender a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, conforme especificações e

quantitativos descritos no anexo I do edital.

Onde se lê:

Pregão - Registro de Preço - 034/2014 PMPB - 024/2014 FMS - 012/2014 FUMTUR - 011/2014 FMC - 021/2014 FMEDUCA - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 FAMAP

LÊ SE:

Pregão - Registro de Preço - 034/2014 PMPB - 025/2014 FMS - 012/2014 FUMTUR - 011/2014 FMC - 021/2014 FMEDUCA - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 FAMAP

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PR 034/2014 PMPB - 025/2014 FMS - 012/2014 FUMTUR - 011/2014 FMC - 021/2014 FMEDUCA - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 FAMAP

e seus Anexos.

Maiores informações através do telefone: (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 08:00 às 12:00 horas das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 24 de julho de 2014.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

1º Termo de Retificação de Edital Pregão 022/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO 022/2014 FMS

O município de Porto Belo inscrito no CNPJ/MF sob nº CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de Material hospitalar para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

No Anexo I (Especificações e Quantitativos) do Edital Onde se lê:

Unidade

LÊIA-SE:
Pacote

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PR 022/2014 FMS e seus Anexos.

Maiores informações através do telefone: (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 08:00 às 12:00 horas das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 24 de julho de 2014.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Pouso Redondo

PREFEITURA

Processo Nº 58/2014 Pmpr

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.058/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 08.08.2014, para Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios (merenda), para consumo nas unidades de ensino infantil e fundamental do município, para o segundo semestre de 2014. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 25 de Julho de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0808/RH

PORTARIA N. 0808/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar ao servidor municipal JOEL ANTONIO, matrícula n. 76376/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Atendente de Educação Infantil, a penalidade de Suspensão de 30 (trinta) dias, a partir de 28 de julho de 2014, com fundamento ao disposto no Art. 172, inciso I, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 022/2013, que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 157, inciso III e Art. 158, incisos I e XX, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Que seja notificada a Secretaria Municipal de Agricultura para que se efetue a entrada em seu estoque dos quilogramas de arroz da Nota Fiscal do Produtor, que é encaminhada para a Cravil - Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí, bem como, seja devidamente emitida e preenchida adequadamente pela equipe responsável.

Art. 3º Que seja notificada a Secretaria Municipal de Educação, para implementar imediatamente um controle de estoque da merenda eficaz e confiável, onde as informações possam ser confirmadas, que seja definida uma equipe responsável, no depósito da merenda, para conferir a entrada e saída dos produtos, e que estas sejam registradas.

Art. 4º Que seja realizada uma reunião imediatamente com a equipe da Secretaria Municipal de Educação, registrada em ata e coletada assinatura dos servidores presentes, com o intuito de orientar a respeito da questão de que todas as decisões e atitudes tomadas pelos servidores devem ter prévia anuência da chefia imediata, intermediária ou maior.

Art. 5º Que seja notificada a Secretaria Municipal de Educação para que, quando houver afastamento de chefias por doença ou outro motivo, que seja designado substituto para assumir/desempenhar a função.

Art. 6º Que o indiciado seja encaminhado para uma nova avaliação médica, para verificar a possibilidade de readaptá-lo para outra Secretaria Municipal.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUTHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

Pregão Presencial 113/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2014

OBJETO: Aquisição de material didático, expediente e de higiene para montagem de kits escolares para a rede municipal de ensino. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/08/2014, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 07/08/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 23 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 011/2014

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Ivone Gnewuch	xxx.150.249-xx	146681
Daniela Aparecida Venturi da Silveira	xxx.093.949-xx	146723
Thabita Aline Marquez Luiz	xxx.298.449-xx	144873
Nelson Damasio	xxx.489.809-xx	146486

Rio do Sul, 25 de Julho de 2014.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda Interino

Resolução Nº 15/2014 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 15/2014

Resolve convocar a Sra. Carmem Pezenti Matias para assumir a titularidade do cargo de Conselheira Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.947/94,

Considerando:

Que a Conselheira Tutelar Graziela Maike Lohse esta afastada por Licença Maternidade até a data de 28 de agosto do ano 2014.

Que no ultimo sufrágio foram eleitas cinco suplentes a conselheiro tutelar, em ordem classificatória; sendo que a Sra. Carmem Pezenti Matias é a primeira a ser convocada.

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar a Sra. Carmem Pezenti Matias para assumir a Titularidade do Cargo de Conselheira Tutelar com início de suas atividades no dia 28 de julho de 2014.

Artigo 2º - A Conselheira Tutelar convocada deverá apresentar-se na sede do Conselho Tutelar na data supra informada no horário das 7h30min, para assumir seu mandato.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, devendo oficial o Órgão Municipal competente para tomar as providencias administrativas necessárias.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul
CMDCA

Portaria Nº 0824/2014

PORTARIA Nº. 0824/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Portaria n. 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 07/07/2014, a servidora municipal TAIMARA DENISE DALPIAZ, do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

Pauta de Julgamento Nº 006/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 006/2014

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 11 de Agosto de 2014, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 144081/2014
Nome do Recorrente: Maria Zelia Della Giustina

Nº do Recurso: 001/2014
Procuradores; Hélio R Rubick, Glauco H Rubick e Marnio R Rubick

Número do Protocolo: Protocolo Nº 144082/2014
Nome do Recorrente: Maria Zelia Della Giustina

Nº do Recurso: 002/2014
Procuradores; Hélio R Rubick, Glauco H Rubick e Marnio R Rubick

Número do Protocolo: Protocolo Nº 144083/2014
Nome do Recorrente: Maria Zelia Della Giustina

Nº do Recurso: 003/2014
Procuradores; Hélio R Rubick, Glauco H Rubick e Marnio R Rubick

Número do Protocolo: Protocolo Nº 144083/2014
Nome do Recorrente: Maria Zelia Della Giustina

Nº do Recurso: 003/2014
Procuradores; Hélio R Rubick, Glauco H Rubick e Marnio R Rubick

Número do Protocolo: Protocolo Nº 144086/2014
Nome do Recorrente: Maria Zelia Della Giustina

Nº do Recurso: 004/2014
Procuradores; Hélio R Rubick, Glauco H Rubick e Marnio R Rubick

Número do Protocolo: Protocolo Nº 144088/2014
Nome do Recorrente: Maria Zelia Della Giustina

Nº do Recurso: 005/2014
Procuradores; Hélio R Rubick, Glauco H Rubick e Marnio R Rubick

Rio do Sul, 24 de Julho de 2014.
LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

Salto Veloso**PREFEITURA****Portaria Nº. 219/2014**

PORTARIA Nº. 219/2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. TEREZINHA TERCI DOS SANTOS, pelo período de 14/07/2014 a 09/10/2014 conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 14 de Julho de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 220/2014

PORTARIA Nº. 220/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 04 de Julho de 2014 a 01 de Outubro de 2014, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a servidora JOVILDE LAZZARI CONTE, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 14 de Julho de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 221/2014

PORTARIA Nº. 221/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de julho de 2014 a 19 de agosto de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora JAQUELINE VULBRAK, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 21 de Julho de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 222/2014

PORTARIA Nº. 222/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de julho de 2014 a 20 de agosto de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora CINTIA DE SOUZA ALMEIDA PERETTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/07/2013 a 20/08/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de Julho de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 223/2014

PORTARIA Nº. 223/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 28 de julho de 2014 a 26 de agosto de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARINES ALVES DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/07/2013 a 21/07/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 28 de Julho de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Editais de Tomada de Preços Nº 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para

conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 01/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de serviço de pavimentação asfáltica (CBUQ), com fornecimento de material.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 13/08/2014 até as 09h00min.

Abertura: 13/08/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC.

Salto Veloso (SC), 24 de julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Listagem Portarias Nº 007/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6114, de 21 de julho de 2014. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014. Alcionei Francisco Carvalho. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 6115, de 21 de julho de 2014. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014. Caroline Junge. Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 6116, de 21 de julho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 18 de julho de 2014. Cristina Nakos. Advogado. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 6117, de 21 de julho de 2014. Revoga, a partir de 18 de julho de 2014, a Portaria nº 6116/2014 que nomeou servidora pública Cristina Nakos, no cargo de Advogado, por desistência espontânea.

Portaria nº 6120, de 21 de julho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de julho de 2014. Norberto Nass. Advogado. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 6123, de 22 de julho de 2014. Admite Empregado Público, a partir de 22 de julho de 2014. Ketlin Pflieger Siqueira. Agente Comunitário de Saúde no ESF- Cruzeiro, com carga horária de 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6131, de 23 de julho de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 21 de julho de 2014. Pamela Tandler. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6132, de 23 de julho de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 30 de julho de 2014. Lisleide Perpetua Trentine. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 6133 de 23 de julho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de julho de 2014. Jacqueline Gruber. Técnico em Enfermagem. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6134 de 23 de julho de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de julho de 2014. Guilherme Gomes dos Santos. Técnico em Enfermagem. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6135, de 24 de julho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de agosto de 2014. Bruna de Paula. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Profª Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 6136, de 24 de julho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de julho de 2014. Jessica Nossol. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 6137, de 24 de julho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de julho de 2014. Fabiola Tschoeke. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. PEM Cantinho do Céu. SEMED.

Portaria nº 6138, de 24 de julho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de julho de 2014. Fabiola Tschoeke. Professor

Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 6139, de 24 de julho de 2014. Revoga, a partir de 22 de julho de 2014, a Portaria nº 6133/2014 que nomeou servidora pública Jacqueline Gruber, no cargo de Técnico em Enfermagem, por desistência espontânea.

São Bento do Sul, 28 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL.

Lei Nº 3400/2014

LEI Nº 3400, DE 25 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A INSTITUIR O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a remuneração dos cargos e empregos públicos de Agentes Comunitários de Saúde e dos cargos e empregos públicos dos Agentes de Combate às Endemias, devendo ser observado o valor de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais para a jornada de 40 horas semanais, previsto na Lei Federal 12.994/2014.

Art. 2º. A validade do piso salarial será retroativa a 18 de junho de 2014, data da publicação da Lei Federal 12.994/2014.

Art. 3º. Em decorrência da instituição de nova retribuição mensal, operada por esta lei, ficam alterados os valores da coluna "salário" do Anexo Único da Lei nº 2525, de 07 de abril de 2010.

Art. 4º. As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Anexo Único

(a que se refere os artigos 2º e 4º da Lei nº 2525, de 07 de abril de 2010)

Empregos	Denominação	Carga Horária	Salário	Atribuições
138	Agente Comunitário de Saúde	40 h/ semanais	R\$ 1.014,00	exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas
05	Agente de Combate a Endemias.	40 h/ semanais	R\$ 1.014,00	exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

Portaria Nº 6147/2014

PORTARIA Nº 6147, DE 25 DE JULHO DE 2014.

Demite servidor público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 937/2014, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores):

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 29 de julho de 2014, ao servidor GILIARD BRAGA DA SILVA, agente de autoridade de trânsito, matrícula funcional nº 39529, nos termos do art. 139, III da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores), por infração ao disposto no Artigo 132 Inciso XV; enquadrando-se nas condutas descritas no Artigo 143, Incisos: IV, V e VII; todos do mesmo Diploma Legal; além da caracterização conduta prevista no Artigo 4º, alínea "h", da Lei nº 4.898/65.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Relatório Resumido Execução Orçamentária - 3º Bimestre

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	259.074.890,69	259.074.890,69	36.323.995,75	14,02	111.772.402,13	43,14
RECEITAS CORRENTES	218.867.666,89	218.867.666,89	35.598.365,30	16,26	110.485.389,42	50,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.102.079,83	32.102.079,83	4.278.160,39	13,33	17.163.777,93	53,47
IMPOSTOS	27.427.649,77	27.427.649,77	3.623.138,14	13,21	15.090.166,24	55,02
TAXAS	4.658.133,64	4.658.133,64	654.474,64	14,05	2.071.742,14	44,48
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	16.296,42	16.296,42	547,61	3,36	1.869,55	11,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.776.675,42	8.776.675,42	1.317.262,17	15,01	4.065.650,26	46,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.098.318,58	6.098.318,58	905.398,18	14,85	2.817.926,89	46,21
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.678.356,84	2.678.356,84	411.863,99	15,38	1.247.723,37	46,59
RECEITA PATRIMONIAL	24.503.315,79	24.503.315,79	5.991.923,98	24,45	16.606.380,61	67,77
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	113.288,63	113.288,63	10.157,70	8,97	47.429,78	41,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.377.527,16	24.377.527,16	5.980.233,13	24,53	16.555.272,68	67,91
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.500,00	12.500,00	1.533,15	12,27	3.678,15	29,43
RECEITA DE SERVIÇOS	16.015.317,86	16.015.317,86	2.424.893,09	15,14	7.450.659,28	46,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.471.709,10	124.471.709,10	20.826.111,55	16,73	62.583.717,54	50,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	124.077.301,34	124.077.301,34	20.754.960,47	16,73	62.362.414,99	50,26
Transf. de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	3.043,76	2,03	21.491,84	14,33
Transf. de Pessoas	22.907,38	22.907,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	166.500,38	166.500,38	68.107,32	40,91	199.810,71	120,01
Transferências para o Combate à Fome	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.998.568,89	12.998.568,89	760.014,12	5,85	2.615.203,80	20,12
Multas e Juros de Mora	3.421.065,49	3.421.065,49	458.553,02	13,40	1.280.262,90	37,42
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	749.179,73	749.179,73	92.694,77	12,37	475.111,37	63,42
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	8.199.009,35	8.199.009,35	159.919,12	1,95	660.022,69	8,05
RECEITAS DIVERSAS	629.314,32	629.314,32	48.847,21	7,76	199.806,84	31,75
RECEITAS DE CAPITAL	40.207.223,80	40.207.223,80	725.630,45	1,80	1.287.012,71	3,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.343.518,62	16.343.518,62	106.185,31	0,65	106.185,31	0,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	16.343.518,62	16.343.518,62	106.185,31	0,65	106.185,31	0,65
ALIENAÇÃO DE BENS	1.562.095,32	1.562.095,32	199.350,00	12,76	199.350,00	12,76
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	672.095,32	672.095,32	199.350,00	29,66	199.350,00	29,66

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	259.074.890,69	259.074.890,69	36.323.995,75	14,02	111.772.402,13	43,14
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	890.000,00	890.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	74.500,00	74.500,00	9.567,21	12,84	31.317,69	42,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.227.109,86	22.227.109,86	410.527,93	1,85	950.159,71	4,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.797.543,96	19.797.543,96	410.527,93	2,07	950.159,71	4,80
Transf. de Instituições Privadas	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.259.565,90	2.259.565,90	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.245.184,17	12.245.184,17	1.810.864,64	14,79	6.464.518,87	52,79
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.200.184,17	12.200.184,17	1.803.364,64	14,78	6.442.018,87	52,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	88.549,40	88.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.892.599,45	11.892.599,45	1.765.541,76	14,85	6.122.672,12	51,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.892.599,45	11.892.599,45	1.765.541,76	14,85	6.122.672,12	51,48
Transferências dos Municípios	88.549,40	88.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	195.035,32	195.035,32	23.323,55	11,96	62.794,43	32,20
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	24.000,00	24.000,00	14.499,33	60,41	256.552,32	1068,97
Multas e Juros de Mora	24.000,00	24.000,00	14.499,33	60,41	50.463,65	210,27
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	206.088,67	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	22.500,00	50,00
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	22.500,00	50,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	271.320.074,86	271.320.074,86	38.134.860,39	14,06	118.236.921,00	43,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	271.320.074,86	271.320.074,86	38.134.860,39	14,06	118.236.921,00	43,58
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	271.320.074,86	271.320.074,86	38.134.860,39	14,06	118.236.921,00	43,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	6.032.266,40	—	—	1.075.476,19	—
Superávit Financeiro	—	6.032.266,40	—	—	1.075.476,19	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	259.089.791,01	8.692.230,26	267.782.021,27	37.329.554,73	106.357.271,63	29.851.181,12	79.829.398,65	29,81
DESPESAS CORRENTES	170.905.517,10	4.223.785,67	175.129.302,77	27.606.229,05	89.342.034,41	27.368.966,88	74.477.317,73	42,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.577.503,91	290.461,64	102.867.965,55	15.481.822,64	44.493.366,90	15.452.738,62	43.867.205,40	42,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.403.000,00	-244.766,90	2.158.233,10	322.808,70	969.436,57	322.808,70	969.436,57	44,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.925.013,19	4.178.090,93	70.103.104,12	11.801.597,71	43.879.230,94	11.593.419,56	29.640.675,76	42,28
DESPESAS DE CAPITAL	59.165.051,95	4.668.444,59	63.833.496,54	9.723.325,68	17.015.237,22	2.482.214,24	5.352.080,92	8,38
INVESTIMENTOS	52.971.074,03	5.270.444,59	58.241.518,62	8.805.599,40	14.264.442,39	1.564.487,96	2.601.286,09	4,47
INVERSOES FINANCEIRAS	740.700,00	-602.000,00	138.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.453.277,92	0,00	5.453.277,92	917.726,28	2.750.794,83	917.726,28	2.750.794,83	50,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	-200.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	28.719.221,96	0,00	28.719.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.230.283,85	228.922,90	12.459.206,75	1.837.402,49	5.515.490,79	1.876.514,97	5.383.949,99	7.075.256,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.476.312,37	-12.844,00	11.463.468,37	1.727.830,63	4.997.306,90	1.734.831,03	4.960.272,61	6.503.195,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.000,00	67.000,00	91.000,00	7.901,99	31.816,17	7.901,99	31.816,17	59.183,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	268.249,40	-3.000,00	265.249,40	3.286,95	191.218,96	35.399,03	96.712,45	168.536,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	461.722,08	177.766,90	639.488,98	98.382,92	295.148,76	98.382,92	295.148,76	344.340,22
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	271.320.074,86	8.921.153,16	280.241.228,02	39.166.957,22	111.872.762,42	31.727.696,09	85.213.348,64	195.027.879,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	271.320.074,86	8.921.153,16	280.241.228,02	39.166.957,22	111.872.762,42	31.727.696,09	85.213.348,64	195.027.879,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	33.023.572,36	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	271.320.074,86	8.921.153,16	280.241.228,02	39.166.957,22	111.872.762,42	31.727.696,09	118.236.921,00	195.027.879,38

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 19.472.888,65

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		259.089.791,01	267.782.021,27	37.329.554,73	106.357.271,63	29.851.181,12	79.829.398,65	93,68	187.952.622,62
Legislativa		2.552.500,00	2.567.500,00	200.398,67	1.649.652,91	364.346,37	1.060.471,14	1,24	1.507.028,86
Ação Legislativa		2.552.500,00	2.567.500,00	200.398,67	1.649.652,91	364.346,37	1.060.471,14	1,24	1.507.028,86
Essencial à Justiça		2.250.420,00	1.550.420,00	544.639,77	798.673,54	537.768,85	788.184,98	0,92	762.235,02
Representação Judicial e Extrajudicial		2.250.420,00	1.550.420,00	544.639,77	798.673,54	537.768,85	788.184,98	0,92	762.235,02
Administração		12.236.780,00	12.227.632,75	2.029.875,41	6.754.896,47	1.791.797,59	4.887.140,56	5,74	7.340.492,19
Administração Geral		9.392.050,00	9.300.050,00	1.145.730,20	5.036.039,10	1.413.092,85	3.887.613,00	4,56	5.412.437,00
Administração Financeira		1.592.730,00	1.592.730,00	220.067,80	706.201,35	229.205,51	686.012,67	0,81	906.717,33
Normalização e Fiscalização		18.000,00	18.000,00	0,00	8.897,85	1.939,95	5.729,14	0,01	12.270,86
Tecnologia da Informatização		23.500,00	23.500,00	119,80	201,00	0,00	81,20	0,00	23.418,80
Formação de Recursos Humanos		7.000,00	7.000,00	0,00	1.029,50	0,00	811,50	0,00	6.188,50
Administração de Receitas		198.000,00	238.000,00	2.418,20	180.300,12	62.231,96	128.929,48	0,15	109.070,52
Administração de Concessões		8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
Comunicação Social		932.000,00	932.000,00	658.875,24	814.508,18	81.978,15	172.036,20	0,20	759.963,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		65.000,00	107.852,75	2.664,17	7.719,37	3.349,17	5.927,37	0,01	101.925,38
Segurança Pública		1.400.879,10	2.295.974,60	151.849,00	528.105,98	152.004,77	385.503,81	0,45	1.910.470,79
Policimento		753.585,96	1.319.055,70	107.040,73	223.523,12	85.667,87	144.077,01	0,17	1.174.978,69
Defesa Civil		647.293,14	976.918,90	44.808,27	304.582,86	66.336,90	241.426,80	0,28	735.492,10
Assistência Social		6.434.416,54	7.434.230,33	845.235,76	3.360.061,17	849.868,46	2.367.123,40	2,78	5.067.106,93
Administração Geral		4.000.710,00	4.066.373,86	556.416,23	1.948.811,76	623.559,70	1.759.282,63	2,06	2.307.091,23
Assistência à Criança e ao Adolescente		1.179.021,42	1.229.241,99	22.309,74	902.536,59	107.095,03	356.936,19	0,42	872.305,80
Assistência Comunitária		1.254.685,12	2.138.614,48	266.509,79	508.712,82	119.213,73	250.904,58	0,29	1.887.709,90
Previdência Social		16.016.900,57	16.027.900,57	2.081.418,18	6.037.801,21	1.964.099,67	5.832.846,18	6,84	10.195.054,39
Administração Geral		1.347.700,57	1.347.700,57	100.933,70	393.539,99	104.856,40	309.938,24	0,36	1.037.762,33
Previdência do Regime Estatutário		14.669.200,00	14.680.200,00	1.980.484,48	5.644.261,22	1.859.243,27	5.522.907,94	6,48	9.157.292,06
Saúde		46.398.472,02	47.600.002,02	6.792.230,36	22.768.542,89	7.081.407,68	20.868.045,75	24,49	26.731.956,27
Atenção Básica		31.567.327,02	32.226.857,02	4.555.213,23	15.006.734,76	4.834.887,71	13.625.638,10	15,99	18.601.218,92

Continua 1/6

Continuação 2/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saúde	259.089.791,01	267.782.021,27	37.329.554,73	106.357.271,63	29.851.181,12	79.829.398,65	93,68	187.952.622,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	46.398.472,02	47.600.002,02	6.792.230,36	22.768.542,89	7.081.407,68	20.868.045,75	24,49	26.731.956,27
Vigilância Sanitária	14.277.870,00	14.509.870,00	2.131.158,02	7.458.967,70	2.085.398,46	7.006.936,61	8,22	7.502.933,39
Vigilância Epidemiológica	51.000,00	51.000,00	1.518,14	13.493,11	4.391,14	12.533,11	0,01	38.466,89
Educação	502.275,00	812.275,00	104.340,97	289.947,32	156.730,37	222.937,93	0,26	589.337,07
Alimentação e Nutrição	50.375.788,43	51.547.803,56	9.616.329,65	24.050.557,87	8.164.346,41	20.400.555,23	23,94	31.147.248,33
Ensino Fundamental	1.718.268,93	1.720.707,70	1.151.266,36	1.644.308,88	405.129,02	753.246,30	0,88	967.461,40
Ensino Médio	27.387.847,85	27.782.183,57	4.478.603,31	12.168.246,44	4.299.096,26	11.091.295,14	13,02	16.690.888,43
Ensino Superior	148.435,00	148.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.435,00
Educação Infantil	96.800,00	96.800,00	96.800,00	96.800,00	0,00	0,00	0,00	96.800,00
Educação Básica	17.853.591,27	18.628.831,91	2.831.204,69	7.628.085,06	2.871.927,22	7.284.588,29	8,55	11.344.243,62
Cultura	3.170.845,38	3.170.845,38	1.058.455,29	2.513.117,49	588.193,91	1.271.425,50	1,49	1.899.419,88
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.567.137,00	2.717.145,76	378.185,08	931.231,85	354.540,96	811.195,28	0,95	1.905.950,48
Difusão Cultural	926.000,00	927.828,74	25.929,63	75.420,87	8.294,32	26.892,90	0,03	900.935,84
Direitos da Cidadania	1.641.137,00	1.789.317,02	352.255,45	855.810,98	346.246,84	784.302,38	0,92	1.005.014,64
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	37.750,00	87.750,00	4.896,96	5.846,25	1.728,06	2.360,35	0,00	85.389,65
Urbanismo	37.750,00	87.750,00	4.896,96	5.846,25	1.728,06	2.360,35	0,00	85.389,65
Administração Geral	43.968.552,16	39.425.509,92	3.857.744,06	15.051.204,39	3.100.928,75	8.257.880,79	9,69	31.167.629,13
Infra-Estrutura Urbana	1.960.200,00	1.957.200,00	272.534,24	917.047,34	277.374,90	828.433,50	0,97	1.128.766,50
Serviços Urbanos	32.557.852,16	27.517.809,92	2.198.214,36	7.418.928,50	827.470,74	1.978.378,90	2,32	25.539.431,02
Habitação	9.450.500,00	9.950.500,00	1.386.995,46	6.715.228,55	1.996.083,11	5.451.068,39	6,40	4.499.431,61
Administração Geral	8.269.211,00	8.856.211,00	506.858,76	982.445,93	182.235,35	513.409,69	0,60	8.342.801,31
Habitação Urbana	991.711,00	991.711,00	154.516,36	479.490,02	160.049,73	466.822,61	0,55	524.888,39
SANEAMENTO	7.277.500,00	7.864.500,00	352.342,40	502.955,91	22.185,62	46.587,08	0,05	7.817.912,92
Administração Geral	14.381.237,83	18.001.072,80	1.973.574,58	8.219.140,22	2.232.196,56	5.432.007,10	6,37	12.569.065,70
Saneamento Básico Urbano	2.806.944,46	3.076.944,46	424.280,69	1.751.590,12	433.480,48	1.215.992,25	1,43	1.860.952,21
	11.574.293,37	14.924.128,34	1.549.293,89	6.467.550,10	1.798.716,08	4.216.014,85	4,95	10.708.113,49

Continua 2/6

Continuação 3/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	259.089.791,01	267.782.021,27	37.329.554,73	106.357.271,63	29.851.181,12	79.829.398,65	93,68	187.952.622,62
Preservação e Conservação Ambiental	350.300,00	376.800,00	46.245,95	156.907,63	52.695,43	129.823,13	0,15	246.976,87
Agricultura	350.300,00	376.800,00	46.245,95	156.907,63	52.695,43	129.823,13	0,15	246.976,87
Recursos Hídricos	2.519.700,00	2.558.066,00	178.913,36	635.006,68	248.477,54	605.655,15	0,71	1.952.410,85
Extensão Rural	100.000,00	103.366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.366,00
Indústria	2.419.700,00	2.454.700,00	178.913,36	635.006,68	248.477,54	605.655,15	0,71	1.849.044,85
Promoção Industrial	1.380.500,00	7.337.135,00	5.493.925,14	6.336.795,63	223.335,45	607.033,98	0,71	6.730.101,02
Comércio e Serviços	1.380.500,00	7.337.135,00	5.493.925,14	6.336.795,63	223.335,45	607.033,98	0,71	6.730.101,02
Turismo	1.609.506,10	1.288.730,55	52.086,05	644.617,05	48.931,03	142.063,95	0,17	1.146.666,60
Energia	1.609.506,10	1.288.730,55	52.086,05	644.617,05	48.931,03	142.063,95	0,17	1.146.666,60
Serviços Urbanos	2.793.032,28	3.121.432,30	316.398,75	1.165.616,77	375.158,40	1.091.776,66	1,28	2.029.655,64
Desporto e Lazer	2.793.032,28	3.121.432,30	316.398,75	1.165.616,77	375.158,40	1.091.776,66	1,28	2.029.655,64
Administração Geral	4.008.602,00	4.110.194,60	345.398,76	1.399.770,21	418.167,09	1.053.888,32	1,24	3.056.306,28
Desporto de Rendimento	1.308.602,00	1.384.764,98	175.619,39	770.997,06	214.517,99	569.399,42	0,67	815.365,56
Desporto Comunitário	1.043.000,00	998.604,00	169.779,37	604.824,57	179.700,62	460.540,32	0,54	538.063,68
Encargos Especiais	1.657.000,00	1.726.825,62	0,00	23.948,58	23.948,58	23.948,58	0,03	1.702.877,04
Serviço da Dívida Interna	10.518.884,02	9.831.287,55	1.913.350,48	4.880.396,98	1.707.146,70	4.592.433,20	5,39	5.238.854,35
Outras Transferências	7.856.277,92	7.611.511,02	1.240.534,98	3.720.231,40	1.240.534,98	3.720.231,40	4,37	3.891.279,62
Outros Encargos Especiais	1.124.000,00	681.170,43	380.656,28	500.140,98	174.452,50	212.177,20	0,25	468.983,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.538.606,10	1.538.606,10	292.159,22	660.024,60	292.159,22	660.024,60	0,77	878.581,50
	300.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RESERVA DO RPPS	28.719.221,96	28.719.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.719.221,96
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	12.230.283,85	12.459.206,75	1.837.402,49	5.515.490,79	1.876.514,97	5.383.949,99	6,32	7.075.256,76
Ação Legislativa	90.000,00	75.000,00	0,00	61.000,00	4.923,13	23.184,18	0,03	51.815,82
	90.000,00	75.000,00	0,00	61.000,00	4.923,13	23.184,18	0,03	51.815,82

Continua 3/6

Continuação 4/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.230.283,85	12.459.206,75	1.837.402,49	5.515.490,79	1.876.514,97	5.383.949,99	6,32	43,21
Essencial à Justiça	26.610,00	26.610,00	3.494,80	10.270,01	3.494,80	10.270,01	0,01	38,59
Representação Judicial e Extrajudicial	26.610,00	26.610,00	3.494,80	10.270,01	3.494,80	10.270,01	0,01	38,59
Administração	1.020.520,00	1.019.520,00	144.076,78	443.113,71	148.632,84	428.639,59	0,50	42,04
Administração Geral	820.300,00	819.300,00	113.381,49	354.343,25	117.937,55	339.869,13	0,40	41,48
Administração Financeira	200.220,00	200.220,00	30.695,29	88.770,46	30.695,29	88.770,46	0,10	44,34
Assistência Social	447.875,00	440.875,00	64.883,98	195.757,29	66.222,04	189.867,66	0,22	43,07
Administração Geral	439.400,00	432.400,00	64.883,98	195.757,29	66.222,04	189.867,66	0,22	43,91
Assistência Comunitária	8.475,00	8.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	51.000,00	51.000,00	2.308,70	11.270,77	4.461,33	11.270,77	0,01	22,10
Administração Geral	51.000,00	51.000,00	2.308,70	11.270,77	4.461,33	11.270,77	0,01	22,10
Saúde	2.951.000,00	2.951.000,00	441.342,19	1.277.011,37	441.342,19	1.277.011,37	1,50	43,27
Atenção Básica	2.910.000,00	2.910.000,00	435.935,87	1.261.319,73	435.935,87	1.261.319,73	1,48	43,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.000,00	35.000,00	5.085,18	14.484,43	5.085,18	14.484,43	0,02	41,38
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	321,14	1.207,21	321,14	1.207,21	0,00	40,24
Educação	5.023.570,00	5.023.570,00	773.454,16	2.300.250,40	793.462,18	2.239.640,45	2,63	44,58
Ensino Fundamental	2.961.570,00	2.961.570,00	451.097,64	1.343.067,08	459.927,45	1.314.757,27	1,54	44,39
Educação Infantil	2.062.000,00	2.062.000,00	322.356,52	957.183,32	333.534,73	924.883,18	1,09	44,85
Cultura	156.615,00	156.615,00	24.987,26	70.547,04	25.159,68	69.959,95	0,08	44,67
Difusão Cultural	156.615,00	156.615,00	24.987,26	70.547,04	25.159,68	69.959,95	0,08	44,67
Urbanismo	918.300,00	918.300,00	133.822,41	402.406,79	139.332,30	392.099,48	0,46	42,70
Administração Geral	245.000,00	245.000,00	35.651,17	100.166,46	35.651,17	100.166,46	0,12	40,88
Infra-Estrutura Urbana	55.800,00	55.800,00	6.820,43	21.514,93	7.402,65	21.039,07	0,02	37,70
Serviços Urbanos	617.500,00	617.500,00	91.350,81	280.725,40	96.278,48	270.893,95	0,32	43,87
Habitação	64.623,00	64.623,00	9.939,84	28.317,28	9.939,84	28.317,28	0,03	43,82
Administração Geral	64.623,00	64.623,00	9.939,84	28.317,28	9.939,84	28.317,28	0,03	43,82

Continua 4/6

Continuação 5/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.230.283,85	12.459.206,75	1.837.402,49	5.515.490,79	1.876.514,97	5.383.949,99	6,32	43,21
SANEAMENTO	705.505,40	705.505,40	86.725,37	264.376,83	86.725,37	264.376,83	0,31	37,47
Administração Geral	228.377,00	228.377,00	29.620,99	91.121,49	29.620,99	91.121,49	0,11	39,90
Saneamento Básico Urbano	477.128,40	477.128,40	57.104,38	173.255,34	57.104,38	173.255,34	0,20	36,31
Gestão Ambiental	38.500,00	38.500,00	4.536,38	11.713,10	4.571,96	11.470,91	0,01	29,79
Preservação e Conservação Ambiental	38.500,00	38.500,00	4.536,38	11.713,10	4.571,96	11.470,91	0,01	29,79
Agricultura	101.000,00	101.000,00	15.124,91	46.247,75	15.374,92	45.394,47	0,05	44,95
Extensão Rural	101.000,00	101.000,00	15.124,91	46.247,75	15.374,92	45.394,47	0,05	44,95
Indústria	93.500,00	93.500,00	15.098,08	41.736,03	15.174,74	41.458,47	0,05	44,34
Promoção Industrial	93.500,00	93.500,00	15.098,08	41.736,03	15.174,74	41.458,47	0,05	44,34
Comércio e Serviços	8.200,00	8.200,00	1.008,48	3.692,76	1.098,50	3.208,91	0,00	39,13
Turismo	8.200,00	8.200,00	1.008,48	3.692,76	1.098,50	3.208,91	0,00	39,13
Energia	6.149,37	6.149,37	783,42	2.244,38	783,42	2.244,38	0,00	36,50
Serviços Urbanos	6.149,37	6.149,37	783,42	2.244,38	783,42	2.244,38	0,00	36,50
Desporto e Lazer	41.594,00	48.750,00	9.530,82	18.570,35	9.530,82	18.570,35	0,02	38,09
Administração Geral	41.594,00	48.750,00	9.530,82	18.570,35	9.530,82	18.570,35	0,02	38,09
Encargos Especiais	485.722,08	730.488,98	106.284,91	326.964,93	106.284,91	326.964,93	0,38	44,76
Serviço da Dívida Interna	485.722,08	730.488,98	106.284,91	326.964,93	106.284,91	326.964,93	0,38	44,76

Continua 5/6

Continuação 6/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.230.283,85	12.459.206,75	1.837.402,49	5.515.490,79	1.876.514,97	5.383.949,99	6,32	43,21
Encargos Especiais	485.722,08	730.488,98	106.284,91	326.964,93	106.284,91	326.964,93	0,38	44,76
Serviço da Dívida Interna	485.722,08	730.488,98	106.284,91	326.964,93	106.284,91	326.964,93	0,38	44,76
TOTAL (III) = (I + II)	271.320.074,86	280.241.228,02	39.166.957,22	111.872.762,42	31.727.696,09	85.213.348,64	100,00	30,41

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/2013	ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.253.295,73	14.326.298,85	17.098.776,54	16.009.188,51	15.653.170,84	19.231.178,89	16.116.869,66	20.801.188,89	17.634.309,65	25.542.324,34	21.367.800,62	16.888.626,31	216.923.019,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.667.173,61	1.795.070,41	1.861.733,43	1.917.935,11	1.963.281,09	2.210.888,92	1.020.371,33	1.567.287,79	2.508.317,03	7.789.646,39	2.302.004,44	1.976.155,95	234.134.621,88
I.P.T.U.	333.629,92	283.866,58	299.860,72	313.940,78	285.286,89	156.934,91	6.323,64	1.138,55	833.266,99	6.314.631,30	382.247,05	364.555,75	32.022.079,83
I.R.R.F.	83.117,56	132.660,95	257.757,91	190.259,68	148.623,99	494.754,88	21.893,03	61.845,41	328.176,65	69.856,94	333.642,02	285.088,89	9.070.847,34
I.S.S.	763.866,78	846.366,17	792.827,95	862.372,48	886.700,25	855.907,19	751.501,00	741.063,08	828.231,88	896.695,90	891.897,59	842.580,13	3.301.649,44
I.T.B.I.	140.938,72	190.815,68	187.819,94	225.429,53	304.204,62	144.199,06	112.798,64	97.054,31	131.228,00	148.497,35	253.582,34	135.470,93	12.352.160,99
Outras Receitas Tributárias	345.500,63	341.359,03	323.466,91	326.932,64	336.465,14	559.102,90	128.064,82	666.381,44	327.413,51	360.003,90	350.635,44	348.460,25	2.071.999,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	592.273,88	614.141,77	623.763,72	531.333,07	603.945,40	698.310,85	842.194,96	636.201,86	636.201,86	636.201,86	641.241,14	676.021,03	4.412.796,61
RECEITA PATRIMONIAL	1.715.160,05	-438.252,49	1.576.497,55	791.538,97	-549.295,20	2.022.725,56	264.970,55	5.574.140,33	1.553.213,58	3.222.132,17	1.658.802,93	1.333.121,05	8.029.418,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.776.676,42
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.803.315,79
RECEITA DE SERVIÇOS	1.278.426,66	1.159.229,84	1.189.366,30	1.244.203,91	1.177.691,37	1.322.620,89	1.255.526,76	1.174.981,69	1.349.013,14	1.246.244,60	1.179.593,72	1.245.299,37	16.015.317,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.535.390,66	10.633.544,92	11.061.816,86	10.758.118,60	11.758.405,51	12.522.990,05	12.367.824,08	11.527.724,01	11.144.549,94	11.825.167,38	12.210.874,69	11.273.288,49	139.738.664,09
Cota-Parte do FPM	1.412.301,98	1.846.562,29	1.528.337,21	1.528.309,14	2.125.873,75	3.207.062,71	2.577.623,04	2.752.567,19	1.632.770,91	1.893.533,12	2.483.426,48	1.862.379,95	25.898.851,92
Cota-Parte do I.C.M.S.	3.207.402,96	3.314.623,58	3.821.143,48	3.441.954,84	3.814.340,86	3.798.166,31	3.793.323,63	3.609.912,76	3.662.150,68	3.665.140,77	3.626.987,97	3.665.191,62	42.104.604,08
Cota-Parte do I.P.V.A.	694.621,75	710.337,13	621.435,07	550.146,77	343.470,04	222.385,64	402.369,96	531.650,68	660.495,52	713.082,19	750.389,09	749.521,44	7.296.919,81
Cota-Parte do ITR	416,18	291,91	4.321,87	17.910,12	1.926,17	1.455,24	1.705,89	121,06	130,55	105,39	35,64	258,45	28.078,47
Outras Transferências Correntes	2.601.485,19	1.936.665,48	2.544.421,29	2.452.643,25	2.360.795,76	2.395.720,19	1.520.488,72	1.520.488,72	2.326.843,36	2.876.829,23	2.174.199,75	1.962.122,43	28.303.888,77
Transferências da LC 61/1989	52.007,18	55.648,04	50.619,07	54.112,16	60.024,43	64.153,18	60.783,26	51.460,59	51.104,16	55.141,79	59.975,75	57.123,71	672.153,32
Transferências da LC 87/1996	15.789,02	15.789,02	15.789,02	15.789,02	15.789,02	15.789,02	16.029,79	16.029,79	0,00	16.029,79	16.029,79	16.029,79	174.877,07
Transferências de FUNDEB	2.551.363,40	2.753.628,47	2.775.750,85	2.697.254,30	3.036.186,48	3.020.517,79	3.120.386,32	3.045.263,22	2.811.051,76	2.832.305,10	3.096.870,22	2.930.671,10	34.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	464.870,87	560.564,40	785.598,68	766.038,85	399.142,67	453.632,32	365.871,98	326.487,55	443.014,10	719.706,05	375.283,70	384.730,42	12.998.568,89
DEDUÇÕES (II)	1.529.471,45	1.644.306,27	1.943.381,60	1.586.180,05	1.816.790,49	1.786.479,89	1.990.877,42	1.821.675,21	1.636.200,19	1.937.002,38	1.863.842,00	1.777.314,11	21.392.521,06
Compensação Financ. entre Regimes Previdencia	33.506,33	33.506,33	396.424,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325.567,07	36.103,11	36.148,19	836.259,58
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	419.627,09	421.996,94	428.246,82	464.518,78	544.359,65	526.582,52	620.457,70	429.216,92	434.625,20	428.228,89	437.333,03	468.085,15	5.623.138,69
Debitação da Receita Para Formação do FUNDEB	1.076.436,03	1.188.801,00	1.146.710,23	1.121.661,27	1.272.430,64	1.258.917,37	1.370.419,72	1.392.456,29	1.201.574,99	1.243.206,42	1.387.960,86	1.270.100,77	14.932.677,79
Rec de Concessão de Direito Real Uso Area Publica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,00	0,00	445,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	14.723.824,28	12.681.992,58	15.155.394,94	14.422.008,46	13.836.380,35	17.445.688,70	14.125.982,24	18.979.514,68	15.998.109,46	23.545.321,96	19.503.958,62	15.111.312,20	195.530.498,47

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 0299370-5
---------------------------------------	--	---

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	36.361.510,98	36.361.510,98	15.792.003,52	43,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.070.847,34	9.070.847,34	7.962.164,28	87,78
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.385.853,04	2.385.853,04	878.591,77	36,83
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.352.160,99	12.352.160,99	5.041.969,58	40,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	1.207.440,61	33,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	193.532,28	193.532,28	40.182,03	20,76
Dívida Ativa dos Impostos	8.018.166,24	8.018.166,24	495.266,69	6,18
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	722.162,69	722.162,69	166.388,56	23,04
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	76.334.775,32	76.334.775,32	39.326.815,19	51,52
Cota-Parte FPM	25.898.851,92	25.898.851,92	13.172.300,69	50,86
Cota-Parte ITR	29.168,63	29.168,63	2.356,98	8,08
Cota-Parte IPVA	7.296.919,81	7.296.919,81	3.810.711,88	52,22
Cota-Parte ICMS	42.194.604,08	42.194.604,08	21.925.707,43	51,96
Cota-Parte IPI-Exportação	694.941,09	694.941,09	335.589,26	48,29
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	220.289,79	220.289,79	80.148,95	36,38
Desoneração ICMS (LC 87/96)	220.289,79	220.289,79	80.148,95	36,38
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	112.696.286,30	112.696.286,30	55.118.818,71	48,91

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	21.909.595,00	21.909.595,00	9.397.167,83	42,89
Provenientes da União	18.747.845,00	18.747.845,00	8.038.174,47	42,88
Provenientes dos Estados	3.161.750,00	3.161.750,00	1.358.993,36	42,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	353.000,00	353.000,00	170.798,24	48,38
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	22.262.595,00	22.262.595,00	9.567.966,07	42,98

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	46.893.722,02	47.323.074,77	23.713.674,67	50,11	21.821.741,93	46,11
Pessoal e Encargos Sociais	22.088.500,00	22.088.500,00	9.710.693,59	43,96	9.686.112,82	43,85

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	46.893.722,02	47.323.074,77	23.713.674,67	50,11	21.821.741,93	46,11
Outras Despesas Correntes	24.805.222,02	25.234.574,77	14.002.981,08	55,49	12.135.629,11	48,09
DESPESAS DE CAPITAL	2.520.750,00	3.335.780,00	339.598,96	10,18	329.242,56	9,87
Investimentos	2.520.750,00	3.335.780,00	339.598,96	10,18	329.242,56	9,87
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	49.414.472,02	50.658.854,77	24.053.273,63	47,48	22.150.984,49	43,73
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/ivf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	22.262.595,00	23.506.977,75	10.363.472,97	43,09	9.604.583,20	43,36
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	21.909.595,00	23.153.977,75	10.200.788,39	42,41	9.460.990,67	42,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	353.000,00	353.000,00	162.684,58	0,68	143.592,53	0,65
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	22.262.595,00	23.506.977,75	10.363.472,97	43,09	9.604.583,20	43,36
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	27.151.877,02	27.151.877,02	13.689.800,66	4,40	12.546.401,29	0,37
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6						
			4.278.578,48			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013	60.000,00	0,00	2.555,63	57.444,37	0,00	
TOTAL	60.000,00	0,00	2.555,63	57.444,37	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00	0,00		0,00		
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	34.477.327,02	35.136.857,02	16.268.054,49	67,63	14.886.957,83	67,21
	14.377.870,00	14.652.722,75	7.481.171,50	31,10	7.027.348,41	31,72
	54.000,00	54.000,00	13.493,11	0,06	12.533,11	0,06
505.275,00	815.275,00	290.554,53	1,21	224.145,14	1,01	
	49.414.472,02	50.658.854,77	24.053.273,63	100,00	22.150.984,49	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orçamentária do Município visando o

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

1. Limite atualizado a ser considerado no exercício, de acordo com o disposto no inciso II do art. 141 da Lei Orgânica do Município, quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+1) - (15 \times IIIb)/100$

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	36.361.510,98	36.361.510,98	3.805.468,46	15.792.003,52	43,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.985.620,26	16.985.620,26	886.433,78	8.528.554,12	50,21
1.1.1- IPTU	9.104.215,45	9.104.215,45	750.125,33	7.966.338,04	87,50
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.567,96	25.567,96	15.545,17	17.014,44	66,55
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.318.166,24	7.318.166,24	90.904,75	413.227,63	5,65
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	571.038,72	571.038,72	33.181,06	136.147,77	23,84
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(33.368,11)	(33.368,11)	(3.322,53)	(4.173,76)	12,51
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.385.853,04	2.385.853,04	389.200,82	879.757,64	36,87
1.2.1- ITBI	2.414.197,52	2.414.197,52	396.751,95	887.205,76	36,75
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	147,55	1.165,87	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(28.344,48)	(28.344,48)	(7.698,68)	(8.613,99)	30,39
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.371.249,28	13.371.249,28	1.867.029,51	5.176.251,15	38,71
1.3.1- ISS	12.523.272,48	12.523.272,48	1.826.621,20	5.044.159,59	40,28
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	167.964,32	167.964,32	7.464,15	22.001,72	13,10
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	700.000,00	700.000,00	24.646,51	82.039,06	11,72
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	151.123,97	151.123,97	10.441,13	30.240,79	20,01
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(171.111,49)	(171.111,49)	(2.143,48)	(2.190,01)	1,28
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	662.804,35	1.207.440,61	33,37
1.4.1- IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	662.804,35	1.207.440,61	33,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	76.334.775,32	76.334.775,32	13.290.349,68	39.326.815,19	51,52
2.1- Cota-Parte FPM	25.898.851,92	25.898.851,92	4.345.806,43	13.172.300,69	50,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.898.851,92	25.898.851,92	4.345.806,43	13.172.300,69	50,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	42.194.604,08	42.194.604,08	7.292.179,59	21.925.707,43	51,96
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	220.289,79	220.289,79	32.059,58	80.148,95	36,38
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	694.941,09	694.941,09	117.099,46	335.589,26	48,29
2.5- Cota-Parte ITR	29.168,63	29.168,63	294,09	2.356,98	8,08
2.6- Cota-Parte IPVA	7.296.919,81	7.296.919,81	1.502.910,53	3.810.711,88	52,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	112.696.286,30	112.696.286,30	17.095.818,14	55.118.818,71	48,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	85.587,58	85.587,58	20.751,25	48.537,61	56,71
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.410.601,58	4.410.601,58	818.035,93	2.386.359,48	54,11
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.110.341,95	3.110.341,95	557.641,43	1.861.326,38	59,84
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.010.043,22	1.010.043,22	224.200,00	447.152,00	44,27
5.4- Transferências Diretas - PNATE	108.128,89	108.128,89	16.071,32	24.106,98	22,29
5.5- Outras Transferências do FNDE	110.441,12	110.441,12	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	71.646,40	71.646,40	20.123,18	53.774,12	75,05
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	989.153,97	989.153,97	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	989.153,97	989.153,97	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	476.789,05	476.789,05	124.258,66	248.595,21	52,14
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.962.132,18	5.962.132,18	963.045,84	2.683.492,30	45,01
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	15.266.954,99	15.266.954,99	2.658.061,63	7.865.721,05	51,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.179.770,38	5.179.770,38	869.153,35	2.634.435,06	50,86
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	8.438.920,82	8.438.920,82	1.458.435,74	4.385.140,97	51,96
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	44.057,88	44.057,88	6.411,90	16.029,75	36,38
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	138.988,22	138.988,22	23.419,89	67.215,89	48,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.833,73	5.833,73	58,80	471,34	8,08
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.459.383,96	1.459.383,96	300.581,95	762.428,04	52,24
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	34.995.000,00	34.995.000,00	6.067.271,94	17.938.356,10	51,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	34.900.000,00	34.900.000,00	6.027.541,32	17.836.449,72	51,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	95.000,00	95.000,00	39.730,62	101.906,38	107,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	19.633.045,01	19.633.045,01	3.369.479,69	9.970.728,67	50,79
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.504.000,00	26.858.335,30	4.320.417,10	11.351.116,34	42,26
13.1- Com Educação Infantil	9.131.800,00	9.131.800,00	1.458.321,89	3.714.736,44	40,68
13.2- Com Ensino Fundamental	17.372.200,00	17.726.535,30	2.862.095,21	7.636.379,90	43,08
14- OUTRAS DESPESAS	8.503.000,00	8.630.912,26	1.731.083,63	4.535.097,52	52,54
14.1- Com Educação Infantil	5.103.000,00	5.230.912,26	1.000.496,65	2.656.153,82	50,78
14.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	730.586,98	1.878.943,70	55,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	35.007.000,00	35.489.247,56	6.051.500,73	15.886.213,86	44,76
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					15.886.213,86
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					63,28
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					25,28
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					11,44
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	28.174.071,58	28.174.071,58	4.273.954,54	13.779.704,68	48,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.641.400,00	18.769.312,26	3.114.706,87	8.059.207,47	42,94
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	29.904.895,85	30.259.231,15	4.759.023,71	12.406.052,41	41,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	20.772.200,00	21.126.535,30	3.592.682,19	9.515.323,60	45,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.132.695,85	9.132.695,85	1.166.341,52	2.890.728,81	31,65
25- ENSINO MÉDIO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	48.556.295,85	49.038.543,41	7.873.730,58	20.465.259,88	41,73
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					9.970.728,67
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					101.906,38
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					5.016,07
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					10.077.651,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					10.387.608,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,85
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.170.845,38	3.170.845,38	588.193,91	1.271.425,50	40,10
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.875.417,20	3.565.184,77	289.831,16	590.987,58	16,58
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.046.262,58	6.736.030,15	878.025,07	1.862.413,08	27,65
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	54.602.558,43	55.774.573,56	8.751.755,65	22.327.672,96	40,03

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	480.985,54	5.016,07	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	480.985,54	5.016,07	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.729.675,72	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		17.836.449,72	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		16.448.218,86	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		15.764.882,16	0,00
49.2 Restos a Pagar		683.336,70	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		101.906,38	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		3.219.812,96	0,00

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK	AURIENE ROEPKE	RICARDO ANTONIO HOMECHEN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS	Contador CRC/SC 029937/O-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,0	
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		30.025.323,08	30.025.323,08	6.603.015,66	18.915.281,16
RECEITAS CORRENTES		30.025.323,08	30.025.323,08	6.616.621,89	18.996.849,97
Recetta de Contribuições dos Segurados		6.098.318,58	6.098.318,58	905.398,18	2.727.714,45
Pessoal Civil		6.098.318,58	6.098.318,58	905.398,18	2.727.714,45
Ativo		6.073.584,74	6.073.584,74	900.827,50	2.717.673,49
Inativo		9.754,60	9.754,60	2.306,38	3.922,86
Pensionista		14.979,24	14.979,24	2.264,30	6.118,14
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial		23.400.000,00	23.400.000,00	5.632.741,16	15.772.867,02
Recetas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários		23.400.000,00	23.400.000,00	5.632.741,16	15.772.867,02
Outras Recetas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes		527.004,50	527.004,50	78.482,55	406.056,06
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		520.000,00	520.000,00	77.251,30	402.818,37
Demais Recetas Correntes		7.004,50	7.004,50	1.231,25	3.237,69
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	-13.606,23	-81.568,81
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		11.961.599,45	11.961.599,45	1.787.541,09	6.401.724,44
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		41.986.922,53	41.986.922,53	8.390.556,75	25.317.005,60
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		16.016.900,57	16.027.900,57	1.964.099,67	5.491.658,61
ADMINISTRAÇÃO		476.700,57	366.700,57	480,00	552.790,02
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	541.482,52
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Despesas de Capital	476.700,57	366.700,57	480,00	2.740,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.540.200,00	15.661.200,00	1.963.619,67	5.830.106,18
Pessoal Civil	14.049.200,00	14.060.200,00	1.776.175,58	5.234.361,73
Aposentadorias	8.969.000,00	9.163.000,00	1.280.522,15	3.595.117,71
Pensões	2.574.000,00	2.641.000,00	391.500,01	1.136.122,16
Outros Benefícios Previdenciários	2.506.200,00	2.256.200,00	104.153,42	503.121,86
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.491.000,00	1.601.000,00	187.444,09	595.744,45
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	100.000,00	100.000,00	224,14	724,03
Demais Despesas Previdenciárias	1.391.000,00	1.501.000,00	187.219,95	595.020,42
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	51.000,00	51.000,00	4.461,33	11.270,77
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	16.067.900,57	16.078.900,57	1.968.561,00	5.844.116,95
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	25.919.021,96	25.908.021,96	6.421.995,75	19.472.888,65

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	416.381,22	1.201.870,98
Plano Financeiro	0,00	0,00	416.381,22	1.201.870,98
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	416.381,22	1.201.870,98
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor	28.719.221,96			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

BENS E DIREITOS DO RPPS				PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2014	2013
				0,00	0,00
				5.875,51	227.115,11
				175.055.400,31	156.241.871,42
				176.890.403,77	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	11.961.599,45	11.961.599,45	1.787.541,09	6.401.724,44	5.190.917,70
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.916.599,45	11.916.599,45	1.780.041,09	6.379.224,44	5.204.036,17
Receta de Contribuições Patronais	9.181.049,90	9.181.049,90	1.347.097,12	4.707.274,42	3.984.114,49
Pessoal Civil	9.181.049,90	9.181.049,90	1.347.097,12	4.707.274,42	3.984.114,49
Ativo	9.181.049,90	9.181.049,90	1.347.097,12	4.707.274,42	3.984.114,49
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	2.294.827,47	2.294.827,47	327.561,73	1.142.748,99	1.026.447,04
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	416.722,08	416.722,08	90.882,91	272.648,71	174.525,80
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	24.000,00	24.000,00	14.499,33	256.552,32	18.948,84
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	45.000,00	45.000,00	7.500,00	22.500,00	22.500,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	45.000,00	45.000,00	7.500,00	22.500,00	22.500,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	-35.618,47
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	11.961.599,45	11.961.599,45	1.787.541,09	6.401.724,44	5.190.917,70

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO	51.000,00	51.000,00	4.461,33	11.270,77
Despesas Correntes	51.000,00	51.000,00	4.461,33	11.270,77
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	51.000,00	51.000,00	4.461,33	11.270,77

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	20.201.262,73	18.214.286,82	17.325.792,17
DEDUÇÕES (II)	15.273.020,04	25.684.958,73	24.952.386,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.397.739,29	27.433.704,45	26.293.581,94
Demais Haveres Financeiros	4.014,46	798.969,47	988.963,91
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.128.733,71	2.547.715,19	2.330.158,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.928.242,69	-7.470.671,91	-7.626.594,80
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	4.928.242,69	-7.470.671,91	-7.626.594,80

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-155.922,89	-12.554.837,49

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.807.487,37

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24
Passivo Atuarial	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24
DEDUÇÕES (VIII)	162.241.298,41	170.072.068,30	176.906.637,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.509,40	146.870,13	16.873,92
Investimentos	162.186.683,10	169.925.268,84	176.890.403,77
Demais Haveres Financeiros	45.000,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	894,09	70,67	640,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-406.696,17	-8.237.466,06	-15.072.035,39
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-406.696,17	-8.237.466,06	-15.072.035,39

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	206.690.434,69	31.421.496,81	100.372.159,17	91.886.892,53
Receita Tributária	32.102.079,83	4.278.160,39	17.163.777,93	16.562.405,88
I.P.T.U.	9.070.847,34	746.802,80	7.962.164,28	7.294.073,39
I.S.S.	12.352.160,99	1.824.477,72	5.041.969,58	4.842.137,73
I.T.B.I.	2.385.853,04	389.053,27	878.591,77	1.218.986,65
I.R.R.F.	3.618.788,40	662.804,35	1.207.440,61	1.220.797,81
Outras Receitas Tributárias	4.674.430,06	655.022,25	2.073.611,69	1.986.410,30
Receita de Contribuição	20.757.824,27	3.082.803,93	10.188.322,38	9.088.755,58
Receitas Previdenciárias	17.990.918,03	2.670.939,94	8.940.599,01	7.877.183,31
Outras Contribuições	2.766.906,24	411.863,99	1.247.723,37	1.211.572,27
Receita Patrimonial Líquida	125.899,42	11.690,85	51.131,49	45.243,28
Receita Patrimonial	24.503.315,79	5.991.923,98	16.606.380,61	2.227.865,63
(-) Aplicações Financeiras	24.377.416,37	5.980.233,13	16.555.249,12	2.182.622,35
Transferências Correntes	124.471.709,10	20.826.111,55	62.583.717,54	56.089.802,38
F.P.M.	20.719.081,54	3.476.653,08	10.537.865,63	9.779.049,44
I.C.M.S.	33.755.683,26	5.833.743,85	17.540.566,46	15.583.269,32
Convênios	166.500,38	68.107,32	199.810,71	274.154,73
Outras Transferências Correntes	69.830.443,92	11.447.607,30	34.305.474,74	30.453.328,89
Demais Receitas Correntes	29.232.922,07	3.222.730,09	10.385.209,83	10.100.685,41
Dívida Ativa	8.199.009,35	159.919,12	866.111,36	608.175,28
Diversas Receitas Correntes	21.033.912,72	3.062.810,97	9.519.098,47	9.492.510,13
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.252.223,80	733.130,45	1.309.512,71	3.727.606,30
Operações de Crédito (III)	16.343.518,62	106.185,31	106.185,31	2.005.005,88
Amortização de Empréstimos (IV)	119.500,00	17.067,21	53.817,69	67.436,88
Alienação de Ativos (V)	1.562.095,32	199.350,00	199.350,00	0,00
Transferências de Capital	22.227.109,86	410.527,93	950.159,71	1.655.163,54
Convênios	2.259.565,90	0,00	0,00	91.955,54
Outras Transferências de Capital	19.967.543,96	410.527,93	950.159,71	1.563.208,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	22.227.109,86	410.527,93	950.159,71	1.655.163,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	228.917.544,55	31.832.024,74	101.322.318,88	93.542.056,07
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	186.949.020,54	29.147.098,93	79.566.118,96	72.191.258,23
Pessoal e Encargos Sociais	114.331.433,92	17.187.569,65	48.827.478,01	45.858.735,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.249.233,10	330.710,69	1.001.252,74	1.220.686,25
Outras Despesas Correntes	70.368.353,52	11.628.818,59	29.737.388,21	25.111.836,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	184.699.787,44	28.816.388,24	78.564.866,22	70.970.571,98
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	64.472.985,52	2.580.597,16	5.647.229,68	5.602.522,32
Investimentos	58.241.518,62	1.564.487,96	2.601.286,09	2.755.187,25
Inversões Financeiras	138.700,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	38.700,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.092.766,90	1.016.109,20	3.045.943,59	2.847.335,07
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	58.280.218,62	1.564.487,96	2.601.286,09	2.755.187,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	28.719.221,96	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	271.799.228,02	30.380.876,20	81.166.152,31	73.725.759,23
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-42.881.683,47	1.451.148,54	20.156.166,57	19.816.296,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.075.476,19	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.075.476,19	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-32.924.195,93

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS											RP NÃO PROCESSADOS	R\$ 1,00							
PODER/ÓRGÃO																			
Inscritos											Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Em Exercícios Anteriores																			
126,20											732.676,32	5.660.163,13	4.007.220,44	3.983.889,81	522.680,10	1.886.269,54			
126,20											515.677,20	4.450.729,10	3.227.207,55	3.220.353,27	383.557,53	1.362.495,50			
0,00											1.626,66	120.725,62	78.529,73	78.529,73	6.064,93	37.757,62			
0,00											0,00	261.443,45	256.125,05	256.125,05	572,26	4.746,14			
0,00											0,00	380,00	0,00	0,00	380,00	0,00			
0,00											99.459,10	0,00	44.681,81	44.681,81	0,00	54.777,29			
0,00											1.500,00	672.967,85	373.325,71	373.325,71	6.568,19	294.573,95			
0,00											0,00	2.838,32	2.070,62	2.070,62	110,86	656,84			
0,00											132.359,25	0,00	0,00	0,00	0,00	132.359,25			
126,20											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											126,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											17.744,20	441.208,41	340.647,82	340.647,82	60.115,44	40.445,15			
0,00											0,00	0,00	112.588,81	112.588,81	0,00	168.143,38			
0,00											280.732,19	0,00	204,51	204,51	0,00	962,67			
0,00											5.470,81	4.914,58	534,22	534,22	554,77	3.825,59			
0,00											7.600,32	2.387.406,73	1.573.009,96	1.566.155,68	269.511,55	551.739,50			
0,00											0,00	2.387.406,73	1.573.009,96	1.566.155,68	269.511,55	551.739,50			
0,00											0,00	2.727,56	2.725,19	2.725,19	0,00	2,37			
0,00											0,00	554.949,40	442.764,12	442.764,12	39.679,53	72.505,75			
0,00											0,00	71.883,39	63.207,08	63.207,08	0,91	8.675,40			
0,00											0,00	71.883,39	63.207,08	63.207,08	0,91	8.675,40			
0,00											0,00	6.242,25	4.999,01	4.999,01	753,24	490,00			
0,00											0,00	6.242,25	4.999,01	4.999,01	753,24	490,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00											0,00	0,00	0,00	0,00	0				

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.976.986,24	1.976.986,24	-	-	-	3.769,56	3.279,43	3.279,43	490,13	0,00
EXECUTIVO											
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	4.584,18	4.584,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITACÃO	0,00	4.584,18	4.584,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	11.198,05	11.198,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundapato Cultural de São Bento do Sul	0,00	11.198,05	11.198,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	3.243,47	3.243,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desporto	0,00	3.243,47	3.243,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	817.652,60	817.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	817.652,60	817.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	79.344,83	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	79.344,83	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	126,20	3.129.501,60	3.053.047,19	56.409,54	20.171,07	732.676,32	5.663.932,69	4.010.499,87	3.987.169,24	523.170,23	1.886.269,54

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 18/07/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	271.320.074,86
Previsão Atualizada		—	271.320.074,86
Receitas Realizadas		38.134.860,39	118.236.921,00
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.075.476,19
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	271.320.074,86
Créditos Adicionais		—	8.921.153,16
Dotação Atualizada		—	280.241.228,02
Despesas Empenhadas		39.166.957,22	111.872.762,42
Despesas Liquidadas		31.727.696,09	85.213.348,64
Superavit Orçamentário		—	33.023.572,36
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		39.166.957,22	111.872.762,42
Despesas Liquidadas		31.727.696,09	85.213.348,64
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			195.530.498,47
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		8.390.556,75	25.317.005,60
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.968.561,00	5.844.116,95
Liquidadas		1.968.561,00	5.844.116,95
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		6.421.995,75	19.472.888,65
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-2.807.487,37	-12.554.837,49
Resultado Primário		-32.924.195,93	20.156.166,57
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		6.392.839,45	522.680,10
EXECUTIVO		5.657.073,13	509.741,76
LEGISLATIVO		3.090,00	0,00
EXECUTIVO		732.676,32	12.938,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.152.641,56	56.409,54
EXECUTIVO		1.152.641,56	56.409,54
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		3.769,56	490,13
EXECUTIVO		3.769,56	490,13
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.976.986,24	0,00
EXECUTIVO		1.976.986,24	0,00
TOTAL:		9.526.236,81	579.579,77
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		10.387.608,76	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		11.351.116,34	60%
Liquidadas		11.351.116,34	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			106.185,31	16.237.333,31
Despesa de Capital Líquida			5.647.229,68	58.825.755,84
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			199.350,00	1.362.745,32
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	621.784,72
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.546.401,29	15,00		22,76
Liquidadas	12.546.401,29			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO BENTO DO SUL, 21/07/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 250/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 250/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 19/07/2014 a 15/08/2014, concedido a servidora JULIANA BOTANA NUNES ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 184/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/07/2014.

São Bento do Sul, 24/07/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 251/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 251/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2014 a 29/08/2014, concedido a servidora ZENILDA MARIA RODRIGUES DA LUZ RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 079/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2014.

São Bento do Sul, 24/07/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 252/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 252/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 19/07/2014 a 15/08/2014, concedido a servidora GRACIEMA DO CARMO VARELA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 185/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/07/2014.

São Bento do Sul, 24/07/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 253/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 253/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/07/2014 a 14/10/2014, concedido a servidora DINAIR DE FREITAS LISBOA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 026/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/07/2014.

São Bento do Sul, 24/07/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 254/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 254/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/07/2014 a 12/09/2014, a servidora MILENA TELMA CHRISTOFF ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/07/2014 a 25/07/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/07/2014.

São Bento do Sul, 24/07/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 255/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 255/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/07/2014 a 12/09/2014, a servidora REGINA KOFFKE FERREIRA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/07/2014 a 23/07/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/07/2014.

São Bento do Sul, 24/07/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE-SÃO BENTO DO SUL

Extrato de Contrato Nº63/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 63/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

Vigência: Início: 14/07/2014 - Término: 14/10/2015

Licitação: 33/2012

Recursos: Dotação:

16 - 23.01.2.063.3.3.90.39.11.00.00.00 - Setor Administrativo - EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Serviços de locação, manutenção, atualização e assistência dos softwares de:

- SISTEMA PARA SUPORTE E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA (GESTÃO COMERCIAL) PARA FATURAMENTOS, CADASTROS, CONTROLE DE CONTAS E CONSUMOS, DÍVIDA ATIVA, ATENDIMENTO AO PÚBLICO E AUTOATENDIMENTO VIA INTERNET, PARA A SEÇÃO DE FATURAMENTO, CONSUMO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2014

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Aviso de Licitação Nº 51/2014

Carta Convite nº 51/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 51/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, que receberá até as 17:00 horas do dia 06 de agosto de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO:

Supervisão da dragagem e revitalização na barragem do Rio Vermelho, com remoção do sedimento e camada vegetal para bota fora da lagoa de captação de água, através de engenheiro supervisor, técnico de nível médio (técnico em saneamento) e auxiliar.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 25 de julho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº. 089 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 089 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-10, a Sra. JORDANA TEIXEIRA MAGNUS, ocupante da função de Técnica Enfermagem, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 090 de 03 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 090 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para o Servidor JOACIR DE OLIVEIRA SCHEFFER, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, a contar de 03/06/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 03 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 091 de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 091 DE 10 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora ZANILDA TEREZINHA SCHEFFER MACHADO, ocupante do cargo de Professora, a contar de 10/06/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 10 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Termo de Anulação

TERMO DE ANULAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº014/2014

Processo Licitatório 45/2014

Contrato 82/2014

Objeto : EMISSÃO DO ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL E ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE LAUDO TÉCNICO DE ISALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

O Prefeito Municipal de São João do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei de Licitações 8.666/93, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 91/2014 exarado pela assessoria jurídica.

CONSIDERANDO a SÚMULA 473 do STF

CONSIDERANDO o art. 49 da lei 8.666/93.

RESOLVE

ANULAR o processo licitatório, tombado sob no nº 45/2014, que originou a licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 014/2014.

São João do Sul, 21 de Julho de 2014.

João Rubens dos Santos
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº. 030 de 24 de Julho de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 030 DE 24 DE JULHO DE 2014

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº. 006, de 06 de janeiro de 2012, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o Grupo Ocupacional e o vencimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE), constantes no Anexo I - Cargos e Vencimentos, da Lei Complementar n.º 006, de 06 de janeiro de 2012, que passarão do Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral (OAG), para o Grupo III - Transportes e Serviços Auxiliares (TSA), conforme tabela abaixo:

Grupo III: Transportes e Serviços Auxiliares (TSA)

Cargos	Número de Vagas	Vencimento (R\$)	Amplitude de Referência	Amplitude de Referência por Tempo de Serviço
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	18	1.014,00	2A a 6D	a à I
Agente de Combate às Endemias (ACE)	01	1.014,00	2A a 6D	a à I

Art. 2º - O item "3", da alínea "b" dos Requisitos para o Recrutamento, constante no Anexo IV -, da Lei Complementar Municipal nº. 006/2012, do cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS), passa a vigorar com a seguinte alteração:

[...]

3. Haver concluído o Ensino Fundamental.

Art. 3º - O item "1", da alínea "b" dos Requisitos para o Recrutamento, constante no Anexo IV -, da Lei Complementar Municipal nº. 006/2012, do cargo de Agente de Combate às Endemias (ACE), passa a vigorar com a seguinte alteração:

[...]

Haver concluído o Ensino Fundamental.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 24 de julho de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº. 062/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 062/2014

Modalidade - Dispensa nº. 018/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO NOS SERVIÇOS DE MINERAÇÃO NA BACIA DO RIO MAMPITUBA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ELABORAÇÃO DE PARECERES, ASSESSORIA E PREENCHIMENTO DE RELATÓRIOS NECESSÁRIOS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES

CONTRATADA: CAMBIRELA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE SILEX LTDA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 16/07/2014 à 31/12/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 2.750,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 16 de Julho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DIEGO DE MELO HERR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº 025/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 012/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA USO PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 13h:45 minutos do dia 07/08/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 14h:00h minutos do dia 07/08/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul, 25 de Julho de 2014.

Rejane Elíbio Borba

Presidente Fundo Municipal de Saúde

Maria Rosane Cardoso

Pregoeira

Licitação Nº. 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº. 024/2014

Modalidade - Dispensa de licitação Nº. 007/2014

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INJETÁVEIS PARA O PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL E DEMAIS MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DO SUL
EMPRESA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC.

VIGÊNCIA: 24/07/2014 à 31/12/2014

VALORES DO OBJETO: R\$ 18.849,40 - TOTAL.

JUSTIFICATIVA: A dispensa de licitação justifica-se pelo disposto no VIII da Lei 8666/93 que diz: "para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado".

São João do Sul - SC, em 24 de Julho de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

Decreto Nº 61 de 24 de Julho de 2014

DECRETO Nº 61 DE 24 DE JULHO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
20.606.0133.2046 - Assistência ao Produtor Rural, Pecuaristas e Pescadores

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos ordinários, verificados no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
24 de julho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 62 de 24 de Julho de 2014

DECRETO Nº 62 DE 24 DE JULHO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.688,65 (três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.3050 - Aplicações Diretas R\$ 3.688,65

TOTAL R\$ 3.688,65

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados do FNS - Fundo Nacional de Saúde - Gestão do SUS - Sistema Único de Saúde, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
24 de julho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Relatório da Gestão Fiscal 1º Semestre 2014

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.257.801,78	0,00
Pessoal Ativo	6.850.412,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	123.583,98	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.283.805,63	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	144.981,15	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	144.981,15	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.112.820,63	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	8.112.820,63	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		15.400.804,10
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		52,68
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		8.316.434,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		7.900.612,50
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		7.484.790,79
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.349.752,81	1.091.816,31	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.349.752,81	1.091.816,31	0,00
Interna	1.349.752,81	1.091.816,31	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	771.556,07	2.511.967,11	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	771.556,07	3.305.165,33	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	793.198,22	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	578.196,74	-1.420.150,80	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.017.785,10	15.400.804,10	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,63%	7,09%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	4,12%	-9,22%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	16.821.342,12	18.480.964,92	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.139.207,91	16.632.868,43	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.349.752,81	1.091.816,31	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.349.752,81	1.091.816,31	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	104.606,44	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	139.062,50	9.933.755,85	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.017.785,10	15.400.804,10	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.083.912,72	3.388.176,90	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.775.521,45	3.049.359,21	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.400.804,10	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.464.128,66	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.217.715,79	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.078.056,29	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.112.820,63	52,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.316.434,21	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.900.612,50	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.420.150,80	-9,22
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.480.964,92	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.388.176,90	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.464.128,66	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.078.056,29	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.634.546,31	0,00

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2014.

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, incisos I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.064.000,00	31.064.000,00	5.145.652,04	16,56	11.886.448,51	38,26	19.177.551,49
RECEITAS CORRENTES	14.485.000,00	14.485.000,00	2.936.211,20	20,27	8.041.163,02	55,51	6.443.836,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	438.863,00	438.863,00	205.111,19	46,74	452.645,37	103,14	-13.782,37
IMPOSTOS	313.289,00	313.289,00	174.276,26	55,63	308.022,40	98,32	5.266,60
TAXAS	125.574,00	125.574,00	30.834,93	24,56	144.622,97	115,17	-19.048,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	67.217,00	67.217,00	11.362,50	16,90	38.407,49	57,14	28.809,51
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	67.217,00	67.217,00	11.362,50	16,90	38.407,49	57,14	28.809,51
RECEITA PATRIMONIAL	20.049,00	20.049,00	29.438,00	146,83	72.549,69	361,86	-52.500,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	20.049,00	20.049,00	29.438,00	146,83	72.549,69	361,86	-52.500,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.741.290,00	13.741.290,00	2.679.834,52	19,50	7.444.259,05	54,17	6.297.030,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.741.290,00	13.741.290,00	2.354.834,52	17,14	7.119.259,05	51,81	6.622.030,95
Transf. de Conv.	0,00	0,00	325.000,00	0,00	325.000,00	0,00	-325.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	217.581,00	217.581,00	10.464,99	4,81	33.301,42	15,31	184.279,58
Multas e Juros de Mora	56.859,00	56.859,00	7.575,78	13,32	22.747,00	40,01	34.112,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	92.175,00	92.175,00	2.829,70	3,07	10.494,91	11,39	81.680,09
RECEITAS DIVERSAS	68.547,00	68.547,00	59,51	0,09	59,51	0,09	68.487,49
RECEITAS DE CAPITAL	16.579.000,00	16.579.000,00	2.209.440,84	13,33	3.845.285,49	23,19	12.733.714,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.779.000,00	15.779.000,00	2.209.440,84	14,00	3.845.285,49	24,37	11.933.714,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	244.800,00	0,00	497.800,00	0,00	-497.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15.779.000,00	15.779.000,00	1.964.640,84	12,45	3.347.485,49	21,21	12.431.514,51
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.064.000,00	31.064.000,00	5.145.652,04	16,56	11.886.448,51	38,26	19.177.551,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.064.000,00	31.064.000,00	5.145.652,04	16,56	11.886.448,51	38,26	19.177.551,49
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.064.000,00	31.064.000,00	5.145.652,04	16,56	11.886.448,51	38,26	19.177.551,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	466.686,92	—	—	344.806,16	—	—
Superávit Financeiro	—	466.686,92	—	—	344.806,16	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.044.000,00	5.155.000,12	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	10.152.531,87	26.046.468,25
DESPESAS CORRENTES	12.975.974,20	1.264.182,02	14.240.156,22	2.710.533,91	8.886.054,11	6.749.676,16	7.490.480,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.727.660,00	342.187,94	8.069.847,94	1.584.433,39	3.893.970,60	3.888.096,60	4.181.751,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	144.500,00	0,00	144.500,00	25.044,91	80.432,69	80.432,69	64.067,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.103.814,20	921.994,08	6.025.808,28	1.101.055,61	4.911.650,82	2.781.146,87	3.244.661,41
DESPESAS DE CAPITAL	18.036.025,80	3.890.818,10	21.926.843,90	3.844.094,39	11.168.752,66	3.402.855,71	18.523.988,19
INVESTIMENTOS	17.519.025,80	3.890.818,10	21.409.843,90	3.759.141,94	10.910.816,16	3.144.919,21	18.264.924,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	517.000,00	0,00	517.000,00	84.952,45	257.936,50	257.936,50	259.063,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.044.000,00	5.155.000,12	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	10.152.531,87	26.046.468,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.044.000,00	5.155.000,12	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	5.226.056,82	10.152.531,87	26.046.468,25
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.733.916,64	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.044.000,00	5.155.000,12	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	5.226.056,82	11.886.448,51	26.046.468,25

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal	ÉDSON BORBA MARTINS Sec. Mun. de Finanças	CARLA LUIZA T. BARCELLOS Contadora CRC/SC nº 020.314/O- Controle Interno	CARLA PEREIRA
--	--	---	---------------

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	410.179,00	410.179,00	320.472,32	78,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	68.618,00	68.618,00	95.658,17	139,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	24.245,00	24.245,00	57.301,95	236,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	144.659,00	144.659,00	94.645,88	65,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.767,00	75.767,00	60.416,40	79,74
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.000,00	5.000,00	663,12	13,26
Dívida Ativa dos Impostos	60.890,00	60.890,00	7.709,37	12,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	31.000,00	31.000,00	4.077,43	13,15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.948.026,00	9.948.026,00	5.201.531,30	52,29
Cota-Parte FPM	5.615.769,00	5.615.769,00	3.039.732,94	54,13
Cota-Parte ITR	10.401,00	10.401,00	650,17	6,25
Cota-Parte IPVA	450.614,00	450.614,00	254.991,68	56,59
Cota-Parte ICMS	3.795.091,00	3.795.091,00	1.870.955,94	49,30
Cota-Parte IP-Exportação	57.361,00	57.361,00	28.370,52	49,46
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	18.790,00	18.790,00	6.830,05	36,35
Desoneração ICMS (LC 87/96)	18.790,00	18.790,00	6.830,05	36,35
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.358.205,00	10.358.205,00	5.522.003,62	53,31
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	915.562,00	915.562,00	661.131,32	72,21
Provenientes da União	780.408,40	780.408,40	595.322,43	76,28
Provenientes dos Estados	135.153,60	135.153,60	65.808,89	48,69
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	450.000,00	450.000,00	279.998,70	62,22
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.909,00	9.909,00	21.668,02	218,67
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.375.471,00	1.375.471,00	962.798,04	70,00

Continua 1/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.526.861,00	2.932.954,16	2.185.096,69	74,50	1.860.675,17	63,44
Pessoal e Encargos Sociais	1.073.160,00	1.300.265,54	839.743,57	64,58	839.743,57	64,58
Outras Despesas Correntes	1.453.701,00	1.632.688,62	1.345.353,12	82,40	1.020.931,60	62,53
DESPESAS DE CAPITAL	524.200,00	1.157.738,75	812.643,51	70,19	475.254,25	41,05
Investimentos	524.200,00	1.157.738,75	812.643,51	70,19	475.254,25	41,05
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.051.061,00	4.090.692,91	2.997.740,20	73,28	2.335.929,42	57,10
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	(i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.365.562,00	2.065.004,66	1.290.305,04	43,04	850.497,40	36,41
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	915.562,00	1.567.141,51	1.013.306,34	33,80	573.498,70	24,55
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	450.000,00	527.863,15	276.998,70	9,24	276.998,70	11,86
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.365.562,00	2.095.004,66	1.290.305,04	43,04	850.497,40	36,41
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.685.499,00	1.995.688,25	1.707.435,16	30,24	1.485.432,02	20,69
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						26,90
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						657.131,48

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	13.847,37	8.691,20	3.800,00	10.047,37	0,00	
TOTAL	13.847,37	8.691,20	3.800,00	10.047,37	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULO 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.969.376,00	3.985.616,02	2.963.280,13	98,85	2.301.964,90	98,55
Vigilância Sanitária	31.671,00	44.671,00	11.472,79	0,38	11.320,29	0,48
Vigilância Epidemiológica	49.515,00	59.906,89	22.757,44	0,76	22.414,39	0,96
Outras Subfunções	2.499,00	2.499,00	229,84	0,01	229,84	0,01
TOTAL	3.053.061,00	4.092.692,91	2.997.740,20	100,00	2.335.929,42	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orçamentária do Município quando n

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $M(n+1) - (15 \times IIIb)/100$

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal	ÉDSON BORBA MARTINS Sec. Mun. de Finanças	CARLA LUISA T. BARCELLOS Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7
CARLA PEREIRA Controle Interno		

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
 Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
 Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
 Controle Interno

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—		31.064.000,00
Previsão Atualizada	—		31.064.000,00
Receitas Realizadas	5.145.652,04		11.886.448,51
Déficit Orçamentário	—		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		344.806,16
DESPESAS			
Dotação Inicial	—		31.044.000,00
Créditos Adicionais	—		5.155.000,12
Dotação Atualizada	—		36.199.000,12
Despesas Empenhadas	6.554.628,30		20.054.806,77
Despesas Liquidadas	5.226.056,82		10.152.531,87
Superávit Orçamentário	—		1.733.916,64
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		6.554.628,30	20.054.806,77
Despesas Liquidadas		5.226.056,82	10.152.531,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			15.400.804,10
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-131.865,00	-1.998.347,54
Resultado Primário		-158.549,00	1.999.736,14
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		139.062,50	9.469,51
EXECUTIVO		139.062,50	9.469,51
TOTAL:		139.062,50	9.469,51
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		925.731,38	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.174.093,38	60%
Liquidadas		1.174.093,38	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	800.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.402.855,71	18.523.988,19

Continua 1/2

Município de SAO JOAO DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			3.188,92	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.485.432,02	15,00	26,90
Liquidadas		1.485.432,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.044.000,00	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	5.226.086,82	10.152.531,87	26.046.468,25
Legislativa	800.000,00	712.247,11	114.461,75	332.992,29	125.222,51	311.931,51	400.315,60
Ação Legislativa	800.000,00	712.247,11	114.461,75	332.992,29	125.222,51	311.931,51	400.315,60
Administração	1.442.000,00	1.452.338,92	196.152,06	966.806,54	262.672,50	683.101,06	769.237,86
Planejamento e Orçamento	40.000,00	6.000,00	0,00	5.999,83	0,00	5.999,83	0,17
Administração Geral	860.000,00	820.792,00	107.206,26	513.137,56	134.190,65	379.555,15	441.236,85
Administração Financeira	542.000,00	625.546,92	88.945,80	437.689,15	128.481,85	297.546,08	328.000,84
Segurança Pública	53.669,00	38.669,00	4.293,15	12.139,24	9.006,14	12.139,24	26.529,76
Policimento	53.669,00	38.669,00	4.293,15	12.139,24	9.006,14	12.139,24	26.529,76
Assistência Social	950.026,00	952.892,46	73.115,89	377.647,79	119.984,90	253.636,41	699.256,05
Assistência ao Idoso	332.000,00	302.000,00	0,00	1.551,00	206,36	687,63	301.312,37
Assistência ao Portador de Deficiência	16.500,00	21.000,00	0,00	21.000,00	6.000,00	9.000,00	12.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.000,00	117.000,00	11.579,74	70.705,80	19.154,89	47.195,62	69.804,38
Assistência Comunitária	484.526,00	512.892,46	61.536,15	284.390,99	94.623,65	196.753,16	316.139,30
Saúde	3.050.562,00	4.090.193,91	933.958,35	2.997.510,36	1.070.881,68	2.335.699,58	1.754.494,33
Atenção Básica	2.969.376,00	3.985.616,02	921.166,60	2.963.280,13	1.058.335,62	2.301.964,90	1.683.651,12
Vigilância Sanitária	31.671,00	44.671,00	4.126,26	11.472,79	4.019,30	11.320,29	33.350,71
Vigilância Epidemiológica	49.515,00	59.906,89	8.665,49	22.757,44	8.526,76	22.414,39	37.492,50
Educação	11.636.711,00	14.644.296,22	1.030.506,33	9.043.772,57	1.707.538,02	3.728.058,84	10.916.237,38
Alimentação e Nutrição	196.000,00	156.327,79	6.020,00	151.642,95	31.339,50	69.259,74	87.068,05
Ensino Fundamental	8.328.021,00	11.228.267,39	748.955,37	8.154.244,63	1.370.622,74	2.990.583,41	8.237.683,98
Ensino Profissional	50.000,00	50.000,00	7.500,00	26.325,60	7.500,00	15.000,00	35.000,00
Ensino Superior	135.000,00	135.000,00	32.355,78	123.163,38	60.302,60	89.555,85	45.444,15
Educação Infantil	2.967.690,00	3.074.701,04	235.675,18	588.396,01	237.773,18	563.659,84	2.511.041,20
Cultura	270.500,00	168.500,00	1.958,40	2.959,23	0,00	1.000,83	167.499,17
Difusão Cultural	270.500,00	168.500,00	1.958,40	2.959,23	0,00	1.000,83	167.499,17
Urbanismo	360.000,00	360.000,00	89.005,59	273.491,97	45.736,86	123.098,13	236.901,87
Infra-Estrutura Urbana	45.000,00	45.000,00	0,00	10.022,36	10.022,36	10.022,36	34.977,64
Serviços Urbanos	315.000,00	315.000,00	89.005,59	263.469,61	35.714,50	113.075,77	201.924,23

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Habituação	31.044.000,00	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	5.226.086,82	10.152.531,87	26.046.468,25
Habituação Rural	130.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	130.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.552.000,00	5.561.981,64	36.263,22	353.497,02	91.121,97	229.274,83	5.332.706,81
Gestão Ambiental	5.552.000,00	5.561.981,64	36.263,22	353.497,02	91.121,97	229.274,83	5.332.706,81
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	723.000,00	1.121.000,00	447.853,91	909.375,45	683.957,74	820.992,29	300.007,71
Indústria	723.000,00	1.121.000,00	447.853,91	909.375,45	683.957,74	820.992,29	300.007,71
Promoção Industrial	555.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	555.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Turismo	93.000,00	88.000,00	6.139,68	16.334,30	6.239,68	16.334,30	71.665,70
Transporte	93.000,00	88.000,00	6.139,68	16.334,30	6.239,68	16.334,30	71.665,70
Transporte Rodoviário	4.172.033,00	5.156.031,86	3.368.265,02	4.076.451,08	822.964,47	1.045.356,05	4.110.675,81
Desporto e Lazer	4.172.033,00	5.156.031,86	3.368.265,02	4.076.451,08	822.964,47	1.045.356,05	4.110.675,81
Desporto Comunitário	315.000,00	315.000,00	117.039,55	187.231,17	124.887,16	136.806,26	178.193,74
Encargos Especiais	315.000,00	315.000,00	117.039,55	187.231,17	124.887,16	136.806,26	178.193,74
Serviço da Dívida Interna	903.499,00	905.849,00	135.615,40	514.597,76	155.843,19	455.102,54	450.746,46
Outros Encargos Especiais	661.500,00	661.500,00	109.997,36	338.369,19	109.997,36	338.369,19	323.190,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	241.999,00	244.349,00	25.618,04	176.228,57	45.845,83	116.733,35	127.615,65
	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00

Continua 2/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.044.000,00	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	5.226.056,82	10.152.531,87	100,00	28,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	31.044.000,00	36.199.000,12	6.554.628,30	20.054.806,77	5.226.056,82	10.152.531,87	100,00	28,05

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS EDSON BOREA MARTINS CARLA LUISA T. BARCELLOS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Finanças Contadora CRC/SC nº 020.314/O-

CARLA PEREIRA
Controlê Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO JOÃO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2014
ESPECIFICAÇÃO													
Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (JUL.12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)													
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.117.277,60	1.424.304,99	1.330.663,37	1.239.004,50	1.456.633,05	1.702.189,70	1.400.536,17	1.520.283,33	1.380.087,93	1.516.946,39	1.680.985,69	17.351.430,26	16.463.405,00
IPI/LUL	31.438,21	36.463,59	49.904,93	22.324,18	23.389,34	50.885,35	22.631,21	57.579,38	58.380,59	108.763,00	154.336,33	697.330,97	438.853,00
IRPJ/F	11.335,44	4.417,60	897,07	555,24	257,50	742,20	0,00	0,00	2.075,08	43.104,55	46.600,36	3.878,17	68.618,00
I.R.R.F	4.050,21	3.186,70	21.581,59	4.851,78	7.738,76	22.015,85	0,00	8.628,29	419,63	0,00	51.338,48	0,00	75.767,00
I.S.S.	5.485,54	12.439,63	16.051,88	10.307,71	11.276,76	20.391,43	14.068,27	13.287,18	11.081,42	27.202,79	17.840,40	11.165,82	144.669,00
I.T.B.I.	1.550,39	8.385,64	7.756,83	3.075,29	384,28	2.128,58	2.860,81	6.363,93	2.345,76	2.308,42	19.676,84	23.746,19	24.245,00
Outras Receitas Tributárias	9.016,63	8.094,02	3.797,56	4.194,16	3.711,04	5.307,29	5.912,13	29.289,98	42.488,70	36.147,23	18.890,25	11.894,68	125.574,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.819,53	4.687,26	4.087,87	4.916,18	4.934,79	4.598,09	6.286,54	7.429,08	6.005,94	7.323,43	5.843,80	66.461,21	67.217,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.729,48	6.041,19	1.302,08	6.494,37	7.433,95	12.505,90	1.608,85	13.572,81	14.182,53	13.747,50	13.839,33	15.598,67	20.049,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.061.684,86	1.364.502,53	1.252.472,96	1.192.686,29	1.412.212,63	1.624.672,51	1.361.845,48	1.436.717,73	1.277.400,66	1.381.982,66	1.422.663,44	16.402.794,86	15.719.665,00
Cota-Parte do FPM	325.915,82	436.129,77	352.678,29	352.683,71	480.575,88	740.091,40	594.831,36	635.182,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	428.779,99	5.856.612,00
Cota-Parte do ICMS	278.945,16	292.466,69	309.337,57	303.516,04	329.835,74	332.191,30	323.432,38	307.625,10	312.079,32	304.427,69	309.448,44	313.943,01	3.795.091,00
Cota-Parte do IPVA	40.346,59	44.928,98	36.131,24	42.576,32	19.017,14	21.064,45	24.248,43	31.158,81	46.399,78	55.358,27	52.140,41	45.775,98	459.059,40
Cota-Parte do ITR	126,99	401,24	3.195,82	5.116,19	898,83	131,26	49,98	159,03	97,41	126,57	80,45	10.521,60	10.407,00
Outras Transferências Correntes	155.599,07	319.295,70	280.885,72	210.360,55	262.382,25	222.032,22	83.905,23	135.385,40	241.115,52	286.408,09	164.573,81	489.391,66	1.963.288,00
Transferências da LC 61/1969	4.478,27	4.791,78	4.358,75	4.689,53	5.188,64	5.924,16	5.169,30	4.376,46	4.276,37	4.857,56	5.035,86	4.824,97	57.351,85
Transferências da LC 87/1986	1.373,22	1.373,22	0,00	2.746,44	1.373,22	1.373,22	1.366,01	1.366,01	0,00	1.366,01	1.366,01	1.366,01	18.790,00
Transferências do FUNDEB	254.905,74	275.115,05	275.784,57	271.023,51	302.890,93	302.264,50	328.842,79	321.454,02	296.728,97	298.972,37	326.899,36	309.355,76	3.597.593,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.605,52	12.610,42	12.797,53	11.364,48	8.678,34	9.816,85	7.984,09	4.984,33	4.138,21	5.749,80	5.945,84	4.519,15	217.581,00
DEDUÇÕES (II)													
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	130.237,56	154.018,14	141.156,33	142.260,00	150.148,48	162.500,62	188.819,27	195.975,46	147.911,02	169.186,25	188.237,87	1.950.626,16	1.985.605,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	987.040,04	1.270.286,85	1.189.406,04	1.096.744,50	1.306.484,57	1.539.689,08	1.210.716,90	1.324.307,87	1.232.176,91	1.357.760,14	1.521.820,53	15.400.804,10	14.477.800,00
FONTE:													

FONTE:

SÃO JOÃO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito MunicipalCARLA LUIZA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314-7CARLA FERREIRA
Controlador InternoEDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	-	0,00	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2013
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal	ÉDSON BORBA MARTINS Sec. Mun. de Finanças	CARLA LUISA T. BARCELLOS Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7	CARLA PEREIRA Controle Interno
--	--	---	-----------------------------------

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.349.752,81	1.176.768,76	1.091.816,31
DEDUÇÕES (II)	771.556,07	2.665.158,91	2.511.967,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	771.556,07	3.009.222,95	3.305.165,33
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	344.064,04	793.198,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	578.196,74	-1.488.390,15	-1.420.150,80
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	578.196,74	-1.488.390,15	-1.420.150,80

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	68.239,35	-1.998.347,54

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-131.865,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.464.951,00	2.906.773,20	7.968.613,33	6.630.580,68
Receita Tributária	438.863,00	205.111,19	452.645,37	273.280,83
I.P.T.U.	68.618,00	50.478,53	95.658,17	83.146,24
I.S.S.	144.659,00	29.006,22	94.645,88	63.255,43
I.T.B.I.	24.245,00	43.423,03	57.301,95	12.423,48
I.R.R.F.	75.767,00	51.368,48	60.416,40	36.838,36
Outras Receitas Tributárias	125.574,00	30.834,93	144.622,97	77.617,32
Receita de Contribuição	67.217,00	11.362,50	38.407,49	32.615,97
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	67.217,00	11.362,50	38.407,49	32.615,97
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	20.049,00	29.438,00	72.549,69	27.563,34
(-) Aplicações Financeiras	20.049,00	29.438,00	72.549,69	27.563,34
Transferências Correntes	13.741.290,00	2.679.834,52	7.444.259,05	6.295.144,78
F.P.M.	4.733.458,00	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	3.040.073,00	498.713,33	1.496.765,29	1.355.869,23
Convênios	0,00	325.000,00	325.000,00	29.212,44
Outras Transferências Correntes	5.967.759,00	1.053.825,72	3.190.707,25	2.653.388,00
Demais Receitas Correntes	217.581,00	10.464,99	33.301,42	29.539,10
Dívida Ativa	92.175,00	2.829,70	10.494,91	14.982,78
Diversas Receitas Correntes	125.406,00	7.635,29	22.806,51	14.556,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	16.579.000,00	2.209.440,84	3.845.285,49	1.006.068,32
Operações de Crédito (III)	800.000,00	0,00	0,00	769.135,33
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15.779.000,00	2.209.440,84	3.845.285,49	236.932,99
Convênios	15.779.000,00	1.964.640,84	3.347.485,49	15.103,16
Outras Transferências de Capital	0,00	244.800,00	497.800,00	221.829,83
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	15.779.000,00	2.209.440,84	3.845.285,49	236.932,99
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	30.243.951,00	5.116.214,04	11.813.898,82	6.867.513,67
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.240.156,22	2.733.233,52	6.749.676,16	5.614.522,97
Pessoal e Encargos Sociais	8.069.847,94	1.587.733,39	3.888.096,60	3.638.528,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	144.500,00	25.044,91	80.432,69	48.524,77
Outras Despesas Correntes	6.025.808,28	1.120.455,22	2.781.146,87	1.927.469,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.095.656,22	2.708.188,61	6.669.243,47	5.565.998,20
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	21.926.843,90	2.492.823,30	3.402.855,71	1.247.657,39
Investimentos	21.409.843,90	2.407.870,85	3.144.919,21	1.224.435,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	517.000,00	84.952,45	257.936,50	23.221,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	21.409.843,90	2.407.870,85	3.144.919,21	1.224.435,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	32.000,00	-	-	-

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	32.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	35.537.500,12	5.116.059,46	9.814.162,68	6.790.433,89
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.293.549,12	154,58	1.999.736,14	77.079,78
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Superávit Financeiro	-	-	344.806,16	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	344.806,16	0,00
			0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-158.549,00

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

Município de SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	139.062,50	97.214,46	9.469,51	32.378,53	
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.062,50	97.214,46	9.469,51	32.378,53	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.957,08	7.234,30	722,78	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.406,52	4.409,46	17,06	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.129,41	170,70	38,47	9.920,24	
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.549,49	85.400,00	8.691,20	22.458,29	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.062,50	97.214,46	9.469,51	32.378,53	
FONTE											

SÃO JOÃO DO SUL - 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EDSON BORBAMARTINS
Sec. Mun. de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	410.179,00	410.179,00	178.014,06	320.472,32	78,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	157.508,00	157.508,00	54.005,82	107.087,39	67,99
1.1.1- IPTU	68.618,00	68.618,00	50.478,53	95.658,17	139,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	97,03	97,03	4,85
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	58.890,00	58.890,00	2.124,52	7.414,26	12,59
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	28.000,00	28.000,00	1.305,74	3.917,93	13,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	24.245,00	24.245,00	43.423,03	57.301,95	236,35
1.2.1- ITBI	24.245,00	24.245,00	43.423,03	57.301,95	236,35
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	152.659,00	152.659,00	29.216,72	95.656,58	62,67
1.3.1- ISS	144.659,00	144.659,00	29.006,22	94.645,88	65,43
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	97,39	566,09	18,87
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	67,71	295,11	14,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	45,40	159,50	5,32
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.767,00	75.767,00	51.368,48	60.416,40	79,74
1.4.1- IRRF	75.767,00	75.767,00	51.368,48	60.416,40	79,74
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.188.869,00	10.188.869,00	1.737.017,16	5.201.531,30	51,05
2.1- Cota-Parte FPM	5.856.612,00	5.856.612,00	1.002.869,29	3.039.732,94	51,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.615.769,00	5.615.769,00	1.002.869,29	3.039.732,94	54,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	240.843,00	240.843,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.795.091,00	3.795.091,00	623.391,45	1.870.955,94	49,30
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	18.790,00	18.790,00	2.732,02	6.830,05	36,35
2.4- Cota-Parte IP-Estação	57.361,00	57.361,00	9.890,83	28.370,52	49,46
2.5- Cota-Parte ITR	10.401,00	10.401,00	217,18	650,17	6,25
2.6- Cota-Parte IPVA	450.614,00	450.614,00	97.916,39	254.991,68	56,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.599.048,00	10.599.048,00	1.915.031,21	5.522.003,62	52,10
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	580.457,00	580.457,00	139.067,19	309.608,56	53,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	302.690,00	302.690,00	67.816,13	192.820,53	63,70
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	120.000,00	120.000,00	32.736,00	52.944,00	44,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	157.767,00	157.767,00	35.815,36	53.723,04	34,05
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	2.699,70	10.120,99	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.300.000,00	6.300.000,00	0,00	1.217.448,45	19,32
6.1- Transferências de Convênios	6.300.000,00	6.300.000,00	0,00	1.217.448,45	19,32
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	286.702,00	286.702,00	53.416,65	236.823,98	82,60
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.167.159,00	7.167.159,00	192.483,84	1.763.890,99	24,61
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.985.605,00	1.985.605,00	347.403,03	1.040.305,03	52,39
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.123.154,00	1.123.154,00	200.573,82	607.946,43	54,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	755.018,00	755.018,00	124.678,12	374.190,65	49,56
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.758,00	3.758,00	546,40	1.366,00	36,35
10.4- Cota-Parte IP-Estação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.472,00	11.472,00	1.978,18	5.674,11	49,46
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.080,00	2.080,00	43,40	129,96	6,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	90.123,00	90.123,00	19.583,11	50.997,88	56,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.567.558,00	3.567.558,00	641.837,07	1.894.614,98	53,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.567.558,00	3.567.558,00	636.255,12	1.882.253,27	52,76
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	5.581,95	12.361,71	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.581.953,00	1.581.953,00	288.852,09	841.948,24	53,22
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.452.000,00	2.452.000,00	494.838,48	1.174.093,38	47,88
13.1- Com Educação Infantil	652.000,00	652.000,00	158.869,19	321.934,77	49,38
13.2- Com Ensino Fundamental	1.800.000,00	1.800.000,00	336.169,29	852.158,61	47,34
14- OUTRAS DESPESAS	1.115.568,00	1.152.335,05	182.336,79	389.386,40	33,79
14.1- Com Educação Infantil	383.000,00	383.000,00	64.074,69	127.285,65	33,23
14.2- Com Ensino Fundamental	732.568,00	769.335,05	118.262,10	262.100,75	34,07
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.567.568,00	3.604.335,05	677.175,27	1.563.479,78	43,38
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.563.479,78
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					61,97
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					20,55
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					17,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.649.762,00	2.649.762,00	478.757,80	1.380.500,91	52,10
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.055.000,00	1.084.086,00	229.869,75	458.616,04	42,30
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	30.000,00	40.000,00	7.125,87	9.395,62	23,49
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.000,00	40.000,00	7.125,87	9.395,62	23,49
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.247.000,00	3.361.176,05	549.187,37	1.328.810,82	39,53
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.532.568,00	2.569.335,05	454.431,39	1.114.259,36	43,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	714.442,00	791.841,00	94.755,98	214.551,46	27,10
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.312.000,00	4.445.262,05	779.057,12	1.787.426,86	40,21
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					841.948,24
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					12.361,71
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.385,53
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					861.695,48
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					925.731,38
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					16,76
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	302.690,00	362.279,15	58.283,73	158.241,36	43,68
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.577.767,00	9.351.118,41	728.485,88	1.531.591,77	16,38
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.880.457,00	9.713.397,56	786.769,61	1.689.833,13	17,40
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.192.457,00	14.158.659,61	1.565.826,73	3.477.259,99	24,56

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		7.385,53	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.882.253,27	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.477.692,26	0,00
49.1 Pagamento do Exercício		1.477.692,26	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.361,71	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		424.306,25	0,00

SÃO JOÃO DO SUL, 25/07/2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito MunicipalÉDSON BORBA MARTINS
Sec. Mun. de FinançasCARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-CARLA PEREIRA
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 7.385,53, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

São José

PREFEITURA

Pregão Presencial 044/2014 - Retificado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 044/2014 - RETIFICADO - Processo nº 160/2014. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática para atender a Secretaria Municipal de Educação, Unidades de Ensino Fundamental, Educação Infantil, Escolas Profissionais e Universidade Aberta do Brasil do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 07/08/2014 às 16h45min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 07/08/2014 às 17h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2014 - Processo nº 116/2014. Contratado: SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de bica corrida para manutenção de vias não pavimentadas do Município de São José e outros serviços realizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Valor Total: R\$36.700,00 - trinta e seis mil e setecentos reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2014 - Processo nº 043/2014. Contratados: OLIMIED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP; ASLI COMERCIAL LTDA; CIRURGICA CLIMAZA COM. DE MAT. MÉDICOS HOSP. LTDA; ELISVANDIA MATOS DONINI ME; e RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais permanentes e equipamentos médico-hospitalares para serem utilizados nas unidades básicas de saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$259.971,14 - duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e quatorze centavos.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial Nº 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014 - Processo nº 123/2014. Contratados: ODONTO PROTESE COMERCIAL LTDA; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; JEFERSON DA SILVEIRA ME; QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - EPP; DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP; RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINARIOS LTDA - ME; e ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP. Objeto: Registro de preço para contratação de empresas(s) para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de fisioterapia para Policlínica de Barreiros do Município de São José/SC. Valor Total: R\$177.687,51 - cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Termo Aditivo Nº 019/2009-06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 019/2009-06 - TP 008/2008 - Processo 4389/2008 - Contratado: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria para execução de atividades jurídicas e administrativas de regularização fundiária no âmbito do Programa Habitar Brasil/BID. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 019/2009 por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 21/05/2014. Data da assinatura: 20 de maio de 2014.

Termo Aditivo Nº 076/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 076/2014-01 - CV 001/2014 - Processo 039/2014 - Contratado: ANA CAROLINY QUEIROZ - ME. Objeto: Elaboração de projeto e execução de muro de contenção em pedra, do CEI Lício Mauro da Silveira - bairro Nossa Senhora do Rosário - Município de São José. Prazo: Fica prorrogado o prazo de execução por mais 90 (noventa) dias, retroagindo seus efeitos na data de 25/04/2014 e a prorrogação do prazo de vigência, iniciando a contagem a partir de 25/06/2014. Data da assinatura: 23 de junho de 2014.

Termo Aditivo Nº 073/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 073/2014-01 - DL 011/2014 - Processo 073/2014 - Contratado: KHRONOS SEGUANÇA PRIVADA LTDA. Objeto: Prestação de serviços de monitoramento de vigilância presencial 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptas, desarmada, para atender o Centro de Educação Infantil Cristo Rei - localizado no Loteamento Colinas do Luar - Secretaria de Educação do Município de São

José. Prazo: Fica prorrogado o Contrato nº 073/2014 por mais 03 (três) meses, a contar do dia 20/06/2014. Data da assinatura: 18 de junho de 2014.

Termo Aditivo Nº 344/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 344/2013-01 - TP 006/2013 - Processo 148/2013 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Execução dos serviços, com fornecimento de materiais, destinados a construção da Quadra Coberta Floresta - FNDE. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do Contrato nº 344/2013 por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 04/07/2014. Data da assinatura: 09 de julho de 2014.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2014 - Processo nº 097/2014. Contratados: RACINE COMERCIAL LTDA EPP; ACORES DISTRIBUIDORA LTDA - ME; MARCONI KIRCH - EPP; HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; MILENIUM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP; ELISVANDIA MATOS DONINI ME; DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP; e RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual aquisição de mobiliário, brinquedos, equipamentos eletrônicos, condicionadores de ar, eletrodomésticos e outros para as novas unidades de CEIS/FNDE, da Secretaria Municipal de Educação de São José. Valor Total: R\$788.865,52 - setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado da Concorrência Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2014 - Processo nº 010/2014. Contratado: PROSUL PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA. Objeto: Contratação de empresa de consultoria especializada para prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia para assessoramento, levantamentos, diagnóstico, estudos e projetos de vias urbanas e de intervenções arquitetônicas nas edificações institucionais existentes ou a serem executadas no Município de São José/SC. Valor Total: R\$4.786.174,01 - quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e setenta e quatro reais e um centavo.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº55/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público, edital 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 4.821/2010, de 26 de agosto de 2010, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

MOTORISTA

ROBERSON FERRARI
DARCI LUIZ SCHNORR
OTÁVIO SCHMITZ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de julho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 113/2014, PR Nº 073/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/08/2014, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PLACA MEB 4571, PATRIMÔNIO N.1875; PLACA MEY 5037, PATRIMÔNIO N.6476; PLACA MBB 1113, PATRIMÔNIO N. 1873; PLACA MCS 1480, PATRIMÔNIO N. 1895; PLACA MAA 6846, PATRIMÔNIO N. 1849; PLACA LZW 9695, PATRIMÔNIO N. 1872; PLACA LZS 0465, PATRIMÔNIO N. 1871; PLACA MEA 5095, PATRIMÔNIO N. 4925; PLACA MBP 1127, PATRIMÔNIO N.1880 E PLACA MCN 3425, PATRIMÔNIO N.1870, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, DESCRITOS NO ANEXO I-A DESTE EDITAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 070/2014, Modalidade Pregão Presencial Nº 046/2014

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Educação, Sra. Lúcia Iliane da Costa, brasileira, portadora do RG nº 2.039.498-5 e inscrita no CPF nº 693.306.119-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, n. 208, Bairro Centro, no Município de Cunha Porã - SC, CEP: 89.890-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.772.057/0001-50, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Jackson Neimar Pedrassani, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 041.562.419-39 e portador da Cédula de Identidade sob nº 4.016.444, residente e domiciliado no Município de Cunha Porã - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 070/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 046/2014, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade de todas as escolas da rede pública municipal de ensino.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 7.175,00 (sete mil e cento e setenta e cinco reais) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 070/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 046/2014, que trata da AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA E GABINETE DO PREFEITO, o seguinte item:

Contratada: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
06	COMPUTADOR Processador: Cores = 2, Threads = 4, Frequência de Operação = 3,30 GHz, Cache L2 = 4x 256 KB, Cache L3 = 3 MB, LGA 1155 HD: 500GB 7200rpm SATAII Memória: 4GB DDR3 - Memória Máxima 16GB HDMI, USB, VGA Slots PCIe X1 e X16 Placa de Vídeo Compartilhada - Integrada ao Processador Rede: 10/100/1000 Mbps Fonte: 110/220 Gabinete Driver Óptico (CD/DVD) Caixa de Som Teclado: USB Mouse: USB	05	R\$ 1.435,00	R\$ 7.175,00
TOTAL				R\$ 7.175,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 7.175,00 (sete mil e cento e setenta e cinco reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de julho de 2014.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI JP Equipamentos Ltda Me
LÚCIA ILIANE DA COSTA Secretária Municipal de Educação	

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 14 A 18/07/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 14/07/2014 até 18/07/2014

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		318.895,35
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	92.869,18
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	92.869,18
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	92.869,18
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	55.721,50
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	23.217,30
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	13.930,38
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	244.600,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	244.600,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-18.573,83
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-18.573,83
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-18.573,83

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 25/07/2014

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 689/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 689, de 25 de julho de 2014.
Dispõe sobre a homologação do Processo Licitatório nº 01/2014, adjudica o objeto para o proponente vencedor e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.886/94, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal

Decreta:

Art. 1º Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores, no processo licitatório nº 01/2014, modalidade carta convite nº 01/2014.

Art. 2º Fica adjudicado o objeto do processo licitatório nº 01/2014, modalidade carta convite nº 01/2014, para a contratação de empresa do ramo da construção civil, para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de reformas das dependências da Câmara de Vereadores, compreendendo: hall de acesso, escadaria, áreas de circulação, bancadas partidárias, secretaria, presidência, banheiros e almoxarifado, conforme projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária, Anexos do Edital.

Parágrafo único. A vencedora do certame foi a Empresa RHS Engenharia e Construções Ltda - EPP, de São Lourenço do Oeste, com o valor global de R\$ 145.905,91 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e cinco reais e noventa e um centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto Legislativo correrão a conta de dotações e recursos constantes no orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste,
25 de julho de 2014.

Vereador Walmor José Pederssetti
Presidente da Câmara de Vereadores

Schroeder**PREFEITURA****Termo de Rescisão Contratual - Contrato Nº 129/2014-PMS**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº. 129/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 54/2014-PMS
Processo nº. 122/2014-PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa INSTALADORA TONIOTTI LTDA A, inscrita no CNPJ sob o nº 06.944.005/0001-59, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 997, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 129/2014-PMS, celebrado no dia 27 de junho de 2014, para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra para manutenção de central de gás na Escola Municipal Emilio da Silva da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, devido a inadequação na prestação de serviços de mão de obra, não fazer-se mais presente no objeto do contrato social da referida empresa.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guarimir/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 25 de julho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:
Daniela Samulescki
CPF N.º 053.350.739-18
Testemunha 01

Ivandra de Souza
CPF N.º 047.563.299-00
Testemunha 02

Decreto Nº 3.018/2014, de 24 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 3.018/2014, de 24 de julho de 2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no art. 183 da Lei Municipal 1440/2004 - Código de Posturas do Município de Schroeder, que delibera sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais não especificados no art. 181 da supracitada Lei;

Considerando a necessidade de regulamentação dos horários dos estabelecimentos comerciais no município de Schroeder;

DECRETA:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais que exercem as atividades de Bares, Lanchonetes, Casas de Chá, Sucos e similares, Restaurantes, Pizzarias e similares, terão seu horário de funcionamento de segunda-feira a domingo das 8:00 às 03:00 horas, facultado o intervalo de 02 (duas) horas para almoço, desde que observados os preceitos das legislações federais próprias que regulam o tema, e em especial no que se refere à duração e as condições de trabalho, e com a devida composição junto ao sindicato competente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei Nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.015/2014 de 23 de Julho de 2014

DECRETO Nº 3.015/2014 de 23 de julho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.032/2014 de 22 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 163.999,98 (cento e sessenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 70.000,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens

Fixas - Pessoal Civil R\$ 49.999,98

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio-Alimentação R\$ 24.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.1.301 - Construção de Prédio para Arquivo, Almoxarifado e Refeitório

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 99.999,99

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.122.3001.2.309 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Saúde e Assistência Social

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 24.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.1.324 - Reforma, Ampliação e Construção de Praças Poliesportivas

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.331 - Contribuição a Entidades Desportivas

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuições R\$ 19.999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.016/2014 de 23 de Julho de 2014

DECRETO Nº 3.016/2014 de 23 de julho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.017/2014 de 23 de Julho de 2014

DECRETO Nº 3.017/2014 de 23 de julho de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.030/2014 de 22 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.368 - Alimentação Centro de Educação Infantil
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0060 - Material de Consumo R\$ 16.200,00

05.02.12.365.3009.2.373 - Merenda Escolar - Pré-escolar
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0060 - Material de Consumo R\$ 38.400,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0060 R\$ 16.200,00

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0060 R\$ 38.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.656/2014, de 23 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 5.656/2014, de 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Lindamir Bagatoli, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato Contrato Nº 84/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato Registro de Preços nº. 81/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 39/2014-FMS

Pregão Presencial Registro de Preços nº. 08/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 67.729.178/0004-91, estabelecida na Rua da Saudade, nº. 45A, Campo da Mogiana, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.701-331.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e

especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
27	CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	30.000	COMP	0,076	2.280,00
48	ENALAPRIL, MALEATO 20MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	130.000	COMP	0,047	6.110,00
51	ESPIRONOLACTONA 50MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	8.000	COMP	0,16	1.280,00
60	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	35.000	COMP	0,035	1.225,00
61	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	40.000	COMP	0,024	960,00
86	LORATADINA 10MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	20.000	COMP	0,048	960,00
89	MEDROXIPROGESTERONA 150MG/ML SOL INJETAVEL AMPOLA	300	AMPOLA	11,20	3.360,00
98	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/50ML	400	FRASCO	1,35	540,00
119	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	50.000	COMP	0,03	1.500,00
140	DICLOFENACO POTASSICO COMPRIMIDO 50MG EMBALAGEM HOSPITALAR	25.000	COMP	0,022	550,00
145	DIMENIDRINATO 50MG+PIRIDOXINA 10MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	10.000	COMP	0,18	1.800,00
172	TOBRAMICINA 3MG/5ML COLIRIO	250	FRASCO	4,5	1.125,00
173	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	50	FRASCOS	18,80	940,00
TOTAL R\$					22.630,00

Valor do contrato: R\$ 22.630,00 (Vinte e dois mil, seiscentos e trinta reais).

Data da Assinatura: 01/07/2014 - Vigência: 01/07/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 130/2014

DECRETO Nº130/2014 de 18 DE JULHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 979/2013 de 04/12/2013 e Decreto nº 012/2014 de 15/01/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 34 R\$ 15.000,00

Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 79 R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 2.920 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0022 - Transferências do FNAS

Despesa: 83 R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.3.50.00 - Transferência a Instituições Privadas

Fonte: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 30 R\$ 15.000,00

Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 81 R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 2.920 - Serviço de Convivência e Fortalecimento

de Vínculos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0022 - Transferências do FNAS

Despesa: 85 R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 18 de julho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 450, de 28 de Julho de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 450, DE 28 DE JULHO DE 2014

Autoriza a desafetação da destinação original de áreas de Utilidade Pública de uso comum e Áreas de destinação especial e a posterior alienação de bens imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a desafetar de sua destinação original, passando à categoria de bens dominicais, os imóveis destinados ao uso comum, como áreas de Utilidade Pública, e ou áreas públicas com destinação especial, a seguir relacionados:

I - Terreno Urbano, constituído do lote n. 132, Quadra 03, do Loteamento "Pérola do Vale", situado do lado par da rua Richard Schubert, distando 90 metros da esquina formada com a rua Saudades, com área de 375 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados); extremado, em 15 metros de frente com a rua Richard Schubert; fundos em 15 metros com terras de Wilson Cristofolini; lado direito em 25 metros com ditas de Gerhard Darga; e, lado esquerdo em 25 metros com as de Anísio Buss, edificadas com uma casa de alvenaria, de um pavimento, com área de 80 m² (oitenta metros quadrados), sob o n. 94, registrado sob matrícula n. 7401, Livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó -SC;

II - Terreno Urbano, com área de 596 m² (quinhentos e noventa e seis metros quadrados), situado à rua Bolívia; extremado em 15 metros com a rua Bolívia; fundos com Erich Pieske, em 15 metros; pelo lado direito em 40 metros com Raul Maas; e pelo lado esquerdo em 40 metros com Leopoldo Bittelbrunn; sendo esconsas as linhas divisórias, registrado sob matrícula n. 578, Livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó -SC;

III - Área de terras, destinada à área de utilidade pública II, do Loteamento denominado "LOTEAMENTO ALFABLU III-A", registrado sob o n. 13.200, Livro 2, em 05.09.2002; contendo 1.105,57 m² (mil, cento e cinco metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), sem edificações, situada do lado par da rua Rudolfo Borchardt, esquina formada com a rua Timbira, estremoando pela frente, em 31,11 metros com a rua Rudolfo Borchardt e em 9,42 metros na curva de transição; fundos, em 32,00 metros com o lote n. 28 e em 5,11 metros com o lote b, 21, ambos do Loteamento Residencial Carajás, de propriedade de Raul Loes e Renaldo Giotti; lado direito, em 24,00 metros com a rua Timbira; e, lado esquerdo em 30,00 metros com o Lote n. 48 do Loteamento AlfabluIII, de propriedade de Alfablu Empreendimentos Imobiliários Ltda, registrado sob matrícula n. 13.811, Livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó-SC;

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a alienar, através do processo regular de licitação na modalidade de concorrência ou leilão, os bens imóveis descritos no artigo 1º desta lei, por serem considerados inservíveis ou inconveniente sua manutenção no patrimônio público municipal, respeitadas as formalidades da lei.

§ 1º - O valor mínimo para alienação será o valor da avaliação realizada pelo Núcleo Setorial Imobiliário da ACIMVI, composto por 06 (seis) membros profissionais do ramo imobiliário.

§ 2º - O resultado da arrecadação da alienação dos bens será utilizado para implantação de infraestrutura e pavimentação de vias públicas através do sistema de mutirão.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 28 de julho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Lei Nº 2727, de 28 de Julho de 2014

LEI Nº 2727, DE 28 DE JULHO DE 2014

Altera a Lei nº 2.198, de 17 de outubro de 2003.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 2.198, de 17 de outubro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Banda Municipal Professor João Müller.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Banda Municipal Professor João Müller, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na Avenida Sete de Setembro, 414, Fundos, Centro, Município e Comarca de Timbó, inscrita no CNPJ sob nº 86.949.849/0001-21"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de julho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2728, de 28 de Julho de 2014

LEI Nº 2728, DE 28 DE JULHO DE 2014

Declara de Utilidade Pública o "Clube de Caça e Tiro Frederico Donner".

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública O "Clube de Caça e Tiro Frederico Donner", pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 86.379.104/0001-74, com sede social na Rua Aristiliano Ramos, 1439, Bairro das Capitais, no Município de Timbó.

Art. 2º À entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de julho de 2014; 144º ano de

Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2729, de 28 de Julho de 2014

LEI Nº 2729, DE 28 DE JULHO DE 2014

Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Clubes de Caça e Tiro e Associações Esportivas e Culturais de Timbó".

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Clubes de Caça e Tiro e Associações Esportivas e Culturais de Timbó", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.558.679/0001-79, com sede social na Rodovia TBO 010, nº 7.164, Cedro Margem Esquerda, Bairro das Nações, no Município de Timbó.

Art. 2º À entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de julho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2730, de 28 de Julho de 2014

LEI Nº 2730, DE 28 DE JULHO DE 2014.

Altera a Lei n. 2.717, de 06 de maio de 2014, que regula a concessão de auxílio aos médicos participantes do "Projeto mais médicos para o Brasil" em atuação no município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os §§ 1º, 2º, 4º e 6º do Artigo 1º da Lei n. 2.717, de 06 de maio de 2014, que regula a concessão de auxílio aos médicos participantes do "Projeto Mais Médicos para o Brasil", passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O auxílio de que trata o presente artigo se dará, a critério da administração municipal, por meio de custeio direto ou indireto, mediante auxílio moradia, alimentação e transporte do profissional médico, quando necessário para realização de sua atividade.

§ 2º Fica autorizado o município a instituir por decreto os valores necessários para tais finalidades, considerando os valores mínimos e máximos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

...

§ 4º. Na hipótese de custeio indireto, os recursos de que trata o §2º deste artigo, serão repassados, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de atividade, mediante depósito em conta bancária do médico participante, em conformidade com o disposto no art. 11 da Portaria Interministerial n. 1.369/MS/MEC de 2013.

...

§ 6º O auxílio financeiro possui caráter indenizatório e não se incorpora à remuneração dos médicos participantes custeada pelo Governo Federal, sobre ele não incidindo qualquer contribuição trabalhista, previdenciária ou fiscal."

Art. 2º Com a alteração promovida pelo Art 1º, ficam revogados todos os incisos do §2º do art. 1º da Lei nº 2.717, de 06 de maio de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de julho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso Tomada de Preço N.º 25 2014 SAMAE - Rede Adutora

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 25/2014 - SAMAE

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia visando a implantação de rede adutora conforme projeto, memorial descritivo, quantitativo e orçamento estimado e minuta contratual. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 13 de agosto de 2014. ABERTURA: dia 13 de agosto de 2014 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/07/2014

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 20 2014 FMS - Fraldas Geriátricas

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para usuários atendidos na política de saúde no setor de serviço social.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Fraldas C. K. Indústria e Comércio Ltda; e Coml. Storinny Ltda ME.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 42.964,00 (quarenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/07/2015

Timbó, 25/07/2014
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

Extrato da Dispensa N.º 03 2014 Fumdec
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL EMERG. DEFESA CIVIL DE TIMBÓ - FUMDEC
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal Emerg. Defesa Civil de Timbó - FUMDEC

CONTRATADO: KAYO VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Contratação de serviço de recuperação da viatura AR-32, Modelo L-200 Mitsubishi, Placa MHW-5534, do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, para conserto de avarias mecânicas, elétricas e estruturais, em virtude de sua utilização na enchente ocorrida nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2014, que assolou o município de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ 8.202,05 (oito mil, duzentos e dois reais e cinco centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 20 (vinte) dias.

Timbó, 25 de Julho de 2014

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 89/2014

EXTRATO DE CONTRATO 89/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário

PROCESSO LICITATÓRIO: 59/2014 - Pregão Presencial

VIGÊNCIA: 25/07/2014 - 25/07/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 99.833,00 (Noventa e nove mil, oitocentos e trinta e três reais),

DATA ASSINATURA: 25/07/2014

TREZE TÍLIAS, 25 de Julho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 90/2014

EXTRATO DE CONTRATO 90/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: SUPERMECADO E AÇOUGUE J.J LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário

PROCESSO LICITATÓRIO: 59/2014 - Pregão Presencial

VIGÊNCIA: 25/07/2014 - 25/07/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 23.223,55 (Vinte e três mil, duzentos e vinte e reais e cinquenta e cinco centavos)

DATA ASSINATURA: 25/07/2014

TREZE TÍLIAS, 25 de Julho de 2014.

Regimento Conferencia de Cultura

REGIMENTO INTERNO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE TREZE TÍLIAS/SC

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art.1º A II Conferência Municipal de Cultura, convocada pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Mauro Dresch, através do Decreto Municipal nº. 1.906, de 14 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de julho de 2014, terá os seguintes objetivos:

I - Propor estratégias de articulação e cooperação institucional com os entes públicos municipais e destes com a sociedade civil, que dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para a consolidação do Sistema Municipal de Cultura e a construção do Plano Municipal de Cultura envolvendo os respectivos componentes;

II - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

III - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura locais o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais, através de capacitação em elaboração de projetos culturais;

IV - Avaliar os resultados obtidos nas Conferências Municipais de

Cultura anteriores.

V - Realizar o demonstrativo de atividades e ações da Secretaria Municipal de Cultura no exercício 2013-2014.

CAPÍTULO II - DO TEMÁRIO

Art.2º O tema geral da II Conferência Municipal de Cultura será "Discutindo ideias, construindo um Plano: A Consolidação do Sistema Municipal de Cultura e a elaboração do Plano Municipal de Cultura", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional.

Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da II Conferência Municipal de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

1 - PAPEL DO MUNICÍPIO

1.1. Fortalecer a função do estado na institucionalização das políticas culturais

1.2. Intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural

1.3. Consolidar a execução de políticas públicas para cultura

2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2.1. Estimular a organização de instâncias consultivas

2.2. Construir mecanismos de participação da sociedade civil

2.3. Ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores

Parágrafo único: As propostas originadas da II Conferência Municipal devem ser agrupadas conforme os eixos e sub-eixos temáticos.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A II Conferência Municipal de Cultura, terá representação da sociedade civil e do poder público local e será realizada na cidade de Treze Tílias, nos dias 08 e 09 de agosto de 2014.

Art. 5º A II Conferência Municipal de Cultura tem caráter propositivo e deliberativo e será realizada sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Treze Tílias através da Secretaria de Cultura e Esportes responsável pela Conferência.

Art. 6º A II Conferência Municipal de Cultura de Treze Tílias será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pela Secretária de Cultura e Esportes, Sra. Gabriela Rugere de Oliveira Jorge, responsável pela Conferência.

Art. 7º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a II Conferência Municipal de Cultura contará com a Comissão Organizadora Municipal composta por cinco integrantes do Conselho Municipal de Cultura, entre representantes do executivo e da sociedade civil local.

Parágrafo Único. Fica a Secretária de Cultura e Esportes responsável pela coordenação da Comissão Organizadora Municipal.

Art. 8º Compete à Comissão Organizadora Municipal:

I - definir o Regimento Interno da II Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;

II - auxiliar na organização da II Conferência Municipal de Cultura;

III - assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da II Conferência Municipal de Cultura;

IV - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

CAPÍTULO IV - DOS PARTICIPANTES

Art. 9º Serão participantes da Conferência Municipal de Cultura cidadãos residentes no município, constituídos em quatro categorias:

- I - Sociedade civil com direito a voz e voto;
- II - Poder público com direito a voz e voto;
- II - Convidados com direito a voz;
- IV - Observadores sem direito a voz e voto.

Art. 10º São condições para ser participante da II Conferência Municipal de Cultura, com direito a voz e voto:

- I - Possuir idade mínima de 16 anos comprovada através de documento no ato do credenciamento;
- II - Ter residência no município sede da Conferência há pelo menos um ano, comprovado através de documento no ato do credenciamento;
- III - Credenciar-se através de formulário próprio, disponibilizado pela Comissão Organizadora Municipal da II Conferência Municipal de Cultura;
- IV - Inscrever-se em um dos grupos de trabalho dos eixos temáticos;
- V- Estar presente na plenária no momento da eleição, portando crachá de credenciamento.

Art. 11 O credenciamento para a II Conferência Municipal de Cultura terá início quinze minutos antes da sessão solene de abertura e terminará no horário de início das palestras temáticas.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 As deliberações nos grupos de trabalho dos eixos temáticos e plenária se darão por maioria simples de votos.

Art. 13 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura de Treze Tílias.

Art. 14 Este Regimento entra em vigor após publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Treze Tílias/SC, 21 de julho de 2014.

Gabriela Rugere de Oliveira Jorge
Secretária Municipal de Cultura e Esportes
Coordenadora da Comissão Organizadora Municipal da
II Conferência Municipal de Cultura de Treze Tílias/SC

Portaria Nº 078

PORTARIA Nº 078/14 DE 21 DE JULHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
José Léo Gonçalves	01/10/2012 a 30/09/2013	21/07/2014 a 30/07/2014	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 21 DE JULHO DE 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Ata de Registro de Preços Nº 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 58/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de óleo hidráulico e lubrificante para os caminhões e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Lubrificante SAE 15W/40 API GL4 que atenda as especificações ACEA E3-96, E5-02, E7-04, MB 228.3, Volvo VDS-3, Cummins CES20078, Caterpillar ECF-1, Balde 20 litros (6568)	BD	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	147,0000	1
2	Óleo Lubrificante Hidráulico API GL-4 SAE 30 que atenda as especificações Allison C-3, CAT TO-2, Ford M2C88B, Massey Ferguson M1135, John Deere J20A, Balde 20 litros (6559)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	PETRONAS	0	193,0000	1
3	Óleo Lubrificante Hidráulico API GL-4 SAE 10W/30 que atenda as especificações Allison C-4, ZF TE ML 03E, Massey Ferguson M-1135, New Holland ESN4-M2C-88B, John Deere J20C, Balde 20 litros (6560)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	PETRONAS	0	200,0000	1
4	Óleo Lubrificante Hidráulico API HLP ISO 68 que atenda as especificações HLP/HF-0, HF-1, HF-2, Cindimati Machine, Balde 20 litros (6561)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	114,0000	1
5	Óleo para Transmissão Hidráulica ATF Tipo (A) que atenda as especificações GM ATF Tipo A, suíno A, Allison C-3, Balde 20 litros (6562)	BD	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	114,5000	2
6	Óleo para engrenagens API GL-5 SAE 90 que atenda as especificações US MIL-L-2105D, Balde 20 litros (6563)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	142,1100	1
7	Óleo para engrenagens API GL-5 SAE 85W/140 que atenda as especificações US MIL-L-2105D, Balde 20 litros (6564)	BD	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	158,9000	2
			MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	145,5000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	146,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 58/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 58/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de óleo hidráulico e lubrificante para os caminhões e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Óleo para engrenagens API GL-5 SAE 140 que atenda as especificações US MIL-L-2105D. Balde 20 litros (6565)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	146,5000	1
9	Óleo para engrenagem API GL-4 SAE 80 W. Balde 20 litros. (8388)	BD	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	147,0000	2
10	Óleo Lubrificante SAE 40 API CF mineral para motores a diesel e que atenda as especificações de caixas de engrenagem ZF e Eaton. Balde 20 litros (6567)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	135,0000	1
11	Óleo Lubrificante SAE 50 API CF mineral para motores a diesel e que atenda as especificações de caixas de engrenagem ZF e Eaton. Balde 20 litros (6568)	BD	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	135,6000	2
13	Graxa a base de lítio MP2 que atenda as especificações NLGL 1,2,3. Balde 20kg (6570)	BD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	121,0000	1
14	Estopa de linha colorida 25 kg (6571)	Fardo	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	122,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	AGECOM	0	130,0000	1
			MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	AGECOM	0	130,5000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1260)	PETRONAS	0	201,0000	1
			MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	PETRONAS	0	201,2400	2
			MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)	ADANTEX	0	58,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 58/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de óleo hidráulico e lubrificante para os caminhões e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Desingripante 300ml 200gr (6573)	FR	MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA (2471)		0	4,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 58/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de óleo hidráulico e lubrificante para os caminhões e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2014
PROCESSO Nº 58/2014

(1260) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
(2471) - MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA

Treze Tílias, 25 de Julho de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2014

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 59/2014 Data do Registro: 25/07/2014 Válido até: 25/07/2015						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Açúcar refinado especial - Pacote 1kg (6053)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	alto alegre	0	1,9900
2	Água recarga 20 litros (6735)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	treze tilias	0	6,4900
3	Azeite - (6460)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	16,9900
4	Amido de milho - Caixa 1kg (5614)	CX	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	apti	0	3,8000
5	Arroz parboilizado - classe longo fino - Tipo 1 - Pacote 5kg (5553)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	fazenda	0	8,9900
6	Banana (5557)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	2,2500
7	Batata inglesa (5885)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	2,1500
8	Bolacha salgada - pacote 400 gr (8425)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	marila	0	3,8500
9	Bolacha tipo Maria - pacote 400 gr (8426)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	marila	0	3,7500
10	Café solúvel granulado - Vidro 200gr (5595)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	antigo	0	7,9900
11	Café torrado e moído especial com selo de pureza da ABIC - Pacote 500gr (6056)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	pele	0	5,9900
12	Canela em pó - 30gr (5620)	UN	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	incas	0	1,1900
13	Canjica de milho Tipo 1 - Pacote 500gr (5616)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	jurela	0	1,5900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2014

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 59/2014 Data do Registro: 25/07/2014 Válido até: 25/07/2015						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário
14	Carne moída de 2ª, fresca, inspecionada, embalada em kg (6094)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	zecca	0	11,4900
15	Cebola (5569)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	2,1700
16	Cenoura (5567)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	2,1500
17	Chá diversos sabores - (camomila, hortelã, erva doce, capim cidreira) Caixa com 20 saquinhos (6727)	CX	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	marte leao	0	3,2500
18	Chocolate em pó com açúcar cristal, cacau em pó, sal e aroma artificial de baunilha, não contém glúten - Pacote 1kg (6114)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	milkin	0	6,9900
19	Coxa e sobrecoxa de frango inspecionada (6095)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	SEVA	0	4,7000
20	Cravo da Índia - Pacote 12gr (6122)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	vale sul	0	4,7500
21	Doce de leite - 400 gr (8427)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	incas	0	1,0800
22	Doces de fruta diversos sabores - 400 gr (8426)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	incas	0	3,5900
23	Erva mate - pacote de 1kg. (8415)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	Tirol	0	4,5500
			PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	piã	0	2,7500
			PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	Dos Alpes	0	2,8800
			SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	da casa	0	9,4900
			PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	Treze Tílias	0	9,9800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2014

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 59/2014 Data do Registro: 25/07/2014 Válido até: 25/07/2015

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Ervilha em lata - 200 gr (8421)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	tilian	0	1,4900	1
25	Extrato de tomate concentrado - Lata 850gr (5600)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	ironil	0	5,9900	1
26	Farinha de Trigo Especial Tipo 1 - fortificada com ferro e ácido fólico - Pacote 5kg (5547)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	specht	0	11,4900	1
	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)			Specht	0	13,9000	2
27	Fermento em pó químico - 250gr (5593)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	Royal	0	4,8500	1
			SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	fermix	0	4,8900	2
29	Laranja - (5906)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	2,1500	1
30	Leite Condensado 395 g (2971)	CX	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	piracanjuba	0	2,3900	1
31	Leite UHT Integral - 3% de gordura - Caixa com 12 litros (5546)	Caí	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	sabor colonial	0	25,8000	1
32	Limão Galego (8430)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	3,2800	1
33	Maça (5558)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	3,5900	1
34	Malonese - 500 g (8432)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	liza	0	4,7900	1
35	Mamão (5561)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	3,2900	1
36	Manga - (5560)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	3,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2014

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 59/2014 Data do Registro: 25/07/2014 Valido até: 25/07/2015

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Margarina, 0 % de gordura trans - 500 gr (6424)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	daydon	0	3,5900	1
38	Massa para pastel enriquecida com ferro e ácido fólico - pacote 1kg (6419)	PCT	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	D'Boa	0	8,7000	1
39	Melancia - (6429)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	osmar	0	1,3500	1
40	Milho verde em lata - 200 gr (6420)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	fujini	0	1,3900	1
41	Óleo de soja refinado 0% gorduras trans - 900ml (5601)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	coarano	0	2,5900	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	coarano	0	3,4800	2
42	Ovos - Dúzia (5615)	Dúzia	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	patis	0	4,4900	1
43	Pipoca - Pacote 500gr (6131)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	jureia	0	2,1900	1
44	Presunto fatiado inspecionado - kg (6418)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	sadia	0	17,6500	1
45	Queijo fatiado inspecionado (6103)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	st barbara	0	17,4900	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)	lircol	0	18,9000	2
46	Sal refinado iodado - Pacote 1kg (6083)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	monete	0	0,5900	1
47	Salsicha para cachorro quente - pacote 2,8 kg (6417)	PCT	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	por kilo papari	0	7,1400	1
48	Sardinha em lata (6431)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.J. LTDA - EPP (2003)	gomes da cost	0	2,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 59/2014

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 59/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Tomate (5564)	KG	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.LTDA - EPP (2003)	osmar	0	4,3800	
51	Vinagre de maça - 750ml (6125)	UN	SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.LTDA - EPP (2003)	keller	0	1,2900	
52	Bolacha caseira - diversos sabores. (8445)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	16,0000	
53	Bolo rechado - diversos sabores. (8443)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	16,7500	
54	Bolo sem rechado (inglês, fofiguieiro, laranja, tuba,apim) (8435)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	14,7000	
55	Croquete de carne. Com tamanho aproximado de 08cm. (8449)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,4900	
56	Grositol. Com peso aproximado de 60gr. (8448)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,6900	
57	Pizza diversos sabores - tamanho aproximado 50cm x 30cm (8433)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	34,9000	
58	Pastel assado com peso aproximado de 150 gr. Sabores: frango, carne, cenoura, palmito, tomate, ervilha, milho verde, queijo. (8437)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	2,5500	
59	Pastel frito pequeno. Tamanho aproximado: 08 cm. Sabor: carne moída. (8439)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,5900	
60	Pão de queijo tradicional. Com peso aproximado de 35gr. (8441)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,7900	
61	Pão de cachorro quente. Com peso aproximado de 50gr. (8446)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,5500	
62	Pão francês (6133)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	7,8000	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 59/2014

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 59/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.LTDA - EPP (2003)	st teresinha	0	7,8900	2
63	Pão fatiado - pacote 500 gr. (8447)	PCT	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	3,9800	1
			SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J.LTDA - EPP (2003)	st teresinha	0	3,9900	2
64	Risoles pequeno de frango. Com tamanho aproximado de 07cm. (8438)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,4900	1
65	Sorrito assado médio - peso aprox. 40gr (8434)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,4900	1
66	Salgado tipo coxinha de frango. Com tamanho aproximado de 07cm. (8442)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,4900	1
67	Salgado folhado. Com tamanho aproximado de 10cm. (8444)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,7000	1
68	Salgado tipo esfirra. Com tamanho aproximado de 08cm. (8450)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,6400	1
69	Sanduíche natural (frango, alface, cenoura e queijo) (8436)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 59/2014

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 59/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Salgado tipo canudinho. Tamanho aproximado 07 cm. (8440)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,2400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 59/2014

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 59/2014		Data do Registro: 25/07/2014		Válido até: 25/07/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Treze Tílias.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2014
PROCESSO Nº 59/2014

(1833) - PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA
(2003) - SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J. LTDA - EPP

Treze Tílias, 25 de Julho de 2014.

Trombudo Central

PREFEITURA

Portaria 394/14

PORTARIA 394/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ROSMAY MARCELINO STEUCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18/03/2006 a 18/03/2011, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Portaria 395/14

PORTARIA 395/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ROSANGELA SAMAGAIA FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/06/2001 a 03/06/2006, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Portaria 396/14

PORTARIA 396/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. DILMA GEREMIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07/02/2003 a 07/02/2008, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Portaria 397/14

PORTARIA 397/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. NERECY SIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/02/2009 a 02/02/2014, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Portaria 398/14

PORTARIA 398/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. VERGINIA HÜBES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19/12/2008 a 19/12/2013, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Portaria 399/14

PORTARIA 399/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ZULNEI LUCHTENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encarregado do Departamento Pessoal, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/1995 a 01/07/2000, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Portaria 400/14

PORTARIA 400/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. EDSON STEUCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27/06/2009 a 27/06/2014, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Portaria 401/14

PORTARIA 401/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. VILSON WESTPHAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23/07/1996 a 23/07/2001, para o mês de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

Portaria 402/14

PORTARIA 402/14 DE 25 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. LAURITA MARINHO MARCELINO ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente/Faxineira, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/03/2008 a 04/03/2014, a partir de 25 de Julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

ALESSANDRO KLUG

Secretário da Saúde

Decreto 098/14

DECRETO 098/14 DE 25 DE JULHO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 007/2014 AO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a classificação final do processo seletivo 007/2014 ao cargo de Operador de Máquina, conforme abaixo descrito:

OPERADOR DE MÁQUINA

NOME	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Eder Júnior Inácio	7,20	9,50	8,58	1º
Vanderlei Pereira	6,00	9,00	7,80	2º
Reinaldo Felipe Coelho	6,80	8,00	7,52	3º
José Ferreira da Cruz	4,40	9,50	7,46	4º
Ademir Luiz Brustolin	5,20	7,50	6,58	5º
Marcos dos Santos	0,00	0,00	0,00	Desclassificado

Trombudo Central, 25 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL**Altera Dispositivos da Resolução Nº 01/2013 "Que Dispõe Sobre O Regimento Interno da Câmara Municipal de Trombudo Central E Estabelece Outras Providências".**

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 08 DE JULHO DE 2014.

Altera dispositivos da Resolução nº 01/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Trombudo Central e estabelece outras providências.

EDSON LUIZ MORAIS, Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal na sessão realizada em 07 de julho de 2014, aprovou e eu promulgo a presente:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica alterada a redação do § 3º do art. 38 da Resolução nº 01/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Trombudo Central, passando a vigorar da seguinte forma:

.....
Art. 38

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os membros da Mesa integrarão, com exceção do Presidente da Câmara, as Comissões Legislativas Permanentes.

.....

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 08 de julho de 2014.

Edson Luiz Moraes

Presidente

"Aprova As Contas do Exercício de 2012, do Município de Trombudo Central - Santa Catarina E Dá Outras Providências"

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2014

"Aprova as Contas do Exercício de 2012, do Município de Trombudo Central - Santa Catarina e dá Outras Providências".

EDSON LUIS MORAIS, Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais:

FAÇO SABER, a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam APROVADAS as Contas do Exercício de 2012 do Município de Trombudo Central - Santa Catarina, tomando por base o parecer do Tribunal de Contas do Estado, que passa a ser parte integrante do presente Decreto Legislativo.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.

EDSON LUIZ MORAIS

Presidente da Câmara de Vereadores

Tunápolis

PREFEITURA

Lei 101/00 - LRF - Anexos RREO



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.323.664,44	14.323.664,44	3.057.682,36	21,35	9.336.882,51	4.986.781,93
RECEITAS CORRENTES	14.304.703,78	14.304.703,78	2.402.792,16	16,80	7.405.740,95	6.896.962,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	690.855,18	690.855,18	107.112,57	15,50	438.377,84	252.477,34
IMPOSTOS	548.540,65	548.540,65	98.189,35	17,90	320.360,73	228.179,92
TAXAS	132.314,53	132.314,53	8.923,22	6,74	118.017,11	14.297,42
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	99.178,40	99.178,40	15.365,63	15,49	46.931,94	52.246,46
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	99.178,40	99.178,40	15.365,63	15,49	46.931,94	52.246,46
RECEITA PATRIMONIAL	60.039,70	60.039,70	22.439,14	37,37	63.011,26	-2.971,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	60.039,70	60.039,70	22.439,14	37,37	63.011,26	-2.971,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	571.262,69	571.262,69	150.241,05	26,30	373.512,90	197.749,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.846.762,12	12.846.762,12	2.091.403,68	16,28	6.444.804,59	6.401.957,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.820.012,84	12.820.012,84	2.085.508,13	16,27	6.429.471,83	6.390.541,01
Transf. de Conv.	26.749,28	26.749,28	5.895,55	22,04	15.332,76	11.416,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.605,69	35.605,69	16.230,09	45,58	39.102,42	-3.496,73
Multas e Juros de Mora	14.428,05	14.428,05	4.340,43	30,08	15.816,99	-1.388,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	20.927,64	20.927,64	11.579,66	55,33	22.975,43	-2.047,79
RECEITAS DIVERSAS	250,00	250,00	310,00	124,00	310,00	-60,00
RECEITAS DE CAPITAL	18.960,66	18.960,66	654.890,20	453,94	1.931.141,56	-1.912.180,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000,00	3.000,00	84.960,00	832,00	84.960,00	-81.960,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	3.000,00	84.960,00	832,00	84.960,00	-81.960,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	14.460,66	14.460,66	0,00	0,00	6.771,81	7.688,85
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	569.930,20	0,00	1.839.409,75	-1.839.409,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	178.346,00	-178.346,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	569.930,20	0,00	1.661.063,75	-1.661.063,75
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Outras Receitas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.323.664,44	14.323.664,44	3.057.682,36	21,35	9.336.882,51	4.986.781,93

Continua 1/3



Continua 2/3

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (grf)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.323.664,44	5.046.196,05	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21		2.598.414,29	9.016.492,66	46,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—		—	320.389,85	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.323.664,44	5.046.196,05	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21		2.598.414,29	9.336.882,51	46,55

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-	TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55
	LEGISLATIVA	502.779,41	502.779,41	54.396,89	195.074,39	57.090,86	186.148,46	2,06	37,02
	AÇÃO LEGISLATIVA	502.779,41	502.779,41	54.396,89	195.074,39	57.090,86	186.148,46	2,06	37,02
	Administração	1.721.529,90	1.664.012,76	185.650,41	1.199.506,39	275.417,07	897.423,04	9,95	53,93
	Administração Geral	1.721.529,90	1.664.012,76	185.650,41	1.199.506,39	275.417,07	897.423,04	9,95	53,93
	Segurança Pública	36.149,28	162.839,88	1.639,20	103.530,38	666,60	101.568,98	1,13	62,37
	Policimento	36.149,28	162.839,88	1.639,20	103.530,38	666,60	101.568,98	1,13	62,37
	Assistência Social	624.704,93	813.570,40	49.748,10	340.951,56	92.995,23	244.979,75	2,72	30,11
	Assistência ao Idoso	166.162,16	187.089,51	12.581,59	74.566,02	23.219,52	60.425,04	0,67	32,30
	Assistência à Criança e ao Adolescente	147.375,17	150.237,40	7.389,62	87.757,30	17.737,76	53.817,80	0,60	35,82
	Assistência Comunitária	311.167,60	476.243,49	29.776,89	178.628,24	52.037,95	130.736,91	1,45	27,45
	Saúde	3.152.626,86	4.363.306,78	548.286,32	2.420.360,97	599.986,12	1.928.873,42	21,39	44,21
	Atenção Básica	2.042.569,53	3.069.670,65	408.388,27	1.564.021,11	404.376,98	1.274.128,87	14,13	41,51
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.083.215,69	1.194.497,53	122.654,22	824.818,22	194.070,22	644.630,22	7,15	53,97
	Vigilância Sanitária	15.130,40	38.208,53	474,31	14.752,12	1.538,92	10.114,33	0,11	26,47
	Vigilância Epidemiológica	9.711,24	18.557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alimentação e Nutrição	2.000,00	42.372,57	16.769,52	16.769,52	0,00	0,00	0,00	0,00
	Educação	3.383.406,49	3.973.826,80	1.026.707,02	2.264.099,11	525.014,74	1.526.909,65	16,93	38,42
	Alimentação e Nutrição	72.190,95	72.250,95	10.477,80	22.920,52	9.910,53	21.986,14	0,24	30,43
	Ensino Fundamental	1.944.621,84	2.025.969,62	307.655,07	1.090.570,12	294.670,66	929.247,44	10,31	45,87
	Ensino Médio	137.755,95	137.755,95	14.913,79	46.286,30	14.913,79	38.752,05	0,43	28,13
	Ensino Superior	51.000,00	51.000,00	29.131,80	29.131,80	29.131,80	29.131,80	0,32	57,12
	Educação Infantil	1.092.837,75	1.601.850,28	664.528,56	992.190,37	163.387,96	466.292,22	5,17	29,11
	Educação Especial	85.000,00	85.000,00	0,00	83.000,00	13.000,00	41.500,00	0,46	48,82
	Cultura	364.400,25	494.400,25	54.961,98	337.728,47	126.712,36	300.122,30	3,33	60,70
	Difusão Cultural	222.400,25	222.400,25	23.235,23	77.599,49	23.922,86	73.310,87	0,81	32,96
Turismo	40.000,00	40.000,00	33.317,55	33.317,55	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lazer	102.000,00	232.000,00	-1.590,80	226.811,43	102.789,50	226.811,43	2,52	97,76	
Urbanismo	643.779,96	1.164.719,42	545.201,03	863.719,13	82.856,70	289.206,54	3,21	24,83	
Infra-Estrutura Urbana	643.779,96	1.164.719,42	545.201,03	863.719,13	82.856,70	289.206,54	3,21	24,83	
Habitação	105.000,00	102.377,71	-4.000,00	56.000,00	9.324,24	21.933,63	0,24	21,42	
Habitação Urbana	105.000,00	102.377,71	-4.000,00	56.000,00	9.324,24	21.933,63	0,24	21,42	

Continua 1/3



Município de TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55
Saneamento	387.712,90	454.616,51	15.800,53	302.115,60	41.767,02	195.672,10	2,17	43,04
Saneamento Básico Urbano	387.712,90	454.616,51	15.800,53	302.115,60	41.767,02	195.672,10	2,17	43,04
Agricultura	1.302.024,07	2.692.274,34	270.098,36	2.283.293,24	145.646,32	1.928.535,52	21,39	71,63
Extensão Rural	1.068.024,07	2.482.274,34	270.098,36	2.096.594,03	110.004,70	1.750.582,00	19,42	70,52
Promoção da Produção Agropecuária	204.000,00	204.000,00	0,00	181.845,75	35.641,62	173.100,06	1,92	84,85
Defesa Agropecuária	30.000,00	6.000,00	0,00	4.853,46	0,00	4.853,46	0,05	80,89
Indústria	65.000,00	309.993,22	293.459,91	301.961,41	736,37	2.400,91	0,03	0,77
Promoção Industrial	65.000,00	309.993,22	293.459,91	301.961,41	736,37	2.400,91	0,03	0,77
Comércio e Serviços	100.000,00	95.000,00	-10.000,00	65.000,00	10.310,90	30.878,19	0,34	32,50
Promoção Comercial	100.000,00	95.000,00	-10.000,00	65.000,00	10.310,90	30.878,19	0,34	32,50
Comunicações	0,00	83.244,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	83.244,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	122.678,40	122.810,67	9.222,44	28.813,54	9.222,44	28.813,54	0,32	23,46
Energia Elétrica	122.678,40	122.810,67	9.222,44	28.813,54	9.222,44	28.813,54	0,32	23,46
Transporte	1.503.390,11	2.061.606,21	406.879,75	1.545.550,72	571.831,50	1.205.981,41	13,38	58,50
Transporte Rodoviário	1.503.390,11	2.061.606,21	406.879,75	1.545.550,72	571.831,50	1.205.981,41	13,38	58,50
Desporto e Lazer	220.481,88	220.481,88	54.871,84	147.226,30	40.720,96	102.907,02	1,14	46,67
Desporto Comunitário	220.481,88	220.481,88	54.871,84	147.226,30	40.720,96	102.907,02	1,14	46,67
Encargos Especiais	88.000,00	88.000,00	0,00	50.000,00	8.114,86	24.138,20	0,27	27,43
Serviço da Dívida Interna	58.000,00	58.000,00	0,00	50.000,00	8.114,86	24.138,20	0,27	41,62

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55	10.353.367,83
Encargos Especiais	88.000,00	88.000,00	0,00	50.000,00	8.114,86	24.138,20	0,27	27,43	63.861,80
Outros Encargos Especiais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55	10.353.367,83

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-	TÉCNICO DE CONTROLE INTER

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

LEI 101/00 – LRF - ANEXOS RREO



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (JUL. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		1.110.450,95	1.241.118,31	1.319.717,32	1.343.125,31	1.395.116,15	1.719.445,54	1.539.434,00	1.512.964,78	1.287.352,31	1.489.126,63	1.459.852,18	1.357.178,44	16.774.781,92	16.705.422,18
RECEITA TRIBUTÁRIA		46.997,55	40.198,17	39.141,33	40.705,20	40.538,59	51.236,01	47.157,80	80.887,22	77.993,47	125.436,98	46.510,47	60.602,10	697.195,69	690.855,18
I.P.T.U.		4.446,51	1.925,93	1.959,78	50,19	13,62	255,37	0,00	104,34	8.190,05	40.961,73	5.861,39	5.317,48	67.287,39	76.191,67
I.R.R.F		9.987,54	10.080,22	10.765,57	9.237,56	14.392,25	20.945,28	7.948,39	6.447,96	22.282,51	13.615,05	14.116,14	12.855,56	152.654,03	127.386,48
I.S.S.		13.226,40	16.746,90	13.054,87	17.067,55	17.193,84	17.801,59	19.446,90	19.956,78	21.549,15	18.634,92	19.653,99	17.644,88	212.177,68	209.619,96
I.T.B.I.		14.628,40	9.886,00	13.622,00	12.842,00	6.679,62	9.396,00	8.800,00	10.218,00	6.835,60	16.980,00	2.120,00	20.620,00	132.637,69	135.342,55
Outras Receitas Tributárias		4.708,63	1.567,12	1.539,11	1.510,90	2.259,26	2.836,77	10.962,31	43.860,14	19.126,16	35.045,28	4.759,04	4.184,18	132.438,90	142.314,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.738,22	6.392,25	6.365,56	7.080,39	7.575,94	7.883,54	7.883,54	7.516,78	7.740,10	8.425,89	7.214,98	8.150,65	86.823,14	99.178,40
RECEITA PATRIMONIAL		6.552,22	6.582,75	6.523,57	7.913,83	7.519,18	8.105,97	9.310,36	11.382,39	10.215,80	9.663,57	11.505,08	10.934,06	106.211,78	60.039,70
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		40.479,80	55.125,82	54.969,36	59.545,30	55.273,99	82.385,09	44.774,03	57.242,17	70.305,46	59.950,19	58.924,03	91.317,02	721.290,26	571.282,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.009.009,63	1.123.147,60	1.210.307,23	1.222.448,24	1.280.934,53	1.588.637,06	1.427.945,70	1.339.934,11	1.119.022,05	1.282.327,98	1.328.668,59	1.176.973,55	15.099.357,27	15.247.480,52
Cota-Parte do F.P.M.		325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.086,30	429.779,99	5.727.807,81	5.875.145,33
Cota-Parte do I.C.M.S.		427.656,12	448.386,26	476.033,89	456.705,44	508.638,22	506.481,33	506.729,60	482.251,94	489.233,63	477.096,12	484.964,59	492.008,42	5.756.555,56	5.738.340,86
Cota-Parte do I.P.V.A.		33.466,23	34.873,11	30.787,70	22.375,92	18.104,55	11.180,68	15.647,71	21.073,84	30.397,73	34.394,31	38.083,85	33.484,40	323.870,03	278.423,71
Cota-Parte do ITR.		0,00	36,60	776,39	22.210,14	18,07	0,00	18,83	6,16	7,49	35,59	0,00	0,00	23.109,27	2.181,08
Outras Transferências Correntes		114.548,00	98.336,51	234.088,47	255.460,23	136.764,57	184.108,12	182.419,93	77.250,55	109.586,91	234.212,38	105.343,13	101.175,18	1.833.593,98	1.862.434,20
Transferências da LC 61/1989		6.885,76	7.346,42	6.682,52	7.143,64	7.924,16	8.460,22	8.103,74	6.860,82	6.703,91	7.299,20	7.939,16	7.561,63	88.900,27	82.998,28
Transferências da LC 87/1996		2.105,31	2.105,31	2.105,31	2.103,31	2.105,31	2.105,31	2.141,44	0,00	0,00	2.141,44	2.141,44	2.141,44	23.330,06	26.902,72
Transferências do FUNDEB		98.152,39	105.933,62	106.784,66	103.764,85	116.201,00	118.053,09	115.156,46	115.156,46	106.299,09	107.102,75	117.107,12	110.822,49	1.322.181,29	1.381.454,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.670,53	9.673,72	2.410,27	5.428,35	3.273,92	2.382,77	16.102,11	16.102,11	2.085,43	2.322,02	7.029,03	9.201,06	63.903,78	35.605,69
DEDUÇÕES (II)		159.201,64	183.775,32	173.886,60	172.644,59	208.473,05	208.845,83	225.494,29	229.952,21	180.627,02	190.202,41	221.245,48	192.994,98	2.341.894,42	2.400.718,40
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		159.201,64	183.775,32	173.886,60	172.644,59	208.473,05	208.845,83	225.494,29	229.952,21	180.627,02	190.202,41	221.245,48	192.994,98	2.341.894,42	2.400.718,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		951.249,31	1.057.342,99	1.145.830,72	1.170.480,72	1.186.643,10	1.510.599,71	1.313.939,71	1.283.359,57	1.106.725,29	1.298.924,22	1.238.606,70	1.164.183,46	14.432.887,50	14.304.703,78

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORACROSC 027.129/O-5	TECNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	296.842,61	281.460,50	273.651,35
DEDUÇÕES (II)	1.653.240,79	1.340.125,80	1.795.705,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.671.954,83	3.293.455,37	2.611.909,74
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.714,04	1.953.329,57	816.204,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.356.398,18	-1.058.665,30	-1.522.053,98
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.356.398,18	-1.058.665,30	-1.522.053,98

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-463.388,68	-165.655,80

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.244.664,08	2.380.353,02	7.342.729,69	6.488.810,03
Receita Tributária	690.855,18	107.112,57	438.377,84	376.182,67
I.P.T.U.	76.191,67	11.178,87	60.434,99	58.260,14
I.S.S.	209.619,95	37.298,78	117.086,53	90.499,01
I.T.B.I.	135.342,55	22.740,00	65.573,60	51.096,54
I.R.R.F.	127.386,48	26.971,70	77.265,61	71.564,96
Outras Receitas Tributárias	142.314,53	8.923,22	118.017,11	104.762,02
Receita de Contribuição	99.178,40	15.365,63	46.931,94	42.850,23
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	99.178,40	15.365,63	46.931,94	42.850,23
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	60.039,70	22.439,14	63.011,26	31.519,61
(-) Aplicações Financeiras	60.039,70	22.439,14	63.011,26	31.519,61
Transferências Correntes	12.846.762,12	2.091.403,68	6.444.804,59	5.787.401,67
F.P.M.	4.700.116,26	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	4.590.672,69	781.578,59	2.345.827,97	2.077.383,94
Convênios	26.749,28	5.895,55	15.332,76	11.512,22
Outras Transferências Correntes	3.529.223,89	501.634,07	1.651.857,35	1.441.830,40
Demais Receitas Correntes	607.868,38	166.471,14	412.615,32	282.375,46
Dívida Ativa	20.927,64	11.579,66	22.975,43	14.982,47
Diversas Receitas Correntes	586.940,74	154.891,48	389.639,89	267.392,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18.960,66	654.890,20	1.931.141,56	330.666,38
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	14.460,66	0,00	6.771,81	19.610,09
Alienação de Ativos (V)	3.000,00	84.960,00	84.960,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	569.930,20	1.839.409,75	311.056,29
Convênios	0,00	569.930,20	1.661.063,75	58.576,29
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	178.346,00	252.480,00
Outras Receitas de Capital	500,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	500,00	569.930,20	1.839.409,75	311.056,29
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.245.164,08	2.950.283,22	9.182.139,44	6.799.866,32
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.588.470,54	2.268.394,14	6.900.792,58	6.108.710,10
Pessoal e Encargos Sociais	6.606.079,46	1.103.614,28	3.338.355,89	2.892.791,74
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	305,71	946,94	1.123,79
Outras Despesas Correntes	7.977.391,08	1.164.474,15	3.561.489,75	3.214.794,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.583.470,54	2.268.088,43	6.899.845,64	6.107.586,31
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.751.389,95	330.020,15	2.115.700,08	512.498,35
Investimentos	4.698.389,95	322.211,00	2.092.508,82	490.561,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	53.000,00	7.809,15	23.191,26	21.936,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.698.389,95	322.211,00	2.092.508,82	490.561,65



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.311.860,49	2.590.299,43	8.992.354,46	6.598.147,96
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.066.696,41	359.983,79	189.784,98	201.718,36
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	791.771,21	0,00
Superávit Financeiro	-	-	791.771,21	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-211.873,74

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

 ENOI SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	18.714,04	18.714,04	-	-	-	289.235,49	244.503,07	244.503,07	-	44.732,42
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	18.714,04	18.714,04	0,00	0,00	0,00	289.235,49	244.503,07	244.503,07	0,00	44.732,42
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	49,30	49,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FIN.	0,00	10.935,86	10.935,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E L	0,00	4.863,60	4.863,60	0,00	0,00	0,00	265.063,69	220.561,27	220.561,27	0,00	44.502,42
SECRETARIA MUNICIPAL DA INDUSTRIA E COMER	0,00	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	24.171,80	23.941,80	23.941,80	0,00	230,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE E BEM ESTAR	0,00	307,82	307,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E	0,00	1.657,46	1.657,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	18.714,04	18.714,04	0,00	0,00	0,00	289.235,49	244.503,07	244.503,07	0,00	44.732,42

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNC

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	554.765,65	554.765,65	98.427,75	321.467,28	57,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.096,67	80.096,67	11.276,74	60.670,90	75,75
1.1.1- IPTU	76.191,67	76.191,67	11.178,87	60.434,99	79,32
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.540,00	1.540,00	97,87	97,87	6,36
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.785,00	1.785,00	0,00	115,58	6,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	580,00	580,00	0,00	22,46	3,87
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	135.342,55	135.342,55	22.740,00	65.573,60	48,45
1.2.1- ITBI	135.342,55	135.342,55	22.740,00	65.573,60	48,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	211.939,95	211.939,95	37.439,31	117.957,17	55,66
1.3.1- ISS	209.619,95	209.619,95	37.298,78	117.086,53	55,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	580,00	580,00	140,53	446,04	76,90
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.360,00	1.360,00	0,00	356,80	26,24
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	380,00	380,00	0,00	67,80	17,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	127.386,48	127.386,48	26.971,70	77.265,61	60,65
1.4.1- IRRF	127.386,48	127.386,48	26.971,70	77.265,61	60,65
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.003.591,98	12.003.591,98	2.071.194,22	6.200.342,90	51,65
2.1- Cota-Parte FPM	5.875.145,33	5.875.145,33	1.002.869,29	3.039.732,94	51,74
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.624.162,36	5.624.162,36	1.002.869,29	3.039.732,94	54,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	250.982,97	250.982,97	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.738.340,86	5.738.340,86	976.973,01	2.932.284,30	51,10
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	26.502,72	26.502,72	4.282,88	10.707,20	40,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	82.998,28	82.998,28	15.500,79	44.468,55	53,58
2.5- Cota-Parte ITR	2.181,08	2.181,08	0,00	68,07	3,12
2.6- Cota-Parte IPVA	278.423,71	278.423,71	71.568,25	173.081,84	62,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.558.357,63	12.558.357,63	2.169.621,97	6.521.810,18	51,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	232.292,81	232.292,81	47.121,41	117.143,29	50,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	114.454,57	114.454,57	22.695,66	76.452,29	66,80
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.739,40	2.739,40	780,00	780,00	28,47
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.340,00	41.340,00	8.504,00	17.008,00	41,14
5.4- Transferências Diretas - PNATE	72.708,84	72.708,84	14.813,38	22.220,07	30,56
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.050,00	1.050,00	328,37	682,93	65,04
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	101.686,51	101.686,51	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	101.686,51	101.686,51	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	182.565,12	182.565,12	37.685,20	77.405,88	42,40
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	414.857,93	414.857,93	186.493,12	296.235,68	71,41
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.400.718,40	2.400.718,40	414.238,46	1.240.067,39	51,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.175.029,07	1.175.029,07	200.573,82	607.946,43	51,74
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.147.668,17	1.147.668,17	195.394,42	586.456,33	51,10
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.300,54	5.300,54	856,56	2.141,40	40,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.599,66	16.599,66	3.100,17	8.893,76	53,58
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	436,22	436,22	0,00	13,59	3,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	55.684,74	55.684,74	14.313,49	34.615,88	62,16
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.382.654,34	1.382.654,34	228.587,29	676.570,21	48,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.381.454,34	1.381.454,34	227.929,61	674.541,00	48,83
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.200,00	1.200,00	657,68	2.029,21	169,10
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.019.264,06	-1.019.264,06	-186.308,85	-565.526,39	55,48
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.313.461,62	1.329.132,10	257.660,52	707.305,32	53,22
13.1- Com Educação Infantil	566.005,62	566.005,62	122.713,97	329.677,87	58,25
13.2- Com Ensino Fundamental	747.456,00	763.126,48	134.946,55	377.627,45	49,48
14- OUTRAS DESPESAS	69.192,72	69.192,72	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	27.749,09	27.749,09	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	41.443,63	41.443,63	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.382.654,34	1.398.324,82	257.660,52	707.305,32	50,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					707.305,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					104,54
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-4,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					15.670,48
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.139.589,41	3.139.589,41	542.405,49	1.630.452,55	51,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	954.117,35	954.117,35	145.447,88	418.504,40	43,86
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	44.665,00	44.665,00	7.389,56	16.962,75	37,98
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	44.665,00	44.665,00	7.389,56	16.962,75	37,98
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.745.527,38	1.821.197,30	257.472,49	853.511,97	46,87
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	788.899,63	804.570,11	134.946,55	377.627,45	46,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	956.627,75	1.016.627,19	122.525,94	475.884,52	46,81
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.699.644,73	2.775.314,65	402.920,37	1.272.016,37	45,83
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-565.526,39
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.029,21
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-563.497,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.835.513,55
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,14
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	115.454,57	120.170,43	11.198,04	51.487,34	42,85
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	116.838,24	625.910,77	26.726,19	36.575,51	5,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	232.292,81	746.081,20	37.924,23	88.062,85	11,80
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.931.937,54	3.521.395,85	440.844,60	1.360.079,22	38,62



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.713,98	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	674.541,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.100.291,13	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.100.291,13	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.029,21	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-2.408.006,94	0,00

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER JANETE REMPEL BIEGER CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC/SC 027.120/O- TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000,00	0,00		1.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.751.389,95	2.115.700,08	0,00	2.635.689,87
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.751.389,95	2.115.700,08	0,00	2.635.689,87
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.750.389,95	-2.115.700,08		-2.634.689,87

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

 ENOI SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	3.000,00	84.960,00	-81.960,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	84.960,00	-81.960,00
TOTAL	3.000,00	84.960,00	-81.960,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	16.062,86	13.195,50	0,00	2.867,36
Investimentos	16.062,86	13.195,50	0,00	2.867,36
TOTAL	16.062,86	13.195,50	0,00	2.867,36

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	9.902,86	71.764,50	81.667,36

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO



Município de TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	554.765,65	554.765,65	321.467,28	57,95
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	76.191,67	76.191,67	60.434,99	79,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	135.342,55	135.342,55	65.573,60	48,45
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	209.619,95	209.619,95	117.086,53	55,86
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	127.386,48	127.386,48	77.265,61	60,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	543,91	25,66
Dívida Ativa dos Impostos	3.145,00	3.145,00	472,38	15,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	960,00	960,00	90,26	9,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.003.591,98	12.003.591,98	6.200.342,90	51,65
Cota-Parte FPM	5.875.145,33	5.875.145,33	3.039.732,94	51,74
Cota-Parte ITR	2.181,08	2.181,08	68,07	3,12
Cota-Parte IPVA	278.423,71	278.423,71	173.081,84	62,16
Cota-Parte ICMS	5.738.340,86	5.738.340,86	2.932.284,30	51,10
Cota-Parte IPI-Exportação	82.998,28	82.998,28	44.468,55	53,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	26.502,72	26.502,72	10.707,20	40,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.502,72	26.502,72	10.707,20	40,40
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.558.357,63	12.558.357,63	6.521.810,18	51,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.979.926,86	3.522.883,41	2.240.508,40	63,60	1.838.219,40	52,18
Pessoal e Encargos Sociais	1.085.505,41	1.345.474,40	750.615,22	55,79	748.391,38	55,62
Outras Despesas Correntes	1.894.421,45	2.177.409,01	1.489.893,18	68,43	1.089.828,02	50,05
DESPESAS DE CAPITAL	172.700,00	840.423,37	179.852,57	21,40	90.654,02	10,79
Investimentos	172.700,00	840.423,37	179.852,57	21,40	90.654,02	10,79

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	172.700,00	840.423,37	179.852,57	21,40	90.654,02	10,79
Investimentos	172.700,00	840.423,37	179.852,57	21,40	90.654,02	10,79
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.152.626,86	4.363.306,78	2.420.360,97	55,47	1.928.873,42	44,21
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.007.604,54	1.941.985,67	801.572,90	33,12	549.931,99	28,51
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.007.354,54	1.343.063,59	622.800,33	25,73	460.357,97	23,87
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	250,00	598.922,08	178.772,57	7,39	89.574,02	4,64
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.007.604,54	1.941.985,67	801.572,90	33,12	549.931,99	28,51
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.145.022,32	2.421.321,11	1.618.788,07	22,35	1.378.941,43	15,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						
400.669,90						

Continua 2/4



Município de TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.042.569,53	3.069.670,65	1.564.021,11	64,62	1.274.128,87	66,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.083.215,69	1.194.497,53	824.818,22	34,08	644.630,22	33,42
Vigilância Sanitária	15.130,40	38.208,53	14.752,12	0,61	10.114,33	0,52
Vigilância Epidemiológica	9.711,24	18.557,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	2.000,00	42.372,57	16.769,52	0,69	0,00	0,00
TOTAL	3.152.626,86	4.363.306,78	2.420.360,97	100,00	1.928.873,42	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 2º da LC 141/2012

Continua 3/4



Município de TUNAPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i)$ - (15 x IIIb)/100]

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER PREFEITO MUNICIPAL	JANETE REMPEL BIEGER CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5	CLEVERSON INACIO KERKHOFF TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO
------------------------------------	--	--

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.323.664,44	
Previsão Atualizada		—	14.323.664,44	
Receitas Realizadas		3.057.682,36	9.336.882,51	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	791.771,21	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.323.664,44	
Créditos Adicionais		—	5.046.196,05	
Dotação Atualizada		—	19.369.860,49	
Despesas Empenhadas		3.502.923,78	12.504.931,21	
Despesas Liquidadas		2.598.414,29	9.016.492,66	
Superavit Orçamentário		—	320.389,85	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.502.923,78	12.504.931,21	
Despesas Liquidadas		2.598.414,29	9.016.492,66	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			14.432.887,50	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		-1.000,00	-165.655,80	
Resultado Primário		-211.873,74	189.784,98	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	289.235,49	0,00	244.503,07	44.732,42
EXECUTIVO	289.235,49	0,00	244.503,07	44.732,42
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	18.714,04	0,00	18.714,04	0,00
EXECUTIVO	18.714,04	0,00	18.714,04	0,00
TOTAL:	307.949,53	0,00	263.217,11	44.732,42
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.835.513,55	25%	28,14
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		707.305,32	60%	104,54
Liquidadas		707.305,32		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.115.700,08	2.635.689,87	

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			84.960,00	-81.960,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			13.195,50	2.867,36
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.378.941,43	15,00	21,14
Liquidadas		1.378.941,43		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.619.586,37	0,00
Pessoal Ativo	6.600.229,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	19.356,90	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.619.586,37	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.619.586,37	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.432.887,50	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,86	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	8.659.732,50	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	8.226.745,88	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	7.793.759,25	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	296.842,61	273.651,35	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	296.842,61	273.651,35	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.653.240,79	1.795.705,33	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.671.954,83	2.611.909,74	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.714,04	816.204,41	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.356.398,18	-1.522.053,98	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.547.476,19	14.432.887,50	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,19%	1,90%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,01%	-10,55%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	16.256.971,43	17.319.465,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	14.631.274,29	15.587.518,50	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.401,52	67.979,28	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	289.235,49	3.533.170,97	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.547.476,19	14.432.887,50	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.980.444,76	3.175.235,25	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.682.400,29	2.857.711,73	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.432.887,50	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.309.262,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.078.335,80	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.010.302,13	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.000,00	0,00	5.000,00
CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	60,28	0,00	60,28
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.318,75	0,00	1.318,75
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	18.390,58	0,00	18.390,58
Convênio de Trânsito - Polícia Militar 35%	4.661,43	0,00	4.661,43
Convênio Funasa - Estação Tratamento de Água	(66.903,61)	0,00	(66.903,61)
Convênio M.Cidades - Pavimentação Asfáltica I	60.219,68	41.278,22	18.941,46
FEP - Fundo Especial do Petróleo	(10.013,26)	0,00	(10.013,26)
FNAS - CRAS - Centro Ref. em Assistência Social	(682,40)	465,72	(1.148,12)
FNAS - IGD - Índice Gestão Descent. Bolsa Família	2.422,37	0,00	2.422,37
FNAS - IGD - SUAS	851,07	127,75	723,32
FNAS - Piso Básico Variável II	2,86	0,00	2,86
FNAS - SCFV/Serv.Convivência e Fortalecimento Vínculos	19.064,52	2.564,00	16.500,52
FNAS - SST/FEAS/Básica/Custeio	10.039,79	0,00	10.039,79
FNAS - SST/FEAS/Benefícios Eventuais/Custeio	2,04	0,00	2,04
FNDE - PNAE - Ensino Fundamental	2.024,05	1.214,39	809,66
FNDE - PNAE - Ensino Infantil	4.422,96	1.973,09	2.449,87
FNDE - Salário Educação	27.733,87	1.948,50	25.785,37
FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária - VS	8.964,27	0,00	8.964,27
FNS - Outras Transf. de Convênios da União	191.539,39	104.257,33	87.282,06
FNS - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB	10.932,95	14.254,01	(3.321,06)
FNS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (Ex:ECD)	7.076,07	0,00	7.076,07
FNS - PMAQ - Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	10.198,18	13.959,91	(3.761,73)
FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)	2.254,47	0,00	2.254,47
FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	1.667,71	(60,00)	1.727,71
FNS - Programa de Assistência Farmacêutica Básica	12.348,12	0,00	12.348,12
FNS - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	1.042,45	1.997,53	(955,08)
FNS - PSF - Programa Saúde da Família	(9.204,56)	(30,00)	(9.174,56)
FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS FRONTEIRA	405,30	0,00	405,30
FNS - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Próteses Dentárias	28.365,38	0,00	28.365,38
Fundo Especial do Petróleo	29.584,52	0,00	29.584,52
MAC - Exercício Anterior	315,88	0,00	315,88
NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	544,91	(5,00)	549,91
Outras Especificações	16.119,86	148,14	15.971,72
Outras Transf. de Convênios do Estado	274.127,05	157.500,00	116.627,05
Outras Transferências de Recursos do FNDE	102.452,92	0,00	102.452,92
Outros Convênios da União - Exercício Anterior	10.052,37	0,00	10.052,37
PMAQ - Exercício Anterior	2.748,68	0,00	2.748,68
Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0,40	0,00	0,40
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	786,08	0,00	786,08
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 15%	11.536,66	130,00	11.406,66
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	79.690,00	2.418,00	77.272,00
SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Saúde da Família	2.096,96	3.300,00	(1.203,04)
SES - Programa de Assistência Farmacêutica Básica - Estado	(986,78)	0,00	(986,78)
SF - CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	715,78	0,00	715,78
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Militar - 35%	8.053,72	0,00	8.053,72
SF - Convênio União - Viveiros de Piscicultura	66.348,32	0,00	66.348,32
SF - COSIP - Contr.Custeio Serv.Iluminação Pública	132,27	0,00	132,27
SF - FNAS - CRAS - Centro Ref. Assistência Social	5.583,95	0,00	5.583,95

Continua 1/3



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SF - FNAS - IGD - Índ. Gestão Desc. Bolsa Família	3.942,34	0,00	3.942,34
SF - FNAS - IGD - SUAS	5.247,53	0,00	5.247,53
SF - FNAS - Piso Básico Variável II	96,47	0,00	96,47
SF - FNDE - PNAE - Ensino Infantil	33,03	0,00	33,03
SF - FNDE - Salário Educação	4.572,29	0,00	4.572,29
SF - FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária - VS	3.647,58	54,00	3.593,58
SF - FNS - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	(105,00)	(105,00)	0,00
SF - FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)	90.372,57	0,00	90.372,57
SF - FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	1.645,19	0,00	1.645,19
SF - FNS - Programa de Saúde na Escola - PSE	1.001,08	0,00	1.001,08
SF - FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS FRONTEIRA	13.648,61	0,00	13.648,61
SF - MAC - Programa de Próteses Dentárias	67.974,97	14.320,00	53.654,97
SF - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	19.648,84	0,00	19.648,84
SF - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	455,90	0,00	455,90
SF - Programa Saúde da Família - PSF	10.216,53	0,00	10.216,53
SF - SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Saúde da Família	9.318,83	0,00	9.318,83
SF - SES - Programa de Assistência Farmacêutica Básica - Estado	3.494,80	0,00	3.494,80
Sup. Exerc. Anterios - FNAS - SCFV/Serv.Convivência e Fortalecimento Vínculo	5.536,75	0,00	5.536,75
Teto Financeiro em Vigilância em Saúde	8.846,26	0,00	8.846,26
Transferências do FUNDEB - Outras Despesas 40%	34.308,56	0,00	34.308,56
Transferências do FUNDEB - Remuneração Profissionais 60%	(13.614,07)	35.775,12	(49.389,19)
Transporte Escolar Estado - Ensino Fundamental	5.665,29	271,35	5.393,94
Transporte Escolar Estado - Ensino Médio	18.106,49	0,00	18.106,49
Vigilância em Saúde	4.000,00	0,00	4.000,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.252.169,10	397.757,06	854.412,04
Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.464,49	0,00	2.464,49
Alienação de Bens recursos não vinculados	4.550,10	0,00	4.550,10
Convênio de Trânsito - Município 30%	4.958,20	0,00	4.958,20
Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	5.203,02	0,00	5.203,02
RECURSO ORDINARIO	73.153,39	7.912,17	65.241,22
Recursos Ordinários	423.785,37	332.967,14	90.818,23
Recursos Ordinários - Educação 25%	91.399,82	16.296,07	75.103,75
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	2.886,80	0,00	2.886,80
Recursos Ordinários - Habitação	(8.723,64)	0,00	(8.723,64)
Recursos Ordinários - Saúde 15%	321.715,74	73.492,70	248.223,04
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 15%	41.398,15	6.918,99	34.479,16
SES - MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade	1.114,67	0,00	1.114,67
SF - Alienação de Bens - Recursos Não Vinculados	17,86	0,00	17,86
SF - Convênio de Trânsito - Município 30%	14.500,42	0,00	14.500,42
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 35%	5.359,23	0,00	5.359,23
SF - Convênio Rádio Patrulha	634,00	0,00	634,00
SF - FEP - Fundo Especial do Petróleo	(15.187,81)	440,51	(15.628,32)
SF - Recursos Ordinários	269.318,27	93.131,47	176.186,80
SF - Recursos Ordinários - Educação 25%	87.814,85	0,00	87.814,85
SF - Recursos Ordinários - Habitação	33.377,71	0,00	33.377,71
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.359.740,64	531.159,05	828.581,59
TOTAL (III) = (I + II)	2.611.909,74	928.916,11	1.682.993,63
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 2/3



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,28	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318,75	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.390,58	0,00
Convênio de Trânsito - Polícia Militar 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.661,43	0,00
Convênio Estadual - FUNDAM - Fundo de Apoio	0,00	0,00	0,00	79.295,01	0,00	0,00	0,00
Convênio Funasa - Estação Tratamento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(66.903,61)	0,00
Convênio M.Cidades - Pavimentação Asfáltica	0,00	0,00	41.278,22	0,00	0,00	18.941,46	0,00
FEP - Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.013,26)	0,00
FNAS - CRAS - Centro Ref. em Assistência Social	0,00	455,72	0,00	409,38	0,00	(1.148,12)	0,00
FNAS - IGD - Índice Gestão Descent. Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.422,37	0,00
FNAS - IGD - SUAS	0,00	127,75	0,00	485,42	0,00	723,32	0,00
FNAS - Piso Básico Variável II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,86	0,00
FNAS - SCFV/Serv.Convivência e Fortalecimento	0,00	2.564,00	0,00	13.455,00	0,00	16.500,52	0,00
FNAS - SST/FEAS/Básica/Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.039,79	0,00
FNAS - SST/FEAS/Benefícios Eventuais/Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,04	0,00
FNDE - PNAE - Ensino Fundamental	0,00	1.177,47	0,00	93,74	0,00	809,66	0,00
FNDE - PNAE - Ensino Infantil	0,00	1.939,91	0,00	61,04	0,00	2.449,87	0,00
FNDE - Salário Educação	0,00	1.948,50	0,00	11.468,70	0,00	25.785,37	0,00
FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.964,27	0,00
FNS - Outras Transf. de Convênios da União	0,00	104.257,33	0,00	89.198,55	0,00	87.282,06	0,00
FNS - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB	0,00	14.254,01	0,00	12.551,87	0,00	(3.321,06)	0,00
FNS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076,07	0,00
FNS - PMAQ - Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	0,00	6.092,79	0,00	0,00	0,00	(3.761,73)	0,00
FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.254,47	0,00
FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.727,71	0,00
FNS - Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.348,12	0,00
FNS - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	0,00	1.114,99	0,00	0,00	0,00	(955,08)	0,00
FNS - PSF - Programa Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.174,56)	0,00
FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,30	0,00
FNS - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.365,38	0,00



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	11.550,00	29.584,52	0,00
MAC - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	315,88	0,00
NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	549,91	0,00
Outras Especificações	0,00	148,14	0,00	0,00	15.971,72	0,00
Outras Transf. de Convênios do Estado	0,00	157.500,00	0,00	282.514,95	116.627,05	0,00
Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	505.090,50	102.452,92	0,00
Outros Convênios da União - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	10.052,37	0,00
PMAQ - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	2.748,68	0,00
Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	786,08	0,00
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.406,66	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E	0,00	2.418,00	0,00	80.840,00	77.272,00	0,00
SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Sa	0,00	3.151,50	0,00	3.999,00	(1.203,04)	0,00
SES - Programa de Assistência Farmacêutic	0,00	0,00	0,00	0,00	(986,78)	0,00
SF - CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econ	0,00	0,00	0,00	0,00	715,78	0,00
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Militar - 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.053,72	0,00
SF - Convênio União - Viveiros de Piscicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,32	0,00
SF - COSIP - Contr.Custeio Serv.Illuminação Pú	0,00	0,00	0,00	0,00	132,27	0,00
SF - FNAS - CRAS - Centro Ref. Assistência Si	0,00	0,00	0,00	0,00	5.583,95	0,00
SF - FNAS - IGD - Índ. Gestão Desc. Bolsa Far	0,00	0,00	0,00	910,00	3.942,34	0,00
SF - FNAS - IGD - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.247,53	0,00
SF - FNAS - Piso Básico Variável II	0,00	0,00	0,00	0,00	96,47	0,00
SF - FNDE - PNAE - Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	33,03	0,00
SF - FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	3.975,20	4.572,29	0,00
SF - FNS - Ações Estruturantes de Vigilância S	0,00	54,00	0,00	0,00	3.593,58	0,00
SF - FNS - Programa das Ações de Alimentaçã	0,00	0,00	0,00	16.769,52	90.372,57	0,00
SF - FNS - Programa de Agentes Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	1.645,19	0,00
SF - FNS - Programa de Saúde na Escola - PS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,08	0,00
SF - FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fr	0,00	0,00	0,00	0,00	13.648,61	0,00
SF - MAC - Programa de Próteses Dentárias	0,00	14.320,00	0,00	0,00	53.654,97	0,00
SF - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	14.041,59	19.648,84	0,00



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
SF - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	0,00	0,00	0,00	0,00	455,90	0,00	
SF - Programa Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	10.216,53	0,00	
SF - SES - ESF - Cofinanciamento da Estratég	0,00	0,00	0,00	0,00	9.318,83	0,00	
SF - SES - Programa de Assistência Farmac	0,00	0,00	0,00	0,00	3.494,80	0,00	
Sup. Exerc. Anterios - FNAS - SCFV/Serv.Conv	0,00	0,00	0,00	0,00	5.536,75	0,00	
Teto Financeiro em Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,26	0,00	
Transferências do FUNDEB - Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	123,50	34.308,56	0,00	
Transferências do FUNDEB - Remuneração Pro	0,00	22.102,05	0,00	0,00	(49.389,19)	0,00	
Transporte Escolar Estado - Ensino Fundamen	0,00	271,35	0,00	143,50	5.393,94	0,00	
Transporte Escolar Estado - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	18.106,49	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	333.897,51	41.278,22	1.126.976,47	854.412,04	0,00	
Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	2.464,49	0,00	
Alienação de Bens recursos não vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	4.550,10	0,00	
Convênio de Trânsito - Município 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	4.958,20	0,00	
Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	5.203,02	0,00	
RECURSO ORDINARIO	0,00	4.234,45	0,00	4.583,66	65.241,22	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	301.621,66	3.013,69	384.474,06	90.818,23	0,00	
Recursos Ordinários - Educação 25%	0,00	10.388,48	0,00	15.564,35	75.103,75	0,00	
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	2.886,80	0,00	
Recursos Ordinários - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.723,64)	0,00	
Recursos Ordinários - Saúde 15%	0,00	66.011,85	0,00	81.573,78	248.223,04	0,00	
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 1%	0,00	6.918,99	0,00	952,25	34.479,16	0,00	
SES - MAC - Atenção de Média e Alta Complex	0,00	0,00	0,00	0,00	1.114,67	0,00	
SF - Alienação de Bens - Recursos Não Vincul	0,00	0,00	0,00	0,00	17,86	0,00	
SF - Convênio de Trânsito - Município 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,42	0,00	
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	5.359,23	0,00	
SF - Convênio Rádio Patrulha	0,00	0,00	0,00	0,00	634,00	0,00	
SF - FEP - Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	440,51	396,75	(15.628,32)	0,00	
SF - Recursos Ordinários	0,00	93.131,47	0,00	168.945,76	176.186,80	0,00	

R\$ 1,00



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 4/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
SF - Recursos Ordinários - Educação 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	87.814,85	0,00	
SF - Recursos Ordinários - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	33.377,71	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	482.306,90	3.454,20	656.490,61	828.581,59	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	816.204,41	44.732,42	1.783.467,08	1.682.993,63	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER PREFEITO MUNICIPAL	JANETE REMPEL BIEGER CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5	CLEVERSON INACIO KERKHOFF TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO
------------------------------------	--	--

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.619.586,37	45,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.659.732,50	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.226.745,88	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.522.053,98	-10,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.319.465,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.175.235,25	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.309.262,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.010.302,13	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	1.783.467,08	0,00

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Vitor Meireles**PREFEITURA****Aviso de Licitação 004/2014 FMS**

Processo de Licitação 004/2014 FMS

Modalidade: Pregão 001/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, para aquisição de Medicamentos Material Hospitalar e Odontológico. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 07 de agosto de 2014 em sessão pública, na mesma, dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 28 de julho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xaxim**PREFEITURA****Decretos 02**

DECRETO Nº. 336/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal FABIANA CRISTOVAO NERVIS, no cargo de ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTÁRIO, portadora da matrícula 5334, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de agosto de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de julho de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 337/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal MARICELDA SALETE THOMAS, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 5327, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de agosto de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de julho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Portaria 1088

PORTARIA Nº 1088/2014.

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO, declaração de impedimento apresentada pela presidente de Comissão, Fabiane Paula GirotoRissi, de fls. 22, do Processo Administrativo Disciplinar, de Portaria nº 1080/2014;

RESOLVE:

Art. 1º.Fica nomeada para presidir os trabalhos a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

- I - Pedro Rui Rodrigues;
- II - CatianeCurtarelli;
- III -Eliane Aparecida Reginatto;

Art. 2º.Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de julho de 2014.
IdacirAntonioOrso
Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás
Secretário Municipal de Administração

Associações

AMAVI

Homologação Convite Nº 02/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2014

CONVITE Nº 02/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

José Constante, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, no uso de suas atribuições, considerando a proclamação por parte do Presidente da Comissão de Licitações do resultado final do julgamento referente ao Convite nº 02/2014 que tem como objeto a Contratação de serviços de recuperação do concreto aparente das fachadas do prédio da Amavi, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos e considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação, cujo resultado foi DESERTA.

Rio do Sul, 25 de julho de 2014.

José Constante
Presidente da AMAVI

AMREC

Ata Ciasamrec 24.07.2014

ATA DA REUNIÃO DO CIASAMREC DE 24 DE JULHO DE 2014 - FAX: Nº 012/2014 - CONVOCAÇÃO. PRESENÇAS NO LIVRO 05 - FLS. 13 - HORÁRIO: 16 HORAS - PLENARINHO DA AMREC.

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de 2014, os prefeitos da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) se reuniram no Plenarinho da entidade, para a reunião do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera - CIASAMREC. Estiveram presentes o presidente do CIASAMREC e prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin; o presidente da AMREC e prefeito de Lauro Muller, Fabrício Kusmin Alves; o prefeito de Treviso, João Reus Rossi; Prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre; o prefeito de Nova Veneza, Evandro Gava; o prefeito de Orleans, Marco Antonio Bertoni Cascaes; o diretor executivo administrativo e técnico do CIASAMREC, Felipe Bez Fontana Cambruzzi. O presidente do CIASAMREC, Ademir Magagnin, deu boas vindas aos presentes e em seguida colocou em discussão a resolução que trata da aplicação da revisão geral anual de salários do CIASAMREC, conforme os termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, correspondendo a 6,08%, que condiz a variação de junho 2013 a maio de 2014, sendo homologada pela assembléia geral. Nada mais foi tratado, encerrando-se a presente reunião, sendo esta ata lida e assinada conforme forma regimental.

Criciúma, 24 de julho de 2014.

Ademir Magagnin
Presidente do CIASAMREC
Prefeito de Cocal do Sul

Fabrício Kusmin Alves Presidente da AMREC
Prefeito de Lauro Müller

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha

Evandro Luis Gava
Prefeito de Nova Veneza

Marco Antonio Bertoncini Cascaes
Prefeito de Orleans

João Reus Rossi
Prefeito de Treviso

Marcio Burigo
Prefeita de Criciúma

Felipe Bez Fontana Fontana Cambruzzi
Diretor Executivo

EGEM

Edital Nº 46.2014 - Chamamento_siconv_amurc

EDITAL Nº 46/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS: LEGISLAÇÃO SOBRE
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS E OPERACIONALIZAÇÃO DO
SICONV

1. OBJETIVO DO CURSO

Oferecer aos participantes do curso, orientações técnicas sobre as formas de transferência de recursos do Governo Federal, a regulamentação de todos os procedimentos legais (Portaria 507/2011) e a utilização do Sistema de Gestão de Convênios - SICONV - abordando todos os módulos, desde o cadastramento de entidades proponentes consulta a programas, cadastramento de propostas, execução de convênios, prestação de contas e OBTV.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores municipais, responsáveis por licitações, compras, cadastros de propostas, técnicos das secretarias e demais servidores que fazem parte da equipe de governo, que de alguma forma se envolvem nos processos de transferência voluntária de recursos federais, através de convênios e contratos de repasse celebrados com a administração pública, via SICONV.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Curitiba/SC Local: AMURC Avenida Salomão Carneiro de Almeida, 388 Ed. Gaboardi Master Center - 7º andar, sala 71 Bairro: Centro
Período das inscrições	28/07/2014 a 14/08/2014
Vencimento do boleto de cobrança	14/08/2014
Homologação das inscrições	21/08/2014
Período de realização	28 e 29 de agosto de 2014
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia

08h30 às 12h00	<p>1) Principais conceitos da Portaria Interministerial nº 507/2011, aplicáveis às contratações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Das disposições Gerais; • Das definições de competências e responsabilidades no âmbito das transferências da união para execução de obras e serviços de interesse local; • Do chamamento público ou concurso de projetos; • Das vedações; • Do credenciamento, da proposta de trabalho e do cadastramento; • Do credenciamento; • Da proposta de trabalho; • Do plano de trabalho; • Do projeto básico e do termo de referência; • Das condições para celebração; • Da formalização do instrumento; • Da análise e assinatura do termo; • Da publicidade; • Da execução; <p>2) Liberação dos recursos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da contratação por entidades privadas sem fins lucrativos; • Dos pagamentos; • Do acompanhamento e fiscalização; • Da prestação de contas; • Da denúncia e da rescisão; • Da tomada de contas especial; • Das disposições finais. <p>2) Introdução ao SICONV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Noções básicas do Portal; • Linha do Tempo de evolução do Sistema; • Formas de transferências de recursos da União; <p>3) Credenciamento Proponente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento do proponente; • Visualizar e Editar dados do cadastramento;
13h30 às 17h30	<p>4) Perfis de acesso ao Sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Funcionalidade e alteração; <p>5) Acesso ao Portal dos Convênios</p> <p>6) Consulta Simplificada a programas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Detalhamento dos Programas; <p>7) Inclusão de Proposta de Convênio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultar Programa; • Incluir Proposta; • Buscar Programa para Proposta; • Selecionar Programa para cadastrar os dados; • Selecionar objetos/ preencher valores; • Incluir aba dados; • Incluir Cronograma Físico; • Incluir Cronograma Desembolso; • Incluir Plano de Aplicação Detalhado; • Natureza de despesa Utilizadas na execução financeira de convênios; • Visualizar Plano de Aplicação Consolidado; • Incluir Anexos; • Incluir Projeto Básico / Termo de Referência; • Incluir Declarações; • Enviar Proposta para Análise;

2º dia

08h30 às 12h00	<p>8) Reprogramação de propostas</p> <ul style="list-style-type: none">• Atendimento a pareceres; <p>9) Conveniamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Empenho;• Contratação;• Publicações;• Pagamento; <p>10) Ajustes do Plano de Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise da solicitação;• Solicitar ajustes no Plano de trabalho;• Análise e aprovação do Ajuste do Plano de Trabalho;
	<p>11) Inclusão de Termo Aditivo - TA</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise da solicitação;• Ajustes no Termo aditivo;• Análise, aprovação e publicação; <p>12) Módulo Execução</p> <ul style="list-style-type: none">• Incluir Processo de Compra;• Incluir Contrato;• Incluir Documento de Liquidação;• Incluir Pagamento;• Registro de Ingresso de Recurso;• Registrar Rendimentos de aplicação;• Registrar valor financeiro do Conveniente (Contrapartida);• Solicitar a utilização dos Rendimentos de aplicação;• Relatórios de Execução;• Perfis geradores dos Relatórios de Execução;• Inclusão dos Relatórios de Execução;• Receita e Despesa do Plano de Trabalho;• Relatório Físico do Plano de Trabalho;• Relatório Financeiro do Plano de Trabalho;• Relatório Pagamentos realizados;• Relatório Documentos de liquidação incluídos;• Relatório variável conforme o objeto;• Relatório Bens Produzidos ou Construídos;• Relatório Bens e Serviços de Obras;• Relatório Bens Adquiridos;• Análise e aprovação dos Relatórios de Execução; <p>13) Prestação de contas</p> <ul style="list-style-type: none">• Incluir Prestação de contas;• Saldo Remanescente;• Guia de recolhimento da União;• Documentos obrigatórios aba anexos;• Enviar Prestação de Contas para análise;

13h30 às 17h30

- 14) Ordem Bancária de Transferência Voluntária - OBTV
- Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria Operados por OBTV;
 - Fluxos dos Processos OBTV;
 - Perfis e atribuições;
 - Cadastro do Ordenador de Despesa de cada Convênio;
 - Cadastro dos Dados do Credor;
 - Autorização dos Dados do Credor;
 - Pagamento com OBTV;
 - Aplicação em Poupança;
 - Classificar Ingresso de Recurso;
 - Pagamento a Fornecedor - Transferência Bancária;
 - Pagamento a Fornecedor - Pagamento no Caixa (até R\$800,00);
 - OBTV Para o Conveniente;
 - OBTV Câmbio;
 - OBTV Tributos;
 - OBTV Devolução de Recursos;
 - Autorização Movimentação Financeira;
 - Autorização Prévia da OBTV - Movimentação Financeira (perfil Gestor Financeiro);
 - Autorização Final da OBTV - Movimentação Financeira (perfil Ordenador de Despesa);
 - Reiniciar senha OBTV;
 - Cancelamento de Movimentação Financeira;
 - Consulta a Movimentações Financeiras;
 - Discriminação de OBTV para o Conveniente - Para os casos de OBTV Para o Conveniente;
 - Conciliação Bancária;
- 15) Prestação de Contas com Ordem Bancária de Transferência Voluntária;
- Resgate total da Aplicação Financeira;
 - Preparação de OBTV Saldo Remanescente;

7. PALESTRANTES

Marli Burato

Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2005). MBA em Gerência de Projetos pela Univali/ Universidade do Vale do Itajaí (2013). Graduada em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdades Integradas Católicas de Palmas/FACIPAL - Paraná (2002). Certificada pelo Ministério do Planejamento como Multiplicadora de Conhecimento sobre a nova legislação para celebração de convênios entre a união e os municípios e a utilização do Sistema de Convênios do Governo Federal-SICONV (2008). Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais (2007 a 2013). Consultora e instrutora em políticas públicas.

Mariele Dallastra

Graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG. MBA em Gerenciamento de Projetos pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais. Possui vasto conhecimento sobre Gerenciamento de Projetos, especializando-se em gerenciamento de Projetos Públicos. Atuou como Analista de Projetos e Gerente de Projetos que contribuíram para o domínio dos Programas, Normativas Técnicas e Legislações junto ao Governo Federal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial Nº 03/2014

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2014, às 14 horas, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no endereço constante do rodapé, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial n.º 03/2014, objeto do processo licitatório n.º 09/2014, destinado a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - smp, para comunicação de voz e dados.

O Pregoeiro declarou aberta a sessão e efetuou o recebimento dos envelopes: Credenciamento, Proposta de Preços e Habilitação.

A empresa participante dessa licitação, mediante entrega dos envelopes solicitados no edital, é a seguinte: Oi Móvel S.A./Telemar Norte Leste S.A./Oi S.A. Todos os envelopes foram conferidos pelos presentes para verificação dos lacres, bem como rubricados pelos presentes signatários da presente Ata.

Logo, o Pregoeiro procedeu com o credenciamento da licitante mediante a verificação da documentação apresentada pelo credenciado para fins de habilitação no certame. Toda a documentação de identificação do representante da empresa participante foi devidamente rubricada pela Comissão de Licitação. Na sequência, o envelope da Proposta de Preços recebido foi aberto para verificação da proposta quanto à conformidade com os requisitos do Edital. A proposta apresentada atendeu aos requisitos do Edital, sendo o preço ofertado de acordo com o valor estimado no Edital. O Pregoeiro questionou a empresa licitante se a proposta apresentada seria o lance final, sendo que o representante da licitante informou que a preço apresentado é o valor definitivo. Sendo assim, o Pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação da única licitante, para fins de verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas pelo Edital. Após a verificação dos documentos, o Pregoeiro validou toda a documentação exigida, sendo que todos estavam dentro do prazo de validade. Desta forma, o Pregoeiro considerou a empresa Oi Móvel S.A./Telemar Norte Leste S.A./Oi S.A. habilitada e suspendeu a Sessão Pública, pois a licitante deverá no prazo de até 3 (três dias) úteis após a realização do presente certame comprovar que cumpre os requisitos técnicos para prestação do serviço, conforme item VI do presente Edital. O Pregoeiro deu por suspensa a Sessão Pública, da qual constam as assinaturas dos presentes, conforme a presente Ata.

Florianópolis, 25 de julho de 2014.
Marcello André Previdi
Pregoeiro

Rodrigo Valceli Raimundo
Presidente da Comissão de Licitação

Renan Carlos Ramon da Silva
Oi Móvel S.A./Telemar Norte Leste S.A./Oi S.A.

CIMCATARINA

Edital 0001_2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 25 DE JULHO DE 2014.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o contido no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público;

FAZ SABER:

Encontram-se aberta as inscrições para o Processo Seletivo da função pública abaixo descrita para Contratação em Caráter Temporário para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, para preenchimento de vagas no ano 2014, podendo ser prorrogado, para exercer as funções de emprego público junto ao Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA, em conformidade com as disposições do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, respeitadas as cláusulas, condições e prazos estabelecidos neste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, no horário compreendido entre as 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, excetuados sábados, domingos e feriados, na Diretoria Executiva do CIMCATARINA, localizada junto a sede do Consórcio Público, na Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, CEP 89.580-000.

1.2. No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;
- V - os requisitos especiais para exercício do emprego, quando houver;
- VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - aptidão física e mental;
- VIII - outros previstos neste edital, especialmente o contido no item 1.4.

1.3. O candidato interessado em participar do processo seletivo simplificado deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos no item 1.1 deste Edital, em uma das funções públicas especificadas abaixo.

1.4. QUADRO DE FUNÇÃO PÚBLICA, CARGA HORÁRIA SEMANAL, SALÁRIO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDA:

Código	Função Pública	Carga Horária Semanal	Salário	Qualificação Exigida
01	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-II	40h	R\$ 1.906,81	Obrigatória Formação de Ensino Médio.

1.4.1. As atribuições das funções públicas são as previstas no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

1.5. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- III - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- VI - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos;
- VII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- VIII - Comprovante de Residência.

1.6. A inscrição será efetuada pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

1.7. Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos.

1.8. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.9. Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para a mesma função pública ou para funções diferentes.

1.10. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e inclusão de novos documentos, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.10.1. Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1. A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos de acordo com o quadro de pontos abaixo especificado.

2.2. DO QUADRO DE TÍTULOS E PONTUAÇÃO PARA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

TÍTULOS	PONTOS
Curso Superior ou em andamento	3
Curso de Pregoeiro	3
Cursos de atualização e aperfeiçoamento na área conforme qualificação exigida, acima de 10(dez) horas, limitados a 10(dez) cursos realizados durante ou após o ano de 2009.	1 ponto cada, limitado a 10 pontos

2.3. Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.4. A classificação ocorrerá distintamente por função, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.5. Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- 1º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.
- 2º) maior idade.

2.6. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- I - apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- II - não atender os requisitos de habilitação necessários para a

função;

III - descumprir qualquer item deste edital;

IV - houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função gratificada.

2.7. Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências do edital, a lista dos candidatos classificados será publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br

2.8. O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação da lista publicada no órgão oficial para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

2.9. Julgados os recursos ou expirado o prazo sem recurso, a classificação final será homologada pelo Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e publicado no órgão oficial de publicação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.2. A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência do Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente na Diretoria Executiva, localizada na sede do Consórcio Público, sito à Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, munido com os documentos relacionados no item 3.6 deste Edital.

3.3. A não manifestação no prazo estipulado no item 3.2 implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

3.4. O contratado temporariamente será remunerado de conformidade com o salário mensal vinculado a função no qual efetuou sua inscrição, de acordo com o emprego do titular afastado ou do emprego público vago, previsto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

3.5. O contrato de trabalho terá carga horária de 40(quarenta) horas semanais, podendo variar de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA, sendo que o contratado será remunerado proporcionalmente pelo número de horas semanais trabalhadas.

3.6. No ato da contratação o candidato deverá apresentar:
I - Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;
II - Declaração que a posse da função não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público.

3.7. O contrato temporário extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;
II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;
III - por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo contratual.

3.7.1. A extinção do contrato, no caso do inciso II deste item, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias,

sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.7.2. A extinção do contrato nos termos do inciso III deste item somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30(trinta) dias do salário que lhe caberia.

3.7.3. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

3.8. O candidato convocado ficará a disposição do Consórcio Público, devendo exercer as funções na qual se inscreveu nos locais em que esta tenha necessidade temporária de atendimento.

3.9. O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.10. As normas de contratação seguirão o regime especial estabelecido no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição prevista no Anexo II, deste Edital, e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.2 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação das normas do processo seletivo.

4.3 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.

4.4 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer as funções ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.5 Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato, é obrigatória sua atualização junto a Diretoria Executiva do Consórcio Público, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser considerado renúncia tácita à vaga.

4.6 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Diretoria Executiva do Consórcio Público e supervisionado pela Presidência e Conselho Fiscal.

4.7 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em até 02 (dois) dias úteis da sua publicação no órgão oficial do Consórcio Público.

4.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital, no órgão oficial de publicação do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Fraiburgo, SC, 25 de julho de 2014.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

I - Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-II:

- 1 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
- 2 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do Consórcio;
- 3 - receber e montar os processos administrativos;
- 4 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
- 5 - redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
- 6 - auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- 7 - controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;
- 8 - auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
- 9 - auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- 10 - conduzir veículos, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria, observada a legislação de trânsito vigente, elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;
- 12 - executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;
- 13 - executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 14 - executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;
- 15 - executar atividades afetas à administração de recursos humanos;
- 16 - expedir registros e documentos em geral;
- 17 - secretariar autoridades;
- 18 - redigir expedientes relacionados as suas atribuições;
- 19 - participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
- 20 - fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
- 21 - prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 22 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
- 23 - realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
- 24 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

ANEXO II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 25 DE JULHO DE 2014.

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO N.º:	
CANDIDATO:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	

TELEFONE:		CELULAR:	
DATA NASC.		RG:	
ESTADO CIVIL:		CPF:	
N.º FILHOS		PORT. DEFICI- ÊNCIA	
CÓDIGO/FUNÇÃO			

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
TOTAL	

Declaro que as informações acima serão verídicas, estando ciente das normas que regem o presente Edital e que preencho todos os requisitos nele previsto.

Fraiburgo, _____ de julho de 2014.

Assinatura do Candidato

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 25 DE JULHO DE 2014.

INSCRIÇÃO N.º:	
CANDIDATO:	
CÓDIGO/FUNÇÃO	

Declaramos que a inscrição acima foi processada nesta data.

Fraiburgo, _____ de julho de 2014.

Responsável pela Inscrição

Balancete de Verificação



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Ativo	10000000000000		5.222.374,84	833.412,18	(626.624,74)	5.430.162,26
Ativo circulante	11000000000000		516.487,51	209.994,42	(157.266,97)	569.214,96
Disponível	11100000000000		160.744,56	153.750,53	(152.266,97)	162.228,12
Disponível em moeda nacional	11110000000000		160.744,56	153.750,53	(152.266,97)	162.228,12
Bancos conta movimento	11112000000000		160.744,56	153.750,53	(152.266,97)	162.228,12
Outras contas	11112990000000		160.744,56	153.750,53	(152.266,97)	162.228,12
Banco do Brasil s/a	11112990200000		160.744,56	153.750,53	(152.266,97)	162.228,12
Banco do Brasil - movimento	11112990201000		160.744,56	153.750,53	(152.266,97)	162.228,12
B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5	111129902010001	F	9.131,76	2.310,97	(2.608,30)	8.834,43
B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9	111129902010002	F	90.676,24	33.199,37	(28.267,76)	96.607,85
B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5	111129902010003	F	8.775,84	44,67	0,00	8.820,51
B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	111129902010004	F	42.003,87	118.144,62	(121.390,91)	38.757,58
B. Brasil Cinco - Ctp3 Proema - 21.525-2	111129902010005	F	10.156,85	50,90	0,00	10.207,75
Créditos em circulação	11200000000000		139.926,70	0,00	(5.000,00)	134.926,70
Devedores - entidades e agentes	11220000000000	P	139.926,70	0,00	(5.000,00)	134.926,70
Entidades devedoras	11221000000000	P	139.926,70	0,00	(5.000,00)	134.926,70
Entidades estaduais, distritais e municipais	11221020000000	P	139.926,70	0,00	(5.000,00)	134.926,70
MIP - Fixo	112210200000100	F	4.997,62	0,00	0,00	4.997,62
MATOS COSTA	112210200000101	F	3.247,62	0,00	0,00	3.247,62
TIMBÓ GRANDE	112210200000102	F	1.750,00	0,00	0,00	1.750,00
MIP - Variável	112210200000200	F	11.342,73	0,00	(5.000,00)	106.342,73
CAÇADOR	112210200000201	F	54.398,10	0,00	(5.000,00)	49.398,10
MATOS COSTA	112210200000203	F	15.499,22	0,00	0,00	15.499,22
TIMBÓ GRANDE	112210200000204	F	41.445,41	0,00	0,00	41.445,41
CALMON	112210200000205	F	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRATIVAS	112210200000300	F	23.586,35	0,00	0,00	23.586,35
MATOS COSTA	112210200000301	F	2.895,24	0,00	0,00	2.895,24
TIMBÓ GRANDE	112210200000302	F	6.111,11	0,00	0,00	6.111,11
CALMON	112210200000303	F	14.580,00	0,00	0,00	14.580,00
Bens e valores em circulação	11300000000000	P	215.816,25	56.243,89	0,00	272.060,14
Estoques	11310000000000	P	215.816,25	56.243,89	0,00	272.060,14
Estoques internos - almoxarifado	11318000000000	P	215.816,25	56.243,89	0,00	272.060,14
Material de Consumo	11318010000000	P	215.816,25	56.243,89	0,00	272.060,14
Ativo permanente	14000000000000		101.065,53	1.870,00	0,00	102.935,53
Imobilizado	14200000000000		101.065,53	1.870,00	0,00	102.935,53
Bens móveis e imóveis	14210000000000		101.065,53	1.870,00	0,00	102.935,53
Bens móveis	14212000000000		101.065,53	1.870,00	0,00	102.935,53
Aparelhos e Utensílios Domésticos	14212120000000	P	95,00	0,00	0,00	95,00
Maquinas e Equipamentos Energéticos	14212300000000	P	439,49	0,00	0,00	439,49
Equipamentos para Audio, Video e Foto	14212330000000	P	2.799,00	1.020,00	0,00	3.779,00
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	14212340000000	P	8.278,00	0,00	0,00	8.278,00
Equipamentos de Processamentos de Dados	14212350000000	P	15.182,50	850,00	0,00	16.032,50
Maq.equip. utensílios Agri Agrop.e Rodoviaros	14212400000000	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
Mobiliário em Geral	14212420000000	P	13.441,54	0,00	0,00	13.441,54
Veículos de Tração Mecânica	14212520000000	P	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00
Ativo compensado	19000000000000		4.604.821,80	621.547,76	(468.357,77)	4.758.011,79
Execução orçamentária da receita	19100000000000		1.227.000,00	306.379,96	(306.379,96)	1.227.000,00
Arrecadação orçamentária - natureza da receita	19110000000000		1.227.000,00	153.189,99	(153.189,99)	1.227.000,00
Receita a Realizar	19111000000000	C	556.578,43	0,00	(153.189,99)	403.388,44
Receita Realizada	19114000000000	C	670.421,57	153.189,99	0,00	823.611,56
Arrecadação orçamentária - fonte recursos	19120000000000		0,00	153.189,99	(153.189,99)	0,00
Controle por fonte de recursos	19121000000000		0,00	153.189,99	(153.189,99)	0,00
Arrecadação Realizada por Fonte	19121010000000	C	670.421,57	153.189,99	0,00	823.611,56
(r) Outras Arrecadações	19121990000000	C	(870.421,57)	0,00	(153.189,99)	(823.611,56)
Fixação orçamentária da despesa	19200000000000		2.409.411,20	0,00	0,00	2.409.411,20
Dotação orçamentária	19210000000000		2.409.411,20	0,00	0,00	2.409.411,20
Dotação inicial	19211000000000		2.409.411,20	0,00	0,00	2.409.411,20
Crédito inicial	19211010000000		1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Originário do Orçamento	19211010100000	C	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Crédito inicial - suplementar	19211030000000		1.182.411,20	0,00	0,00	1.182.411,20
Originário do Orçamento	19211030100000	C	1.182.411,20	0,00	0,00	1.182.411,20
Execução da programação financeira	19300000000000		967.910,60	313.967,78	(160.777,79)	1.121.100,59
Disponibilidades financeiras	19320000000000		967.910,60	313.967,78	(160.777,79)	1.121.100,59
Outras disponibilidades financeiras	19329000000000		967.910,60	313.967,78	(160.777,79)	1.121.100,59
Disponibilidades por fonte de recursos	19329020000000		967.910,60	313.967,78	(160.777,79)	1.121.100,59
Disponibilidades por Fonte de Recursos-a Utilizar	19329020100000	O	(898.865,55)	153.852,52	(7.165,76)	(752.198,79)
Disponibilidades por Fonte de Recursos-comprometida	19329020200000	O	1.060.114,97	7.848,29	(152.929,50)	915.033,76
Disponibilidades por Fonte de Recursos-utilizada	19329020300000	O	806.661,18	152.266,97	(662,53)	958.265,62
Compensações ativas diversas	19900000000000		500,00	1.200,00	(1.200,00)	500,00
Responsabilidade por valores, títulos e bens	19910000000000		500,00	1.200,00	(1.200,00)	500,00
Responsabilidades de terceiros	19911000000000		500,00	1.200,00	(1.200,00)	500,00
Outras responsabilidades de terceiros	19911990000000	O	500,00	1.200,00	(1.200,00)	500,00
Responsáveis por Adiantamentos	199119905010000		500,00	1.200,00	(1.200,00)	500,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-PAOGAP-143807571 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:19

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Luiz Fernando Raloi	199119900010002	O	500,00	1.200,00	(1.200,00)	500,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Passivo	20000000000000		(5.003.886,36)	477.852,73	(637.266,66)	(5.163.300,27)
Passivo circulante	21000000000000		(172.100,59)	161.619,52	(167.843,45)	(178.324,52)
Depósitos	21100000000000		(5.369,13)	6.601,93	(8.588,03)	(7.355,23)
Consignações	21110000000000		(5.369,13)	6.601,93	(8.588,03)	(7.355,23)
Providência social	21111000000000		(5.041,45)	5.041,45	(5.384,58)	(5.384,58)
INSS	21111020000000		(5.041,45)	5.041,45	(5.384,58)	(5.384,58)
INSS sobre Folha de Pagamento	211110200000001	F	(1.555,29)	1.555,29	(1.555,29)	(1.555,29)
INSS Condutiva	211110200000002	F	(3.486,16)	3.486,16	(3.796,29)	(3.796,29)
INSS - DANIELA BOTTEGA PONTES	211110200000004	F	0,00	0,00	(33,00)	(33,00)
Tesouro estadual e municipal	21114000000000		(327,68)	1.560,48	(3.203,45)	(1.970,65)
ISS	21114020000000	F	0,00	0,00	(1.579,56)	(1.579,56)
ISS a Recolher Iomere	211140200000001	F	0,00	0,00	(20,89)	(20,89)
ISS a Recolher Rio das Antas	211140200000002	F	0,00	0,00	(92,28)	(92,28)
ISS a Recolher Lebon Regis	211140200000003	F	0,00	0,00	(106,17)	(106,17)
ISS a Recolher Fraiburgo	211140200000004	F	0,00	0,00	(582,96)	(582,96)
ISS a Recolher Arroio Trinta	211140200000005	F	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS a Recolher Videira	211140200000006	F	0,00	0,00	(171,29)	(171,29)
ISS a Recolher Casador	211140200000007	F	0,00	0,00	(294,48)	(294,48)
ISS a Recolher Salto Veloso	211140200000008	F	0,00	0,00	(41,56)	(41,56)
ISS a Recolher Matos Costa	211140200000009	F	0,00	0,00	(26,89)	(26,89)
ISS a Recolher Itaim	211140200000011	F	0,00	0,00	(26,80)	(26,80)
ISS a Recolher Macieira	211140200000012	F	0,00	0,00	(6,39)	(6,39)
ISS a Recolher Pinheiro Preto	211140200000013	F	0,00	0,00	(24,32)	(24,32)
ISS a Recolher Tangara	211140200000014	F	0,00	0,00	(52,30)	(52,30)
ISS a Recolher Timbo Grande	211140200000015	F	0,00	0,00	(133,23)	(133,23)
IRRF sobre Folha de Pagamento	21114030000000	F	(321,33)	1.451,32	(1.514,42)	(384,43)
IRRF sobre Folha de Ppto Arroio Trinta	211140300000005	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Casador	211140300000009	F	0,00	189,30	(189,30)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Calmon	211140300000010	F	(321,33)	0,00	(63,10)	(384,43)
IRRF sobre Folha de Ppto Fraiburgo	211140300000019	F	0,00	189,30	(189,30)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Itaim	211140300000022	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Iomere	211140300000024	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Lebon Regis	211140300000033	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Macieira	211140300000036	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Matos Costa	211140300000038	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Monte Carlo	211140300000039	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Pinheiro Preto	211140300000043	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Rio das Antas	211140300000049	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Salto Veloso	211140300000050	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Tangara	211140300000054	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Timbo Grande	211140300000055	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Videira	211140300000060	F	0,00	189,32	(189,32)	0,00
IRRF sobre Folha de Pagamento Brundópolis	211140300000061	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Ppto Frei Rogério	211140300000062	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
Irregular	21114040000000		(6,35)	7,17	(7,48)	(6,66)
IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	21114040001000	F	(6,35)	7,17	(7,48)	(6,66)
IRRF serv terceiros FEY PROBST & SOUTO ADVOCACIA	211140400010100	F	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF serv terceiros IPM INFORMATICA LTDA	211140400010200	F	(6,35)	7,17	(7,48)	(6,66)
Outros tributos estaduais e municipais	21114890000000	F	0,00	101,99	(101,99)	0,00
Outras Restituições	211148900000002	F	0,00	101,99	(101,99)	0,00
Outros consignatários	21119000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	21119040000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Sinaser	211190400000001	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações em circulação	21200000000000		(166.731,48)	155.017,59	(159.255,42)	(170.969,29)
Obrigações a pagar	21210000000000		(166.731,48)	155.017,59	(159.255,42)	(170.969,29)
Fornecedores	21211000000000		(162.418,25)	131.018,71	(133.628,10)	(165.027,54)
do Exercício	21211010000000		(51.075,42)	126.018,71	(133.628,10)	(58.684,81)
Fornecedores do Exercício	212110100010000	F	(51.075,42)	126.018,71	(133.628,10)	(58.684,81)
Fornecedores de exercícios anteriores	21211020000000		(111.342,83)	0,00	0,00	(106.342,83)
Restos a Pagar Processados - Executivo Indiretos	212110200020000	F	(111.342,83)	0,00	0,00	(106.342,83)
Pessoal a pagar	21212000000000		0,00	19.605,52	(19.605,52)	0,00
Pessoal a Pagar do Exercício	212120100000000	F	0,00	19.605,52	(19.605,52)	0,00
Encargos sociais a recolher	21213000000000		(4.313,21)	4.313,21	(5.941,65)	(5.941,65)
INSS	21213010000000		(4.313,21)	4.313,21	(4.313,21)	(4.313,21)
INSS do Exercício	212130100010000	F	(4.313,21)	4.313,21	(4.313,21)	(4.313,21)
INSS - contribuições sobre serviços de terceiros	21213020000000		0,00	0,00	(60,00)	(60,00)
INSS contribuições s/ serviços de 3ºs - do exercício	212130200010000	F	0,00	0,00	(60,00)	(60,00)
FGTS	21213030000000		0,00	0,00	(1.568,44)	(1.568,44)
Fgts do Exercício	212130300010000	F	0,00	0,00	(1.568,44)	(1.568,44)
Obrigações tributárias	21215000000000		0,00	80,15	(80,15)	0,00
PIS/PASEP	21215090000000		0,00	80,15	(80,15)	0,00
Pis Pasep do Exercício	212150900010000	F	0,00	80,15	(80,15)	0,00
Recursos especiais a liberar	21216000000000		0,00	0,00	0,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-PAOGAP-143807571 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:19


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 4 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Restos a pagar	212160200000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Nao Processados a Liquidar	212160202000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Nao Processados Liquidados	212160203000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio líquido	240000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimônio/capital	241000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimônio	241100000000000	P	(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Passivo compensado	290000000000000		(4.604.821,80)	316.233,21	(469.423,20)	(4.758.011,79)
Previsão orçamentária da receita	291000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão orçamentária - natureza da receita	291100000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão Inicial da Receita	291110000000000	C	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão orçamentária - fonte de recursos	291200000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Controle por fonte de recursos	291210000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Previsão Inicial por Fonte de Recursos	291210100000000	C	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
(Outros) Controles por Fonte de Recursos	291219900000000	C	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Execução orçamentária da despesa	292000000000000		(2.409.411,20)	315.033,21	(315.033,21)	(2.409.411,20)
Disponibilidades de crédito	292100000000000		(1.789.509,99)	314.370,88	(167.786,24)	(1.642.905,55)
Crédito Disponível	292110000000000	C	(839.742,51)	7.185,76	(662,53)	(833.219,28)
Crédito indisponível	292120000000000		(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Crédito Pre-empenhado Líquido	292120500000000	C	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Crédito utilizado	292130000000000		(948.767,48)	307.184,92	(167.103,71)	(808.686,27)
Crédito Empenhado a Liquidar	292130100000000	C	(887.509,52)	159.255,42	(7.848,29)	(736.102,39)
Crédito liquidado	292130200000000		(61.257,96)	147.929,50	(159.255,42)	(72.583,88)
Crédito Empenhado - Liquidado	292130201000000	C	(61.257,96)	147.929,50	(159.255,42)	(72.583,88)
Execução da despesa	292400000000000		(619.901,21)	662,53	(147.266,97)	(766.505,65)
Emissão de empenho	292410000000000		(619.901,21)	662,53	(147.266,97)	(766.505,65)
Empenhos por credor	292410400000000		(619.901,21)	662,53	(147.266,97)	(766.505,65)
Valores Pagos	292410403000000	C	(619.901,21)	662,53	(147.266,97)	(766.505,65)
Execução da programação financeira	293000000000000		(967.910,60)	0,00	(153.189,99)	(1.121.100,59)
Disponibilidades financeiras	293200000000000		(967.910,60)	0,00	(153.189,99)	(1.121.100,59)
Controle das Disponibilidades de Recursos	293290000000000	O	(967.910,60)	0,00	(153.189,99)	(1.121.100,59)
Execução de restos a pagar	295000000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Pagos	295200000000000	O	(5.134,70)	0,00	0,00	(5.134,70)
Restos a Pagar Liquidados	295400000000000	O	5.134,70	0,00	0,00	5.134,70
Compensações passivas diversas	299000000000000		(500,00)	1.200,00	(1.200,00)	(500,00)
Valores, Titulos e Bens sob Responsabilidade	299100000000000	O	(500,00)	1.200,00	(1.200,00)	(500,00)



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 5 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Despesa orçamentária	30000000000000	F	681.159,17	158.592,89	(662,53)	839.069,53
Despesas correntes	33000000000000	F	626.747,17	156.722,89	(662,53)	782.807,53
Pessoal e encargos sociais	33100000000000	F	118.914,50	25.487,17	0,00	144.401,67
Aplicações diretas	33190000000000	F	118.914,50	25.487,17	0,00	144.401,67
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	33190110000000	F	91.122,73	19.606,52	0,00	110.728,25
Vencimentos e salários	33190110100000	F	91.122,73	19.606,52	0,00	110.728,25
Obrigações patronais	33190130000000	F	27.791,77	5.881,65	0,00	33.673,42
FGTS	33190130100000	F	7.411,14	1.568,44	0,00	8.979,58
Contribuições previdenciárias - INSS	33190130200000	F	20.380,63	4.313,21	0,00	24.693,84
Outras despesas correntes	33300000000000	F	507.832,67	131.235,72	(662,53)	638.405,86
Aplicações diretas	33390000000000	F	507.832,67	131.235,72	(662,53)	638.405,86
Material de consumo	33390300000000	F	217.357,20	56.843,89	(484,53)	273.706,56
Combustíveis e lubrificantes automotivos	33390300100000	F	997,89	894,42	0,00	1.892,31
Material de expediente	33390301600000	F	917,22	149,63	0,00	1.066,85
Material de processamento de dados	33390301700000	F	1.413,00	689,00	0,00	2.102,00
Material elétrico e eletrônico	33390302600000	F	206.527,08	54.033,49	0,00	260.561,47
Material para manutenção de veículos	33390303900000	F	5.960,16	477,35	0,00	6.437,51
Materiais de consumo - pago antecipado	33390309600000	F	1.540,95	820,00	(494,53)	1.646,42
Passagens e despesas com locomoção	33390330000000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
Outras despesas com locomoção	33390339900000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
Outros serviços terceiros - pessoa física	33390360000000	F	6.080,00	300,00	0,00	6.380,00
Locação de imóveis	33390361500000	F	5.580,00	0,00	0,00	5.580,00
Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	33390363500000	F	500,00	300,00	0,00	800,00
Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	33390390000000	F	283.918,70	73.951,68	(168,00)	357.702,38
Serviços técnicos profissionais	33390390500000	F	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Manutenção de software	33390390800000	F	790,00	0,00	0,00	790,00
Locação de softwares	33390391100000	F	6.383,45	1.075,25	0,00	7.458,70
Manutenção e conservação de veículos	33390391900000	F	2.803,00	0,00	0,00	2.803,00
Serviços de energia elétrica	33390394300000	F	563,70	154,92	0,00	718,62
Serviços de comunicação em geral	33390394700000	F	2.162,90	1.537,40	0,00	3.700,30
Serviços de telecomunicações	33390395800000	F	5.567,95	1.004,04	0,00	6.571,99
Seguros em geral	33390396900000	F	1.997,61	0,00	0,00	1.997,61
Vale-transporte	33390397200000	F	970,00	230,00	0,00	1.200,00
Serviços bancários	33390398100000	F	869,42	177,50	0,00	1.046,92
Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	33390399600000	F	1.160,99	820,00	(168,00)	1.502,99
Despesas de teleprocessamento	33390399700000	F	2.507,40	149,00	0,00	2.656,40
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33390399900000	F	255.152,28	69.023,57	0,00	324.175,85
Obrigações tributárias e contributivas	33390470000000	F	283,97	140,15	0,00	424,12
Contribuição para o PIS/PASEP	33390471200000	F	183,97	80,15	0,00	264,12
Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros -pessoa física	33390471800000	F	100,00	60,00	0,00	160,00
Despesas de capital	34000000000000	F	54.412,00	1.870,00	0,00	56.282,00
Investimentos	34400000000000	F	54.412,00	1.870,00	0,00	56.282,00
Aplicações diretas	34490000000000	F	54.412,00	1.870,00	0,00	56.282,00
Equipamentos e material permanente	34490520000000	F	54.412,00	1.870,00	0,00	56.282,00
Máquinas e equipamentos energéticos	34490523000000	F	186,00	0,00	0,00	186,00
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	34490523300000	F	346,00	1.020,00	0,00	1.366,00
Equipamentos de processamento de dados	34490523500000	F	8.060,00	850,00	0,00	8.930,00
Veículos de tração mecânica	34490525200000	F	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATORINA

Pág 6 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Receita orçamentária	4000000000000000	F	(670.421,57)	0,00	(153.169,99)	(823.611,56)
Receitas correntes	4100000000000000	F	(648.621,57)	0,00	(149.569,99)	(798.211,56)
Receita patrimonial	4130000000000000	F	(3.882,52)	0,00	(991,55)	(4.874,07)
Receitas de valores mobiliários	4132000000000000	F	(3.882,52)	0,00	(991,55)	(4.874,07)
Remuneração de depósitos bancários	4132500000000000	F	(3.882,52)	0,00	(991,55)	(4.874,07)
Remuneração depósitos de recursos vinculados	4132501000000000	F	(3.484,27)	0,00	(897,74)	(4.382,01)
Receita rem. dep. banc. rec. vinc. outros	4132501990000000	F	(3.484,27)	0,00	(897,74)	(4.382,01)
Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	4132501990100000	F	(3.484,27)	0,00	(897,74)	(4.382,01)
Remuneração depósito de recursos não vinculados	4132502000000000	F	(398,25)	0,00	(93,81)	(492,06)
Remuneração dep. recur. não vinculados-outras	4132502990000000	F	(398,25)	0,00	(93,81)	(492,06)
Receita de serviços	4160000000000000	F	(19.179,00)	0,00	0,00	(19.179,00)
Outras receitas de serviços	4160099000000000	F	(19.179,00)	0,00	0,00	(19.179,00)
Outros Serviços - Horas Máquinas	4160099010000000	F	(19.179,00)	0,00	0,00	(19.179,00)
Transferências correntes	4170000000000000	F	(624.878,99)	0,00	(148.234,62)	(771.113,61)
Transferências intergovernamentais	4172000000000000	F	(624.878,99)	0,00	(148.234,62)	(771.113,61)
Transferências dos municípios	4172300000000000	F	(624.878,99)	0,00	(148.234,62)	(771.113,61)
Transferências a consórcios públicos	4172337000000000	F	(624.878,99)	0,00	(148.234,62)	(771.113,61)
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	4172337000100000	F	(164.860,00)	0,00	(28.410,00)	(193.270,00)
ARROIO TRINTA	417233700011021	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
CAÇADOR	417233700011051	F	(21.750,00)	0,00	(5.610,00)	(27.360,00)
CALMON	417233700011053	F	(1.420,00)	0,00	0,00	(1.420,00)
FRANBURGO	417233700011093	F	(22.800,00)	0,00	(4.560,00)	(27.360,00)
IBIAM	417233700011108	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
IOMERÊ	417233700011117	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
LEBON REGIS	417233700011148	F	(4.560,00)	0,00	0,00	(4.560,00)
NACIEIRA	417233700011154	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
MATOS COSTA	417233700011162	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
MONTI CARLO	417233700011167	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
PINHEIRO PRETO	417233700011198	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
RIO DAS ANTAS	417233700011215	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
SALTO VELOSO	417233700011228	F	(6.080,00)	0,00	0,00	(6.080,00)
TANGARÁ	417233700011267	F	(7.600,00)	0,00	(1.520,00)	(9.120,00)
TIMBÓ GRANDE	417233700011272	F	(7.930,00)	0,00	0,00	(7.930,00)
VIDEIRA	417233700011289	F	(22.800,00)	0,00	(4.560,00)	(27.360,00)
FREI ROGERIO	417233700011290	F	(3.040,00)	0,00	(1.520,00)	(4.560,00)
BRUNÓPOLIS	417233700011291	F	(4.560,00)	0,00	0,00	(4.560,00)
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	4172337000200000	F	(450.018,99)	0,00	(117.824,62)	(567.843,61)
ARROIO TRINTA	417233700021021	F	(9.347,49)	0,00	0,00	(9.347,49)
CAÇADOR	417233700021051	F	(147.740,79)	0,00	(39.606,06)	(187.346,84)
CALMON	417233700021053	F	(3.084,62)	0,00	0,00	(3.084,62)
FRANBURGO	417233700021093	F	(64.853,24)	0,00	(32.583,08)	(97.436,32)
IBIAM	417233700021108	F	(4.935,51)	0,00	(2.468,27)	(7.403,78)
IOMERÊ	417233700021117	F	(11.569,31)	0,00	(1.739,46)	(13.308,77)
LEBON REGIS	417233700021148	F	(14.761,58)	0,00	(4.874,51)	(19.636,09)
NACIEIRA	417233700021154	F	(1.561,84)	0,00	(877,17)	(2.438,01)
MATOS COSTA	417233700021162	F	(4.969,23)	0,00	(1.614,53)	(6.583,76)
PINHEIRO PRETO	417233700021198	F	(4.530,64)	0,00	(1.802,96)	(6.333,60)
RIO DAS ANTAS	417233700021215	F	(20.725,33)	0,00	(6.349,87)	(27.075,20)
SALTO VELOSO	417233700021228	F	(12.517,50)	0,00	(3.155,04)	(15.672,54)
TANGARÁ	417233700021267	F	(17.044,04)	0,00	(2.990,78)	(20.034,82)
TIMBÓ GRANDE	417233700021272	F	(32.855,67)	0,00	0,00	(32.855,67)
VIDEIRA	417233700021289	F	(99.492,40)	0,00	(15.442,90)	(114.935,30)
FREI ROGERIO	417233700021290	F	0,00	0,00	(4.520,00)	(4.520,00)
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	4172337000300000	F	(10.000,00)	0,00	0,00	(10.000,00)
FRANBURGO	417233700031093	F	(5.000,00)	0,00	0,00	(5.000,00)
PINHEIRO PRETO	417233700031198	F	(5.000,00)	0,00	0,00	(5.000,00)
Outras receitas correntes	4190000000000000	F	(681,06)	0,00	(2.363,62)	(3.044,68)
Multas e juros de mora	4191000000000000	F	(176,20)	0,00	(2.261,83)	(2.438,03)
Multas de outras origens	4191900000000000	F	(176,20)	0,00	(2.261,83)	(2.438,03)
Multas e juros previstos em contratos	4191927000000000	F	(176,20)	0,00	(2.261,83)	(2.438,03)
Indenizações e restituições	4192000000000000	F	(504,86)	0,00	(101,99)	(606,85)
Restituições	4192200000000000	F	(504,86)	0,00	(101,99)	(606,85)
Outras restituições	4192299000000000	F	(504,86)	0,00	(101,99)	(606,85)
Receitas de capital	4200000000000000	F	(21.800,00)	0,00	(3.600,00)	(25.400,00)
Transferências de capital	4240000000000000	F	(21.800,00)	0,00	(3.600,00)	(25.400,00)
Transferências intergovernamentais	4242000000000000	F	(21.800,00)	0,00	(3.600,00)	(25.400,00)
Transferências dos municípios	4242300000000000	F	(21.800,00)	0,00	(3.600,00)	(25.400,00)
Transferências a consórcios públicos	4242337000000000	F	(21.800,00)	0,00	(3.600,00)	(25.400,00)
GRUPO DO PROGRAMA 01	4242337000100000	F	(21.800,00)	0,00	(3.600,00)	(25.400,00)
ARROIO TRINTA	424233700011021	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
CAÇADOR	424233700011051	F	(3.000,00)	0,00	(600,00)	(3.600,00)
CALMON	424233700011053	F	(200,00)	0,00	0,00	(200,00)
FRANBURGO	424233700011093	F	(3.000,00)	0,00	(600,00)	(3.600,00)

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-PAOGAP-143907571 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:19

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 7 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
IBIAM	424233700011108	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
IOMERÊ	424233700011117	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
LEBON REGIS	424233700011148	F	(600,00)	0,00	0,00	(600,00)
MACIEIRA	424233700011154	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
MATOS COSTA	424233700011162	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
MONTE CARLO	424233700011167	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
PINHEIRO PRETO	424233700011198	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
RIO DAS ANTAS	424233700011215	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
SALTO VIELOSO	424233700011228	F	(800,00)	0,00	0,00	(800,00)
TANGARÁ	424233700011267	F	(1.000,00)	0,00	(200,00)	(1.200,00)
TIMBÓ GRANDE	424233700011272	F	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
VIDEIRA	424233700011289	F	(3.000,00)	0,00	(600,00)	(3.600,00)
FREI ROGERIO	424233700011290		(400,00)	0,00	(200,00)	(600,00)
BRUNÓPOLIS	424233700011291		(600,00)	0,00	0,00	(600,00)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 8 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado diminutivo do exercício	50000000000000		41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19
Resultado extra-orçamentário	52000000000000		41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19
Decréscimos patrimoniais	52300000000000		41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19
Desincorporações de ativos	52310000000000		41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19
Baixa de direitos	52317000000000		41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19
Devedores - entidades e agentes	52317030000000		41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19
Agentes Devedores	52317030200000	F	41.002,19	5.000,00	0,00	46.002,19


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 9 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Junho de 2014 até: Junho de 2014 Indicador de Superávit: 9999

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado aumentativo do exercício	60000000000000		(270.228,28)	0,00	(58.113,89)	(328.342,17)
Resultado orçamentário	61000000000000		(54.412,00)	0,00	(1.870,00)	(56.282,00)
Mutações ativas	61300000000000		(54.412,00)	0,00	(1.870,00)	(56.282,00)
Incorporação de ativos	61310000000000		(54.412,00)	0,00	(1.870,00)	(56.282,00)
Aquisições de bens	61311000000000		(54.412,00)	0,00	(1.870,00)	(56.282,00)
Bens móveis	61311020000000		(54.412,00)	0,00	(1.870,00)	(56.282,00)
Bens Móveis de Uso Permanente	61311020100000	P	(54.412,00)	0,00	(1.870,00)	(56.282,00)
Resultado extra-orçamentário	62000000000000		(215.816,28)	0,00	(56.243,89)	(272.060,17)
Acréscimos patrimoniais	62300000000000		(215.816,28)	0,00	(56.243,89)	(272.060,17)
Incorporação de ativos	62310000000000		(215.816,25)	0,00	(56.243,89)	(272.060,14)
Incorporação de bens móveis	62312000000000		(215.816,25)	0,00	(56.243,89)	(272.060,14)
Bens de estoque	62312020000000		(215.816,25)	0,00	(56.243,89)	(272.060,14)
Aquisição	62312020100000	P	(215.816,25)	0,00	(56.243,89)	(272.060,14)
Desincorporação de passivos	62330000000000		(0,00)	0,00	0,00	(0,00)
Desincorporação de obrigações	62331000000000		(0,00)	0,00	0,00	(0,00)
Resúos a Pagar	62331050000000	F	(0,00)	0,00	0,00	(0,00)

Ativo	5.430.162,28	Passivo	5.163.300,27
Despesa	839.089,53	Receita	823.611,56
Res. Diminutivo	46.002,19	Res. Aumentativo	328.342,17
		Dedução da Receita	0,00
Total	6.315.254,00	Total	6.315.254,00

 ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

BALANCETE DO RAZÃO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas

AN TC-01 Balancete do Razão

Período: Junho de 2014

Pag 1 / 2

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão	
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		Saldo Atual	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Financeiro									
Ativo	478.417,92	671.114,77	848.861,43	153.750,53	157.266,97	824.865,30	1.006.128,40	297.154,82	
Passivo	(298.107,49)	849.542,32	723.535,42	161.493,32	167.717,25	1.011.035,64	891.252,67	(178.324,52)	
Despesa orçamentária	0,00	682.357,23	1.198,06	158.592,89	662,53	840.950,12	1.860,59	839.089,53	
Receita orçamentária	0,00	0,00	661.821,57	0,00	146.949,99	0,00	808.771,56	(808.771,56)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	41.002,19	0,00	5.000,00	0,00	46.002,19	0,00	46.002,19	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	(0,03)	
(r) Deduções da receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Financeiro	180.310,43	2.244.016,51	2.235.416,51	478.836,74	472.596,74	2.722.853,25	2.706.013,25	195.150,43	
Patrimonial									
Ativo	46.653,53	270.228,25	0,00	58.113,89	0,00	328.342,14	0,00	374.995,67	
Passivo	(226.963,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(226.963,96)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	270.228,25	0,00	58.113,89	0,00	328.342,14	(328.342,14)	
Total do sistema Patrimonial	(180.310,43)	270.228,25	270.228,25	58.113,89	58.113,89	328.342,14	328.342,14	(180.310,43)	
Orçamentário									
Ativo	297.489,03	3.054.896,83	2.383.975,26	315.167,78	161.977,79	3.370.064,61	2.545.953,05	1.121.600,59	
Passivo	(297.489,03)	8.534,70	679.456,27	1.200,00	154.389,99	9.734,70	833.846,26	(1.121.600,59)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Orçamentário	0,00	3.063.431,53	3.063.431,53	316.367,78	316.367,78	3.379.799,31	3.379.799,31	0,00	
Compensado									
Ativo	0,00	4.977.254,34	1.340.843,14	306.379,98	306.379,98	5.283.634,32	1.647.223,12	3.636.411,20	
Passivo	0,00	4.105.370,55	7.741.781,75	315.033,21	315.033,21	4.420.403,76	8.056.814,96	(3.636.411,20)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Compensado	0,00	9.082.624,89	9.082.624,89	621.413,19	621.413,19	9.704.038,08	9.704.038,08	0,00	
Não definido									
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivo	0,00	317,70	317,70	126,20	126,20	443,90	443,90	0,00	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Não definido	0,00	317,70	317,70	126,20	126,20	443,90	443,90	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR10411014023-EAYAK-143007605 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:20



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Prestação de Contas
AN TC-01 Balancete do Razão
Período: Junho de 2014

Pág 2 / 2

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Total Ativo	822.560,48	8.973.494,19	4.573.679,83	833.412,18	625.624,74	9.806.906,37	5.199.304,57	5.430.162,28
Total Passivo	(822.560,48)	4.963.765,27	9.145.091,14	477.852,73	637.266,65	5.441.618,00	9.782.357,79	(5.163.300,27)
Total Resultado Diminutivo do Exercício	0,00	41.002,19	0,00	5.000,00	0,00	46.002,19	0,00	46.002,19
Total Resultado Aumentativo do Exercício	0,00	0,00	270.228,28	0,00	58.113,89	0,00	328.342,17	(328.342,17)
Total Geral	0,00	14.660.618,86	14.652.018,88	1.474.857,90	1.468.617,90	16.135.476,68	16.120.636,68	14.840,00

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNALU
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR104-101-022-EAY4K-143907665 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:20

BALANÇO FINANCEIRO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Junho / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	153.189,99	823.611,56	ORÇAMENTÁRIA	6.523,23	1.575.191,92
Receitas Orçamentárias	153.189,99	823.611,56	Despesas Correntes	2.235,79	1.514.622,48
Receitas Correntes	149.589,99	798.211,56	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	283.136,48
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	2.235,79	1.231.486,00
Receita Patrimonial	991,55	4.874,07	Despesas de Capital	4.287,44	60.569,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	4.287,44	60.569,44
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	19.179,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	146.234,62	771.113,61	Despesas IntraOrçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.363,82	3.044,88	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	0,00
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	3.600,00	25.400,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Emprestimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	3.600,00	25.400,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	19.985,06	1.664.496,74	EXTRAORÇAMENTÁRIA	165.168,26	1.048.177,29
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	5.000,00	46.002,19	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	5.000,00	46.002,19	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	8.461,83	43.302,60	Depósitos	6.475,73	35.947,37
Consignações	8.461,83	43.302,60	Consignações	6.475,73	35.947,37
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	0,00	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	0,00
Restos a Pagar	6.523,23	1.575.191,92	Restos a Pagar	153.692,53	966.227,73
Obrigações a Pagar	6.523,23	1.575.191,92	Obrigações a Pagar	153.692,53	966.227,73
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,03	Decrécimos Patrimoniais	5.000,00	46.002,19
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	160.744,56	297.489,03	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	162.228,12	162.228,12
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	17.907,60	10.897,40	Bancos Conta Movimento	17.654,94	17.654,94
Bancos Conta Vinculada	142.836,96	286.591,63	Bancos Conta Vinculada	144.573,18	144.573,18
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	333.919,61	2.785.597,33	TOTAL	333.919,61	2.785.597,33

Notas:

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2014 Dotação: Período: Junho

Valor: Empenhado

Pag 1 / 2

Conta	Creditos			Total	Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado		ValorMês	Acumulado	Saldo
Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO							
3300000000000000 - Despesas correntes	1.095.000,00	1.130.577,58	0,00	2.225.577,58	2.235,79	1.514.622,48	710.955,10
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	457.500,00	35.636,48	0,00	493.136,48	0,00	283.136,48	210.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas	457.500,00	35.636,48	0,00	493.136,48	0,00	283.136,48	210.000,00
3319011000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.636,48	0,00
3319011010000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.636,48	0,00
3319013000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.500,00	0,00
3319013010000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00	0,00
3319013020000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	0,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	637.500,00	1.094.941,10	0,00	1.732.441,10	2.235,79	1.231.486,00	500.955,10
3339000000000000 - Aplicações diretas	637.500,00	1.094.941,10	0,00	1.732.441,10	2.235,79	1.231.486,00	500.955,10
3339030000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	1.803,79	514.981,55	0,00
3339030010000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	531,97	3.728,77	0,00
3339030015000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.056,85	0,00
3339030017000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	689,00	2.102,00	0,00
3339030020000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
3339030030000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	477,35	6.437,51	0,00
333903003006000000 - Material de consumo - pagto antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	105,47	1.646,42	0,00
3339033000000000 - Passagens e despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80	0,00
3339033990000000 - Outras despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80	0,00
3339036000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.340,00	0,00
3339036150000000 - Locação de imóvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.840,00	0,00
3339036350000000 - Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
3339039000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	432,00	697.271,65	0,00
3339039050000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
3339039060000000 - Manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896,00	0,00
3339039110000000 - Locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.058,24	0,00
3339039190000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,00	0,00
3339039430000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	0,00
3339039470000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.505,49	0,00
3339039560000000 - Serviços de telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.213,38	0,00
3339039630000000 - Serviços gráficos e editoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00
3339039690000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.987,61	0,00
3339039720000000 - Vale-transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
3339039810000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.553,97	0,00
3339039960000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	432,00	1.592,99	0,00
3339039970000000 - Despesas de teleprocessamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.043,80	0,00
3339039990000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639.257,17	0,00
3339047000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00
3339047120000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
3339047180000000 - Contribuição previdenciária a/serv. terceiros -pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1221101-022-TQTV0-143907781 - Emissão por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:23

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2014 Dotação: Período: Junho

Valor: Empenhado

Pag 2 / 2

Conta	Créditos			Total	Despesas	
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Saldo
Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO						
3400000000000000 - Despesas de capital	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	4.287,44	60.569,44
3440000000000000 - Investimentos	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	4.287,44	60.569,44
3449000000000000 - Aplicações diretas	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	4.287,44	60.569,44
3449032000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	336,00
3449052300000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.366,00
3449052330000000 - Equipamentos para áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.930,00
3449052350000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	4.137,44	4.137,44
3449052360000000 - Máquinas, instalações e utensílios de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.800,00
3449052320000000 - Veículos de tração mecânica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Órgão	1.225.000,00	1.182.411,20	0,00	2.407.411,20	6.523,23	1.575.191,92
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
3900000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
3990000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
3999000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Total Órgão	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Total Geral	1.227.000,00	1.182.411,20	0,00	2.409.411,20	6.523,23	1.575.191,92
						834.219,28

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0ELÓI RONNALU
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1221101-022-TOTVD-143907781 - Emissão por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:23

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA DO A ARRECADADA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATORINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Período: Junho de 2014

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	10000000000000	1.138.000,00	149.589,99		988.410,01
Receita tributária	11000000000000	12.000,00	0,00		12.000,00
Impostos	11100000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Imposto sobre o patrimônio e a renda	11120000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Taxas	11200000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Taxas pela prestação de serviços	11220000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Receita patrimonial	13000000000000	3.600,00	991,55		2.608,45
Receitas de valores mobiliários	13200000000000	3.600,00	991,55		2.608,45
Remuneração de depósitos bancários	13250000000000	3.600,00	991,55		2.608,45
Receita de serviços	16000000000000	245.400,00	0,00		245.400,00
Serviços administrativos	16001300000000	52.260,00	0,00		52.260,00
Serviços recreativos e culturais	16001900000000	1.140,00	0,00		1.140,00
Serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos	16002000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Outras receitas de serviços	16009900000000	190.000,00	0,00		190.000,00
Transferências correntes	17000000000000	877.000,00	146.234,62		730.765,38
Transferências intergovernamentais	17200000000000	877.000,00	146.234,62		730.765,38
Transferências dos municípios	17230000000000	877.000,00	146.234,62		730.765,38
Outras receitas correntes	19000000000000	0,00	2.363,82	2.363,82	
Multas e juros de mora	19100000000000	0,00	2.261,83	2.261,83	
Multas de outras origens	19190000000000	0,00	2.261,83	2.261,83	
Indenizações e restituições	19200000000000	0,00	101,99	101,99	
Restituições	19220000000000	0,00	101,99	101,99	
Receitas de capital	20000000000000	89.000,00	3.600,00		85.400,00
Alienação de bens	22000000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de bens móveis	22100000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de outros bens móveis	22190000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Transferências de capital	24000000000000	79.000,00	3.600,00		75.400,00
Transferências intergovernamentais	24200000000000	79.000,00	3.600,00		75.400,00
Transferências dos municípios	24230000000000	79.000,00	3.600,00		75.400,00
Total Geral		1.227.000,00	153.189,99		1.073.810,01

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/06/2014 até 30/06/2014

111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5

Saldo da Contabilidade		8.834,43	Saldo de Aplicação		0,00
Saldo Conciliado		8.834,43	Saldo de Extrato		8.834,43
			Diferença conciliação (I)		0,00
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias		
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento
Total (II)			0,00	Total (III)	
Diferença Geral (I - II + III)					

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9

Saldo da Contabilidade		95.607,85	Saldo de Aplicação		0,00
Saldo Conciliado		95.607,85	Saldo de Extrato		95.607,85
			Diferença conciliação (I)		0,00
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias		
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento
Total (II)			0,00	Total (III)	
Diferença Geral (I - II + III)			0,00		

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade		8.820,51	Saldo de Aplicação		0,00
Saldo Conciliado		8.820,51	Saldo de Extrato		8.820,51
			Diferença conciliação (I)		0,00
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias		
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento
Total (II)			0,00	Total (III)	
Diferença Geral (I - II + III)					

IPM - Informática Ltda

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/06/2014 até 30/06/2014

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade	8.820,51	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	8.820,51	Saldo de Extrato	8.820,51
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	38.757,58	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	38.757,58	Saldo de Extrato	38.757,58
		Diferença conciliação (I)	0,00

Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
Valor		Descrição	
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	

Diferença Geral (I - II + III)**0,00**

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.207,75	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.207,75	Saldo de Extrato	10.207,75
		Diferença conciliação (I)	0,00

Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
Valor		Descrição	
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	

Diferença Geral (I - II + III)**0,00**

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/06/2014 até 30/06/2014

Freiburgo, 30 de junho de 2014

IPM - Informática Ltda

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2014 Período: Julho

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Receita orçamentária	0,00	823.611,56
Receitas correntes	0,00	798.211,56
Receita patrimonial	0,00	4.874,07
Receitas de valores mobiliários	0,00	4.874,07
Remuneração de depósitos bancários	0,00	4.874,07
Remuneração depósitos de recursos vinculados	0,00	4.382,01
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	0,00	4.382,01
Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	0,00	4.382,01
Remuneração depósito de recursos não vinculados	0,00	492,06
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	0,00	492,06
Receita de serviços	0,00	19.179,00
Outras receitas de serviços	0,00	19.179,00
Outros Serviços - Horas Maquinas	0,00	19.179,00
Transferências correntes	0,00	771.113,61
Transferências intergovernamentais	0,00	771.113,61
Transferências dos municípios	0,00	771.113,61
Transferências a consórcios públicos	0,00	771.113,61
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	0,00	193.270,00
ARROIO TRINTA	0,00	9.120,00
CACADOR	0,00	27.360,00
CALMON	0,00	1.420,00
FRAIBURGO	0,00	27.360,00
IBIAM	0,00	9.120,00
IOMERÊ	0,00	9.120,00
LEBON REGIS	0,00	4.560,00
MACIEIRA	0,00	9.120,00
MATOS COSTA	0,00	9.120,00
MONTE CARLO	0,00	9.120,00
PINHEIRO PRETO	0,00	9.120,00
RIO DAS ANTAS	0,00	9.120,00
SALTO VELOSO	0,00	6.080,00
TANGARÁ	0,00	9.120,00
TIMBÓ GRANDE	0,00	7.930,00
VIDEIRA	0,00	27.360,00
FREI ROGÉRIO	0,00	4.560,00
BRUNÓPOLIS	0,00	4.560,00
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	0,00	567.843,61
ARROIO TRINTA	0,00	9.347,49
CAÇADOR	0,00	187.346,84
CALMON	0,00	3.094,62
FRAIBURGO	0,00	97.436,32
IBIAM	0,00	7.403,78
IOMERÊ	0,00	13.308,77
LEBON REGIS	0,00	19.636,09
MACIEIRA	0,00	2.238,81
MATOS COSTA	0,00	6.603,76
PINHEIRO PRETO	0,00	6.333,60
RIO DAS ANTAS	0,00	27.075,20
SALTO VELOSO	0,00	15.672,54
TANGARÁ	0,00	20.034,82
TIMBÓ GRANDE	0,00	32.855,67
VIDEIRA	0,00	114.935,30
FREI ROGÉRIO	0,00	4.520,00
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	0,00	10.000,00
FRAIBURGO	0,00	5.000,00
PINHEIRO PRETO	0,00	5.000,00
Outras receitas correntes	0,00	3.044,88
Multas e juros de mora	0,00	2.438,03
Multas de outras origens	0,00	2.438,03

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1071101-022-MIDWAY-143907970 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:26

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2014 Período: Julho

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Multas e juros previstos em contratos	0,00	2.438,03
Indenizações e restituições	0,00	606,85
Restituições	0,00	606,85
Outras restituições	0,00	606,85
Receitas de capital	0,00	25.400,00
Transferências de capital	0,00	25.400,00
Transferências intergovernamentais	0,00	25.400,00
Transferências dos municípios	0,00	25.400,00
Transferências a consórcios públicos	0,00	25.400,00
GRUPO DO PROGRAMA 01	0,00	25.400,00
ARROIO TRINTA	0,00	1.200,00
CAÇADOR	0,00	3.600,00
CALMON	0,00	200,00
FRAIBURGO	0,00	3.600,00
IBIAM	0,00	1.200,00
IOMERÊ	0,00	1.200,00
LEBON REGIS	0,00	600,00
MACIEIRA	0,00	1.200,00
MATOS COSTA	0,00	1.200,00
MONTE CARLO	0,00	1.200,00
PINHEIRO PRETO	0,00	1.200,00
RIO DAS ANTAS	0,00	1.200,00
SALTO VELOSO	0,00	800,00
TANGARÁ	0,00	1.200,00
TIMBÓ GRANDE	0,00	1.000,00
VIDEIRA	0,00	3.600,00
FREI ROGÉRIO	0,00	600,00
BRUNÓPOLIS	0,00	600,00
Total Receita	0,00	823.611,56
Total Geral	0,00	823.611,56

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 4

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/06/2014 até: 30/06/2014

9317 -111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5 - 18520-5			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	9.131,76
02/06/2014	Receita Orçamentária	adm	221,02
17/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [13 / 2014] liquidação [184 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JOACABA]	(80,15)
20/06/2014	Receita Orçamentária	MULTA	969,76
24/06/2014	Receita Orçamentária	MULTA	680,19
25/06/2014	Receita Orçamentária	MULTA	390,86
27/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [25 / 2014] liquidação [149 / 2014] com DEPOSITO BANCARIO número [] credor [POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME]	(2.500,00)
30/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [60 / 2014] liquidação [200 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(28,15)
30/06/2014	Receita Orçamentária	RENDIMENTOS BANCARIOS	49,14
		TOTAL	8.834,43


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 2 / 4

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Resumido
 Razão Contábil para Conciliação
 Período: 01/06/2014 até: 30/06/2014

19961 -111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	90.676,24
05/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM.	4.560,00
05/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM.	600,00
09/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
09/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
09/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
09/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
10/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
10/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [95 / 2014] liquidação [181 / 2014] com CHEQUE número [850109] credor [LUIZ FERNANDO RALDI]	(600,00)
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [11 / 2014] liquidação [182 / 2014] com CHEQUE número [850111] credor [OI SA]	(375,39)
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [96 / 2014] liquidação [180 / 2014] com CHEQUE número [850109] credor [LUIZ FERNANDO RALDI]	(600,00)
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [51 / 2014] liquidação [167 / 2014] com CHEQUE número [850110] credor [IPM INFORMÁTICA LTDA]	(490,97)
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [10 / 2014] liquidação [170 / 2014] com CHEQUE número [850111] credor [OI SA]	(405,90)
12/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	4.560,00
12/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	600,00
17/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [150 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(1.555,29)
17/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [32 / 2014] liquidação [154 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [INSS]	(4.313,21)
20/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	5.610,00
20/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	600,00
23/06/2014	Pagamento de Empenho	Estorno [1] - Pagamento de empenho [70 / 2014] liquidação [110 / 2014] com CHEQUE número [850058] credor [LUIZ FERNANDO RALDI]	494,53
23/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [16 / 2014] liquidação [147 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CELESC DISTRIBUICAO S A]	(108,24)
23/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [62 / 2014] liquidação [183 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [EMPRESA BRASILEIRA DE TELEGRAFOS]	(1.537,40)
23/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [79 / 2014] liquidação [148 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [3S MATERIAL PARA ESCRITORIO LTDA]	(33,75)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [193 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [187 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [198 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	1.520,00
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [200 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	200,00
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [191 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [30 / 2014] liquidação [197 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [ELOI RONNAU]	(16.433,82)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [196 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [194 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 3 / 4

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/06/2014 até: 30/06/2014

19961 - 111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [201 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(189,30)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [195 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [190 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(189,32)
27/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [87 / 2014] liquidação [194 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL]	(200,00)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [169 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(6,23)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [192 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [189 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [188 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [34 / 2014] liquidação [193 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL]	(30,00)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [169 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(0,94)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [204 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [199 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [197 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
27/06/2014	Pagamento de Empenho	Estorno [1] - Pagamento de empenho [89 / 2014] liquidação [109 / 2014] com CHEQUE número [850058] credor [LUIZ FERNANDO RALDI]	168,00
27/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [203 - 2014] com CHEQUE número 850113	(189,30)
30/06/2014	Receita Orçamentária	RENDIMENTOS BANCARIOS	526,84
30/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [37 / 2014] liquidação [198 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(125,30)
TOTAL			95.607,85

19962 - 111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5 - 20414-5			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	8.775,84
30/06/2014	Receita Orçamentária	RENDIMENTOS BANCARIOS	44,67
TOTAL			8.820,51


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 4 / 4

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/06/2014 até: 30/06/2014

19963 -111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	42.003,87
05/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	4.520,00
06/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	3.155,04
06/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	677,17
09/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	32.583,08
09/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	6.349,87
10/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	1.739,46
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [45 / 2014] liquidação [168 / 2014] com CHEQUE número [850023] credor [OI SA]	(222,75)
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	2.468,27
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	1.802,96
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	1.614,53
11/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [28 / 2014] liquidação [164 / 2014] com CHEQUE número [850022] credor [GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME]	(472,64)
11/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	2.990,78
12/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	15.442,90
12/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	4.874,51
17/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [50 / 2014] liquidação [143 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICACAO LTDA]	(48.433,43)
17/06/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [135 - 2014] com ORDEM DE PAGAMENTO número	(3.486,16)
17/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [49 / 2014] liquidação [177 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICACAO LTDA]	(28.647,72)
20/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO MIP	34.606,05
23/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [49 / 2014] liquidação [177 / 2014] com DEPOSITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICACAO LTDA]	(7.950,33)
23/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [84 / 2014] liquidação [178 / 2014] com DEPOSITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICACAO LTDA]	(27.049,67)
25/06/2014	Receita Orçamentária	RATEIO ADM	5.000,00
27/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [28 / 2014] liquidação [189 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME]	(104,16)
27/06/2014	Pagamento de Restos	Pagamento de Restos [167 / 2012] liquidação [320 / 2012 com DEPOSITO BANCARIO número	(5.000,00)
30/06/2014	Receita Orçamentária	RENDIMENTOS BANCARIOS	320,00
30/06/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [39 / 2014] liquidação [199 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(24,05)
		TOTAL	38.757,58

19964 -111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2 - 21525-2			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	10.156,85
30/06/2014	Receita Orçamentária	RENDIMENTOS BANCARIOS	50,90
		TOTAL	10.207,75

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Período de Emissão: 01/06/2014 até: 30/06/2014

Pág 1 / 1

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
69	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03030000	07/04/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	168,00	(168,00)
70	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03030000	07/04/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	494,53	(494,53)
88	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	01020000	04/06/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	265,98	0,00	265,98
89	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	01020000	04/06/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	437,07	0,00	437,07
90	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	01020000	04/06/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	265,99	0,00	265,99
91	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	01020000	04/06/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	40,28	0,00	40,28
92	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	06/06/2014	FINATTO - COMERCIO IMP. E EXP. DE MAQUINAS E EQUIP	398,00	0,00	398,00
93	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	06/06/2014	ESCRIMATE COM. E REPR. DE MAT. DE ESC. E INF. LTDA	291,00	0,00	291,00
94	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01030000	06/06/2014	POVOCOM INFORMATICA LTDA ME	150,00	0,00	150,00
95	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	06/06/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	600,00	0,00	600,00
96	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	06/06/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	600,00	0,00	600,00
97	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01030000	25/06/2014	DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP	4.137,44	0,00	4.137,44
Total Empenhos Globais						0,00	0,00	0,00
Total Empenhos Ordinários						7.185,76	662,53	6.523,23
Total Empenhos Estimativos						0,00	0,00	0,00
Total Geral						7.185,76	662,53	6.523,23

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNALU
Diretor Executivo

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/06/2014 até: 30/06/2014

Pág 1 / 2

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vinculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
05/06/2014	176	IPM INFORMATICA LTDA	14969	Pagamento automático de reb	1030000		Retenção	1	7,48
							Sub Total 05/06/2014		7,48
10/06/2014	178	CONDUVALE ELETRIFICAC	1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070	Pagamento automático de reb	1030000		Retenção	1	2.869,01
10/06/2014	177	CONDUVALE ELETRIFICAC	1057, 1058, 1059	Pagamento automático de reb	1030000		Retenção	1	2.508,84
							Sub Total 10/06/2014		5.375,85
11/06/2014	180	LUIZ FERNANDO RALDI			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850109	600,00
11/06/2014	179	LUIZ FERNANDO RALDI			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850109	600,00
11/06/2014	182	OI SA	244052		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850111	375,39
11/06/2014	181	OI SA	202659		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850111	405,90
11/06/2014	183	IPM INFORMATICA LTDA	14969		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850110	490,97
11/06/2014	185	OI SA	187561, 183807		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Cheque	850023	222,75
11/06/2014	184	GEINFO TECNOLOGIA DA I	829		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Cheque	850022	472,84
							Sub Total 11/06/2014		3.167,65
17/06/2014	165	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.555,29
17/06/2014	189	INSS	GPS		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		4.313,21
17/06/2014	188	CONDUVALE ELETRIFICAC	867, 868, 869, 880, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		48.433,43
17/06/2014	187	CONDUVALE ELETRIFICAC	1057, 1058, 1059		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		28.647,72
17/06/2014	164	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Ordem de Pagame		3.486,16
17/06/2014	186	DELEGACIA DA RECEITA F	PASEP		1020000	B. Brasil Sa Cinco Movimento	Débito Bancário		80,15
							Sub Total 17/06/2014		86.515,96
23/06/2014	190	CELESC DISTRIBUICAO S A	201411574750366		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		108,24
23/06/2014	193	CONDUVALE ELETRIFICAC	1057, 1058, 1059		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Depósito Bancário		7.950,33
23/06/2014	194	CONDUVALE ELETRIFICAC	1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Depósito Bancário		27.049,67
23/06/2014	191	EMPRESA BRASILEIRA DE	142761		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.537,40
23/06/2014	102	LUIZ FERNANDO RALDI	2329, 15647, 15346, 2258, 1257, 12223		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850056	(484,53)
23/06/2014	192	3S MATERIAL PARA ESCRIT	15519		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		33,75
							Sub Total 23/06/2014		36.184,96
25/06/2014	195	DANIELA BOTTEGA PONTE	02/2014	Pagamento automático de reb	1030000		Retenção	1	33,00
							Sub Total 25/06/2014		33,00
27/06/2014	22	CONDUVALE ELETRIFICAC			1000033	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Depósito Bancário		5.000,00
27/06/2014	170	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	180	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10

Identificador: WFC161101-002-RL65VH-43908962 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

IPM - Informática Ltda

24/07/2014 13:32



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/06/2014 até: 30/06/2014

Pág 2 / 2

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
27/06/2014	181	ELÓI RONNAU	1	Pagamento automático de reb	1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		189,30
27/06/2014	174	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	196	ELÓI RONNAU	JUNHO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Retenção	1	3.171,70
27/06/2014	189	ELÓI RONNAU	JUNHO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		16.433,82
27/06/2014	178	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	175	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	172	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	183	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário	850113	189,30
27/06/2014	189	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque		189,32
27/06/2014	171	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	176	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	179	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	177	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	173	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	188	SANTA TEREZINHA TRANSF 33641			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		200,00
27/06/2014	197	SANTA TEREZINHA TRANSF 33641			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		30,00
27/06/2014	182	IPM INFORMATICA LTDA	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		6,23
27/06/2014	184	IPM INFORMATICA LTDA	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		0,94
27/06/2014	167	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	168	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	166	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
27/06/2014	200	POVOCOM INFORMATICA L 808			3020000	B. Brasil Sa Cinco Movimento	Depósito Bancário		2.500,00
27/06/2014	101	LUIZ FERNANDO RALDI	2215, 2201, 10673, 137		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850058	(168,00)
27/06/2014	201	GEINFO TECNOLOGIA DA I 833			3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		104,16
SubTotal 27/06/2014									28.730,17
30/06/2014	202	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		3020000	B. Brasil Sa Cinco Movimento	Débito Bancário		28,15
30/06/2014	203	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		24,05
30/06/2014	204	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		125,30
SubTotal 30/06/2014									177,50
Total Pago Junho									160.192,47
Total Geral									160.192,47

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-022-RUBSVH-43908362 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

24/07/2014 13:32

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Maio à Junho (b)	%(b/a)	Até Junho (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.227.000,00	1.227.000,00	329.129,67	26,82	823.611,56	67,12	403.388,44
RECEITAS CORRENTES	1.138.000,00	1.138.000,00	320.329,67	28,15	798.211,56	70,14	339.788,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Impostos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.600,00	3.600,00	1.937,18	53,81	4.874,07	135,39	(1.274,07)
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.600,00	3.600,00	1.937,18	53,81	4.874,07	135,39	(1.274,07)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	245.400,00	245.400,00	6.300,00	2,57	19.179,00	7,82	226.221,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	877.000,00	877.000,00	309.450,48	35,29	771.113,61	87,93	105.886,39
Transferências Intergovernamentais	877.000,00	877.000,00	309.450,48	35,29	771.113,61	87,93	105.886,39
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.642,01	0,00	3.044,88	0,00	(3.044,88)
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	2.438,03	0,00	2.438,03	0,00	(2.438,03)
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	203,98	0,00	606,85	0,00	(606,85)
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	89.000,00	89.000,00	8.800,00	9,89	25.400,00	28,54	63.600,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	79.000,00	79.000,00	8.800,00	11,14	25.400,00	32,15	53.600,00
Transferências Intergovernamentais	79.000,00	79.000,00	8.800,00	11,14	25.400,00	32,15	53.600,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.227.000,00	1.227.000,00	329.129,67	26,82	823.611,56	67,12	403.388,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.227.000,00	1.227.000,00	329.129,67	26,82	823.611,56	67,12	403.388,44
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	15.477,97	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.227.000,00	1.227.000,00	329.129,67	26,82	839.089,53	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	127.411,20	0,00	0,00	96.088,72	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	127.411,20	0,00	0,00	96.088,72	0,00	0,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------------------	------	------	------	------	------	------	------

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS			
						Maio à Junho	Até Junho (g)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	568.926,74	1.575.191,92	306.030,53	839.089,53	34,83	1.570.321,67
DESPESAS CORRENTES	1.095.000,00	1.130.577,58	2.225.577,58	563.789,30	1.514.622,48	301.660,53	782.807,53	35,17	1.442.770,05
Pessoal e Encargos Sociais	457.500,00	35.636,48	493.136,48	0,00	283.136,48	50.974,34	144.401,67	29,28	348.734,81
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	637.500,00	1.094.941,10	1.732.441,10	563.789,30	1.231.486,00	250.686,19	638.405,86	36,85	1.094.035,24
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	51.833,62	181.833,62	5.137,44	60.569,44	4.370,00	56.282,00	30,95	125.551,62
Investimentos	130.000,00	51.833,62	181.833,62	5.137,44	60.569,44	4.370,00	56.282,00	30,95	125.551,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	568.926,74	1.575.191,92	306.030,53	839.089,53	34,83	1.570.321,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	568.926,74	1.575.191,92	306.030,53	839.089,53	34,83	1.570.321,67
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.227.000,00	1.182.411,20	2.409.411,20	568.926,74	1.575.191,92	306.030,53	839.089,53	-	-

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Maio à Junho (b)	%(b/a)	Até Junho (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(d)	DESPESAS ADICIONAIS(e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS			
						Maio à Junho	Até Junho (g)		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 25/jul/2014

Hora de emissão: 10h e 15m

Notas:

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO_ SUBFUNÇÃO 3 BIMESTRE**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	1.227.000,00	2.409.411,20	568.926,74	1.575.191,92	306.030,53	839.089,53	100,00	34,83	1.570.321,67
Administração	650.000,00	753.344,83	12.187,42	411.113,00	67.821,35	234.741,61	27,98	31,16	518.603,22
Administração Geral	650.000,00	753.344,83	12.187,42	411.113,00	67.821,35	234.741,61	27,98	31,16	518.603,22
Cultura	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Urbanismo	130.000,00	1.207.093,92	555.000,00	1.149.076,72	236.437,86	590.517,05	70,38	48,92	616.576,87
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Serviços Urbanos	120.000,00	1.197.093,92	555.000,00	1.149.076,72	236.437,86	590.517,05	70,38	49,33	606.576,87
Saneamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Gestão Ambiental	160.000,00	160.000,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	160.000,00	160.000,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Agricultura	200.000,00	201.972,45	1.689,32	13.952,20	1.691,17	13.566,75	1,62	6,72	188.405,70
Extensão Rural	200.000,00	201.972,45	1.689,32	13.952,20	1.691,17	13.566,75	1,62	6,72	188.405,70
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	80,15	264,12	0,03	5,28	4.735,88
Outros encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	80,15	264,12	0,03	5,28	4.735,88
Reserva de Contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Reserva de contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.227.000,00	2.409.411,20	568.926,74	1.575.191,92	306.030,53	839.089,53	100,00	34,83	1.570.321,67

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 25/jul/2014

Hora de emissão: 10h e 31m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

DEMOSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 1SEMESTRE

RGF/Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		R\$ 1,00
		JANEIRO A JUNHO DE 2014		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	144.401,67	0,00	0,00
	Pessoal Ativo	144.401,67		0,00
	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00		0,00
	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00		0,00
	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00		0,00
	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00		0,00
	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00		0,00
	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	144.401,67		0,00
	DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00		0,00
	DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	144.401,67		0,00
	DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	0,00		0,00
	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (V + VI)	144.401,67		0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO		VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO	
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA		7.020,00	6.225,31	
MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS		3.510,00	4.257,64	
MUNICÍPIO DE CAÇADOR		21.060,00	18.676,12	
MUNICÍPIO DE CALMON		1.090,00	6.225,38	
MUNICÍPIO DE FRABURGO		21.060,00	18.675,89	
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO		3.510,00	3.185,91	
MUNICÍPIO DE IBIAM		7.020,00	6.225,39	
MUNICÍPIO DE IOMERÊ		7.020,00	6.225,39	
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS		3.510,00	6.225,39	
MUNICÍPIO DE MACIEIRA		7.020,00	6.225,39	

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA	7.020,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	7.020,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	7.020,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS	7.020,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO	4.680,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE TANGARÁ	7.020,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE	5.850,00	6.225,39
MUNICÍPIO DE VIDEIRA	21.060,00	18.676,13
TOTAL	148.510,00	144.401,67

FONTE: Sistema Contabil Consorcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fraiburgo, SC, 25 de julho de 2014

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

CIS/AMARP**Resolução Nº. 07/2014-Cpl**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 07/2014-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a resolução nº 06/2014 - CPL.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de julho de 2014.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

Resolução Nº. 08/2014-Cpl

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 08/2014-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S/S, CNPJ 12.219.111/0001-72, situada na Rua Saul Brandalise, 1377, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Edilsom Fontinele Cerqueira, RG 670.154 SSP-PI, CPF 287.260.493-68, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços Médicos de Ginecologia/Obstetria e Exames Diagnósticos .

Ultrassonografia de Abdomem Superior (Fígado,Visícula,Vias)	0.20.50.20.03-8	59,40
Ultrassonografia de de Abdomem Total	0.20.50.20.04-6	110,00
Ultrassonografia de de Aparelho Urinário	0.20.50.20.05-4	59,40
Ultrassonografia de de Bolsa Escrotal	0.20.50.20.07-0	59,40
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	0.20.50.20.09-7	59,40
Ultrassonografia de de Prostata (via abdominal)	0.20.50.20.10-0	59,40
Ultrassonografia de Tireóide	0.20.50.20.12-7	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica	0.20.50.20.14-3	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica c/Doppler	0.20.50.20.15-1	110,00
Ultrassonografia de Pélvica (Ginecológica)	0.20.50.20.16-0	59,40

Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026*	130,00
Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (Até 3 vasos)	0.20.50.10.04-0	182,60
Ultrassonografia Transvaginal	0.20.50.20.18-6	59,40
GINECOLOGIA/OBSTERÍCIA (CONSULTA)	0.30.10.10.07-2	50,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de julho de 2014.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

Resolução Nº 24/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 24/2014

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a resolução nº 23/2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 25/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 25/2014

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços Médicos Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas, a seguir:

CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELES S/S, CNPJ 12.219.111/0001-72, situada na Rua Saul Brandalise, 1377, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Edilsom Fontinele Cerqueira, RG 670.154 SSP-PI, CPF 287.260.493-68, Termo de Credenciamento 64/2014 .

Ultrassonografia de Abdomem Superior (Fígado,Visícula,Vias)	0.20.50.20.03-8	59,40
Ultrassonografia de de Abdomem Total	0.20.50.20.04-6	110,00
Ultrassonografia de de Aparelho Urinário	0.20.50.20.05-4	59,40

Ultrassonografia de de Bolsa Escrotal	0.20.50.20.07-0	59,40
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	0.20.50.20.09-7	59,40
Ultrassonografia de de Prostata (via abdominal)	0.20.50.20.10-0	59,40
Ultrassonografia de Tireóide	0.20.50.20.12-7	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica	0.20.50.20.14-3	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica c/Doppler	0.20.50.20.15-1	110,00
Ultrassonografia de Pélvica (Ginecológica)	0.20.50.20.16-0	59,40
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026*	130,00
Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (Até 3 vasos)	0.20.50.10.04-0	182,60
Ultrassonografia Transvaginal	0.20.50.20.18-6	59,40
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA (CONSULTA)	0.30.10.10.07-2	50,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de julho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 26/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
Resolução nº 26/2014

Euzebio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

Considerando que na tabela anexo V ao edital de chamada pública nº 01/2010, consta o procedimento SIA SUS 03.01.01.006-4 denominado consulta médica em atenção básica, para as especialidades de Pediatria e Ginecologia/Obstetrícia;

Considerando que o referido procedimento é exclusivo para atendimentos realizados em atenção básica;

Considerando que os procedimentos realizados pelos prestadores de serviço do CIS-AMARP são de média complexidade;

Considerando que o código SIA SUS 03.01.01.007-2 consulta médica em atenção especializada é o realizado pelos prestadores, e já consta na tabela para outras especialidades;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado na tabela acima especificada o código de procedimento 03.01.01.006-4 para o código 03.01.01.007-2, para as especialidades de Pediatria e Ginecologia/Obstetrícia

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de julho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

CISAM

Resolução CISAM/Mo Nº 18/2014

RESOLUÇÃO Nº 18/2014

"Designa Comissão para Avaliação Especial de Desempenho dos empregados públicos do Consórcio em período de estágio probatório, na forma que especifica"

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, e conforme Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão para Avaliação Especial de Desempenho em período de Estágio Probatório, do empregado público NASSER IBRAHIM, ocupante do cargo de Químico:

I - AURI SERGIO LISTON (CPF nº 492.369.549-87);

II - PAULO CÉSAR LAMIN (CPF nº 047.099.739-70);

III - MARCELO LAGO (CPF nº 908.089.169-04).

Art. 2º. Para realização das avaliações a Comissão deverá observar o que dispõe a Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 17 de julho de 2014.
Andevir Isganzella
Presidente CISAM-MO

Resolução CISAM/Mo Nº 19/2014

RESOLUÇÃO Nº 19/2014

"Designa Comissão para Avaliação Especial de Desempenho dos empregados públicos do Consórcio em período de estágio probatório, na forma que especifica"

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, e conforme Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão para Avaliação Especial de Desempenho em período de Estágio Probatório, do empregado público BRUNO CESAR SCHMITT, ocupante do cargo de Engenheiro Sanitarista:

I - DIONISIO ALZIR ROSSET (CPF nº 650.514.400-53);

II - ALUIR FLEMMING (CPF nº 564.036.669-91);

III - JOEL FRANCISCO FAGUNDES (CPF nº 543.523.209-00).

Art. 2º. Para realização das avaliações a Comissão deverá observar o que dispõe a Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 17 de julho de 2014.

Andevir Isganzella
Presidente CISAM-MO

Resolução CISAM/Mo Nº 20/2014

RESOLUÇÃO Nº 20/2014

“Designa Comissão para Avaliação Especial de Desempenho dos empregados públicos do Consórcio em período de estágio probatório, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, e conforme Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão para Avaliação Especial de Desempenho em período de Estágio Probatório, do empregado público TALES HENRIQUE MORÉS, ocupante do cargo de Contador:

I - MARIZA BRESSAN DE MORAES (CPF nº 622.428.229-34);

II - SIDNEI PENZO (CPF nº 919.125.639-91);

III - PATRICIA CALLEGARI WARKEN (CPF nº 000.178.949-05).

Art. 2º. Para realização das avaliações a Comissão deverá observar o que dispõe a Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 17 de julho de 2014.

Andevir Isganzella
Presidente CISAM-MO

Resolução CISAM/Mo Nº 21/2014

RESOLUÇÃO Nº 21/2014

“Designa Comissão para Avaliação Especial de Desempenho dos empregados públicos do Consórcio em período de estágio probatório, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal, e conforme Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão para Avaliação Especial de Desempenho em período de Estágio Probatório, do empregado público LUCI-MARI COLLET, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

I - MARIZA BRESSAN DE MORAES (CPF nº 622.428.229-34);

II - SIDNEI PENZO (CPF nº 919.125.639-91);

III - DIONISIO ALZIR ROSSET (CPF nº 650.514.400-53).

Art. 2º. Para realização das avaliações a Comissão deverá observar o que dispõe a Resolução nº 17/2014, de 03 de julho de 2014.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 17 de julho de 2014.

Andevir Isganzella
Presidente CISAM-MO

Resolução CISAM/Mo Nº 22/2014

RESOLUÇÃO Nº 22/2014

“Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) como Órgão Oficial de Publicação Legal, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, e considerando a necessidade de publicidade dos atos do Consórcio,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste (CISAM-MO).

Parágrafo Único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Resolução substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 2º. As publicações atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil).

Art. 3º. Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Art. 4º. Serão objeto de publicação as resoluções e todos os demais atos administrativos editados a partir da vigência desta resolução.

Parágrafo Único. Além da publicação na forma estabelecida nesta resolução, determinados atos também serão divulgados no endereço eletrônico www.cisam.sc.gov.br e no mural público localizado na recepção da sede deste Consórcio.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 17 de julho de 2014.

Andevir Isganzella
Presidente CISAM-MO